

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MAISA MILÈNNE ZARUR REMER**

**O ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO PARANAENSE: O GINÁSIO REGENTE  
FEIJÓ, PONTA GROSSA (1927-1961)**

**CURITIBA**

**2013**

**MAISA MILÈNNE ZARUR REMER**

**O ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO PARANAENSE: O GINÁSIO REGENTE  
FEIJÓ, PONTA GROSSA (1927-1961)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito final à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Elisabeth Blanck Miguel

**CURITIBA**

**2013**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central

R386e  
2013 Remer, Maisa Milènne Zarur  
O ensino secundário público paranaense: O Ginásio Regente Feijó  
Ponta Grossa (1927-1961) / Maisa Milènne Zarur Remer ; orientadora,  
Maria Elisabeth Blanck Miguel. – 2013.  
233 f.: il.; 30 cm

Tese (Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
Curitiba,  
2013  
Bibliografia: f. 203-221

1. Educação. 2. Ensino secundário - Paraná. 3. Ensino secundário -  
Paraná. 4. Escolas secundárias – Paraná. 5. Colégio Regente Feijó –  
Ponta Grossa,  
I. Miguel, Elisabeth Blank. II. Pontifícia Universidade Católica do  
Paraná. Centro de Teologia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD 20. ed. – 378



Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Escola de Educação e Humanidades

**PUCPR**  
GRUPO MARISTA

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE N.º 024  
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE**

**Maísa Milénne Zarur Remer**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, reuniu-se no Auditório Thomas Morus da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof.ª Dr.ª Maria Elisabeth Blanck Miguel, Prof.ª Dr.ª Ariclê Vechia, Prof.ª Dr.ª Maria Cecília Marins de Oliveira, Prof.ª Dr.ª Neuza Bertoni Pinto e Prof. Dr. Peri Mesquida, para examinar a Tese da candidata Maísa Milénne Zarur Remer, ano de ingresso 2009, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa "História e Políticas da Educação". A doutoranda apresentou a tese intitulada "O ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO PARANAENSE: O GINÁSIO REGENTE FEIJÓ, PONTA GROSSA (1927-1961)", que, após a defesa foi aprovado pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 12:00h. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Presidente:  
Prof.ª Dr.ª Maria Elisabeth Blanck Miguel M. E. Miguel

Convidado Externo:  
Prof.ª Dr.ª Ariclê Vechia Ariclê Vechia

Convidado Externo:  
Prof.ª Dr.ª Maria Cecília Marins de Oliveira Maria Cecília Marins de Oliveira

Convidado Interno:  
Prof.ª Dr.ª Neuza Bertoni Pinto Neuza Bertoni Pinto

Convidado Interno:  
Prof. Dr. Peri Mesquida Peri Mesquida

M. E. Miguel  
Prof.ª Dr.ª Maria Elisabeth Blanck Miguel  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação  
Stricto Sensu

**ESTE ESTUDO DEDICO A DEUS  
PARA ELE TODA A HONRA E  
TODA A GLÓRIA.**

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um enorme esforço e só foi possível graças à ajuda direta ou indireta de muitas pessoas. Difícil agradecer a todas, talvez algumas não sejam mencionadas, mas isso não significa que não tenham sido importantes.

Quero agradecer ao meu esposo/companheiro Athos, que me permitiu trilhar caminhos que me fizeram chegar até este momento.

Aos meus filhos Mylene, Moreno e Lorena pelo amor incondicional. E à minha neta Catarina, que veio somar. Vocês são meus amores

À minha mãe, que sempre esteve presente em minha vida.

À Professora Dr<sup>a</sup> Maria Elisabeth Blank Miguel, orientadora competente e dedicada, obrigada pela firmeza e seriedade, pelo exemplo natural de autêntica educadora.

À Professora Dr<sup>a</sup> Neuza Bertoni Pinto pelas contribuições relevantes sobre o estudo.

À Professora Dr<sup>a</sup> Ariclê Vechia pelas sugestões e pelas reflexões sobre questões pontuais da investigação.

À Professora Dr<sup>a</sup> Maria Cecília Marins de Oliveira pela aceitação em participar desta banca, contribuindo com seus conhecimentos.

Ao Professor Dr. Peri Mesquida pelo apoio, pela paciência e pelo auxílio na qualificação.

Aos colegas do Colégio Militar de Curitiba pelo respeito ao meu trabalho.

Ao Comando do Colégio Militar de Curitiba por compreender a importância deste trabalho.

À Tenente Celli pelo carinho, amizade e incentivo.

Ao Coronel Valcides pela confiança e generosidade.

## RESUMO

Esta tese se insere na área de investigação da História da Educação, especificamente, na linha de pesquisa História e Políticas da Educação, do Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e traz o estudo do processo de implantação e consolidação do ensino secundário no Ginásio Regente Feijó, em Ponta Grossa, no período de 1927 a 1961, considerando os contextos estadual e nacional. Trata-se, portanto, do estudo de uma instituição escolar e de suas singularidades, pois se entende que cada instituição possui sua história, sua trajetória, ao longo das diferentes épocas. No período tomado para investigação (1927 a 1961), a Reforma Francisco Campos, de 1931, manteve reconhecido o estatuto do Colégio Pedro II como modelo de equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário. Verificou-se que os programas propostos no período da Reforma de 1931 foram expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e revistos, de três em três anos, após apreciação das propostas elaboradas pela Congregação do Colégio Pedro II e, as mudanças que viriam da Reforma Capanema, instituída em 1942, aconteceram em decorrência da situação política do Brasil. Todas essas modificações ocorridas no ensino secundário levaram ao seguinte questionamento: *Como se implantou e se estruturou o ensino secundário no Ginásio Regente Feijó?* Diante deste questionamento, procurou-se confirmar a seguinte hipótese: *O Ginásio Regente Feijó, embora tenha seguido os parâmetros do Colégio Pedro II em relação à sua organização e funcionamento, caracterizou-se por apresentar singularidades que moldaram a educação escolar ali proporcionada.* O método utilizado foi o histórico-documental com coleta de dados no arquivo do Colégio Estadual Regente Feijó, Museu Campos Gerais, Casa da Memória do Paraná, Biblioteca da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Arquivo Público Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná; Seção Documentos Paranaenses, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e nos jornais: Diário dos Campos, Gazeta do Povo e o Jornal dos estudantes publicados à época desta pesquisa. Investigou-se ainda, as Leis, os Decretos, as Mensagens de Governo, os Relatórios dos inspetores federais. O embasamento teórico-metodológico apoiou-se nas obras de Bloch (2001), Le Goff (1990), Farge (2009), Julia (2001), Haidar (1972), Abreu (1955, 1966, 2005), Silva (1969), Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), Souza (2008, 2009), Vechia e Lorenz (1998, 2006), Campos (1940), Moreira (1959). Para o entendimento sobre a política, a sociedade e a economia no Brasil e no Paraná, referentes ao período pesquisado, serviram de apoio as obras de: Azevedo (1948, 1960, 1962, 1976), Fausto (2001, 2003, 2004), Bomeny (1999), Miguel (1997), Trindade e Andreatza (2001), Wachowicz, L. A. (1984), Wachowicz, R.C. (2001). Os resultados obtidos informaram que o Ginásio/Colégio Regente Feijó seguiu as normas estabelecidas pelo Colégio Pedro II, porém apresentou singularidades nas suas práticas. Estas contribuíram para que professores exercitassem a rigorosa formação dos jovens, para o ingresso no mundo da cultura acadêmica e que muitos viessem a ocupar cargos de destaque na sociedade.

**Palavras-chave:** História das Instituições Escolares. História da Educação no Paraná. Ensino Secundário Público. Ginásio Regente Feijó.

## ABSTRACT

This thesis is part of the research area of History of Education, specifically in the field of History Education Politics from the Post Graduation Program in Education from the Catholic University of Paraná, and studies the establishment and consolidation process of secondary education in the Gymnasium Regente Feijó, in Ponta Grossa, in the period from 1927 to 1961, considering national and state contexts. It is therefore a study of a school institution and its peculiarities, because it is understood that each institution has its history, its trajectory through different times. In the context of the historical period of this research (1927-1961), the Francisco Campos Reform in 1931 recognized the status of Pedro II secondary school as a model of equalization of secondary schools. It was found that the programs proposed in the Reform period of 1931 issued by the Ministry of Education and Health and revised every three years, after consideration of proposals drawn up by the Congregation of Pedro II secondary school and the changes that would come from the Capanema reform, established in 1942, occurred due to the political situation in Brazil. All these changes occurred in secondary education led to the following question: How was secondary education implemented and structured at the Gymnasium Regente Feijó? Facing this challenge, we seek to confirm the following hypothesis: The Gymnasium Regente Feijó, although following the parameters of Pedro II secondary school in relation to its organization and functioning, was characterized by singularities that have shaped the school education provided there. The method used was historical-documentary with data collection in the archives of the State School Regente Feijó, at the Museum Campos Gerais, Paraná Memory House, the Library of the State University of Ponta Grossa, Parana Public Archives, Public Library of Paraná; Parana's Documents Section and History and Geography Institute of Paraná, the *Diário dos Campos* newspaper, *Gazeta do Povo* newspaper, and student newspaper published at the time of this research. Laws, Decrees, Government Messages, Reports of federal inspectors were also researched. The theoretical-methodological basis relied particularly on the works of Bloch (2001), Le Goff (1990), Farge (2009), Julia (2001), Haidar (1972), Abreu (1955, 1966, 2005), Silva (1969), Schwartzman, Bomeny and Costa (2000), Souza (2008, 2009), Vechia and Lorenz (1998, 2006), Campos (1940), Moreira (1959). For the understanding of politics, society and economy in Brazil and Parana, for the considered period, the following studies were used in order to support the research: Azevedo (1948, 1960, 1962, 1976), Fausto (2001, 2003, 2004), Bomeny (1999), Miguel (1997), Trindade and Andreazza (2001), Wachowicz, L (1984), Wachowicz, R. (2001). The obtained results reported that the Gymnasium/Secondary School Regente Feijó followed the standards set by Pedro II School, but presented peculiarities in its practices. Those contributed in a way so that teachers exercised the rigorous formation of young people to join a world of academic culture and many of them would take up key positions in society.

**Keywords:** History of School Institutions. History of Education in Paraná. Public Secondary School. Gymnasium Regente Feijó.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Getúlio Vargas em Ponta Grossa, 1930, Estrada Ferroviária .....	43
Figura 2 - Foto exhibe gesto de carinho de Vargas enquanto menino segura a Bandeira Nacional .....	62
Figura 3 – Foto exhibe estudantes admirados diante de Vargas .....	71
Figura 4 - Prédio da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, em 1924, hoje, Colégio Estadual Regente Feijó .....	97
Figura 5 - 5a e 5b sede do Ginásio Regente Feijó, na Rua Dr Colares, em 1927, vista de ângulos diferentes.....	108
Figura 6 - O Ginásio Regente Feijó, Rua do Rosário, em 1940 .....	108
Figura 7 - Primeiros professores do Ginásio Regente Feijó, março de 1927 .....	111
Figura 8 - 1ª turma dos Bacharelados de Ciências e Letras do Ginásio Regente Feijó .....	116
Figura 9 - 1º Boletim expedido pelo “Gymnasio Regente Feijó”, abril de 1927 .....	117
Figura 10 - Sala 3 - Profº Leopoldo Pinto Rosas - Ciências Físicas e Naturais .....	127
Figura 11 - Sala 7 - Profº José Daros - Desenho .....	128
Figura 12 - Sala 9 - Profº Oscar de P. Soares – Química .....	128
Figura 13 - Sala 11 - Profº Sady Silveira – Física .....	128
Figura 14 – Sala 13 - Profº Álvaro Junqueira Freitas – Geografia.....	129
Figura 15 - Professores do Ginásio Regente Feijó, década de 1930 .....	142
Figura 16 - Turma do curso Clássico do Colégio Regente Feijó – 1956 .....	176
Figura 17 - Convite de apresentação do Grêmio Esportivo Intelectual do Colégio Regente Feijó.....	181
Figura 18 - Alunos do curso Clássico e Científico do Colégio Regente Feijó - 1956 .....	187
Figura 19 - Atividade do Centro Cívico do Ginásio Regente Feijó – 1956 .....	188
Figura 20 - Atividade teatral promovida pelo Centro Cívico Regente Feijó - 1956..	189
Figura 21 – Time (Clássico e Científico) do Grêmio Esportivo do Ginásio Regente Feijó - 1956 .....	190
Figura 22 – Alunos do ensino fundamental em uma aula de Educação Física, no pátio interno do Ginásio Regente Feijó – década de 1950.....	190
Figura 23 – Alunos do curso Clássico na entrada principal do Ginásio Regente Feijó – 1956 .....	224
Figura 24 – Baile dos alunos do Ginásio Regente Feijó – 1957.....	224
Figura 25 – Time de futebol do Grêmio Esportivo Regente Feijó – 1957.....	225
Figura 26 – Desfile dos alunos do Ginásio Regente Feijó - 1957.....	225

Figura 27 – Alunos do curso Clássico no Salão Nobre do Ginásio Regente Feijó – 1956 .....	226
Figura 28 – Certidão de Habilitação em Exames Finais do Curso seriado - Ginásio Regente Feijó - 1932.....	227

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Relação dos Bacharelados de Ciências e Letras do Ginásio Regente Feijó (1931) .....	115
Quadro 2 – Número de aulas semanais das disciplinas do curso secundário fundamental.....	164
Quadro 3 - Distribuição de tempo das disciplinas escolares no ensino secundário	164
Quadro 4 – Matrículas do ano letivo de 1937 do curso secundário fundamental....	166
Quadro 5 - Quadro geral de matrícula para o Curso Complementar – 1937.....	169
Quadro 6 – Porcentagem de aproveitamento dos alunos no ano letivo de 1937 ....	169
Quadro 7 - Número de matrículas dos Cursos Clássico e Científico nos anos de 1940 – 1958 .....	175

## LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AIB	Ação Integralista Brasileira
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento
CAPES	Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
DNE	Departamento Nacional de Ensino
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RBEP	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
SALTE	Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL E NO PARANÁ (1927-1961).....</b>	<b>27</b>
2.1	O ENSINO SECUNDÁRIO NO PARANÁ .....	35
2.2	A REVOLUÇÃO DE 1930 E A EDUCAÇÃO .....	42
2.3	A REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO A PARTIR DE FRANCISCO CAMPOS E SUA JUSTIFICATIVA.....	47
2.4	O ESTADO NOVO E A REFORMA CAPANEMA .....	56
2.5	O ENSINO SECUNDÁRIO E A REFORMA CAPANEMA .....	68
2.6	A POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA (1950 – 1961) .....	80
<b>3</b>	<b>A HISTÓRIA DO ENSINO SECUNDÁRIO EM PONTA GROSSA.....</b>	<b>94</b>
3.1	O CENÁRIO POLÍTICO NOS CAMPOS GERAIS E EM PONTA GROSSA (1927-1961).....	98
3.2	A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ.....	102
3.3	OS BACHARELANDOS DE CIÊNCIAS E LETRAS DO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ.....	111
3.4	A EQUIPARAÇÃO DO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ .....	121
3.5	A PROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE ENSINO SECUNDÁRIO: OS PROFESSORES DO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ .....	133
3.6	A ATUAÇÃO DOS INSPETORES FEDERAIS DE ENSINO NO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ.....	147
3.7	EXAME DE ADMISSÃO: RITO DE PASSAGEM.....	156
<b>4</b>	<b>O ENSINO SECUNDÁRIO NO GINÁSIO E POSTERIORMENTE NO COLÉGIO REGENTE FEIJÓ: DO FUNDAMENTAL E COMPLEMENTAR AO CLÁSSICO E CIENTÍFICO.....</b>	<b>162</b>
4.1	O ENSINO SECUNDÁRIO FUNDAMENTAL PROPOSTO PELA REFORMA FRANCISCO CAMPOS E PELA REFORMA CAPANEMA .....	162
4.2	O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLEMENTAR NO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ.....	166
4.3	O CURSO CLÁSSICO E CIENTÍFICO NO COLÉGIO REGENTE FEIJÓ .....	171
4.4	AS PRÁTICAS ESCOLARES CONSTRUÍDAS NO GINÁSIO/COLÉGIO REGENTE FEIJÓ.....	177

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>200</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>205</b>
	<b>ANEXO A - PRÁTICAS ESCOLARES DOS ALUNOS DO COLÉGIO                   REGENTE FEIJÓ.....</b>	<b>224</b>
	<b>ANEXO B - CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO EM EXAMES FINAIS DO CURSO                   SERIADO - GINÁSIO REGENTE FEIJÓ - 1932.....</b>	<b>226</b>
	<b>ANEXO C - CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO DE 1934 E DECRETO N.                   19.890 DE 18 ABRIL DE 1931.....</b>	<b>227</b>
	<b>ANEXO D - CAPA DO JORNAL REGENTE FEIJÓ.....</b>	<b>229</b>
	<b>ANEXO E - QUADRO DOCENTE DO GINÁSIO/COLÉGIO REGENTE                   FEIJÓ.....</b>	<b>230</b>

## 1 INTRODUÇÃO

**[...] não há instituição educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica. (SANFELICE, 2007, p. 79).**

O interesse pela temática desta tese iniciou-se em 2005, quando apresentei à Universidade Federal do Paraná a Dissertação de Mestrado intitulada “Ensino Profissionalizante na área de saúde, em Ponta Grossa, PR: o caso do Colégio Estadual Regente Feijó (1970-1982)”, na qual discuti a questão da reforma de ensino de 1971, concretizada com a implantação do ensino profissionalizante neste Colégio.

No decorrer da pesquisa, verifiquei que a implantação da Lei n. 5.692/71 modificou expressivamente a qualidade do ensino no Colégio. Um dos resultados apontou que o ensino do Ginásio Regente Feijó<sup>1</sup>, antes da Reforma de 1971, permanecia no imaginário dos sujeitos que fizeram sua história, como um ensino de qualidade.

Essa constatação despertou meu interesse em ampliar o recorte histórico da pesquisa, fazendo um recuo no tempo, agora aos anos de 1927 a 1961. O ano de 1927 foi escolhido como marco inicial, porque foi neste ano que o Ginásio Regente Feijó foi criado, e o ano de 1961, como limite temporal, porque assinalou a promulgação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Desta forma, procurei analisar 34 anos que decorreram entre os anos de 1927 a 1961, valorizando os aspectos que prevaleceram neste período, tanto no contexto da política e da economia quanto da educação.

---

<sup>1</sup> O Diário Oficial da República, de 5 de março de 1927, sob o número 5.052, traz o parecer nº 11, de 21 de fevereiro de 1927, no qual publica a criação do Ginásio Regente Feijó, em Ponta Grossa. O Ginásio Feijó foi inaugurado, oficialmente, em 1º de abril de 1927 e passou a funcionar na Rua Dr. Colares esquina com a Rua Augusto Ribas. O Decreto nº 21.523, de 13 de junho de 1932, equipara o Ginásio Regente Feijó ao Colégio Pedro II, como estabelecimento de Ensino Secundário, com inspeção permanente, nos termos do Art. 55 e respectivo parágrafo 1º do Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932, reconhece, oficialmente, os exames nele prestados. O Decreto-Lei Federal, nº 4.244 de 9 de abril de 1942, combinado com o art. do Decreto-Lei nº 4.245, da mesma data da Reforma de ensino Capanema, seguindo a nova organização do Ensino Secundário no País, resolve denominar Colégio Regente Feijó, ao Ginásio Regente Feijó. Essa denominação ficou de 1942 a 2000; depois, foi denominado Colégio Estadual Regente Feijó. Em 1942, o Exmo. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas, autorizou o funcionamento dos Cursos Clássico e Científico. Em 1969, o Colégio voltou a realizar os exames para suprir a escolaridade dos jovens e adultos, com a denominação de Exames do Artigo 99, para 1º e 2º Ciclos. (Arquivo Colégio Estadual Regente Feijó).

Os anos de 1927 a 1961 podem ser caracterizados, para a educação brasileira, como um período de consolidação e redefinição da educação secundária no Brasil, porque houve a implantação de duas importantes reformas estabelecidas pelo poder público federal: a Reforma de Francisco Campos e a Reforma de Gustavo Capanema (Lei Orgânica do Ensino, de 1942), ambas estabelecidas durante o governo de Getúlio Vargas. Essas reformas fixaram, entre outros aspectos, a estrutura organizacional para o ensino secundário e confirmaram o modelo de escola secundária concebida como educação das elites condutoras da nação.

O Ginásio Regente Feijó foi escolhido pela sua importância no cenário educacional paranaense e por haver sido o primeiro ginásio<sup>2</sup> público da região dos Campos Gerais. Aliado a esses aspectos, há poucas pesquisas sobre o Ginásio Regente Feijó, justificando, assim, a escolha deste estudo.

Para o entendimento da criação do Ginásio Regente Feijó<sup>3</sup> e da implementação dessas duas reformas, foi necessário contextualizar as fases

---

<sup>2</sup>. Segundo Holzmann (1977, p.2-5), no século XIX, a cidade de Ponta Grossa era pobre em matéria de ensino e poucas pessoas se propunham a transmitir conhecimentos aos filhos dos pontagrossenses, em virtude das imensas dificuldades que encontravam. Somente em 1838, foi concedida autorização para o funcionamento de escolas particulares, porque o poder público não tinha condições de fundar escolas e nem mantê-las. Para que as escolas particulares funcionassem, o governo exigia que os professores fossem do sexo masculino e prestassem exame de suficiência em São Paulo. Como o salário era baixo e as dificuldades enormes, praticamente ninguém se apresentava para pleitear abertura de uma escola. Em 1865, chegou a Ponta Grossa, Agostinho Martins Colares, para exercer o cargo de Juiz Municipal. Dois anos depois, abandonou a magistratura e fundou uma escola num prédio da Rua das Tropas. Em 1869, o Dr Colares transferiu sua escola para uma área maior e ela começou a funcionar em regime de internato, com o nome de Instituto Paranaense. Tinha um ótimo corpo docente que ensinava: Português, Latim, Inglês, Geografia, Aritmética, Álgebra e Geometria. Essa escola foi extinta em 1878. No ano seguinte, 1879, José Martins Colares, filho do Dr Agostinho Colares, abriu um externato no mesmo prédio onde funcionou o Instituto Paranaense. Essa escola funcionou por quase vinte anos, mas ainda não representava o ensino secundário público.

<sup>3</sup> O Ginásio/Colégio Regente Feijó recebeu este nome para homenagear o ilustre professor eclesiástico e político Diogo Antonio Feijó (Regente do Império), o qual deu grande valor ao ensino no Brasil. "Ele nasceu em São Paulo, em agosto de 1784 e faleceu em 10 de novembro de 1843, na mesma cidade. Foi Senador e Regente do Império e 'filho de pais incógnitos', conforme declarou em mais de um documento. Preparou-se para a vida sacerdotal, ordenando-se em 1809. Padre e Professor viveu em Campinas e Itu, onde se fixou em 1818. Foi deputado na Corte de Lisboa entre os anos de 1821-1822, formando um grupo de brasileiros que se recusou a assinar Constituição Portuguesa. Deputado Geral em 1826-1831. Logo após a abdicação de Pedro I, assumiu o Ministério da Justiça, destacando-se como sustentáculo da Legalidade. Senador pelo Rio de Janeiro em 1833 elegeu-se Regente em 1835, posto a que renunciou dois anos depois. Presidente do Senado em 1839 retirou-se à sua Província, participando da Revolução Liberal de 1842. Preso e deportado para Vitória (ES), julgado perante seus pares, obteve licença para retornar a São Paulo, vindo a falecer, enquanto aguardava o pronunciamento do Senado. Deixou diversos discursos de valor, destacando: Lógica das Nações; Preliminares da Abolição do celibato clerical. Diogo Antonio Feijó reformou o Exército Brasileiro, protegeu a colonização estrangeira e regulamentou a Instrução Primária na Corte." (REMER, 2005, p. 158).

históricas diferenciadas que marcaram mudanças significativas ocorridas na política, na sociedade e na educação brasileira. Por isso, foi fundamental a compreensão das reformas ocorridas no ensino secundário brasileiro e da compreensão, também, de como essas reformas contribuíram para a expansão do ensino secundário no Paraná.

Esta tese se insere na área de investigação da História da Educação, especificamente, na linha da História e Políticas da Educação, e traz como objeto de estudo o ensino secundário oferecido pelo Ginásio Regente Feijó, nos anos de 1927 a 1961.

Trata-se, portanto, de uma análise alicerçada nas singularidades de uma instituição escolar, porque se entende que cada instituição possui sua história, sua trajetória ao longo das diferentes épocas. “O passado de uma instituição educativa não pertence apenas à instituição, mas à sociedade na qual ela se encontra.” (MAGALHÃES, 2008, p. 22).

Toda instituição escolar possui sua singularidade e, por isso, não pode ser analisada de forma isolada do contexto.

Mergulhar no interior de uma instituição escolar, com o olhar do historiador, é ir em busca de suas origens, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações arquitetônicas pelas quais passou e que não são gratuitas; é ir em busca da identidade dos sujeitos, (professores, gestores, alunos, técnicos e outros) que a habitaram, das práticas pedagógicas que ali se realizaram, do mobiliário escolar que se transformou e de muitas outras coisas. Mas o essencial é tentar responder à questão de fundo: o que esta instituição singular institui? O que ela institui para si, para seus sujeitos e para a sociedade na qual está inserida? Mais radicalmente ainda: qual é o sentido do que foi instituído? (SANFELICE, 2006, p. 24).

Para Gatti Júnior (2002) os estudos que envolvem a história das instituições escolares integra uma “tendência recente da historiografia, que confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto, que, sobretudo na área educacional, faziam-se presentes.” (GATTI JÚNIOR, 2002, p.4).

E Bittar e Ferreira Jr (2009, p. 501) argumenta que a singularidade de uma determinada instituição exprime “os elementos internos que a distinguem das outras instituições e são, por conseguinte, exclusivos dessa instituição e não de outra qualquer”.

Há muitos estudos sobre as instituições escolares e sobre a educação secundária no Brasil, mas acredito que nenhuma temática foi estudada tão exaustivamente que se esgotou em si mesma, não permitindo mais possibilidades de outras interpretações ou abordagens, porque:

[...] o passado é inacabado, no sentido de que o futuro o utiliza de inúmeras maneiras. Daí a possibilidade, e para nós exigência, de que cada geração reescreva a/ou histórias daqueles que a antecederam (NUNES, 1990, p.38).

Ao abordar esse assunto, Nunes (1990) afirma que nem uma quarta parte dos documentos produzidos pelo homem foi explorada, provavelmente, por não serem encontrados devido ao descaso aos acervos da História e da Memória da Educação e da Cultura ou porque poucos pesquisadores não se aventuram na tarefa de “garimpar” os arquivos escolares existentes disponíveis, às vezes por “desconhecimento, impaciência, preguiça, desinteresse, descuido ou até por falta de oportunidade, muitos pequenos grandes tesouros permanecem escondidos”. (NUNES, 1990, p. 38).

Esses “muitos pequenos grandes tesouros”, citados por Nunes (1990), permanecem escondidos nos arquivos das escolas, como pude constatar nas minhas pesquisas no arquivo do hoje Colégio Estadual Regente Feijó.

Alguns desses papéis poderão, sem dúvida, serem prenúncios de novos fatos ou, então, permitirem outras leituras de velhos fatos, ajudando-nos a reavaliar interpretações correntes, a refutá-las ou precisá-las. Conforme Nunes (1990), somente a vontade de demonstrar que nem tudo foi contado (e não de dar a última palavra) pode mobilizar-nos na árdua tarefa de joeirar dados, estabelecer novas estratégias de percurso e definir rotas a serem seguidas no dia após dia dos arquivos, investimentos teóricos e a atitude que incorporamos aos nossos hábitos de pensar e pesquisar a História da Educação. “Os arquivos não guardam apenas sonhos, corporificam na sua existência e na sua organização um poder multifacetado, quer individual (do titular, do doador), quer institucional, com o qual medimos nossa força de intervenção.” (NUNES, 1990, p. 39).

Os arquivos guardam vestígios brutos (FARGE, 2009, p. 13) que se tornarão representações do real, constituindo-se em um jogo de aproximações e oposições, no qual o historiador dá sentido a um quebra-cabeça ao reconstruir acontecimentos, às vezes forjando perguntas a partir dos silêncios, da desordem das informações

levantadas nos documentos. “O real do arquivo torna-se não apenas vestígio, mas também ordenação de figuras da realidade; e o arquivo sempre mantém infinitas relações com o real.” (FARGE, 2009, p. 35).

Bloch diz que os documentos são vestígios e só falam quando o historiador sabe interrogá-los. “É a pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado.” (BLOCH, 2001, p. 8).

Segundo Ragazzini (2001) os documentos “não falam *per se*. São vestígios, testemunhos que respondem [...] às perguntas que lhes são apresentadas. [...] A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação.” (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

Nas duas últimas décadas do século XX, grandes mudanças na historiografia brasileira ocorreram, elevando quantitativamente e qualitativamente as obras científicas na área de História da Educação. Com isso, surgiram grupos de pesquisa que valorizaram estudos sobre as instituições escolares e suas práticas, despertando o interesse de estudiosos sobre o tema. Dentre eles, destacam-se os estudos de Saviani, Sanfelice, Gatti Júnior, Justino Magalhães, Paolo Nosella, Ester Buffa, entre outros.

Com isso, no final do século XX e começo do século XXI, verificou-se a criação de vários núcleos de pesquisas baseados nessa nova concepção interpretativa da História, na qual as fontes primárias e as especificidades dos processos educacionais criados no interior das instituições escolares foram valorizadas, ocasionando um aumento das publicações de livros que tratam da História das Instituições Escolares “[...] Depreende-se da análise dessa produção mais recente em História da Educação, especialmente, daquela vinculada à História das Instituições Escolares, um quadro de pluralidade temática, acompanhado de significativa variedade quanto aos marcos teórico-metodológicos.” (GATTI JR., 2002, p. 4). “Os grupos de pesquisa sobre instituições escolares multiplicam-se, a cada dia, nos vários programas de pós-graduação em Educação no país.” (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 5).

Esses grupos de pesquisa em História da Educação tiveram um novo olhar sobre a escola, não somente com encaminhamentos teóricos, mas também com elaborações de interpretações do passado, por meio da produção de inúmeros

trabalhos que, a partir de questões postas pelas práticas cotidianas dos professores, dos alunos e das influências sociais têm permitido uma visão mais rica e complexa do fazer histórico da escola enquanto instituição social. Para Julia (2001, p. 13), voltar o olhar para as práticas escolares no seu cotidiano é “abrir a caixa preta da escola”, buscando compreender o que ocorreu nesse espaço particular.

A ação escolar, neste sentido, “fez-se sentir além de seus muros, irradiando para o conjunto da sociedade, constituindo-se em referência importante para a definição de identidades pessoais e coletivas, públicas e privadas, políticas e profissionais, entre outras.” (FARIA FILHO JR, 2002a, p.13-16).

Segundo essa conotação, Vincent, Lahire e Thin (2001) remetem-nos à configuração do que eles chamam de forma escolar. Para eles, a configuração de instituição escolar no mundo moderno realiza-se, também, pela crescente ampliação da influência desta para muito além do interior da escola.

No contexto do recorte histórico desta pesquisa (1927 a 1961), o Colégio Pedro II<sup>4</sup> foi considerado o colégio modelo para todo o ensino secundário nacional. Os colégios secundários oficiais deveriam ser a ele equiparados<sup>5</sup>, seus programas e seus currículos deveriam ser adequados aos dele, mediante inspeção federal.

Os programas propostos no período da Reforma de 1931 foram expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e revistos, de três em três anos, após apreciação das propostas elaboradas pela Congregação do Colégio Pedro II para

---

<sup>3</sup>Esse Colégio, ao longo do tempo, apresentou mudanças em seu nome. Segundo Vechia & Lorenz (1998) o Art 2º no Decreto de Fundação denominou Collegio de Pedro II e no seu primeiro regulamento, 1838, continha os Estatutos para o Collegio de Pedro segundo. Nos vários documentos e programas de ensino aparece a denominação Imperial de Pedro II, em 1890. Já em 1911, passou a chamar-se Gymnasio Nacional, posteriormente Collegio Pedro II e, mais tarde, essa grafia foi alterada para Colégio Pedro II.

<sup>4</sup>Requisitos para equiparação: os lentes concursados efetivos e lentes concursados substitutos, condições patrimoniais para o funcionamento do colégio, número mínimo de alunos, disciplinas obrigatórias ofertadas em séries regulares, seguindo o programa do Colégio D. Pedro II. Para manter o privilégio da equiparação, o colégio submetia-se à fiscalização federal que vistoriava principalmente o cumprimento do programa, as cargas horárias e os exames gerais do curso seriado e dos exames preparatórios. Os procedimentos disciplinares não eram objeto de análise dos inspetores federais. Conforme determinava o artigo 52 do Decreto nº 21.241, os estabelecimentos de ensino secundário que atendessem às exigências legais, seriam submetidos a um regime de inspeção preliminar por um período mínimo de dois anos. Após o período de inspeção preliminar, caso o estabelecimento fosse considerado aprovado por uma comissão de inspetores, seria concedida a inspeção permanente por decreto do Governo Federal (art. 55), tornando-se equiparado ao Colégio Pedro II e designado estabelecimento livre de ensino secundário. “No período republicano a influência do Colégio Pedro II se fazia sentir de forma direta. Através do sistema de equiparação, os colégios públicos ou particulares que desejassem ter os privilégios do Colégio Pedro II, deveriam adotar currículos e programas iguais ou semelhantes aos do mesmo e submeter-se à fiscalização do poder central.” (VECHIA; LORENZ, 1998, p. 3).

“utilização não só no referido Colégio, mas em todos os estabelecimentos de ensino secundário público.” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 3). As mudanças que viriam da Reforma Capanema, instituída em 1942, aconteceram em decorrência da situação política do Brasil. A implementação dos programas da reforma Francisco Campos, em 1931, ocorreu na mesma época, já, a implementação dos programas referentes à reforma Capanema, de 1942, foi expedida por intermédio de várias Portarias no período de 1942 a 1946.

A importância histórica do Colégio Pedro II é ressaltada por Cunha Júnior quando afirma:

A fundação do Imperial Collegio de Pedro II, em 1837, é sem dúvida, um momento importante da história do processo de escolarização do ensino secundário oficial no Brasil. [...] a instrução secundária oferecida no Município da Corte e nas demais províncias brasileiras, concentrava-se até então nas aulas avulsas, em estabelecimentos particulares e em alguns seminários religiosos (CUNHA JÚNIOR, 2008. p. 27).

Ainda sobre a importância histórica do Colégio Pedro II, Zotti (2005) afirma que o Colégio D. Pedro II foi o primeiro a utilizar o termo secundário de forma legal e Vechia e Cavazotti (2003) assim se expressam sobre o Colégio Pedro II:

Criado com a finalidade de formar a elite intelectual, econômica e religiosa brasileira, o Collegio de Pedro II foi considerado o “padrão” a ser seguido pelos congêneres em todo o país. Sua criação, pelo Decreto de 2 de dezembro de 1837, representou a primeira iniciativa do Governo Imperial de estabelecer o ensino secundário público, no Município da Corte, bem como de adotar um plano de estudos integral, estruturado em níveis e séries. (VECHIA, 2003, p.27).

Durante o período imperial, os demais liceus, colégios provinciais públicos e os particulares foram incentivados a adequar seus planos de estudos e programas de ensino aos adotados pelo referido colégio, uma vez que, a partir de 1854, os exames de ingresso ao ensino superior, chamados de exames preparatórios, deveriam ser realizados em conformidade com os programas daquela instituição. Foi a maneira encontrada, indiretamente, de padronizar o ensino secundário em todo o país.

No período histórico escolhido para esta tese, houve importantes modificações no ensino secundário, tanto na sua estrutura quanto na sua finalidade, e que, em diferentes épocas e localidades, apareceram várias influências, que podem ser tanto culturais quanto ideológicas ou políticas.

Todas essas modificações ocorridas no ensino secundário levaram-me ao seguinte questionamento: *Como se implantou e se estruturou o ensino secundário no Ginásio Regente Feijó?*

Diante desse questionamento, procurei confirmar a seguinte hipótese: O Ginásio Regente Feijó, embora tenha seguido os parâmetros do Colégio Pedro II em relação à sua organização e funcionamento, caracterizou-se por apresentar singularidades que moldaram a educação escolar ali proporcionada.

Para tanto, os objetivos específicos da pesquisa foram:

- a) Investigar as condições que proporcionaram a criação e a permanência do Colégio Regente Feijó, na cidade de Ponta Grossa, Paraná;
- b) Analisar a implantação do curso secundário no Colégio Regente Feijó;
- c) Verificar em que medida o Colégio Regente Feijó seguiu o modelo do Colégio Pedro II;
- d) Demonstrar as singularidades que caracterizaram a educação escolar nesta Instituição.

Portanto, este estudo pretende contribuir para pesquisas ligadas à História das Instituições Educacionais e à formação/construção da História da Educação Secundária no Paraná, entendendo que cada instituição possui sua história, sua trajetória ao longo das diferentes épocas e localidades.

Diante disso, o primeiro passo foi buscar materiais e fontes que respondessem a todas as questões acima formuladas. A perspectiva foi comparar e confrontar o discurso oficial das autoridades contido nos relatórios, nas mensagens, nos ofícios dos inspetores federais da época com as notícias vinculadas nos jornais, levantando algumas contradições e similaridades.

O embasamento do referencial metodológico permitiu estabelecer o caminho da investigação e a análise das fontes selecionadas e levantadas.

Por isso, um dos primeiros passos para dar continuidade à pesquisa foi fazer um levantamento das fontes existentes que pudessem ir compondo as múltiplas possibilidades de questionamentos e interpretações, possibilitando as articulações necessárias para a compreensão do tema.

Os estudos foram iniciados no Colégio Estadual Regente Feijó para melhor entender a criação e o processo de implantação das reformas, examinando os documentos do seu arquivo.

Na cidade de Ponta Grossa, pesquisei o arquivo do Colégio Estadual Regente Feijó, os acervos do Museu Campos Gerais, da Casa da Memória do Paraná e da Biblioteca da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a fim de analisar os documentos que ali se encontram. Ainda, busquei pesquisar o jornal Diário dos Campos e o Jornal dos estudantes publicados à época pesquisada.

Em Curitiba, investiguei o Arquivo Público Paranaense, a Biblioteca Pública do Paraná; Seção Documentos Paranaenses e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, além do Jornal Gazeta do Povo.

Outro recurso utilizado para a pesquisa foi o da Biblioteca Digital. As Bibliotecas Digitais têm possibilitado o acesso às mais diversas fontes, proporcionando o alargamento do conhecimento do pesquisador sobre o mundo atual e suas contradições. A intensa utilização da internet pela sociedade acadêmica e o vertiginoso aumento de acervos digitais disponibilizados, contribuíram para o surgimento dessa nova ferramenta de pesquisa, mostrando outros caminhos para a construção do conhecimento. Vianna (2005, p. 38) afirma que “[...] a internet não é como uma biblioteca convencional: é um espaço cibernético onde as informações não são selecionadas como ocorre nas bibliotecas.”

E Chartier (2004) compartilha desse pensamento quando afirma que:

O texto eletrônico pode dar realidade aos sonhos, sempre inacabados, de totalização do saber que o precedeu. Tal como a biblioteca de Alexandria, ele promete a universal disponibilidade de todos os textos escritos, de todos os livros publicados. Como a prática de lugares comuns à Renascença, ele chama a colaboração do leitor que pode, a partir de agora, escrever no próprio livro, portanto, na biblioteca sem muro da escrita eletrônica (CHARTIER, 2004, p. 3).

Esse meio digital possibilitou o acesso a muitas informações importantes que, talvez, pelo meio impresso seria difícil encontrá-las. É o caso, por exemplo, de muitos textos científicos, publicados em anais de Congressos, que só estão disponibilizados em formato digital.

Amorim (2000, p. 90) reforça essa questão quando diz que: “A utilização das novas tecnologias possibilitará aos arquivos, bibliotecas e museus oferecerem, ao pesquisador, de forma mais ágil e eficiente os documentos para subsidiar a construção da história em seus múltiplos aspectos”.

A biblioteca Digital permitiu o acesso a diversas fontes como:

- a) o Acervo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), no qual vários documentos foram consultados a partir do arquivo pessoal de Gustavo Capanema, dos relatórios do Presidente Getúlio Vargas, dos Governadores, dos Ministros, depositados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, na Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro;
- b) a produção Historiográfica dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil, na qual consultei as Teses e Dissertações sobre a História das Políticas para o Ensino Secundário Público no Brasil;
- c) os *sites* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
- d) as Bibliotecas virtuais das Universidades: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ao acervo do grupo de pesquisa da História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) e da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE);
- e) Colégio Pedro II. Anuário Comemorativo do 1. Centenário da Fundação do Colégio (1937-1938). v. 10. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, NUDOM.

A pesquisa permitiu uma melhor compreensão da implantação do ensino secundário no Paraná e as condições do ensino no contexto histórico proposto, verificando-se o desenvolvimento dos Campos Gerais – PR e a criação da Primeira Instituição de Ensino Secundário Público em Ponta Grossa.

O embasamento do referencial teórico estabeleceu o caminho da investigação e a análise das fontes selecionadas e levantadas.

A análise das produções intelectuais de autores que tratam especificamente sobre o Ensino Secundário no Brasil foi importante, para explicar sobre a estruturação e a expansão do ensino secundário no Brasil.

Por isso foram considerados, entre outros autores, os estudos de Haidar (1972), Silva (1969), Abreu (1955, 1966, 2005), Schwartzman, Bomeny e (2000), Souza (2008, 2009), de Vechia e Lorenz (1998, 2006), Vechia e Cavazotti (2003), Vechia e Ferreira (2004), Campos (1940), Moreira (1959).

Revista Brasileira de Educação<sup>6</sup>. A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) do Ministério de Educação e Cultura.

Para o entendimento sobre a política, a sociedade e a economia no Brasil e no Paraná, referente ao período pesquisado, serviram de apoio as obras dos seguintes autores: Azevedo (1948,1960, 1962, 1976), Fausto (2001,2003,2004), Helena Bomeny (1999), Miguel (1997), Trindade e Andreazza (2001), Ricardo Costa de Oliveira (org.) e outros títulos da Coleção História do Paraná.

Portanto, esta pesquisa que envolveu o estudo da criação e da permanência do primeiro ginásio de Ponta Grossa, da implementação de duas importantes reformas para o ensino secundário no Brasil e no Paraná e das mudanças na legislação em relação à educação não se limitou apenas ao estudo dos documentos oficiais, mas também, procurou captar as singularidades referentes ao Ginásio Regente Feijó nos jornais oficiais e estudantis à época.

Com isso, os documentos e jornais analisados permitiram uma maior proximidade com o cotidiano escolar e revelaram as práticas ocorridas no interior do Ginásio, porque o documento é “uma coisa que fica, que dura, e o testemunho; o ensinamento.” (LE GOFF, 1990, p. 548).

Os quatro capítulos que compõem esta tese constituem estudos específicos sobre o ensino secundário no Brasil, no Paraná, particularmente, na cidade de Ponta Grossa. O Primeiro capítulo aborda a escolha da temática, a metodologia empregada e os autores que fundamentaram a pesquisa. O segundo capítulo trata das transformações ocorridas no ensino secundário, entre as décadas de 1927 a 1961, destacando-se a Reforma Francisco Campos, em 1931, e a Reforma Capanema, em 1942. O terceiro capítulo aborda a história do ensino secundário em Ponta Grossa, com a criação do Ginásio Regente Feijó, o primeiro dos Campos Gerais, a da implantação do ensino secundário no Ginásio. O quarto capítulo trata

---

<sup>6</sup> A Revista Brasileira de Educação é uma publicação quadrimestral da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

do ensino Fundamental e Complementar e o ensino Clássico e Científico propostos pelas reformas Francisco Campos e Capanema no Ginásio/Colégio Regente Feijó e as representações feitas pelos alunos egressos do Ginásio/Colégio e as suas práticas escolares, o dia a dia deles, as agremiações, a imprensa escolar, divulgando o ensino do Ginásio para a sociedade ponta-grossense.

## 2 O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL E NO PARANÁ (1927-1961)

A história do ensino secundário no Brasil tem origem nos seminários e colégios jesuítas, nos quais era ministrado o ensino das humanidades. “Quando os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil, em 1549, chefiados pelo Padre Manoel da Nóbrega, eles cumpriram o mandato do Rei de Portugal, D João III, que formulara, nos ‘Regimentos’, aquilo que poderia ser considerado a nossa primeira política educacional.” (SAVIANI, 1997, p. 4). A partir deste momento, foi elaborado um plano de ensino pelo Padre Manoel da Nóbrega, que, pouco tempo depois, foi suplantado pelo “plano geral dos jesuítas, a ‘Ratio Studiorum’, ensinado nos colégios e seminários que foram sendo criados nos principais povoados.” (SAVIANI, 1997, p. 4). Os jesuítas marcaram a educação brasileira até a metade do século XVIII, quando em 1759 foram expulsos pelo Marquês de Pombal, primeiro-ministro do Rei de Portugal, D. José I.

As reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, patrocinadas pelo Estado Português, trouxeram as aulas régias, que segundo Cardoso (2004, p. 190), compreendiam o estudo das humanidades, e foi a primeira tentativa de organizar o ensino laico, no Brasil. Para Cardoso (2004), na prática, o sistema de aulas régias pouco alterou a realidade educacional no Brasil, tampouco se constituiu numa oferta de educação popular, ficando restrita às elites locais.

Em 1834, o Ato Adicional propôs a descentralização do sistema público de ensino e delegou às Assembleias provinciais o direito de legislar quanto ao tema, assim, cada província do Brasil teria mais autonomia para organizar, de acordo apenas com suas próprias diretivas, o ensino primário e secundário. Com isso, o ensino secundário, no decorrer do Segundo Império, variava de província para província e as aulas isoladas, tal como eram praticadas nos períodos históricos anteriores, pouco a pouco se juntam nos liceus.

Neste cenário, tem importância específica a fundação do Colégio Pedro II, porque, conforme Vechia; Lorenz (2006, p.6004) “finalmente, foi tomada a decisão de se criar uma instituição única que viesse a servir de modelo para as congêneres públicas e particulares em todo o Brasil.”

O Colégio Pedro II foi fundado pelo Decreto de 2 de dezembro de 1837, no Rio de Janeiro, pelo então Ministro Interino da Educação no Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, em homenagem ao Imperador-Menino, quando ele completou 12 anos de idade. (COLÉGIO PEDRO II, 2011). O colégio é fruto da transformação do Seminário de São Joaquim, em 1837, e da organização apoiada na experiência lazarista do Colégio Caraça, primeiro em regime de internato e, a partir de 1856, no duplo regime de internato e externato, tornou-se o equivalente público de um ensino secundário considerado de qualidade junto à elite. Haidar (1972, p. 22) afirma que para “os bacharéis em letras nele formados abriam-se as portas de qualquer faculdade do Império, independente de novas provas”.

Seu ensino tinha o objetivo de dar uniformidade ao ensino da mocidade e, segundo Vechia e Ferreira (2004, p. 7) os estatutos do Colégio foram organizados com base nos liceus franceses e, por isso, o currículo organizado era composto por: Gramática Nacional, Gramática Latina, Grego, Francês, Inglês, Geografia, História, Retórica e Poética, Filosofia, Aritmética, Geometria, Álgebra, Trigonometria Mecânica, Astronomia, Zoologia, Botânica, Minerologia, Química, Física, Desenho e Música Vocal. Foi proposto também, um programa gradual de ensino com duração de seis anos. O ingresso ao Colégio se dava a partir 10 ou 11 anos, desde que os candidatos dispusessem de conhecimento de leitura e escrita correta, noções elementares de gramática da língua portuguesa e da doutrina cristã, resolução das quatro operações fundamentais da aritmética e aplicação do sistema decimal de pesos e medidas. O seu sistema previa exames de admissão e proporcionais e, admitiam-se alunos para o externato e internato.

[...] O Imperial Collegio de Pedro II representou a primeira iniciativa do Governo Imperial de estabelecer o ensino secundário público no Município da Corte e de buscar alguma uniformização do ensino secundário no Brasil. Sua fundação tinha por finalidade educar a elite intelectual, econômica e religiosa da Corte e das Províncias. (VECHIA; LORENZ, 2006,6003).

O Colégio Pedro II foi idealizado “para servir de modelo às demais instituições secundárias.” (CUNHA JUNIOR, 2008, p.23) e uniformizar o ensino secundário. Haidar, em seus estudos sobre o Colégio Pedro II, percebeu que o modelo de ensino desse Colégio se dava “pela importância e pela riqueza do trabalho pedagógico aí desenvolvido, o que o tornou padrão ideal, já que o padrão real era dado pelos exames preparatórios e parcelados.” (HAIDAR, 1972, p. 95).

Para essa pesquisadora, o Colégio Pedro II não foi padrão ideal, porque a tendência dos alunos foi a de abandonar o curso após cinco anos, quando ainda não tinham completado a maior parte dos exames preparatórios exigidos para o acesso ao ensino superior, porque o decréscimo das matrículas nas últimas séries do Colégio mostrou que “a maior parte os alunos, após alguns anos de estudos regulares, recorria aos exames de preparatórios a fim de ingressar mais rapidamente nos cursos superiores.” (HAIDAR, 1972, p. 54).

A pesquisadora Magda Massunaga (1989) apresenta em seu estudo, uma tabela que constam dados sobre os bacharéis formados no Colégio Pedro II, entre os anos de 1843 (ano da 1ª turma de formandos) e 1889. Nestes anos (1843-1889) formaram-se, em média, cerca de 12 alunos por ano, totalizando 500 bacharéis em 46 anos de funcionamento do Colégio.

De acordo com essa pesquisadora, a fase Imperial chegou ao fim com apenas 3% de toda a população frequentando algum tipo de escola, “para cada dez mil habitantes, cerca de duzentos e quinze estavam matriculados nas escolas primárias, sete frequentavam a escola secundária e um ou dois alunos conseguiam chegar ao ensino superior.” (MASSUNAGA, 1989, p. 87).

Nos anos iniciais da República, várias discussões ocorreram em torno do papel da instrução pública para aquele momento. Com a Proclamação da República, no Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, torna-se Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (Decreto n.º 346, de 19 de abril de 1890) Benjamin Constant Botelho de Magalhães<sup>7</sup>.

Com isso, propostas de reformas foram apresentadas e, entre elas, a Reforma de Benjamin Constant que sugeria a organização e a direção do ensino público. Aliás, esse foi o primeiro Ministério dedicado à educação e um dos pontos altos desse Ministério foi a regulamentação da Instrução Primária e Secundária no

---

<sup>7</sup> Benjamin Constant nasceu em 18 de outubro de 1836, no Porto de Méier, freguesia de São Lourenço, município de Niterói. Filho de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães (1801-1849), português, natural da Torre de Moncorvo, e D. Bernardina Joaquina da Silva Guimarães, natural do Rio Grande do Sul. (NOGUEIRA, 1936, apud CARTOLANO, 1994, p. 16). Como político e intelectual participou da Guerra do Paraguai e teve papel de destaque na Proclamação da República. Foi lente do Colégio Normal da Corte, assumiu a presidência do Instituto dos Meninos Cegos após a morte do Dr. Cláudio, antigo presidente da instituição, foi Ministro da Guerra e, posteriormente, Ministro da Instrução Pública Correios e Telégrafos, criado em 12 de abril de 1890. Em 8 de novembro de 1890 por meio do Decreto nº. 981 foi aprovado o regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal, que teve influência da filosofia Positivista. Benjamin Constant defendia os ideais democráticos e, como ministro da Instrução Pública, realizou a primeira Reforma do Ensino da República. Deixou como legado a Reforma de Instrução Pública de 14 de abril de 1890. (NISKIER, 1996).

país, e isso, provavelmente, contribuiu para o crescimento do ensino público e para o desenvolvimento das instituições culturais. (NISKIER, 1996).

Niskier (1996, p.183) lembra que pela primeira vez, no Brasil, um Ministério foi dedicado à Instrução Pública, cuja organização foi objeto do Decreto nº 733-A, de 5 de maio de 1890, que no seu Artigo 1.º estabelecia:

A Secretaria de Estado de Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, compreenderá uma diretoria-geral com três secções: a 1.ª dedicada a tudo que for atinente à instrução pública, de modo geral, desde a primária até a superior, profissional, etc.(NISKIER, 1996, p. 183).

Na sequência, providências administrativas foram tomadas com o Decreto n.º 435, de 30 de maio de 1890, que fixou a distribuição de verba para o novo Ministério. A maior verba foi destinada à manutenção dos Correios, seguida para a da manutenção dos Telégrafos e só o restante, para a manutenção da Inspeção da Instrução Primária e Secundária. Percebe-se, com essa distribuição, que à época, a educação já não era prioridade.

A Reforma Benjamin Constant orientava para os princípios da gratuidade da escola primária, da laicidade e liberdade de ensino, atingindo a educação secundária no Distrito Federal, juntamente com a educação primária. A escola secundária, destinada às crianças de 13 a 15 anos, durava sete anos, com o objetivo de que o curso secundário se detivesse somente na preparação dos alunos para o ensino superior. Buscava-se, também, a sua formação, com o exame de madureza<sup>8</sup>, para

---

<sup>8</sup> Na Reforma de Benjamin Constant foi instituído o Exame de Madureza obrigatório para que o aluno recebesse o certificado de conclusão do curso secundário para poder ingressar na faculdade, em substituição aos exames parcelados. A nova Constituição da República atribuiu ao Congresso a possibilidade de legislar e organizar o sistema federal, mas o Congresso foi adiando a votação da obrigatoriedade do Exame de Madureza. Em 1901, o então Ministro da Educação, Epiácio Pessoa, promulgou uma segunda reforma, pedindo o retorno do Exame de Madureza para comprovar os estudos secundários realizados e estendendo o privilégio da equiparação, tendo como modelo o Ginásio Nacional, para qualquer instituição secundária. Essa reforma não conseguiu entrar em vigor, o Congresso Nacional adiou sua aprovação por mais de uma década. Em 1911, dez anos após a Reforma Epiácio Pessoa, surgiu uma terceira reforma feita pelo Ministro Rivadávia Correia, que propôs a eliminação do Exame de Madureza e a equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário ao Ginásio Nacional. Com isso, foram abolidos os certificados de conclusão do curso secundário das escolas equiparadas, como também foram abolidos os certificados de conclusão do próprio Ginásio Nacional, que vinham sendo expedidos há quase um século, com direito ao ingresso imediato aos cursos superiores. Os exames preparatórios parcelados foram extintos, mesmo aqueles que eram feitos nas próprias faculdades. Os exames preparatórios parcelados foram extintos, mesmo aqueles que eram feitos nas próprias faculdades, que na realidade não se constituíam em exame propriamente no âmbito jurídico, mas um atestado de estudos secundários. Em 1915, a reforma de Maximiliano restaura os certificados de conclusão do curso secundário expedido pelo Ginásio Nacional, reinstalou a possibilidade de equiparação de outros estabelecimentos de ensino ao Ginásio Nacional, desde que se tratasse de estabelecimento público estadual, restaura, também, os exames

avaliar sua preparação ao final do curso. Niskier (1996) lembra que o prestígio do Colégio Pedro II era tal que, a partir de 1843, os bacharéis nele formados não necessitavam realizar o exame de madureza para ingressar no ensino superior.

A Reforma Benjamin Constant orientava que a formação dos estudantes deveria se apoiar na ciência, não mais na tradição humanista clássica, nem na predominância literária, como se fazia antes. Conforme a ordenação positivista deveria incluir matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral. No entanto, a reforma foi criticada, inclusive pelos positivistas, pela falta de observação da idade da introdução dos estudos científicos<sup>9</sup> (RIBEIRO, 2001).

Lorenz e Vechia (2011, p. 136) falam que Benjamin Constant propôs “um plano de estudos considerado um dos mais inovadores e um dos mais severamente criticados do ensino secundário.” A carga horária relativa às Humanidades passou de 41% para 36%, e a carga horária para a área de Ciências aumentou de 7% para 18%. Houve também da carga horária de Matemática de 7% para 15% do total. (LORENZ; VECHIA, 2011, p. 137).

Segundo Ribeiro (2001), o que ocorreu, na realidade, foi um acréscimo de matérias científicas às tradicionais, tornando o ensino enciclopédico. Ora uma reforma pendia para uma predominância, ora para outra, por isso, no primeiro período republicano, não houve adiantamentos na consecução de um ensino secundário mais adequado às novas tendências sociais no Brasil.

As propostas apresentadas “fugiam à realidade concreta, e passavam a criá-la através da ação educativa da lei. Data de então, este distanciamento gritante entre o Brasil legal e o Brasil real”. (REIS FILHO, 1974, p. 1 e 2)

Artur Gaspar Vianna, Técnico de Educação da Diretoria de Ensino Secundário, em 1943, escreveu um artigo muito interessante intitulado “A

---

preparatórios parcelados, pelos quais os estudantes não matriculados em escolas oficiais poderiam obter certificados de estudos secundários reconhecidos pela União. Em 1925, o Ministro João Luís Alves acaba com os exames preparatórios parcelados e instituiu no seu lugar a obrigatoriedade de um curso ginasial de seis anos de duração, seriado e frequência obrigatória, e iniciou a implantação generalizada do curso secundário. Por isso, decidiu que continuaria existindo o Ginásio nacional e a equiparação ao Ginásio Nacional, apenas para os estabelecimentos de ensino secundário estadual. Ver Minhoto (2007); Nunes (2000).

<sup>9</sup>.Comte, representante máximo da corrente filosófica positivista, não recomendava o ensino das ciências senão após os catorze anos. Para ele, a criança deveria receber uma educação de caráter estético baseada na poesia, na música, no desenho e nas línguas. Segundo Ribeiro (2000) A reforma de Benjamin Constant incluía já na escola de 1º grau a aritmética, a geometria prática e, na de 2º, que iniciava aos treze anos, além dessas, trigonometria e as ciências físicas e naturais.

transformação do Ensino Secundário”, publicado no livro de Bicudo<sup>10</sup> (1943), no qual afirma que, com a Proclamação da República, o ensino secundário passou a valorizar ideais políticos, “cuja concepção era puramente política e laicista”. (VIANNA in BICUDO, 1943, p. 173). Continua o texto afirmando que o ensino secundário no Brasil não “correspondeu aos anseios republicanos que desejavam consolidar uma filosofia de vida com finalidade positivista.” (VIANNA in BICUDO, 1943, p. 174).

A educação brasileira se dividia em:

[...] estruturas independentes e com poucos pontos de contato. E de relacionamento efetivo: a federal, preocupada basicamente com a formação das elites e constituída por estabelecimentos de ensino superior (o que ocorre até hoje) e secundários; e as estaduais [...] com possibilidades legais de instituir escolas de todos os graus e tipos, mas, na realidade, por força dos limitados recursos econômicos estaduais, especializando-se na manutenção da educação das camadas populares. (ANTUNHA, 1971, p. 101).

Economicamente, o novo regime possibilitou alguma participação no poder da classe média, mesmo que transitoriamente (SODRÉ, 1974). E se estabeleceu uma política econômica de valorização do café, a partir do capital estrangeiro, que colocava os lucros nas mãos da burguesia estrangeira e daqueles que faziam parte da camada senhorial, conhecida também como burguesia agrário-exportadora.

No entanto, conforme Prado Júnior (1969), era necessário capital externo para as reformas de 1898, a partir do qual se estabelece uma situação de dependência, como a que ocorreu em relação à internacional London & River Plate Bank<sup>11</sup>, que encontrou espaço de ação junto ao governo brasileiro.

---

<sup>10</sup> Em 1942, Joaquim de Campos Bicudo, apresentou o livro “O Ensino Secundário no Brasil e sua atual legislação” (1931 a 1942). Esse livro tem excelente organização, no qual se encontram leis e regulamentos, portarias e circulares sobre o ensino secundário. Além disso, no final do livro há um longo artigo escrito por Artur Gaspar Vianna, Técnico de Educação da Divisão de Ensino Secundário, à época. O artigo intitulado “A transformação do Ensino Secundário” traz ricas informações sobre o ensino secundário, por isso seu conteúdo foi utilizado, ao longo desta tese, para fundamentar discussões pertinentes ao ensino secundário.

<sup>11</sup> Os ingleses começaram acentuar sua influência e sua cultura no Brasil por volta de 1835 a 1912. A influência deles voltou-se principalmente para o campo dos serviços públicos - energia elétrica, transportes coletivos e ferrovias. Também atuaram, marcantemente, na economia do Brasil. Foi durante esse período que aqui foi instalada agência do London and River Plate Bank. “Em 1862 surgem o The London and Brazilian Banck e The London and River Plate Bank para realizar negócios no Brasil. Ambos se fundem em 1923, nascendo o Bank of London and South America --- embrião do Lloyds Bank, além destes, em 1863 surge o English Bank of Rio de Janeiro.” (MINADEO, sd, Ano 3, n.1, p. 17 a 31). Ver também FREYRE, 1948.

Nesse contexto, a organização escolar passou por diversas reformas, que tenderam ora para a influência humanística ora para a científica e produziram uma dependência cultural, que ocasionaram atrasos na educação, de modo que, em 1890 as pessoas que não sabiam ler e escrever somavam 12.213.356. (Brasil, Instituto Nacional de Estatística, 1936, p. 43). A primeira contagem da população brasileira foi realizada em 1872, ainda durante o Império, mas foi a partir de 1890, já sob a República, que os censos se tornaram decenais. Em 1890, com o crescimento acelerado a população brasileira atingiu 14,3 milhões de habitantes. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1936, p. 43).

Ainda neste momento, políticos e intelectuais foram convocados para tentar resolver as dificuldades que o ensino estava enfrentando, como a falta de prédios apropriados e falta de professores preparados para instruir a grande parcela da população que era analfabeta.

Os desafios enfrentados pelos políticos são descritos por Seki (2008):

[...] Em vista das novas necessidades da nova ordem social, foi preciso reformar a sociedade como um todo; sobretudo aperfeiçoar as condições de trabalho em uma parcela da população que iniciava o seu papel de cidadão na sociedade. Para tanto, era preciso dar-lhes condições para enfrentar uma nova forma de vida pautada na escrita, seja no âmbito do trabalho, seja em relação ao voto, que a princípio fora negada aos analfabetos, que eram a grande maioria dos brasileiros naquela época. [...] Para resolver estas questões, os intelectuais da época viam a educação como respaldo para atingir essa gama de pessoas que não eram consideradas adequadas para assumir a sua cidadania (SEKI, 2008, p. 29).

Grande parte das reformas educacionais realizadas durante a vigência da Primeira República (1889-1930) buscava tornar o ensino secundário um curso seriado e regular, pois “já estava então bem identificada essa concepção (do conceito preparatório) como a deficiência básica do ensino secundário brasileiro, cuja expressão característica era os exames preparatórios<sup>12</sup>.” (SILVA, 1969, p. 260).

---

<sup>12</sup> Os exames preparatórios praticamente mudaram após a Reforma Francisco Campos, quando em 1931 foi estabelecido efetivamente o ensino ginasial seriado, com a presença obrigatória dos alunos, eles assumiram a forma de ‘exames de madureza’, reservados a alunos com mais de 18 anos, sem condições de frequentar normalmente o curso. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000). Segundo Circe Bittencourt (1993, p. 144), no Colégio Pedro II, em 1878, dos 269 alunos matriculados, apenas três receberam o diploma de bacharel, afinal a aprovação nos exames parcelados preparatórios já era o suficiente para se ter acesso ao ensino superior. Os exames preparatórios, o diploma de conclusão do Colégio Pedro II e o exame de madureza permaneceram como as únicas formas de ingresso nas faculdades até 1911, quando foi instituído o exame de admissão aos cursos superiores, batizado de vestibular, quatro anos depois.

Quando em 1931 foi definitivamente estabelecido o ensino ginásial seriado, com a presença obrigatória dos alunos “os exames preparatórios assumiram a forma de ‘exames de madureza’, reservados a alunos com mais de 18 anos sem condições frequentar normalmente o curso. A partir de 1931, de regra que eram os exames preparatórios, passam a ter um caráter de exceção.” (LEITE, 1969, p.95). Mas, o governo Federal diante do crescimento do mercado educacional, continuou oferecendo, paralelamente aos cursos secundários, o curso ginásial livre, com duração de três anos, destinados aos alunos maiores de 18 anos. O curso ginásial livre, que ficou conhecido como “madureza”, era ofertado por diversos estabelecimentos particulares, no período noturno. Esse curso livre possibilitava, ao seu término, que o aluno prestasse exame de admissão aos cursos superiores. No entanto, essa concessão trouxe desprestígio aos cursos seriados. (BOSCHILIA, 2002, p.76),

O Ginásio Regente Feijó, nos anos de 1930 a 1950, realizou esse exame que beneficiou adultos que não tinham frequentado os estudos seriados na juventude. “Na década de 1930, o Regente Feijó teve permissão de realizar anualmente os chamados ‘Exames de Madureza’. Eram exames que visavam beneficiar adultos que não tinham podido realizar os estudos seriados na adolescência.” (HOLZMANN, 1977, p.12).

A partir de 1943, a idade limite para poder fazer esse exame passou para 19 anos. De 1946 em diante, a idade limite foi fixada em 17 anos. Depois de 1950, qualquer pessoa maior de 14 anos poderia realizar os exames. Estes seriam feitos em 1ª e 2ª épocas. “No Ginásio Regente Feijó os exames foram realizados até 1950, devido a certas irregularidades cometidas em 1951, apuradas nos anos que se seguiram, o Ministério da Educação suspendeu a realização dos referido Exame no Regente Feijó.” (HOLZMANN, 1977, p.12).

Em 1937, o Jornal Diário dos Campos publicou as condições para a inscrição aos Exames de Madureza, no Ginásio Regente Feijó, seguindo o que o Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931 estabelecia:

Por ordem do Dr. Diretor deste Estabelecimento de Ensino levo ao conhecimento dos interessados que de 1º a 18 de fevereiro acha-se aberta a inscrição para os Exames de Madureza, das 3ª e 4ª séries. Para a inscrição aos exames da 3ª série, o candidato deve apresentar: a) Certidão de idade provando que tem idade mínima de 18 anos, com firma reconhecida; b) uma estampilha federal de dois mil réis; uma de educação e

saúde e duas fotografias 3x4 (para identificação). Para os exames da 4ª e 5ª séries, o candidato deve igualmente apresentar; a) uma estampilha federal de dois mil réis e uma de educação e saúde, acompanhadas de duas fotografias 3x4; b) certificado do exame de série anterior, com firma reconhecida. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1937, p. 5).

Analisando os artigos contidos na reforma Francisco Campos, vê-se que a prática dos exames preparatórios, por exemplo, continuava em voga às vésperas dessa reforma, como podemos constatar pelo Artigo 80 do Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, no qual há afirmação: “será permitida aos estudantes, que tenham mais de seis preparatórios, obtidos sob o regime de exames parcelados, prestar os que lhes faltarem, nos termos da legislação anterior, conjuntamente com o exame vestibular, nos institutos de ensino superior onde pretendam matrícula.”, e pelo Art. 81 quando afirma

Enquanto não forem em número suficiente os cursos noturnos de ensino secundário sob o regime de inspeção, será facultado requerer e prestar exames de habilitação na 3ª série e, em épocas posteriores, sucessivamente, os de habilitação na 4ª e na 5ª série do curso fundamental ao candidato que apresentar os seguintes documentos:

I, certidão provando a idade mínima de 18 anos, para a inscrição nos exames da 3ª série;

II, recibo de pagamento das taxas de exame;

III, e, para a inscrição nos exames da 4ª ou da 5ª série, certificado de habilitação na série precedente, obtido nos termos deste artigo.

§ 1º Os exames de que trata este artigo deverão ser requeridos na segunda quinzena de janeiro e serão prestados, em fevereiro, no Colégio Pedro II e em estabelecimentos de ensino secundário sob inspeção, mantidos pelos Governos estaduais.

§ 2º Os exames versarão sobre toda a matéria constante dos programas expedidos para o Colégio Pedro II e relativos às três primeiras séries, para a habilitação na 3ª série, e às duas últimas, respectivamente, para habilitação na 4ª e na 5ª série do curso fundamental.

§ 3º Os exames constarão, para cada disciplina, de prova escrita e prova oral ou prático-oral, conforme a natureza da disciplina, salvo o de Desenho que constará de uma prova gráfica. (Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931).

## 2.1 O ENSINO SECUNDÁRIO NO PARANÁ

A situação na Província do Paraná não era diferente do restante do Brasil, em meados do século XIX, a instrução pública era precária, “apenas 615 alunos frequentavam os cursos de primeiras letras, numa população de 62.000 habitantes” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 61).

O número de escolas públicas existentes, em 1853, era de 20 escolas masculinas, situadas em cidades, como Paranaguá e Curitiba, em vilas e freguesias.

Para o sexo feminino havia oito escolas que funcionavam nas cidades de Paranaguá e Curitiba e em vilas “Cadeiras públicas de Primeiras Letras da 5ª Comarca criadas para o sexo masculino e para o sexo feminino” (KUBO, 1986, p. 151).

No relatório do Presidente da Província do Paraná, em 15 de julho de 1854, há referência sobre as escolas para o sexo feminino:

Diz a lei de 16 de março de 1846, no art. 8, que a frequência promiscuamente de ambos os sexos, em huma escola só he permitida nos lugares, onde não existam escolas diversas para ambos. De uma tal disposição se conclue que a lei, á que alludo, não ligou á instrucção do sexo feminino, o grao de importância, á que tem direito, pois além de não determinar a criação de cadeiras de primeiras letras para esse sexo, ao menos em todos os municípios, descarta-se do dever de proporcionar-lhe instrucção, mandando que as meninas vão frequentar as escolas do sexo masculino, onde as não houver especiais para o seu sexo. (PARANÁ, 1854, p. 20).

As origens do ensino secundário no Paraná remontam a 6 de setembro de 1768, quando o “Padre Inácio Pinto da Conceição foi nomeado para o cargo de professor régio de Gramática Latina, da Vila Velha de Paranaguá.” (PILOTTO, 1954, p. 84) e nas chamadas Cadeiras Isoladas, quadro que permaneceu até o século XIX, pois havia nesta época “uma cadeira de língua latina e francesa em Paranaguá, que representava todo o ensino secundário da Província.” (WACHOWICZ, 1984, p. 186).

Em Curitiba, o ensino secundário era escasso e apenas buscava atender a demanda local e do interior da Província. Por isso, em 13 de março de 1846, foi criado o “Licêo de Curitiba”, pela Lei nº 33, porém funcionando em “condições precaríssimas” (PILOTTO 1954, p. 85). Inclusive o Liceu chegou a fechar, em 1854, por falta de alunos. A Lei nº 381, de 6 de abril de 1874, no artigo 10, autorizava o governo a alterar a legislação e regulamentação da instrução pública e tornava extinto o Liceu de Curitiba. “Desde o seu restabelecimento, o Liceu não tivera existência real além da Lei de criação. Poucos alunos e falta de professores propiciaram a extinção.” (STRAUBE, 1993, p. 25).

Ainda sobre o início do ensino secundário no Paraná:

Desde 1846, houvera a tentativa de introduzir na Comarca o ensino secundário, com a criação de um Liceu, dirigido a uma clientela exclusivamente masculina e que funcionou intermitentemente até o final do século. Sua organização tinha várias imperfeições, principalmente no que tocava ao rol das matérias. Em 1876, o antigo Liceu reabriria seus cursos

sob a nova denominação de Instituto Paranaense, funcionando em conjunto com a Escola Normal. Essa Instituição, inicialmente destinada, como o Liceu, a uma clientela masculina, também não vingou antes do período republicano. O número de alunos matriculados nos dois estabelecimentos não ultrapassava, à época, duas dezenas por ano. (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 61).

Em 12 de abril de 1876, a Lei nº 456 autorizava o governo a reformar o regulamento da Instrução Pública no Paraná, criando o Instituto de Preparatórios, com as cadeiras de Gramática Nacional, Latim, Francês, Inglês, Alemão, Geografia, História, Filosofia, Retórica, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria. Anexo ao Instituto de Preparatórios foi criada a Escola Normal: “ambos os estabelecimentos de ensino ficaram sob a direção do inspetor-geral, que fora escolhido pelos professores do próprio Instituto.” (STRAUBE, 1993, p.26).

Em 16 de julho de 1876, há a aprovação da mudança de nome do Instituto de Preparatórios para Instituto Paranaense “[...] um estabelecimento público de línguas e ciências preparatórias.” (STRAUBE, 1993, p. 26). O Instituto Paranaense teria também anexo uma escola primária, na qual os alunos da Escola Normal teriam atividades práticas.

Em 30 de março de 1891, foi aprovado o novo regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná, determinando que o ensino secundário deveria ser dado em um estabelecimento público, cujo programa das cadeiras seria modelado ao programa do Ginásio Nacional.

Por isso, em 12 de junho de 1892, a Lei nº 42, no artigo 41, autorizava a regulamentação do Ginásio Paranaense e sua equiparação ao Ginásio Nacional. E assim, o Instituto Paranaense foi denominado Gymnásio Paranaense, pelo Decreto n.º 3, de 18 de outubro de 1892.

Com a criação do Ginásio, o Instituto Paranaense mudou de nome, passando os seus lentes<sup>13</sup> a lecionarem no Ginásio. O Decreto nº 3, de 18 de outubro de 1892 instituiu “[...] na cidade de Curitiba, um curso de estudos secundários, destinado a ministrar à mocidade paranaense, os elementos fundamentais da ciência geral e

---

<sup>13</sup> Lente era o professor de escola superior ou escola secundária. Ele recebia essa denominação só depois de provar, por meio de concurso, ser conhecedor da teoria e da prática de sua disciplina. Também deveria reunir alguns requisitos tais como: ter 21 anos, ter capacidade física e moral. A idade teria que ser comprovada com documento legal; a capacidade física deveria ser comprovada com atestado médico, apresentar exames de ausência de doenças infecto-contagiosas, não apresentar deficiência física ou mental, que o impedisse de exercer o magistério. Os documentos apresentados deveriam ter firma reconhecida no Cartório.

habilitá-la para a matrícula nos estabelecimentos de ensino superior da República.” (PARANÁ, 1892)<sup>14</sup>.

Em 1900, o curso do Ginásio Paranaense passou por novas alterações, porque estava encontrando muitas dificuldades para oferecer um curso seriado com as mesmas disciplinas e carga horária do Ginásio Nacional, para que pudesse continuar a ele equiparado. A demora em se obter a equiparação acarretou uma diminuição no ingresso de alunos nos cursos secundários seriados, eles preferiam fazer os exames preparatórios para ingressar nos cursos superiores.

Para a obtenção da equiparação, os ginásios deveriam ter lentes concursados efetivos e lentes concursados substitutos, condições patrimoniais para o funcionamento do ginásio, número mínimo de alunos, disciplinas obrigatórias ofertadas em séries regulares, seguindo o programa do Colégio D. Pedro II, e ainda, para manter o privilégio da equiparação, o ginásio submetia-se à fiscalização federal que vistoriava principalmente o cumprimento do programa, as cargas horárias e os exames gerais do curso seriado e dos exames preparatórios.

Os procedimentos disciplinares não eram objeto de análise dos inspetores federais. Conforme determinava o artigo 52 do Decreto nº 21.241, os estabelecimentos de ensino secundário que atendessem às exigências legais, seriam submetidos a um regime de inspeção preliminar por um período mínimo de dois anos. Após o período de inspeção preliminar, caso o estabelecimento fosse considerado aprovado por uma comissão de inspetores, seria concedida a inspeção permanente por decreto do Governo Federal (art. 55), tornando-se equiparado ao Colégio Pedro II e designado estabelecimento livre de ensino secundário (BRASIL, 1932).

As dificuldades para equiparação estavam principalmente na aquisição de equipamentos, adequação do edifício e criação de laboratórios de Física e Química e de História Natural.

Em Curitiba, mantinha-se o interesse do Estado na equiparação do Ginásio Paranaense ao Ginásio Nacional, tanto que pelo Decreto n. 199, de 11 de maio de 1905, era “aberto crédito extraordinário de quatro contos de réis para atender a necessidade urgente da equiparação, satisfazendo as disposições do artigo 366 do

---

<sup>14</sup> Paraná. Decreto nº 3 de 18 de outubro de 1892. Manda observar o Regulamento para Gymnasio Paranaense. Constituição Política, Leis e Regulamentos do Estado do Paraná. Curityba, Typ. d' A República, 1892. 143p.

Decreto Federal n.º 3.890, de 1.º de janeiro de 1901 – Reforma Epiácio Pessoa” (STRAUBE, 1993, p. 150). O Ginásio Paranaense, na sua seção de Externato, foi a primeira instituição a ofertar o ensino secundário regular, laico e público em Curitiba. (RANZI; SILVA, 2006).

Neste período, o Ginásio Paranaense passava por uma crise, ocorrendo uma diminuição crescente nas matrículas, correndo o risco de ser extinto. Em função desse quadro, pretendia-se reformular o regulamento e passar a oferecer um curso secundário no qual as disciplinas ofertadas fossem aquelas necessárias ao preparo dos alunos às escolas superiores. (STRAUBE, 1993)

Segundo a Diretoria Geral de Estatística citada por Ribeiro (2001), o ensino secundário, entre 1907-1912, teve crescimento no ensino particular pela falta de iniciativa oficial. Moacyr (1944) comenta sobre a seleção dos “incapazes” a partir do ensino secundário, porque os mais pobres não conseguiam cursá-lo, não restando outra opção do que servir de mão de obra para as lavouras e fábricas, ou seja, a escola do povo era uma, a escola da elite era outra.

Nesta época, no Paraná, esses contrastes se manifestaram na educação escolar: “de um lado, um governo que procura instalar um tipo de ensino cuja função é mediar os interesses da classe dominante; e de outro lado, os grupos que se organizavam na população, adquirindo consciência da necessidade da educação escolar.” (WACHOWICZ, 1984, p. 19).

Em 1915, a Reforma Carlos Maximiliano objetivava “Ministrar aos estudantes sólida instrução fundamental, habilitando-os a prestar, em qualquer academia, rigoroso exame vestibular.” (Art. 158 do Decreto nº 11530, de 18 de março de 1915). Por isso, o curso secundário passou a ter uma duração de cinco anos.

O Ginásio Paranaense, que havia perdido sua equiparação, em função da Lei Rivadávia (1911), nesta época, conseguiu a nova equiparação com o Colégio Pedro II, e, para mantê-la, deveria cumprir as normas didáticas estabelecidas por esta Instituição. Essa reforma permitiu, por decretos, que nos locais onde existissem ginásios oficiais ou equiparados, fossem realizados exames parcelados em estabelecimentos particulares. Manteve o exame de entrada ao curso superior, então denominado exame vestibular, termo utilizado ainda hoje, na maioria das instituições de Ensino Superior, para os processos de seleção dos candidatos às vagas a esse grau de ensino.

Todas essas mudanças e a grande procura pelo ensino secundário possibilitaram em Curitiba, em 1918, a criação do Ginásio Paranaense Internato. “No período do Brasil Imperial, os internatos continuaram a ser um meio para atender os jovens estudantes do interior de nosso país, por conta do número reduzido de escolas primárias e secundárias, fora dos grandes centros da época.” (SANTOS, 2009, p.14).

Segundo Santos (2009, p.73, 77), no início da década de 1930, o internato do Ginásio Paranaense apresentou uma redução significativa no número de suas matrículas. Levanta-se a hipótese de que esse fato ocorreu, provavelmente, devido ao sistema de avaliação rigoroso da época e, também, devido ao currículo enciclopédico vigente. Mas, outra hipótese pode ser considerada com o estudo do Ginásio Regente Feijó, e pelas análises documentais feitas no arquivo do Ginásio, a diminuição do número de matrículas ocorreu, provavelmente, devido à criação desse Ginásio, em 1927, na cidade de Ponta Grossa. Esse fato pode ter contribuído para a diminuição da procura de muitos alunos, vindos do interior do Paraná, para cursar o Internato do Ginásio Paranaense. A presença de uma instituição mais próxima fez com que os alunos procurassem Ponta Grossa, não necessitando mais de deslocamento à Capital do Paraná.

No Brasil, de 1918 a 1930, devido à presença de novas forças sociais, resultantes das modificações na economia, ocorreu o denominado “declínio das oligarquias”. O crescimento da industrialização proporcionou o surgimento tanto da burguesia industrial quanto do operariado. Entre os componentes da burguesia industrial ocorreram choques de interesses econômicos, como o que se deu com a Revolução de 1930<sup>15</sup>, quando diversos setores se confrontaram com os cafeicultores, que representavam o setor dominante (RIBEIRO, 2001).

No decorrer das décadas de 1920 e 1930, diversos projetos intervencionistas da sociedade tiveram início com o objetivo de resolver os problemas existentes e de lançar as bases de um novo país, a começar pela campanha de “regeneração” do brasileiro pela disciplina, pela produção e pelo ensino. (CÂMARA, 2003)

---

<sup>15</sup> Miguel (1997, p. 52) lembra que “embora Ianni e Werneck Sodré, entre outros, designem o movimento político de 1930 como revolução, concordam que o mesmo constituiu-se apenas no rearranjo das facções que compunham a classe detentora do poder: as oligarquias latifundiárias e a nova burguesia industrial.”

No cenário da educação, esses projetos foram alavancados pela Escola Nova que, a partir de experiências em países da Europa e nos Estados Unidos, estimulava nossos educadores a também pensarem outras formas orientadoras da educação brasileira que preparassem o homem para a sociedade industrial.

No início do século XX, em Ponta Grossa, o processo de desenvolvimento foi acelerado pela construção da rede da Estrada de Ferro do Paraná, e pela construção da Estrada de Ferro São Paulo- Rio Grande que instalou seus escritórios e oficinas na cidade. A instalação dos trilhos transformou a cidade em um ponto de entroncamento ferroviário, ocasionando a ampliação das atividades comerciais locais. Em 1905, a instalação da luz elétrica também chegava ao Município, assinalando, em definitivo, uma era de desenvolvimento econômico para cidade.

Junto com o desenvolvimento econômico veio a preocupação com a falta de estabelecimentos de ensino para atender a sociedade ponta-grossense. Ponta Grossa, neste momento, apresentava significativamente uma situação histórica muito relevante no cenário estadual. Além de ser o caminho das tropas no processo de interiorização, era “sede dos latifúndios rurais mais tradicionais dos Campos Gerais e pelo papel político e econômico que desempenhava, a cidade oferecia condições para as instalações educacionais em vários níveis.” (SUBTIL, 2001, p. 372).

César Prieto Martinez, Inspetor Geral do Ensino do Estado do Paraná, em 1920, apresentou no seu relatório, pela primeira vez, um projeto para a criação de uma “Escola Normal” na cidade de Ponta Grossa. O projeto foi oficializado pela Lei 2.064 de 31 de março de 1921.

Ainda em 1921, o Inspetor Geral do Ensino do Estado do Paraná, em seu relatório, dava a notícia da construção da Escola:

A nova Escola Normal será um estabelecimento modelar. O edifício, de grandes proporções, comportará 1.200 alunos de diferentes cursos. Na sua construção teve-se em vista simplicidade e solidez, aliada à economia. Não há um palmo de obra desperdiçado, nem cômodo que não seja necessário. Tudo se aproveitou dentro do possível e do útil. (PARANÁ, 1921, p.15-16).

Interessante lembrar que, em 1921, as pessoas que não sabiam ler e escrever somavam 23.142.248 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1936, p. 43). E, mais da metade da população de quinze anos não estava na escola (FERNANDES, 1966).

Em 17 de fevereiro de 1924 ocorreu a criação da Escola Normal Primária, no edifício que, mais tarde, abrigaria o atual Colégio Estadual Regente Feijó. O Ginásio Regente Feijó foi o primeiro ginásio público de Ponta Grossa. Ele foi inaugurado em 1.º de abril de 1927 (REMER, 2005), ano em que Curitiba foi a sede da primeira Conferência Nacional de Educação.

A iniciativa da criação do Ginásio Regente Feijó contou com o apoio da equipe de governo de Caetano Munhoz da Rocha e do Prefeito de Ponta Grossa, Coronel Victor Antônio Batista que “realizaram um grande sonho dos pontagrossenses: um curso secundário que prepararia a nossa mocidade.” (HOLZMANN, 1977, p. 4).

## 2.2 A REVOLUÇÃO DE 1930 E A EDUCAÇÃO

Depois que a chapa de Getúlio Vargas e João Pessoa, denominada Aliança Liberal, foi derrotada pela chapa governista, e após a morte de João Pessoa, que se tornou uma arma para os oposicionistas, estouraram revoluções em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, em 3 de outubro de 1930, seguindo-se, no Nordeste, na madrugada do dia 4 de outubro de 1930. Em seguida, os revolucionários gaúchos pararam em Ponta Grossa, Paraná.

Antes de haver um confronto decisivo, o Presidente da República, Washington Luís, foi deposto no Rio de Janeiro e se organizou uma junta provisória de governo. Mas esta teve que recuar diante das manifestações populares e da pressão feita por revolucionários a partir do Sul do país. Getúlio Vargas tomou posse em 3 de novembro de 1930, o que promoveu o fim do período denominado de Primeira República (FAUSTO, 2003).

No dia 16 de outubro, Getúlio Vargas chegava ao Paraná e “apoteoticamente, no dia 20 desembarcava em Curitiba. E a partir de 23 de outubro, o quartel-general da Revolução seria Ponta Grossa.” (OLIVEIRA, 2004, p. 17).

Segundo Ayres<sup>16</sup>, Ponta Grossa, em outubro de 1930, foi sede do Governo Provisório, pois, “no trânsito de Porto Alegre para o Palácio do Catete, Getúlio

---

<sup>16</sup> João Dias Ayres nasceu em 01 de março de 1913, em Palmas, no Paraná. Aprendeu as primeiras letras no Colégio particular Dona Ruth Junqueira e no Colégio Batista em Ponta Grossa; o secundário cursou no Ginásio Regente Feijó. Saindo do Ginásio, foi a Curitiba prestar vestibular para o curso de Medicina, na Universidade Federal do Paraná, formando-se com a turma de 1937. Em 1938, fundou o Hospital São Lucas, em Sertanópolis. De 1942-1952 foi Diretor Proprietário do Hospital São Lucas,

Vargas estacionou por várias horas na cidade.” Ponta Grossa, tornou-se a “Capital do Brasil” por algumas horas, “pois o presidente Washington Luís já havia sido forçado a deixar o país e exilara-se na França.” (AYRES, 2000, p. 13).

Com a presença de Getúlio Vargas com seu Estado Maior na cidade de Ponta Grossa, houve uma “agitação febril. [...] Oficiais de batalhões regulares do Exército ou da Polícia, ou da Brigada, se misturavam com os oficiais recém-elevados de postos, como comandantes das tropas dos Provisórios.” (AYRES, 2000, p. 14). “Dessa forma, portanto, a participação do Paraná, ao contrário do que ocorrera nos movimentos políticos – militares anteriores, conferiu grande impulso à Revolução de 1930, contribuindo enormemente para a sua vitória.” (OLIVEIRA, 2004, p. 18).

Weffort (2003) destaca que a Revolução de 1930 coloca em crise o sistema oligárquico, estabelecido desde 1889, e que havia se consolidado com a Constituição Liberal de 1891.

A partir de 1930, Getúlio Vargas começou a reorganizar o poder nacional entre os exportadores de café (a oligarquia paulista) e os tenentistas. Não que os grupos oligárquicos tenham silenciado totalmente até 1945, no entanto, precisaram se conter e esperarem até esse ano para ter representação privilegiada no Congresso.

---

em Sertanópolis. Escreveu o livro de memórias “Portal de Esperança: crônicas do antontem.” Ao escrever esse livro, o Dr João Dias Ayres abre o portal de sua memória e lembra seus tempos, entre outras recordações, tempos de estudante no Ginásio Regente Feijó. Suas memórias acrescentaram novas informações para esta pesquisa, quando relata o que acontecia no cotidiano do Ginásio Regente Feijó, em Ponta Grossa.

Figura 1 - Getúlio Vargas em Ponta Grossa. Estrada Ferroviária



Fonte: Foto Elite, 1930. (Arquivo particular).

Depois da Revolução de 1930 têm acesso ao poder “categorias sociais que antes eram consideradas sistematicamente da oposição; ou sequer isto, como o proletariado”. Assim, depois de obter vitória, afirmará que “o problema do operário não é mais uma questão de polícia, mas sim uma **questão política**” (grifos do autor). Ao expressarem, em grande parte, a nascente burguesia industrial, os governantes concedem um tratamento diferente ao proletariado, como “interlocutores legítimos”. (IANNI, 1965, p. 143),

Algumas reivindicações do proletariado passam a ser legitimadas, e o poder público media as relações entre as classes. Nova orientação do comportamento político do proletariado se institucionaliza, sendo criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e outras iniciativas, como a fixação de jornada de trabalho em oito horas e a determinação das diretrizes legais sobre o trabalho da mulher e do menor. “Ganhava, assim, nova dimensão o processo revolucionário em andamento. No sistema de classes sociais antagônicas, já configurados nos anos posteriores a 1930, o Estado se constitui como mediação ordenadora” (IANNI, 1965, p. 144).

Mesmo com essas mudanças, o período de 1930 a 1945 foi denominado “de grande complexidade” por Beozo (1986). Depois de ter ocorrido o impasse na

,economia cafeeira e a perda do poder pelas oligarquias do café, por causa da crise de 1929, o papel do Estado tornou-se mais intervencionista na economia do país.

Novas classes sociais se organizaram, a exemplo do operariado industrial, e se tornava mais ativo o papel da burguesia industrial. Além disso, os tenentes, que haviam iniciado a revolta do Forte de Copacabana, em 1922, passam, a partir de 1931, a uma atuação mais política. E, por estarem presentes em quase todos os estados, passaram a substituir os políticos anteriores, conforme determinação do novo governo. Também a Igreja Católica passou a lutar para que as reivindicações fossem atendidas pelo governo provisório.

De acordo com Fausto (2001a) uma particularidade do Governo Vargas, na década de 1930, foi o crescimento da economia nacional, uma vez que as importações diminuíram por causa da crise mundial. Getúlio Vargas adotou uma política intervencionista no campo econômico, criando órgãos estatais para planejar as atividades econômicas. Deu atenção especial a alguns setores de infraestrutura, como o extrativismo mineral, a construção de rodovias, a produção de energia elétrica. Durante o Estado Novo, o governo passou a investir diretamente na economia, em especial em bens de produção.

Em consequência desses investimentos, em 1941, o governo iniciou a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e, no ano seguinte, instalou a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD) para explorar e exportar o ferro de Minas Gerais. Construiu, também, a hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia. Empregou capital nos setores e tecnologia (Fábrica Nacional de Motores) e passou a interferir no mercado e no setor financeiro. (FAUSTO, 2001b).

Quanto à educação, Fausto (2003) observa que a partir de 1930, passou ao “compasso da visão geral centralizadora”, que teve como ponto de partida a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930. Para essa pasta foi nomeado Francisco Campos, que permaneceu à frente desse Ministério nos anos de 1931 e 1932, e elaborou sob sua gestão a reforma que levou o seu nome. Na verdade, foi a partir de então que passou a existir no Brasil um ensino secundário tal como se concebe hoje.

Francisco Campos, em discurso pronunciado em 18 de novembro de 1930, quando da sua posse no Ministério da Educação e Saúde Pública, assim se pronuncia:

[...] O Brasil precisa, sobretudo, e com urgencia, de saúde e de instrução. O programma para o Brasil está nas suas necessidades immediatas e inadiaveis. Não é falta de programmas que devemos a procrastinação dos nossos males mais agudos. A verdade é que, entre nós, si sobram os programas, parece que nelles se absorve e se esgota a capacidade de interesse e de acção dos nossos estadistas. A todos os nossos males já se apontaram remedios; falta apenas quem os prepare e ministre. Queremos ter professores sem cuidar de forma-los, hygienistas sem uma escola de hygiene, operarios qualificados e productores capazes, sem formação technica e educação profissional. Dahi em quase todos os ramos de actividade a improvisação de curiosos em competencias. [...] Nessa affirmação se traduz a necessidade de reorganizar os planos de estudo, de maneira a attender, satisfactoriamente, ás varias tendencias, de cuja combinação resultará a harmonia do nosso systema de cultura. Em summa: sanear e educar o Brasil constitui o primeiro dever de uma revolução que se fez para libertar os brasileiros. É nesse pensamento, para cuja effectivação pedirei os conselhos e as suggestões dos componentes, que assumo o Ministério da Educação e Saúde Pública. (CAMPOS, 1940, p 118-119).

Nesse discurso, Francisco Campos faz sérias críticas à educação e diz que havia a necessidade de reorganizar os planos de estudo e “sanear e educar o Brasil constitui o primeiro dever de uma revolução que se fez para libertar os brasileiros”.

Após 1930, o Estado, ou mais propriamente a sociedade política, passou a ter um papel cada vez mais decisivo nas várias esferas de atividades do país. Neste momento, acontece a expansão do sistema educacional brasileiro<sup>17</sup>, que conta com a intervenção do Estado e com a criação de uma política nacional de educação.

A Reforma Francisco Campos atinge profundamente a estrutura do ensino secundário, pois foi implantada em todo território nacional. Inicia-se, assim, uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação, centralizando a gestão do ensino. A partir deste momento, os programas e métodos de ensino seriam produzidos pelo próprio Ministro da Educação e Saúde Pública, como afirma Leite (1969, p.105): “Em 1931, o Ministério da Educação e Saúde Pública passa a ser o

---

<sup>17</sup> Saviani (1983, 1997, 2008) tem outra posição sobre essa questão de “Sistema Educacional”: “É comum utilizar-se a expressão “sistema educacional” ou “sistema de ensino” ou ainda “sistema escolar” para se referir à Educação Brasileira. Isto ocorre porque o termo “sistema de ensino” aparece sempre como um pressuposto como uma espécie de “termo primitivo”. E é papel da Filosofia criticar os pressupostos, questionar os “termos primitivos”. No campo da Educação, essa função deve ser assumida pela Filosofia da Educação. E isto é tão mais necessário quanto a aceitação do sistema como pressuposto. (SAVIANI, 1983, p.101) Em outras palavras, o que Saviani quer dizer é que embora se denomine a organização escolar brasileira de “sistema”, na realidade não existe um sistema educacional no Brasil. Na verdade o que existe é estrutura. “É preciso que se tome consciência disso, pois é a partir das estruturas que se poderá construir o sistema.” (SAVIANI, 1983, p.103). Saviani continua afirmando que “sistema não é unidade da identidade, uma unidade monolítica, indiferenciada, mas uma unidade da diversidade, um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isso perdem a própria identidade. “Ao contrário, participam do todo, integram o sistema, na forma das respectivas especificidades.” (SAVIANI, 1997, p.206).

único responsável por todos os aspectos do ensino secundário – a seriação, o currículo, os programas, a seleção dos livros, as instruções metodológicas e a inspeção da avaliação da aprendizagem.”

O Estado se responsabiliza pela formação da nacionalidade e a direção do povo. Este deveria seguir as elites educadoras<sup>18</sup> e passar por transformações para que o Brasil pudesse se desenvolver.

Francisco Campos<sup>19</sup>, intelectual e Ministro da Educação e Saúde Pública do Governo Provisório de Vargas, em seu livro “Educação e Cultura” (1940) reforça essas ideias sobre a consciência das elites educadoras, quando afirma que as transformações não se operam pelas ações das mentalidades primitivas, mas pela influência das ciências e das artes, de filósofos, pesquisadores, engenheiros, artistas. O trabalho do intelectual deveria traduzir as mudanças ocorridas no plano político. Vemos como exemplo maior dessa nova concepção de intelectual, o ingresso de Getúlio Vargas para a Academia Brasileira de Letras, em dezembro de 1943.

### 2.3 A REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO A PARTIR DE FRANCISCO CAMPOS E SUA JUSTIFICATIVA

Em 18 de abril de 1931, mediante o Decreto n. 19.890, reorganizou-se o ensino secundário com o intuito de que se tornasse prioritariamente educativo, ou

---

<sup>18</sup>.O termo elite educadora é utilizado por vários estudiosos, como explica Silva (1980, p. 15) “o termo elite educadora é utilizado para designar algumas figuras que se notabilizaram pela produção intelectual em assuntos educacionais e, também, pelo fato de ocuparem cargos na administração pública ligados à educação, onde procuravam levar à prática suas ideias. Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, entre outros, são exemplos de representantes dessa elite.”

<sup>19</sup>.Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá (MG) no dia 18 de novembro de 1891. Fez o curso secundário nas cidades mineiras de Sabará e Ouro Preto. Em 1910, matriculou-se em Belo Horizonte na Faculdade Livre de Direito. Sua cultura e sua oratória impressionaram o tribunal. Em 1916, candidatou-se a professor de toda uma seção de disciplinas — Filosofia do Direito, Economia Política, Ciências das Finanças e Direito Romano — da faculdade em que estudara. Obteve o primeiro lugar no concurso, mas não a nomeação, concedida a um dos dois outros postulantes, Gudesteu Pires, posteriormente seu colega no secretariado do governo de Minas. Em 1917, conquistou em concurso a cadeira de Direito Público Constitucional, sendo admitido como professor substituto em abril de 1918. Destacou-se na renovação de todo o ensino primário e normal do Estado de Minas Gerais. Seguiram nessa renovação os postulados da “Escola Nova”, que haviam chegado ao Brasil, por meio de educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, após a Primeira Guerra Mundial. Mais informações sobre vida e obra de Francisco Campos, ver Medeiros (1978).

seja, a tarefa da reforma seria a de resgatar o caráter educativo do curso secundário e atualizá-lo diante das exigências do mundo contemporâneo.

Embora tivesse sido adepto da Escola Nova, mudou seu pensamento, como diz Cunha (1981), no decorrer do Estado Novo, quando passou a defender posicionamentos próprios da nova ordem social estabelecida.

Torna-se interessante analisar o projeto da reforma do ensino secundário justificado pelo próprio Francisco Campos (1940). Primeiramente, relata a situação em que se encontrava o ensino secundário: “[...] perdeu as características próprias e específicas, passando a ser um curso de finalidade exclusivamente utilitária, despido, assim, da finalidade interna” (CAMPOS, 1940, p. 45). Essa finalidade interna seria a finalidade educativa que “em torno da qual, para que exercesse o seu insubstituível papel na formação intelectual e moral da juventude, deviam organizar-se as disciplinas de seu *currículum*, os seus programas e os seus processos didáticos” (CAMPOS, 1940, p. 45).

A partir de suas palavras, o ensino secundário não tinha “virtudes educativas”, por estar reduzido “às simples linhas essenciais de sua estrutura estreitamente pragmática e utilitária de instrumento de acesso aos cursos superiores” (CAMPOS, 1940, p. 47). Ao defender o caráter educativo do ensino secundário, o autor afirma a credibilidade na pessoa humana como um ser em formação para “todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e seguras” (CAMPOS, 1940, p. 48).

Decorre, daí, a necessidade de formar pessoas com autonomia e com capacidade de participação em todos os âmbitos sociais. Suas palavras combatem a passividade da forma como ocorria o ensino secundário e valorizam, mais do que uma “massa de conhecimento posta à disposição do aluno, já preparada, cozida e digerida”, o “interesse sobre os processos de aquisição” (CAMPOS, 1940, p. 48). Em seu pronunciamento, não encontrariam sentido “as soluções feitas e acabadas”, porque “começou para a humanidade uma época de transformações e mudanças” (CAMPOS, 1940, p. 49).

A impressão que se tem é de que a partir de então, o ensino secundário receberia especial atenção do governo, e de forma concreta, não somente por chamar constante atenção ao fato da educação para a autonomia, mas também por

salientar a educação para o dinamismo, por dar importância maior às opiniões dos/das educando/a ao processo de ensino e por condenar a passividade, pois, segundo ele, “o nosso sistema de educação tem consistido até agora em mobiliar o espírito de noções e de conceitos passivamente recebidos pelo estudante” (CAMPOS, 1940, p. 50).

Manifesta sua discordância com as cadeiras de Educação Moral ou Moral e Cívica, pois não valorizam o contexto dos/das estudantes: “Serão aquisições de caráter puramente formal, sem nenhuma consistência com o texto de experiência do estudante” (CAMPOS, 1940, p. 51). E chama a atenção para a formação cidadã: “se é, portanto, dever da escola formar cidadãos ou educar para a democracia, ela só o fará não por meio de pregações [...], mas organizando-se democraticamente e praticando, de modo efetivo, a democracia” (CAMPOS, 1940, p. 51).

Antes da reforma de 1931, a Instrução Moral e Cívica fazia parte dos currículos das escolas secundárias em todo o país. Neste período, a Instrução cívica estava preocupada com os direitos e deveres civis e políticos do cidadão. Era vista como “um conjunto de ensinamentos destinados a formar o homem de bem e o cidadão útil à pátria.” (VECHIA; LORENZ, 1998, p. 304).

Na Reforma de Francisco Campos, a Instrução Moral e Cívica não se constituiu como disciplina escolar no currículo do ensino secundário. Segundo Horta (1994, p.142), a retirada dessa disciplina dos currículos teve motivação política, visto que “[...] Campos elimina a instrução cívica cujo conteúdo, na forma como era ensinada, não se coadunava com propostas antiliberal e autoritária nem se enquadrava no projeto político de Getúlio Vargas.” (MARTINS, 2006, p. 95).

Concretamente, apresenta o curso secundário dividido em duas partes, assim comentado por Miranda (1966, p. 70): a primeira, o curso fundamental, durava cinco anos, com a finalidade da formação “do homem, que através de hábitos, atitudes e comportamento se habilite a viver integralmente e a ser capaz de decisões convenientes e seguras em qualquer situação”. A segunda fase, de dois anos, tinha como meta “a adaptação às futuras especificações profissionais”. A reforma estabeleceu a obrigatoriedade das cadeiras de Sociologia, História da Filosofia, Higiene, Economia Política e Estatística, na segunda fase.

Francisco Campos não deixa de salientar também que os problemas de organização do ensino secundário estavam na Inspetoria dos estabelecimentos de ensino e chama a atenção para a falta de processos adequados para que existisse a

idoneidade na fiscalização. Por isso julgava necessário que todo Inspetor de Ensino deveria conhecer todos os ramos do ensino secundário. Para tanto, dividiu a inspeção em três seções: a de letras, a de ciências e matemáticas, físicas e químicas, e a de ciências biológicas e sociais (CAMPOS, 1940).

Segundo Silva (1969, p. 286), “as ideias pedagógicas e o diagnóstico da situação, constantes da exposição de motivos da reforma, fazem dela um documento sem precedentes na evolução de nosso pensamento educacional”. Comenta, ainda, que a reforma Francisco Campos indicava logo para a primeira série, do primeiro ciclo, as Ciências Físicas e Naturais, e, na terceira série, Física, Química e História Natural. Quanto ao segundo ciclo, Francisco Campos apresenta uma reforma que supera a distinção do ensino em estudos clássicos e modernos, dependendo da destinação profissional, e apresenta o objetivo da cultura geral. Isso vem sinalizar as novas metas para o ensino secundário, o que as reformas anteriores não atingiram.

A partir da Reforma Francisco Campos há um compromisso do governo federal com a educação secundária (ROCHA, 2000, p. 35). A reforma Francisco Campos possibilitou a:

- a) implementação definitiva do sistema seriado;
- b) abdicação pelo Estado (União) do monopólio do acesso ao 3.<sup>o</sup> grau, estendendo a política de equiparação das escolas;
- c) criação de um sistema federal de regulamentação, fiscalização<sup>20</sup> e orientação pedagógica das escolas equiparadas.

Mas, para que a Reforma Francisco Campos realmente ocorresse, foi fundamental que, em 1934, a nova Constituição “reconhecesse expressamente a competência da União para traçar as diretrizes da educação” (SILVA, 1969).

Vianna, citado por Bicudo (1943), lembra que a Reforma Francisco Campos continha o genérico e o específico, propunha um ensino pragmático e utilitário, mas com o objetivo de formar o “homem para os grandes setores da atividade nacional, contribuindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras.” (VIANNA in BICUDO, 1943, p.174-175).

---

<sup>20</sup> O detalhamento dos serviços dos Inspectores Federais de Ensino e o cumprimento de suas obrigações serão discutidos nos capítulos seguintes.

Vianna lembra, também, que Francisco Campos afirmava, naquele momento, que a escola tendia, cada vez mais, a ser a única agência da educação da infância e da juventude, porque “com alargamento dos espaços sociais, diminuíram, dia a dia, a influência educativa da família e da comunidade, aumentando, assim, as responsabilidades da escola na educação de seus alunos.” (VIANNA in BICUDO, 1943, p. 175).

Enfim, embora a reforma Francisco Campos tenha apresentado, sobretudo, a preocupação com a educação e formação da pessoa humana, não como mero curso de passagem para o ensino superior, diversos pontos da reforma não foram executados, como o fato do sistema de supervisão do ensino secundário, por causa de sua forma centralizada em um país tão grande.

Francisco Campos incentivou Getúlio Vargas à abertura para novas alianças, tendo em vista a sustentação do Governo Provisório. Para tanto, uma das decisões se voltou aos setores católicos que se opunham à revolução. Assim, em 30 de abril de 1931, foi promulgado pelo chefe do Governo Provisório o Decreto n.<sup>o</sup> 19.941, que introduziu o ensino religioso facultativo nas escolas, o que foi protestado pelos liberais (“Pioneiros”). O Manifesto dos Pioneiros (1932) teve como redator principal Fernando de Azevedo<sup>21</sup> e apresentou elementos importantes de um programa educacional.

Saviani (2004, p. 33) diz que “o Manifesto é um documento de política educacional em que, mais do que a defesa da Escola Nova, está em causa a defesa da escola pública.” E destaca, ainda, que o Manifesto dos Pioneiros aponta a necessidade da construção de um programa educacional de âmbito nacional, em que os princípios de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação e unicidade da escola sejam valorizados. Foi por todas essas questões que o Manifesto “provocou o rompimento entre o grupo de renovadores e o grupo católico, que decidiu se retirar da Associação Brasileira de Educação (ABE)<sup>22</sup> e fundar, em 1933, sua própria associação, materializada na Conferência Católica Brasileira de Educação”. (SAVIANI, 2004, p.34-35).

---

<sup>21</sup> Fernando de Azevedo (1894-1974): educador integrado ao movimento da Escola Nova foi Diretor Geral de Instrução Pública de São Paulo em 1933.

<sup>22</sup> A Associação Brasileira de Educação, ABE, foi fundada no dia 15 de outubro de 1924, no anfiteatro de Física da Escola Politécnica. Em 1932, a ABE lançou o célebre Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo que, pela repercussão alcançada nos meios educacionais e culturais, constituiu-se num acontecimento marcante na história da educação brasileira. Ao longo de sua atuação, a ABE promoveu diversas Conferências Nacionais de

Sobre essa questão, Hilsdorf (2005, p. 94) afirma que o Manifesto dos Pioneiros proporcionou ao grupo de renovadores liberais “[...] apresentar a sua posição programática, embasada no pensamento pedagógico de Comte, Durkheim e Dewey, definir uma política articulada de educação nacional e desenhar um projeto de escola para o conjunto da sociedade brasileira.”

Não se pode deixar de enfatizar que a Igreja Católica atuante na época da Revolução de 1930, mostrava-se muito diferente daquela com a qual o Estado republicano se deparara há quatro décadas. Neste momento, a Igreja se dispõe a negociar seu apoio e a reivindicar de forma contundente seu espaço político na “Nova Ordem”. Segundo Schwartzman (2000), durante a inauguração da imagem do Cristo no Corcovado, em 1931, o Cardeal Leme afirmou que “ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhece o Estado” (p. 55).

Todo esse quadro leva a Igreja a posicionar-se, enfaticamente, por meio da força ideológica da imprensa e das manifestações de massa. Nos discursos veiculados pela imprensa, nesta época, aparece a defesa dos interesses corporativos da Igreja e a defesa dos interesses políticos de seus aliados. Com isso, vê-se o papel exercido pela Igreja nos anos 1930 e a convergência de seus interesses com o Estado. O então ministro Francisco Campos, antes mesmo do atendimento às reivindicações católicas, sugeriu concessões explícitas à Igreja, em carta ao então presidente Getúlio Vargas, em 18 de abril de 1931:

Meu caro presidente.

Afetuosa visita.

Envio-lhe o decreto, que submeto ao seu exame e aprovação. Como verá o decreto não estabelece a obrigatoriedade do ensino religioso, que será facultativo para os alunos, na conformidade da vontade dos pais ou tutores. Não restringe, igualmente, o decreto o ensino religioso ao da religião católica, pois permite que o ensino seja ministrado desde que exista um grupo de pelo menos vinte alunos que desejam recebê-lo. O decreto institui, portanto, o ensino religioso facultativo, não fazendo violência à consciência de ninguém, nem violando, assim, o princípio de neutralidade do Estado em matéria de crenças religiosas. Assinando-o, terá V. Excia. Praticado talvez o ato de maior alcance político do seu governo, sem contar os benefícios que da sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira. Pode estar certo de que a Igreja Católica saberá agradecer a V. Excia. Esse ato,

---

Educação, com educadores de todo o país, para debater importantes questões educacionais. O pensamento da ABE influenciou na elaboração de leis que traçaram diretrizes e bases da educação e de planos nacionais de educação. Para se manter atualizada, a ABE realiza conferências e seminários, divulga textos e trabalhos de seus associados e mantém intercâmbio de informações com importantes instituições educacionais do Brasil e do Mundo. [http://www.abe1924.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=63&Itemid=27](http://www.abe1924.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=27). Acesso em: 11 fev. 2013.

que não representa para ninguém a limitação da liberdade, antes uma importante garantia à liberdade de consciência e de crenças religiosas. (CAMPOS apud SCHWARTZMAN, 2000, p. 292-293).

Com isso, verifica-se que a Igreja Católica e sua doutrina serviram para o Estado como instrumento legitimador e garantidor da preservação da “Nova Ordem”, além de transmitir valores ligados à religião, à grandiosidade da pátria, à família, à moral e aos bons costumes. Segundo Campos (1940), esses valores estão indissolúvelmente ligados, e o ensino religioso serviu de instrumento de formação moral da juventude e inculcação dos valores que constituíram o pensamento autoritário da época.

Nesse impasse, a Associação Brasileira de Educação (ABE) desempenhou um papel significativo, principalmente, nas várias conferências que realizou. Na IV Conferência Nacional de Educação, em 1931, Getúlio Vargas, em sua abertura “solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo”. (SAVIANI, 2004, p. 35).

Essa IV Conferência foi comandada pelo grupo dos católicos e protestantes que debateu temas referentes às escolas públicas, às escolas confessionais e à questão da orientação religiosa.

Os questionamentos levantados nessa IV Conferência levaram as discussões à V Conferência, no ano seguinte, e, também, ao grupo de renovadores liberais a assumirem a direção dos trabalhos futuros e a responsabilidade pela redação de um documento para responder às questões levantadas na Conferência. Com isso, nasce o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

O Manifesto não representava somente o grupo das elites intelectuais, mas é “um notável esforço de reflexão sobre o dilema educacional brasileiro”, (IANNI, 1965, p. 108), com a finalidade de esclarecimento à opinião pública sobre os problemas educacionais.

Carvalho (1989) e Xavier (1999) afirmam que o Manifesto dos Pioneiros incluiu discussões sobre um sistema de ensino único no país, ou seja, ensino público, gratuito, e que essas discussões fortaleceram os embates entre os renovadores e os católicos, extrapolando para o campo teórico da Pedagogia, especialmente às questões da Escola Nova e às novas pedagogias.

Fausto (2003, p. 340) comenta que os Pioneiros tinham como meta defender “a ampla autonomia técnica, administrativa e econômica do sistema escolar para

livrá-lo das pressões de interesses transitórios”; considerar os diferentes contextos brasileiros e realizar planos educativos diferentes, embora com base em “um currículo mínimo comum.”

No que se refere à organização do ensino secundário, o Manifesto dos Pioneiros sugeria que a escola secundária (de 12 a 18 anos) fosse uma escola para o povo, com “nítida finalidade social [...] destinada pela sua estrutura democrática a ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos”<sup>23</sup> (Manifesto dos Pioneiros, 2006, p. 198). E que o ensino secundário estivesse sobre a “base de uma cultura geral comum (3 anos), as seções de especialização para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preferência manual e mecânica (curso de caráter técnico). (O MANIFESTO DOS PIONEIROS, 2006, p.198).

Em maio de 1933, o governo provisório decidiu realizar eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, o que mobilizou a população e os partidos, e os resultados mostraram a força das elites regionais.

A Constituição foi promulgada em 14 de julho de 1934, inspirada na Constituição de Weimar<sup>24</sup>, e semelhante à de 1891, quanto ao estabelecimento de uma República Federativa (FAUSTO, 2003). Vale ressaltar que a Constituição de Weimar, de 1919, levou a uma mudança na forma do Estado agir em relação às classes populares, pois o governo, pelas leis trabalhistas, campanhas ideológicas e educação nacionalista, cooptou as referidas classes para obter apoio político (IANNI, 1965).

Assim, surgiu a primeira Constituição verdadeiramente social do Brasil. A nova Constituição preservou a independência dos três poderes, além de manter em caráter excepcional a eleição do primeiro presidente por voto indireto da Assembleia,

---

<sup>23</sup> Manifesto dos Pioneiros, publicado na íntegra na Revista HISTEDBR, ago. 2006.

<sup>24</sup> A Constituição de Weimar, de 1919, é promulgada na Alemanha entre o final da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo (FAUSTO, 2003). Ela realiza o compromisso dos direitos individuais, das primeiras Declarações, com novos direitos, que decorrem do constitucionalismo social que surge da ideia de que a felicidade dos homens não se alcança apenas contra o Estado, mas, sobretudo, pelo Estado. Os novos direitos fundamentais são os direitos econômicos e sociais, que a Constituição de Weimar consagrou, realizando o compromisso do individual com o social. A Constituição brasileira de 1934, seguindo a linha da Constituição de Weimar, introduz, no constitucionalismo brasileiro, esses direitos, o que se tornou constante nas Constituições seguintes, de 1937, 1946, 1967, 1988.

também assinalou o voto feminino, instituiu o mandato de segurança e criou o Ministério do Trabalho.<sup>25</sup>

Dentre várias medidas, o Ministério do Trabalho consolidou as leis trabalhistas instituídos pelo Governo Provisório entre 1931 e 1934, a jornada de trabalho, com descanso semanal e a proibição do trabalho para menores de 14 anos, o salário mínimo, férias e repouso semanal remunerado, aposentadoria e carteira profissional.

A Constituição de 1934 registrou avanços na área educacional, fruto em grande parte dos debates iniciados nos anos anteriores. Segundo Azevedo (1960), a Constituição de 1934<sup>26</sup> continuava com o mesmo posicionamento centralizador nas questões de ensino, conforme estabelecem os artigos 150 a 156. O artigo 150 estabelece: “Compete à União: [...] fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País.” (BRASIL, 1934, p. 7).

A nova Constituição responsabilizou a União a fixar uma política educacional nacional e proclamou “a educação como direito de todos, pelo menos no ensino primário, então obrigatório. Tornou o ensino secundário mais democrático, resultando em rápida expansão deste.” (MARCÍLIO, 2005, p. 146).

O ensino secundário e o superior foram privilegiados na nova Constituição pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. Dentre várias medidas tomadas por esse Ministério, além das que foram destacadas acima, observa-se a aplicação dos recursos públicos para a educação e o ensino religioso.

A Constituição de 1934 teve vida curta, três anos apenas, com o menor tempo de vigência, até hoje. Entre a Constituinte de 1934 e a instalação do Estado Novo, a ação dos renovadores da educação foi organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE), porque a Constituição de 1934 havia aprovado princípios caros a eles.

---

<sup>25</sup> O primeiro Ministro do Trabalho, nomeado quando da criação do ministério, foi Lindolfo Collor, avô do ex-presidente Fernando Collor de Melo. A novidade da nova Constituição era a preocupação com a ordem social, explicitadas nas conquistas trabalhistas. Além disso, ficou determinado que todo sindicato deveria ter o reconhecimento do Ministério do Trabalho. Mais tarde, criaram uma estrutura sindical que acabava com a independência dos sindicatos.

<sup>26</sup> Todo o Capítulo II da Constituição de 1934 referentes aos artigos sobre Educação e Cultura, encontra-se no anexo II, desta tese.

Por isso, a Constituição de 1934 foi um marco importante no período provisório. Esta ainda propôs ao Conselho Nacional de Educação traçar um Plano Nacional de Educação para o país, a ser aprovado pelo Poder Legislativo, e determinou aos Estados a organização de seus respectivos sistemas de ensino, facultando à União a fiscalização dos ensinos superior e secundário. Para a organização e manutenção de suas escolas, os Estados e Municípios deveriam investir 10% de seus tributos, enquanto ao governo federal caberia o investimento de 20% deste mesmo tipo de receita.

A reforma Francisco Campos não conseguiu acabar com o fato de que não houvesse diretrizes comuns gerais a todos os ramos e níveis de ensino. Por isso, a dualidade ainda permanecia, as camadas mais favorecidas buscavam o ensino secundário e superior e as mais pobres, as escolas primárias e uma rápida formação para o trabalho. Mesmo assim, a reforma Francisco Campos representou a concretização da modernização do ensino secundário.

#### 2.4 O ESTADO NOVO E A REFORMA CAPANEMA

Getúlio Vargas assumiu o poder e anunciou a formação do Governo Provisório, em três de novembro de 1930. Neste momento, anunciou grandes transformações como a destituição dos governadores estaduais, que foram substituídos por interventores, dissolução do Congresso Nacional e dos legislativos estaduais e municipais, criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e convocação da Assembleia Constituinte.

O Governo Provisório procurou aproximar-se do proletariado urbano por meio de cooptação trabalhista, e promulgou a nova Constituição em 14 de julho de 1934 e “em 15 de julho de 1934, pelo voto indireto a Assembleia Nacional Constituinte, Getúlio Vargas foi eleito para a Presidência da República”. (FAUSTO, 2011, p. 352).

Até este momento, Francisco Campos era o Ministro da Educação e Saúde Pública e, além de realizar as reformas educacionais pretendidas, tornou-se um forte apoio para Getúlio Vargas e as Forças Armadas na constituição de estratégias que conduziram à ditadura do Estado Novo, depois do golpe de Estado decretado em 1937. Mas, antes do golpe, foi nomeado Ministro da Justiça e recebeu a incumbência de elaborar a Constituição de 1937.

No Estado Novo, os intelectuais que responderam à chamada do regime e aceitaram a missão de serem os representantes da nova consciência nacional

[...] voltam a atribuir-se o papel de guia na condução do processo de modernização da sociedade brasileira. Eles aparecem como verdadeiros 'mosqueteiros intelectuais' que, munidos do instrumental cientificista buscam remodelar o Estado, lutando contra a incapacidade técnica e administrativa dos políticos. (VELLOSO, 1987, p. 2).

Esses intelectuais identificam-se como os representantes das ideias da nação, percebendo, assim, a sociedade civil "como um corpo conflituoso, indefeso e fragmentado"<sup>27</sup>. Eles corporificam no Estado a ideia de ordem, unidade e organização e reforçam a imagem de ser o cérebro "capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo o organismo social" (LAMOUNIER, 2004, p. 343-73).

Gustavo Capanema foi nomeado Ministro da Educação e Saúde Pública logo após a posse de Getúlio Vargas na Presidência do Brasil e a saída de Francisco Campos, em 26 de julho de 1934. Ele ocupou esse cargo até a queda de Vargas, em 1945. Como Chefe de Gabinete teve o seu amigo Carlos Drummond de Andrade, antigo companheiro dos tempos da Legião Mineira. Carlos Drummond de Andrade permaneceu no cargo até 13 de março de 1945, quando pediu exoneração.

Como Ministro da Educação e Saúde Pública, Capanema, reorganizou e agilizou a parte administrativa desse Ministério, elaborou as Leis Orgânicas do Ensino e tomou diversas iniciativas no campo cultural.

A reforma desse Ministério já havia iniciado em dezembro de 1935, quando Capanema encaminhou o projeto ao Poder Legislativo. Mas a Lei nº 378 só foi promulgada em 13 de janeiro de 1937, e foi marcada pela preocupação em adequá-la às exigências da Constituição de 1934 e, também, pelo interesse de Gustavo Capanema em aumentar os seus poderes. Para tanto, ele buscou ampliar o campo de atuação do seu Ministério, propondo – sem sucesso – a sua transformação em Ministério da Cultura Nacional.

Ao encaminhar esse projeto ao presidente Getúlio Vargas, em novembro de 1935, escreve:

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1935.

Meu caro Presidente.

---

<sup>27</sup> Esta concepção da organização política, vigente entre os intelectuais da década de 1930, é denominada de "ideologia de Estado", segundo Bolivar Lamounier. Consultar LAMOUNIER, (2004, p.343-373).

Trago-lhe, finalmente, o projeto de reorganização do Ministério da Educação. Antes do mais, peço-lhe que me perdoe a demora. Demorei muito. Mas demorei, porque não queria apresentar-lhe uma reforma parcial, feita de afogadilho. Demorei, não para distrair-me com outras coisas, mas para consagrar-me fervorosamente, num trabalho realmente penoso, à elaboração de uma construção de grande vulto e sentido. Li muito. Percorri livros e livros sobre todos os assuntos relacionados com o Ministério. Entretanto, não lhe trago um trabalho livresco e artificial. Estive permanentemente em contato com a realidade: observei, examinei, sondei as coisas existentes. Nem uma só linha foi escrita na exposição de motivos e no projeto de lei, sem essa prévia indagação a respeito do que existe, do que está funcionando e de como está funcionando. (...) Busquei realizar um trabalho de sentido moderno, incorporando, no plano que ora lhe apresento as ideias que, a respeito de administração pública em geral e sobre os problemas da saúde e da educação em particular, vigoram nas nações mais experientes e adiantadas. (CAPANEMA, 1935, in HORTA, 2010, p. 20).

A justificativa do então Ministro pela demora na entrega do projeto de reorganização do Ministério da Educação deu-se pelo seu cuidado em apresentar um trabalho de sentido moderno, incorporando ideias sobre os problemas da saúde e educação que já vigoravam nas nações mais experientes e adiantadas.

No campo político, em 1935, houve o lançamento da Aliança Libertadora Nacional (ALN), de conteúdo nacionalista, não voltada especificamente aos operários, mas que pretendia, entre outros itens, a reforma agrária, a constituição de um governo popular, do qual qualquer pessoa poderia participar. No entanto, foi fechada pelo governo no dia 11 de julho de 1935, com base em suposta atividade subversiva tanto no aspecto político quanto no aspecto social.

Nos anos seguintes, 1936 e 1937, o clima político esquentou. Vários protestos aconteceram, desencadeando revoltas. Em 1937, as revoltas de novembro, nos dias 23 (em Natal), 25 (em Recife), 27 (no Rio de Janeiro), o tema que chamou a atenção de todo o país, até o estabelecimento do Estado Novo em novembro de 1937, foi o Comunismo. Dutra lembra que

Milhares de prisões são efetuadas em todo o país, instala-se um Tribunal de Segurança Nacional, decreta-se o estado de sítio, reforça-se a Lei de Segurança Nacional, equipara-se o estado de sítio ao estado de guerra (que será renovado três vezes consecutivas), censura-se a imprensa, fecham-se sindicatos e associações. Mantém-se o clímax na imprensa com a busca e posterior prisão de Luis Carlos Prestes e Olga Benário. (DUTRA, 1997, p. 37-38).

Essa posição de Vargas ocorreu, segundo Dutra (1997), porque o povo significava para ele um organismo total, assim, a existência de classe, desestruturá-lo-ia e retirar-lhe-ia o sentido clássico da democracia. A supressão do conflito daria

vez ao consenso, o que não ocorreu por negar o que é prioritário em uma democracia, ou seja, liberdade individual; igualdade perante a lei sem distinção de sexo, raça ou credo; direito ao voto; educação; direito ao livre exercício de qualquer trabalho ou profissão.

Por sua vez, a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado<sup>28</sup> e outros intelectuais, posicionava-se contra o liberalismo, o socialismo, o capitalismo financeiro internacional e não aceitava a pluralidade dos partidos políticos. Segundo Fausto (2003), no final de 1937 entre 100 e 200 mil pessoas haviam aderido ao movimento, que defendiam temas como família, a tradição do país e a Igreja Católica e que acelerou o Plano Cohen<sup>29</sup>, no qual Getúlio Vargas aparece como a única salvação para o país não ser dominado pelos comunistas.

Em 10 de novembro de 1937, o Congresso foi cercado por tropas militares que não permitiram a entrada dos congressistas. “À noite, Getúlio anunciou uma nova fase política e a entrada em vigor de uma Carta Constitucional, elaborada por Francisco Campos. Era o início do Estado Novo [...], implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações” (FAUSTO, 2003, p. 364). A falta de reação dos comunistas e do movimento popular ocorreu por terem sido anteriormente abatidos.

A classe dominante não colocou empecilhos, e enquanto diversos congressistas foram presos, 80 outros se submeteram a Getúlio Vargas a ponto de se mostrarem solidários com ele. No entanto, a partir do Estado Novo, a representação no Congresso deixou de existir.

O golpe instalou a ditadura autoritária que, segundo Fausto (2001, p. 22), “marcara o fracasso dos comunistas e o início de uma dura repressão, enquanto o integralismo, como movimento, desapareceria da cena com o arremedo golpista de

---

<sup>28</sup> Escritor e político brasileiro. Dedicou-se ao jornalismo, fazendo crítica literária e política. Fundou a Ação Integralista Brasileira, tornando-se o chefe deste movimento nacional. O Integralismo de Plínio Salgado configurou-se como o maior movimento nacionalista da história do Brasil, o primeiro a aceitar negros e mulheres, um movimento verdadeiramente nacionalista, anticomunista e antiliberal que, sob o lema "Deus, pátria e família", conseguiu reunir setores da classe média e intelectuais. Os milicianos obedeciam a uma série de regulamentos, entre os quais o uso de uniformes (camisas-verdes) e da saudação Anauê, uma saudação em língua tupi. [www.integralismo.org.br](http://www.integralismo.org.br). Acesso em: 5 jul. 2011. Ainda sobre o Integralismo de Plínio Salgado, o livro: "Ideologia curupira: análise do discurso integralista", do cientista social Gilberto Vasconcellos (1979) afirma que o Integralismo não se constitui como uma cópia do fascismo no Brasil, porque aqui não havia uma forte tradição liberal, nem proletariado urbano-industrial organizado, nem ponderável movimento comunista, nem fatores que contribuíram para a eclosão de ideologias e movimentos fascistas na Europa.

<sup>29</sup> Texto seria publicado em boletim da Ação Integralista Brasileira simulando uma insurreição comunista e como os integralistas reagiriam.

1938.” Por sua vez, os intelectuais autoritários passaram a aceitar Getúlio Vargas como o presidente ideal.

Embora se diga, em geral, que o Estado Novo e a classe operária tenham começado em 1937, Beozo (1986) discorda, porque em 1935 diversos dos rumos político-sociais foram estabelecidos.

Lenharo (1986) lembra que, com o golpe de 1937, o Estado Novo utilizou os meios de comunicação para exercer pressão de mudança da opinião pública. Lembra a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Para Capelato (1998, p. 70) o DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. “[...] Vinculado diretamente à Presidência da República, o DIP produzia e divulgava o discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e com o povo.”

As funções exercidas por esse departamento foram extensas, atingindo o cinema, o rádio, o teatro, a imprensa, a literatura social e a literatura política. O rádio foi amplamente utilizado e chegou a grande parte dos trabalhadores.

Havia também a proibição da entrada de publicações estrangeiras ditas nocivas aos interesses brasileiros; instituiu-se a pena de morte, que seria aplicada em casos de crimes contra a ordem pública e a organização do Estado; os direitos individuais foram suspensos; os estados perderam sua autonomia e os Poderes Legislativo e Judiciário ficaram subordinados ao Executivo. As greves foram proibidas.

O Jornal Diário dos Campos<sup>30</sup>, em 1º de março de 1940, publicou artigo intitulado “O papel da imprensa no Estado Novo”, no qual o autor expôs seu pensamento dizendo que a nova imprensa deveria ser um instrumento defensor das nossas instituições e ser sentinela avançada da moral e da justiça e não um instrumento a “soldo de potentados ou políticos.”. E continuou dizendo que

---

<sup>30</sup> Jornal fundado em 27 de abril de 1907, em Ponta Grossa, com o nome de “O Progresso”. Em 01 de janeiro de 1913, passou a se chamar “Diário dos Campos”, nome que preserva até hoje. O Jornal “O Progresso/Diário dos Campos” foi o primeiro periódico de Ponta Grossa a manter regularidade de publicação desde o início do século XX. É o jornal mais antigo em circulação no interior do Paraná. Esse jornal não possui apenas a característica de periódico local, mas sim de representante regional, chegando a extrapolar a área de abrangência dos Campos Gerais, já que em suas páginas encontram-se notícias do sul, oeste e norte pioneiro do Paraná.

[...] a imprensa tornou-se o porta-voz supremo das aspirações nacionais, a força condutora dos destinos estatais. Ela tem que representar um papel decisivo na formação moral da nacionalidade, lançando mão do poder que dispõe para promover campanha de civismo, de trabalhos construtivos e de exemplos que possam ser imitados. E, para cumprir essa designação que lhe impôs a fase renovadora que o Brasil atravessa, é necessário que as atitudes sejam retilíneas, moldadas aos processos reformadores de costumes e se desenvolvam em um ambiente expurgado dos miasmas que infetam o organismo social. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1. Mar. 1940, p.4).

Um dos fundamentos da ideologia dominante à época do Estado Novo foi o da afirmação da nacionalidade. Todo o conteúdo desenvolvido na escola deveria caracterizar-se pela dimensão nacional, na qual a padronização desempenharia papel fundamental, o que corresponderia ao ideal de homogeneidade e centralização. “As diretrizes ideológicas que nortearam a política educacional do Estado Novo consubstanciavam-se na exaltação da nacionalidade, nas críticas ao liberalismo, no anti-comunismo, na valorização do ensino profissional.” (SILVA, 1980, p. 25).

A respeito do nacionalismo presente nos discursos governamentais Ianni afirma que:

Nos anos de 1930 a 1945, o nacionalismo passou a ser um elemento importante nos debates sobre problemas políticos e econômicos brasileiros. Nesses anos, o nacionalismo passou a figurar com mais frequência nos discursos dos governantes, nas diretrizes constitucionais e nas próprias realizações do governo. [...] O nacionalismo econômico brasileiro era dado importante do pensamento e da atividade do governo e empresários. Em especial, era elemento básico da política econômica governamental. Durante essa época à medida que se tornava maior o controle estatal sobre as decisões econômicas, tornava-se também mais acentuado o componente nacionalista em sua ideologia e prática. (IANNI, 1996, p.69).

Ainda sobre essa questão do nacionalismo e sua ideologia, Chaui (2001) destaca que o território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artes, foram os elementos principais do “caráter nacional”. A autora relaciona as questões do nacionalismo ao período do Estado Novo, enfatizando que:

A luta contra a dispersão e a fragmentação do poder enfaixado pelas oligarquias estaduais (ou a chamada política dos governadores) e a afirmação da unidade entre Estado e Nação, corporificados no chefe de governo, levaram, simbolicamente, à queima de bandeiras estaduais e à obrigatoriedade do culto à bandeira e ao hino nacionais nas escolas de todos os graus. É dessa época a exigência legal de que as escolas de samba utilizassem temas nacionais em seus enredos. O Estado passou a

usar diretamente os meios de comunicação, com a compra de jornais e rádios e com a transmissão da 'Hora do Brasil'. (CHAUI, 2001, p. 37).

Dessa forma, o poder chegou ao cotidiano das pessoas e se presentificou nas conversas e considerações políticas. Diante das multidões, Getulio Vargas se mostrou sempre calmo. Utilizava quadros onde aparecia sorrindo entre estudantes que também sorriam. Fazia um gesto de carinho no rosto de uma menina enquanto um menino mostrava a bandeira nacional (figura 2). Colocava-se como o único a ser capaz de guiar o país. “Para alcançar a dominação por meio dos imaginários sociais, é necessário o controle dos meios de comunicação, instrumentos de persuasão destinados a inculcar valores e crenças.” (CAPELATO, 1998, p. 36).

Figura 2 - Foto exhibe gesto de carinho de Vargas enquanto menino segura a Bandeira Nacional<sup>31</sup>



Fonte: FGV/CEPDOC, 2012b.

Apesar do forte controle do DIP, a vida cultural do Brasil, nos anos de 1930 a 1940 foi intensa. O rádio, com seus programas de auditório com musicais, era um dos divertimentos preferidos da população. Além disso, foi um importante veículo para a divulgação da música popular brasileira.

Neste contexto, a educação assume um papel fundamental no projeto nacionalista do novo regime.

<sup>31</sup> A figura 2 é página da cartilha, A juventude do Estado Novo, distribuída nas escolas neste período.

Lourenço Filho<sup>32</sup> foi um dos colaboradores mais atuantes de algumas reformas educacionais empreendidas no Brasil. Publicou diversos livros importantes sobre a educação brasileira e, principalmente, sobre a pedagogia da Escola Nova no Brasil, dentre eles, o livro: “Introdução ao estudo da Escola Nova.” Nele, verifica-se sua posição sobre educação. Suas conferências pronunciadas durante a vigência do Estado Novo foram reunidas em outro livro intitulado: “Tendências da Educação Brasileira”. Em 1940, em uma de suas conferências, Lourenço Filho afirma:

A nação se empenha em ser forte, e sua força dependerá de sua capacidade de produção. A educação afirma a clara tendência de tornar-se, com os ideais nacionais, a preparação para o trabalho em novas bases. Tem de deixar de ser um empreendimento do Estado, no sentido formal, para ser um empreendimento sentido e desejado pelo povo, como obra necessária à direção e desenvolvimento da vida social. O ensino nas fábricas, a instituição da Juventude Brasileira, o provimento de cargos por concurso, o ensino regimental no exército, o “serviço de trabalho”, consagrado na Constituição, tudo revela, com clareza, essas novas e salutarens tendências. (LOURENÇO FILHO, 1940, p.35).

Essa Conferência foi realizada a pedido do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP. Em outra Conferência, Lourenço Filho declarou que a Educação e a Segurança Nacional são os temas que mais aparecem no que se refere aos aspectos doutrinários do Estado Novo. E em 1937, sintetiza seu engajamento político declarando: “O Estado Novo está feito; façamos agora os cidadãos do Novo Estado”. (LOURENÇO FILHO, 1940, p. 111).

O Novo Estado foi instituído em 10 de novembro de 1937 e tinha a intenção de:

[...] corrigir o rumo da Revolução de 1930 desviado nas discussões da Constituinte de 1934. Seria identificado pelo clima de ordem garantido pela existência de um chefe que se sente em comunhão de espírito com o povo de que se fez guia e condutor. Somente o chefe pode tomar decisões porque ele encarna, na excepcionalidade de sua natureza, a vontade e os anseios das massas. É essa potencialidade intransferível que assegura o caráter popular do Novo

---

<sup>32</sup> Lourenço Filho (1897-1970), um dos renovadores da educação, no transcorrer da vida, revelou-se atuante e inovador, ao conjugar produção intelectual intensa e ocupação de postos de poder, nos níveis estadual, municipal e federal. Esses ângulos, porém, não bastam para apreciação cabal desse intelectual que, ao lado de outros, desempenhou papel fundamental na reorientação dos rumos da educação, no decorrer do século XX brasileiro. De modo que talvez fosse melhor situá-lo como um dos expoentes da “geração de 1920”, geração construtora, sumamente empenhada na invenção de outro sistema de expressão e de vida para, assim, superar os impasses próprios de uma formação social e intelectual. “Todos saturada de tensões e conflitos. Ao optarem pela educação pública como via privilegiada para a construção de um Brasil moderno, os intelectuais dessa geração deixaram forte marca na cultura brasileira.” (MONARCHA, 2010).

Estado, uma perfeita simbiose entre as duas entidades do regime: o povo e o chefe. (BOMENY, 1999, p.146)

Este momento marcou profundamente a política brasileira e o dia 10 de novembro, data do aniversário do Estado Novo e da promulgação da Constituição de 1937, passou a fazer parte do calendário escolar e a ser comemorado nas escolas. Essa foi uma das estratégias de Vargas para legitimar seu governo e obter o apoio da população.

O Jornal Diário dos Campos publicou, em 10 de novembro de 1944, matéria intitulada “O 10 de novembro em Ponta Grossa – Comemorações escolares”. A reportagem traz, detalhadamente, como esse dia foi comemorado pelos estudantes princesinos e como essa data foi assimilada por eles.

Conforme é de costume, o aniversário do Estado Nacional na Princesa dos Campos é condignamente festejado pela mocidade das escolas, autoridades e o povo em geral, constituindo justo motivo de júbilo os atos e realizações que se efetivam, afirmando o elevado espírito cívico da nossa gente. Nas escolas da cidade, o dia de hoje fora alvo de preleções e festividades, com a participação de milhares de corações juvenis, que, assim, mais e mais se integram no clima sadio de trabalho e patriotismo em que viceja e prospera o Brasil Novo. As escolas públicas e particulares, primárias e secundárias, formam ambiente de educativa compreensão para tal, contando com o entusiasmo dos mestres e alunos, em conjunto festivo à fanagem das magnas datas de 10 de novembro e 19 de novembro. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 nov. 1944, p.4)

Neste dia, em todo o Brasil, havia inaugurações de obras em homenagem a essa data e tudo era comunicado, por telegrama, ao Diretor Geral do DIP:

[...] Exmo Sr Diretor Geral do DIP, respondendo vosso prezado telegrama, cumpre informarmos que, entre realizações terão lugar dia 10 de novembro esta cidade: será levado efeito entrega provisória Campo de aviação, onde Município investiu cerca trezentos e cinquenta mil cruzeiros, lançamento de pedra fundamental construção grupo escolar, com seis salas, no Bairro da Ronda; aprovação do projeto para a construção mercado público, orçado em quinhentos mil cruzeiros. Cordiais saudações. Albary Guimarães – Prefeito Municipal. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 nov. 1944, p.4 ).

As comemorações do Estado Nacional ocorriam em todo o Brasil. As reportagens reproduzem o entusiasmo, o trabalho e o cumprimento do dever cívico, de que o povo se imbuía, nesta ocasião, “honrando a obra política do eminente Presidente Getúlio Vargas” que no Paraná estava “tão bem representado pelo vulto notável do Interventor Manoel Ribas.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 nov. 1944, p.4).

No dia 11 de novembro de 1944, o Jornal Diário dos Campos trouxe reportagem que mostra como o dia 10 de novembro foi comemorado no Rio de Janeiro. A imprensa carioca dedica largos comentários, ilustrados com fotografias do Presidente Getúlio Vargas, enfatizando as realizações feitas por ele, enaltecendo a grandeza do Brasil [...] “orientado pela visão política e capacidade administrativa do Presidente Vargas.” E, ainda, referem-se à posição do Brasil em face das demais nações, afirmam que o “Brasil, no regime do Estado Nacional, é uma grande Nação que avança para seus destinos e se projeta como potência mundial de primeira grandeza.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 11 nov. 1944, p.3).

Outra data comemorada pelas escolas e comunidade ponta-grossense, nesta mesma época, era o dia 19 de novembro, o dia da Bandeira Nacional. O jornal Diário dos Campos, dia 19 de novembro de 1944, também registrou como essa data foi comemorada em Ponta Grossa:

Em todo o território nacional, comemora-se hoje o dia da Bandeira. É um acontecimento cívico da mais alta significação para a nacionalidade, quando o ‘auriverde pendão de nossa terra’ se encontra empunhado por mãos firmes, em solo estrangeiro, atestando a coragem e pujança de um povo valente e altivo, que não titubeia quando os seus destinos estão em jogo. Em Ponta Grossa, o dia será comemorado com solenidades na Praça Barão do Rio Branco, promovidas pelas instituições militares, escolares e culturais. Haverá desfiles dos colégios e das tropas. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 19 nov. 1944, p. 4).

Quando o Jornal Diário dos Campos (1944) fala que a Bandeira brasileira está “em solo estrangeiro, atestando a coragem e a pujança de um povo valente e altivo”, essa afirmação faz referência à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Importante lembrar que em 1942, o Brasil declara guerra<sup>33</sup> contra a Alemanha e a Itália, o que cria um clima de antagonismo, uma vez que, externamente o Brasil luta contra os nazifascistas e internamente vive um período ditatorial.

---

<sup>33</sup> A Segunda Guerra Mundial foi deflagrada em 1939 e o Brasil entrou na guerra em 1942, ao lado dos aliados. Durante esse período, o governo brasileiro acertou com Estados Unidos a entrada do Brasil na guerra contra as potências do Eixo, lideradas pela Alemanha nazista. Em troca de financiamento para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e para a modernização das Forças Armadas, o Brasil permitiu que tropas norte-americanas se instalassem no Nordeste brasileiro e passassem a fornecer borracha e minérios para a indústria bélica dos países aliados.” (Projeto Araribá: História, 2006, p.141).

Em decorrência da guerra, o Presidente da República, Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto-Lei nº 4.800, de 6 de outubro de 1942, torna obrigatório o ensino da defesa passiva e dá outras providências:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - O ensino da defesa passiva é obrigatório para os alunos de todos os estabelecimentos de ensino, oficiais ou particulares, existentes no país.

Art. 2º - Constitui obrigação de todo o pessoal docente e administrativo dos mesmos estabelecimentos de ensino o estudo da defesa passiva.

Art. 3º - O Ministério da Educação, ouvido o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, baixará instruções para o cumprimento do disposto no presente decreto-lei.

Art. 4º - este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República. Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, Alexandre Marcondes Filho. (BICUDO, 1943, p.9).

A expedição desse Decreto-Lei publicado em Diário Oficial de 8 de outubro de 1942, que dispõe sobre o ensino de defesa passiva nos estabelecimentos de ensino, foi precedida da exposição de motivos, em 3 de outubro de 1942, pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema:

Senhor Presidente: A possibilidade de que as populações civis de nosso país venham a sofrer as consequências ofensivas da presente guerra em que nos achamos empenhados suscita cuidados especiais no ânimo dos responsáveis pela segurança das crianças e dos adolescentes. É preciso que as comunidades escolares de todos os ramos e graus do ensino, se preparem para enfrentar as eventualidades desastrosas e, portanto que estejam cientes das providências de defesa passiva que em cada caso de agressão devam ser tomadas. A todos os alunos, aos professores, ao pessoal administrativo de cada escola deverá assim ser obrigatoriamente ministrado, sem perda de tempo, o ensino da defesa passiva, e é visando a tal objetivo que tenho a honra de submeter à consideração de V. Excia. O presente projeto de decreto-lei. Apresento-lhe as expressões de estima e respeito. Gustavo Capanema. (BICUDO, 1943, p. 9).

Ainda, para destacar todo o contexto descrito acima, é relevante lembrar que, a partir de 1940, o aniversário de Getúlio Vargas passou a ser data obrigatória comemorada no calendário brasileiro. O aniversário do Presidente “a partir de 19 de abril de 1940 [...] foi comemorado festivamente. Depois deste ano, os fatos se repetem e, em 1942, temos o ponto mais alto e amplo desta comemoração.” (CARONE, 1988, p. 161).

Portanto, a exaltação da nacionalidade tornou-se um componente importante dentro da ideologia educacional, como lembra Silva (1980, p. 26) “o ufanismo exacerbado exteriorizava-se, sobretudo, nas grandes concentrações estudantis da ‘Semana da Pátria e da Raça’<sup>34</sup>.”

Em 1940, a educação ainda era considerada ineficiente, é o que se constata em um artigo publicado no jornal Diário dos Campos, em 20 de junho de 1940, que trouxe uma crítica contundente sobre a condição do ensino secundário no Brasil, naquele momento. O texto comenta sobre uma campanha de iniciativa dos poderes públicos, em favor da qualidade e eficiência do ensino secundário no país.

Como consequência dessa campanha, houve o “fechamento de inúmeros estabelecimentos de ensino secundário”, (DIÁRIO DOS CAMPOS, 20 jun.1940, p. 5), porque não apresentavam condições mínimas de ensino. Todo esse movimento em favor da dignidade do ensino brasileiro, nas palavras do editor, “deve merecer a aprovação das pessoas pelo menos sensatas.” O editor denuncia a passividade dos estudantes, que até aquele momento, “nem sequer conhecem de nome as disciplinas dos estudos sérios – não são poucos os que se habituaram a ver na formação cultural apenas um trampolim para o que chamam ‘instalar-se na vida’”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 20 jun.1940, p. 5).

As modificações ocorridas a partir de 1937 foram resultantes de uma gradativa evolução das estruturas econômica e política iniciada em 1930. O Estado Novo procurou traçar diretrizes para a educação. Assim, as discussões sobre a urgência de uma reforma para o ensino secundário tiveram início na gestão de Francisco Campos, que via a necessidade de reformular o ensino. É nesse clima que em 9 de abril de 1942 foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que cumpriria o que Gustavo Capanema afirmara no discurso comemorativo do centenário do Colégio Pedro II, de ser o “ensino preparador da elite intelectual do país”, (CAPANEMA, 1937).

Essa Lei permaneceu em vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

---

<sup>34</sup> “Durante o Estado Novo, os desfiles da Semana da Pátria também eram denominados de ‘Parada da Raça’ e, além do 07 de setembro, foi criado também um outro feriado escolar no dia 04 de setembro: o ‘Dia da Raça’. Essa nova data de comemoração denota uma valorização da ‘raça brasileira’, a qual surgiria da junção entre brancos, indígenas e africanos.” (MARTINS, 2006, p. 144).

No item a seguir, a reforma do ensino secundário será analisada. Seu entendimento é essencial para dar continuidade à pesquisa.

## 2.5 O ENSINO SECUNDÁRIO E A REFORMA CAPANEMA

No decorrer da ditadura, o Ministro Gustavo Capanema apresentou ao Presidente Getúlio Vargas, o anteprojeto da Lei Orgânica de Ensino Secundário, em 1º de abril de 1942. Os Decretos regulamentadores de 1942 e 1946 estruturaram o ensino secundário, constituindo o ginásio de quatro anos, o colegial de três anos e o colegial dividido em Clássico e Científico.

Com o Decreto-lei n.º 4.244 de 9 de abril de 1942<sup>35</sup>, um dos Decretos que constituem a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, dá início, conforme Silva (1969, p. 293), a uma tentativa de “metodização do ensino secundário e de sua constituição como uma estrutura institucional de finalidade compreensivamente educativa, que é o próprio conteúdo da ação federal em face do ensino secundário, desde a reforma Benjamin Constant, ao lado da procura de uniformização de todo o ensino secundário brasileiro.”

Capanema (1974, p. 254) expôs o objetivo do ensino secundário:

[...] formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades clássicas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística.

E o ensino secundário era destinado a quem?

[...] à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. (CAPANEMA, 1974, p. 254).

---

<sup>35</sup> No dia 7 de abril de 1942, dois dias antes da promulgação da Lei Orgânica, o jornal Gazeta de Notícias publicou artigo de seu diretor, Wladimir Bernardes, no qual este afirmava que a reforma a ser promulgada estava marcada pela influência dos jesuítas. Gustavo Capanema responde imediatamente, em carta que foi publicada no dia seguinte, no mesmo jornal: “Não é assim, meu caro amigo. Preocupado em fazer obra segura, tenho ouvido muita gente sobre o assunto. Ao meu gabinete têm vindo professores e intelectuais de todas as feições culturais, para dar o seu parecer e a sua contribuição. Não é do meu modo de ser deixar-me influenciar por este ou por aquele, deixar-me levar por esta ou aquela tendência. O governo me deu o hábito de buscar o equilíbrio, a equidistância”. (HORTA, 2010, p. 38).

Este contexto faz pensar se haveria uma educação para elite, outra para os jovens que comporiam o grande exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação e outra ainda para as mulheres.

Cunha (1981, p. 128) lembra que a intenção do ensino secundário era a de preparar “individualidades condutoras”, é preciso formar para “o respeito aos valores da pátria e a manutenção da ordem social”. A política educacional, neste momento, foi colocada a “serviço da nação”, isto é, do Estado Novo.

Segundo Schwartzman, Bousquet e Costa (2000), a reforma de 1942 consolidou a divisão entre o ginásio, de quatro anos, e o segundo ciclo de três anos, podendo-se, daí, optar pelo curso Clássico ou Científico. Com a finalização de cada ciclo, havia um “exame de licença” para garantir que todos os aprovados tivessem alcançado o padrão estabelecido. No que se refere especificamente ao ensino secundário, o tipo humanista clássico é destacado. Cunha (1981, p. 128) lembra o fato “das designações ginásio e colégio serem exclusivas para os estabelecimentos destinados a dar o ensino secundário. Por outro lado, havia dois tipos de clássico – com e sem o estudo do grego”.

Entre os motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário indicados por Gustavo Capanema (1942), estava a formação moral e ética, pois, segundo ele, “não basta o saber e a técnica. [...] A educação moral deverá despertar e endurecer no seu coração a virtude [...]” A moral e cívica tinha o papel não somente de formar o caráter do cidadão, mas também de lhe propiciar o desenvolvimento de virtudes coletivas, a exemplo da disciplina e da “exaltação patriótica”. (BRASIL, 1942).

A educação moral e cívica não se constituía em uma disciplina, mas deveria se presentificar em todo o currículo e, como afirma Capanema (1974, p. 263), no “próprio processo da vida escolar, que, em todas as circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico”.

A finalidade do ensino secundário passou a dar ênfase à formação da consciência patriótica e humanística nos jovens brasileiros. É palavra do então Ministro da Educação e da Saúde<sup>36</sup>, Gustavo Capanema:

---

<sup>36</sup> A Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937 mudou a denominação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que passou a chamar-se Ministério da Educação e Saúde. O citado ministério foi criado pelo Decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930. Foi na Reforma de 1942 que houve a mudança do nome do Ministério. A partir da Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953 o Ministério da Educação e Saúde, desdobrou-se em Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde.

[...] Entretanto, a partir do segundo grau do ensino, cada ramo da educação se caracteriza por uma finalidade específica, que se acrescenta àquela finalidade geral. O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e humanística. Este último traço definidor do ensino secundário é de uma decisiva importância nacional e humana. (CAPANEMA, 1942).

Azevedo (1976) diz que a Reforma proposta por Capanema "(...) imprimiu ao ensino secundário a melhor organização que já teve entre nós, elevando-o de um simples 'curso de passagem' ou de instrumento de acesso aos cursos superiores a uma instituição de caráter eminentemente educativo" (p.170-171).

No entanto, Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 210) questionam como ensinar, por meio de uma matéria escolar, a ser bom, disciplinado, ter caráter, ser idealista e responsável e também, como ensinar o 'fervor patriótico' aos jovens? E respondem que a Moral e Cívica, que acabou não se tornando uma disciplina, se concretizou mais explicitamente nos programas de Juventude Brasileira<sup>37</sup>. Esses programas foram instituídos pelo decreto-lei de nº 2.072, de março de 1940, que

[...] a qualifica como corporação formada pela juventude escolar de todo o país, com a finalidade de prestar culto à pátria. Esse decreto dispõe ainda

---

<sup>37</sup> O documento original, parte dos arquivos Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, tem o timbre do Ministério da Justiça, e não traz nenhuma menção à participação do Ministério da Educação e Saúde em um empreendimento que poderia ser entendido como de cunho também educativo. Segundo ele, caberia à organização político-miliciana da juventude a direção e a orientação exclusiva e direta do Presidente da República e dos Ministros de Estado, os objetivos mais gerais da organização, com algumas referências rápidas ao processamento e ao conteúdo político-ideológico da iniciativa. Bem mais substancial é o projeto de regulamento técnico-disciplinar que o acompanha. Com um total de 41 páginas - contra 11 do projeto da Guerra, da Justiça e da Marinha. O projeto, obedecendo à formalidade de um decreto-lei, é sucinto e objetivo, salientando apenas o de decreto-lei - o documento desce a minúcias sobre os objetivos, a estrutura organizativa, os cargos, encargos e funções previstas para a Organização Nacional da Juventude, além de uma descrição pormenorizada da hierarquia a ser estabelecida quando implementado o seu plano. A Organização deveria ser regida por uma Junta Suprema, que teria como função "instituir os serviços de natureza pré-militar à juventude arregimentada pela Organização Nacional." O regulamento da juventude teria a aprovação dos ministros da Justiça e Negócios Interiores, da Guerra e da Marinha; a Organização incluiria um setor de aspirantes, de oito a 13 anos, e outro de pioneiros, de 13 a 18 anos. O artigo primeiro do projeto de decreto-lei de março de 1938 estabelecia que a Organização Nacional da Juventude por finalidade "assistir e educar a mocidade, organizar para ela períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação". Prevê-se ainda, no artigo 18, que à mocidade arregimentada pela Organização Nacional serão proporcionados, entre outros, serviços adequados a infundir nos jovens "o sentimento de disciplina e da educação militar" acrescentando-se que teriam "efeitos equivalentes aos da prestação do serviço militar exigida pelas leis em vigor". (FGV/CPDOC, 2012b).

sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física d'infância e da juventude, fixando suas bases de execução. É uma ruptura definitiva com o projeto inicial. (BRASIL, 1940, v. 1, p. 271).

A Juventude Brasileira estava submetida ao Ministério da Educação e Saúde e ao Ministério da Guerra e tinha como objetivo, segundo as próprias palavras de Getúlio Vargas, “incrementar a educação cívica das novas gerações, organizando a juventude a formar e a constituir reserva facilmente mobilizável sempre que houvesse objetivo patriótico a alcançar.” (VARGAS, 2007, p. 106).

Figura 3 – Foto exhibe estudantes admirados diante de Vargas



Fonte: FGV/CPDOC, 2012b.

Um exemplo disso, em 1943, na comemoração do dia do Trabalho, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, enviou uma mensagem aos dirigentes da Juventude Brasileira nos estabelecimentos de ensino de grau secundário, da qual se destaca:

Amanhã, festeja-se o Dia do Trabalho. Com as saudações cordiais que nesse ensejo envio os quantos, diretores e professores, promovem ou orientam a educação da juventude nas escolas primárias e nos estabelecimentos de ensino de grau secundário, peço que meditem sobre a significação desta grande data, prestando atenção nestes pontos: 1. É preciso que as escolas, não somente as de finalidade profissional, mas também as que têm uma finalidade educativa geral, isto é, as escolas primárias e secundárias, tomem em consideração que a juventude deve aprender a trabalhar. Mostre-se, antes do mais, que é preciso crer no trabalho, que cada um deve estar convencido de que o trabalho tudo pode e alcança. Que circule de mão em mão e se leia e medite a grande lição que a esse respeito escreveu Rui Barbosa, na célebre ‘Oração aos Moços’, em que se ensina que ‘ao trabalho nada é impossível. Dêle não há extremos que não sejam de esperar. Com êle nada pode haver de que desesperar’. 2. Que as escolas ensinem, pois, a trabalhar. (BICUDO, 1943, p.142-143).

Essa mensagem de Gustavo Capanema, dirigida aos diretores e professores, na data dos festejos do Dia do Trabalho, teve a intenção de reafirmar as mudanças pelas quais o país estava passando, tanto sociais quanto econômicas, e também, reafirmar as transformações que a legislação trabalhista vinha sofrendo. No governo de Getúlio Vargas, os avanços concedidos aos trabalhadores se deram devido ao apoio das indústrias, que necessitavam de mão-de-obra qualificada. Deste modo, além de terem os embasamentos legais para exercerem suas profissões, receberiam uma educação voltada às necessidades trabalhistas, isto é, a escola deveria assumir o papel de reprodutora do meio, a qual tinha por objetivo selecionar conteúdos capazes de favorecer o desenvolvimento do homem, enquanto cidadão apto para o trabalho.

Por isso a comemoração do Dia do Trabalho, nesta conjuntura, ocupou um lugar de destaque no âmbito da educação, dado a complexidade da sociedade urbano-industrial, neste momento. No discurso de Capanema estão presentes algumas ideias elaboradas nas décadas anteriores, mas acompanhadas de uma maior politização frente às questões educacionais, no sentido de “criar um ensino mais adequado à ‘modernização’ do país, com ênfase na capacitação para o trabalho e na formação das ‘elites’” (MORAES, 2000, p.133).

Havia a defesa de que a reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino, a importância da ‘criação’ de cidadãos e de reprodução/modernização das ‘elites’, acrescidas da consciência cada vez mais explícita acerca da função da educação no trato da questão ‘social’: a educação rural, para conter a migração do campo para as cidades e a formação técnico-profissional do trabalhador, visando solucionar o problema das agitações urbanas (MORAES, 2000, p.132).

A corporação formada pela juventude escolar de todo país (Figura 3), tinha a finalidade de prestar culto ritualístico à pátria, nas datas nacionais, de acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p.150). Porém, com a entrada do Brasil, em 1942, na guerra ao lado dos aliados, o projeto da Juventude Brasileira, inspirado em modelos europeus fascistas, perde a sua importância.

Por tudo isso, foi instituído o ensino pré-militar, cujas bases foram estabelecidas por Decreto-lei n. 4.642, de 2 setembro de 1942, no qual há a determinação de que a instrução pré-militar seria obrigatória para os alunos do sexo masculino. As crianças das escolas primárias formariam a Ala Menor, e os jovens

dos estabelecimentos do ensino secundário constituiriam a Ala Maior. Havia também a obrigatoriedade de que cada escola constituísse o seu Centro Cívico<sup>38</sup>. Os alunos menores de dezoito anos estavam automaticamente inscritos, sendo facultativo a inscrição dos maiores. Para os alunos inscritos, as instruções compreenderiam noções gerais relativas à organização e à vida militar, mas sem arma e iniciação na técnica de tiro. Assim dispõe o Decreto de como seria a organização da instrução pré-militar:

Art. 1º: A instrução pré- militar é obrigatória para os alunos do sexo masculino, de idade entre doze e dezesseis anos, matriculados em qualquer curso do primeiro ciclo do ensino de grau secundário. Art. 2º: A instrução pré-militar compreenderá, além das noções gerais relativamente à organização e à vida militar, a instrução elementar de ordem unida sem arma e iniciação na técnica do tiro. Art. 3º: Todos os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, existentes no país, com mais de cinquenta alunos nas condições do art.1º deste decreto-lei, são obrigados a manter um centro de instrução pré-militar. **Art. 4º: perderão a equiparação ou o reconhecimento federal os estabelecimentos de ensino estaduais, municipais ou particulares sujeitos à obrigação determinada pelo artigo anterior, se não a cumprirem.** Art. 5º: Os centros de instrução pré-militar serão designados pelo prefixo C.I.P., seguido do número da respectiva Região Militar e de outro que indique a ordem cronológica de seu registro. Art. 6º: A direção dos estabelecimentos de ensino de que trata o art. 3º deste decreto-lei remeterão ao comandante da Respectiva Região Militar, na primeira quinzena do período letivo, relação dos alunos inscritos em cada centro de instrução pré-militar, com o nome, idade, filiação e naturalidade de cada um. Art. 7º: os instrutores dos centros de instrução pré-militar serão designados pelo comandante da respectiva Região Militar. Art.8º: A frequência à instrução pré-militar é obrigatória nos mesmos termos e sob as mesmas sanções em que o é a frequência à Educação Física. (BRASIL, 1942, p. 18). Grifo nosso

Nesse Decreto-Lei salientam-se a obrigatoriedade da frequência à escola secundária em períodos suficientes para que aprendessem uma cultura comum, na qual lhes transmitissem a consciência de pertencerem a uma nação comum. Juntamente com o ensino secundário, a transmissão de valores que despertassem a consciência da pátria, deveria ser dada pelo ensino pré-militar, que não significava serviço militar, este a serviço do Exército.

Além disso, todos os estabelecimentos de ensino públicos ou particulares existentes no país, com mais de cinquenta alunos, eram obrigados a manter um centro de instrução pré-militar. Os estabelecimentos que não cumprissem as determinações perderiam a equiparação ou o reconhecimento. Os instrutores dos

---

<sup>38</sup> Verificar no capítulo 4, desta tese, sobre a criação e atividades do Centro Cívico Regente Feijó.

centros de instrução pré-militar seriam designados pelo comandante da respectiva Região Militar. A implantação de centros de Instrução Militar nas escolas brasileiras possuía um caráter autoritário. Para Horta, os militares almejavam conduzir duas iniciativas bem mais limitadas: “a implantação da educação física escolar e a extensão da Instrução Pré Militar aos alunos menores de dezesseis anos, inscritos nos estabelecimentos de ensino primário e secundário”. (HORTA, 1994, p. 30).

A proposta de formação pré-militar da juventude objetivava a militarização da sociedade civil, mas sem extremos, para que não houvesse estímulo a um projeto de formação de milícias civis que poderiam conduzir a juventude à mobilização.

No ideário da ditadura, entre a experiência liberal e o totalitarismo houve essa proposta da militarização que, de um lado, evitaria o individualismo pernicioso criado e procriado no liberalismo e, de outro, controlaria os possíveis excessos e as possíveis ameaças que um projeto de mobilização política da juventude poderia gerar. O exemplo de movimento educativo criado no Estado Novo para a juventude foi a Organização Nacional da Juventude, da qual resultou o Movimento da Juventude Brasileira. Em 5 de dezembro de 1942, o Decreto-Lei n. 5.045 fixa a organização da Direção Nacional da Juventude Brasileira e dá outras providências. (BRASIL, 1942).

Para cumprir esse Decreto, foi nomeado como instrutor Militar no Colégio Regente Feijó, o Sargento Régio que “sempre estava fardado e ministrava aulas de ginástica para os moços, com a prática de exercícios pesados, na véspera dos desfiles cívicos, treinava os alunos no pátio do ginásio com marchas batidas e compassadas, orgulhosamente exibidas nas ruas da cidade.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 abr. 1987, p. 3). E, também, o 3º Sargento Olindo Teixeira Pinto, como Instrutor Militar.

A Circular nº 9, de 26 de outubro de 1942, assim recomendava sobre a organização da instrução pré-militar:

1. Recomendo-vos, para as providências cabíveis, a leitura atenta do Decreto-lei número 4.642, de 2 de setembro de 1942, publicado no Diário Oficial de 4 do mesmo mês, o qual dispõe sobre as bases da organização da instrução pré-militar. Deveis comunicar a esta Divisão, oportunamente, as medidas tomadas para o perfeito cumprimento das determinações do citado Decreto-lei nº 4.642, no estabelecimento que inspecionais.
2. De acordo com a indicação do Conselho Nacional de Educação, aprovada pelo Senhor Ministro, recomendo-vos ainda providenciar para que seja lida, a todos os alunos, a ordem do dia do Sr. General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, pronunciada no encerramento das

comemorações promovidas em homenagem à memória do Duque de Caxias, glorioso patrono do Exército Nacional. (BICUDO, 1943, p. 119-120).

O Jornal Diário dos Campos, reporta-se à notícia de que as determinações da Lei para o ensino pré-militar estavam sendo cumpridas nos estabelecimentos de ensino secundário do país:

Cumprindo determinações da Lei em vigor, as escolas do Brasil estão criando para seus alunos Cursos de ensino pré-militar. Assim, é que no Colégio Pedro II, em Bom Sucesso, com a presença de altas autoridades civis e militares, membros do corpo docente e grande número de alunos daquele estabelecimento, foi instalado recentemente o ensino pré-militar para os que não se encontram ainda no limite mínimo de idade exigida para o ingresso nos tiros de guerra. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 maio, 1943, p. 4).

Para o Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, o ensino secundário deveria ser um “ensino educativo, formador da personalidade física, moral e intelectual do adolescente”. Neste momento, o governo federal se propunha a exercer sobre ele “uma ação esclarecida e enérgica”, acentuando seu “caráter cultural” e dando prioridade no seu programa ao estudo das “humanidades clássicas”, para que ele se tornasse verdadeiramente “o ensino preparador da elite intelectual do país”.

Fernando de Azevedo dizia que a chave do problema do ensino secundário estava ligada à fixação preliminar da sua finalidade: destinado à formação da elite. Dizia que cabia ao ensino secundário “criar e desenvolver a cultura geral e desinteressada, por um curso integral e seriado, comum a todos, baseado num plano verdadeiramente humano de estudos de provada eficiência na formação do caráter e da mentalidade.” (AZEVEDO, 1960, p. 189). Via como sendo o programa mais adequado à formação integral, física, intelectual e moral do homem e do cidadão um currículo que aliasse a cultura literária à cultura científica para o curso secundário:

[...] as matérias que devem constituir o seu curso, além do desenho e da ginástica, são, de um lado, as que se destinam a desenvolver o espírito literário (línguas clássicas e modernas e literatura) e o espírito científico (ciências matemáticas, físicas e naturais) e, por outro lado, as que tendem a criar a consciência da personalidade nacional (língua e literatura vernácula, geografia e história nacional) e a consciência universal (geografia geral, história da civilização e filosofia ou história do pensamento humano). Enfim, nesse plano de estudos orientados segundo as mais altas tradições humanas e distribuídos segundo o seu valor educativo, devem ter preponderância aquelas disciplinas que, alargando o horizonte mental, contribuam mais poderosamente para formar o espírito e elevar o homem

ao domínio das ideias gerais, dentro das quais se possam desenvolver mais tarde, em qualquer especialidade ou profissão, sem perder o contato com os campos laterais de atividade e pensamento. (AZEVEDO, 1960, p. 189).

Azevedo defendia a conciliação entre estudos literários e científicos, representando a renovação da escola secundária, aliando-se à tradição e à modernidade. Já Cunha (1981, p. 130) destaca que o conservadorismo da Reforma Capanema seria aquele que “invoca valores nacionais para justificá-lo”. E questionou se “estes valores são realmente valores nacionais ou pertencem somente a determinados segmentos sociais?” E comentou que em tempo, no qual a coeducação já havia sido adotada em muitos países, no Brasil, a Lei ainda recomendava que a educação secundária para mulheres se realizasse em estabelecimentos exclusivos, com raras exceções. De acordo com Capanema, quanto aos alunos carentes de recursos, a Lei orientava para que todos os estabelecimentos de ensino secundário particular reservasse determinada percentagem de vagas gratuitas.

No entanto, Silva (1969, p. 294) afirmava que a reforma “representou a definição completa e acabada do ensino secundário como um tipo específico de ensino, perfeitamente caracterizado por seus objetivos, seu currículo e sua organização geral”.

Se Capanema tinha como meta que o ensino secundário saísse da situação de ser somente um meio para os estudantes chegarem ao ensino superior, isso não se realizou. Para Cunha (1981, p. 131), “uma escola feita para a elite dificilmente conseguiria romper com essa tradição”.

Conforme Silva, a Reforma Capanema comparada à Reforma Francisco Campos “representava um passo atrás. Não obstante, iria ela reger durante vinte anos o ensino secundário brasileiro, sobrevivendo durante longo período à situação política”. (SILVA, 1969, p. 294)

Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 218) afirmam que a reforma do ensino secundário de 1942, além de tentar consolidar a escola secundária como a forma mais importante de instituição educacional para, por meio dela, formar novas mentalidades e estimular o desenvolvimento de uma cultura nacional, tinha como meta também “produzir uma nova elite para o país. Uma elite masculina, de formação clássica e disciplina militar. A ela caberia a condução das massas e a ela estaria reservado o acesso ao ápice da pirâmide educacional”.

Em discurso pronunciado nas comemorações do Centenário do Colégio Pedro II<sup>39</sup>, em 2 de dezembro de 1937 (BRASIL, 1937), o então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, dedica um item especial de seu discurso à educação feminina, já anunciando sua visão. Para o Ministro, os poderes públicos, na organização dos estabelecimentos de ensino, deveriam “considerar diversamente o homem e a mulher”. Mesmo reconhecendo que, “no mundo moderno, um e outro são chamados à mesma quantidade de esforço pela obra comum”, reafirma que a educação a ser dada à mulher deve diferir daquela dada ao homem, “na medida em que diferem os destinos que a Providência lhes deu”.

Segundo Capanema, “se o homem deve ser preparado com a têmpera militar, para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade, que é o preparo para a vida do lar”. Para o Ministro, “é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói”. Ainda, a família é “a base da organização social”, estando por isso “colocada sob a proteção especial do Estado”. A este compete preparar convenientemente a mulher para a sua “grave missão”, pela educação que lhe é ministrada. Finaliza, dizendo que a educação feminina exige dos poderes públicos “cuidados e medidas especiais.”

Em Ponta Grossa, o Jornal Diário dos Campos, publicou em 4 de janeiro de 1942, o artigo intitulado: “A Reforma de Ensino”, no qual comenta a expectativa para a promulgação da reforma de Gustavo Capanema. Assim se expressou o editor:

Quem se der ao trabalho de percorrer um pouco a seára do ensino em nossa terra, ficará, desde logo, alarmado com o que se depara. Embora seja a chamada ‘escola nova’ clara na sua objetivação, infelizmente, até agora, não podemos registrar um coeficiente à altura dos esforços despendidos. Os fatores determinantes desses resultados são inúmeros. Segundo o nosso modo de ver, não seguir ele uma só e determinada orientação, variando de estabelecimento a estabelecimento, de diretor a diretor e mesmo corpo docente a corpo docente, torna-se uma das razões preponderantes. Numa mesma matéria, é infinita a lista de autores, empregando-se nos estabelecimentos de ensino, o da preferência ou amizade dos professores ou diretor. Sabemos que, para esta última, já se tem encontrado um remédio cujo efeito em breve se fará sentir. Se não nos enganamos, há uma comissão encarregada dos exames dos livros destinados ao ensino não só primário como também secundário e que virá a exercer a execução do mandato de 1942. Os benefícios que prestará essa comissão ao ensino serão inestimáveis se preencher plenamente a finalidade e a razão de ser, o que não pomos em dúvida nenhuma sobre isso, pois o Ministro da Educação é desses homens para quem o trabalho deve ser executado de maneira a satisfazer plenamente a sua finalidade. A

---

<sup>39</sup> Discurso pronunciado pelo Ministro Gustavo Capanema na comemoração do Centenário do Colégio Pedro II, em 2 de dezembro de 1937.

troca de autores que se vem verificando todos os anos nos estabelecimentos de ensino primário e secundário, além de grave inconveniente da variação de método, representa um gasto supérfluo às famílias onde haja mais de um filho em idade escolar. Do material utilizado por um, não se beneficiará o outro que tiver de estudar, no ano seguinte, a mesma matéria. Daí o recebermos com grande satisfação a declaração que o Ministro Gustavo Capanema fez da sua visita a São Paulo. Segundo o dizer do Ministro, em 1942, Impreterivelmente, teremos a reforma do ensino. E esta que será baseada em princípios racionalíssimos e se assentará em métodos completamente modernos trará, forçosamente, a melhoria tão almejada pelo ensino brasileiro. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 4 jan. 1942, p. 4).

Nessa matéria, vê-se que o editor assinala uma das preocupações, à época da promulgação da reforma Capanema, a da adoção dos livros didáticos. Pelo comentário do editor, a reforma encarregou uma comissão para a escolha dos livros didáticos destinados ao ensino secundário com a justificativa de que esse procedimento traria um benefício ao ensino, pois o que até então acontecia era que a escolha dos livros didáticos variava de estabelecimento a estabelecimento de ensino, dependendo do diretor, do corpo docente, da preferência ou amizade dos professores ou diretores, ocasionando uma lista diferenciada de autores.

Com a reforma Capanema, os estudantes e suas famílias se livrariam desse inconveniente da variação do método e de gasto supérfluo. Mas, outra questão pode ser levantada, a de que seria uma forma também de controlar os conteúdos trabalhados com os alunos. Como observa SOUZA (2008a), a orientação do Ministério da Educação e Saúde e da Diretoria Nacional de Ensino dirigiu minuciosamente a prescrição dos mais variados aspectos da vida escolar “buscando regradar o cotidiano dos estabelecimentos escolares no desejo insano de uniformizar, imprimindo um determinado padrão de qualidade em todas as escolas do país” (SOUZA, 2008a, p. 174).

A partir de 1943, diferentes pressões sociais passaram a se fazer em busca da democratização, como a da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>40</sup> e da imprensa, que resistia cada vez mais à censura.

Em 1945, três partidos foram constituídos, a União Democrática Nacional (UDN), fundada em 7 de abril de 1945; o Partido Social Democrático (PSD), fundado

---

<sup>40</sup> A UNE foi fundada em 1937 e ao longo de sua existência, marcou presença nos principais acontecimentos políticos, sociais e culturais do Brasil, desde a luta pelo fim da ditadura do Estado Novo, atravessando a luta do desenvolvimento nacional, a exemplo da campanha do Petróleo, os anos de chumbo do regime militar, as Diretas Já e o impeachment do presidente Collor. Da mesma forma, foi um dos principais focos de resistência às privatizações e ao neoliberalismo que marcou a Era FHC. <[http://www4.fct.unesp.br/discinte/capf/capf/historia\\_da\\_unes\\_capf.html](http://www4.fct.unesp.br/discinte/capf/capf/historia_da_unes_capf.html)>. Acesso em: 27 set. 2012.

no dia 17 de julho de 1945 e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado no Rio de Janeiro ( então Distrito Federal), em 15 de maio de 1945 sob inspiração de Getúlio Vargas.

A queda de Vargas permitiu a convocação das eleições presidenciais e legislativas no mês de dezembro de 1945, sendo que as legislativas tinham a finalidade da escolha de uma assembleia constituinte.

Em 1945, um Ato Adicional propõe uma nova eleição, neste momento surge a expressão “queremismo”<sup>41</sup>, em que se deseja Getúlio Vargas no poder.

Há, então, o desenvolvimento de uma campanha eleitoral com disputas entre os partidos políticos de maior expressão: A União Democrática Nacional (UDN) lançou como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) lançou Ledo Fiúza para a Presidência, a coligação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que nasceu sob a cobertura política de Getúlio Vargas, e do Partido Social Democrático (PSD), composto por políticos ligados a Vargas e ao Estado Novo, lançou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, que venceu as eleições. Segundo Mota (2002), nesta eleição, Getúlio Vargas foi beneficiado pela lei eleitoral e disputou ao mesmo tempo um cargo ao Senado e outro a Deputado. Conseguiu se eleger nas duas disputas, mas escolheu ser senador pelo PSD gaúcho. (MOTA; BRAICK, 2002, p.461-462).

Em janeiro de 1946 ocorreu a tomada de posse de Eurico Gaspar Dutra, ano em que a Assembleia Constituinte promulgou a Constituição de 1946, que abria ao Brasil a possibilidade de importante experiência democrática, uma vez que acrescentou os direitos civis e políticos, mantendo o que se podia aproveitar da Constituição anterior. (CARVALHO, 2008).

A Constituição de 1946 foi a 5ª Constituição Brasileira com características liberais e sentido conservador: República Federativa, voto secreto e universal para

---

<sup>41</sup> Queremismo foi um movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na Presidência da República. Foi uma iniciativa promovida pelos círculos trabalhistas ligados a Getúlio Vargas pelo movimento: ‘Queremos Getúlio’.O movimento adiou as eleições presidenciais, com o lançamento da candidatura de Vargas, e a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Os “queremistas” saíram às ruas defendendo a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte com Getúlio no poder. Só posteriormente deveriam ser realizadas eleições diretas para presidente, nas quais Getúlio deveria concorrer. Nessa altura dos acontecimentos, Getúlio Vargas começava a dar mostras de que realmente pretendia continuar à frente do governo. O clima emocional da disputa se elevou quando, a 29 de setembro, o embaixador americano Adolph Berle Jr expressou sua confiança de que haveria eleições a 2 de dezembro de 1945. (FAUSTO, 2003, p. 387).

maiores de 18 anos, divisão do Estado em três poderes e conservação dos latifúndios.

Em seu governo, o Presidente Gaspar Dutra, criou o plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia), pavimentou a rodovia Rio – São Paulo, além de liberar as importações, aumentando o vínculo do país com os EUA.

Em 1946, o Ministério da Educação e Saúde Pública elabora e divulga, nesse período, os programas das matérias do curso ginasial e colegial, contendo orientações detalhadas sobre a concepção de ensino de cada disciplina, os objetivos e as instruções metodológicas.

Entre 1947 e 1951, Fernando de Azevedo proferiu uma série de conferências pelo país defendendo a renovação da educação secundária com base em um novo humanismo alicerçado na cultura científica vista como expressão do mundo moderno. “Fiel aos princípios liberais defendidos desde os anos 1920, Fernando Azevedo entendia que a educação secundária destinava-se à formação das camadas médias do país devendo, pois, configurar-se como um curso desinteressado, de sólida cultura geral e livre de qualquer especialização.” (SOUZA, 2009, p. 85). As conferências proferidas por Fernando de Azevedo foram reunidas no livro intitulado “Na Batalha do Humanismo e outras conferências” publicado em 1952.

## 2.6. A POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA (1950 – 1961)

Os dados do IBGE de 1951 revelaram no Censo Demográfico de março de 1951, que a população brasileira era então de 51.944.397 habitantes. A população em idade escolar, de 5 a 9 anos, era de 7.015.527. O número de matrículas no ensino primário totalizava 5.175.887. Mas o Censo mostra mais. O número total de matrículas em todos os graus de ensino somava 6.118.842. Esse número considera todos os níveis, do primário ao superior, para uma população em idade escolar (de 5 a 19 anos) de 18.826.409. Portanto, a taxa de analfabetismo era da ordem de 52%. Por esses dados, vê-se que a situação da educação continuava ainda sendo um problema no início da década de 1950, conhecida como década do desenvolvimentismo, na qual a precariedade do ensino pode ser vista com maior nitidez.

Só a partir da década de 1950, a situação começou a evoluir no sentido da expansão do ensino secundário e, com isso, veio à tona a “crise do ensino secundário”. Para Nunes (2000), a expansão pelo ensino secundário se tornou irreversível exigindo maior atenção por parte do interesse público.

Segundo Souza, “na década de 1950, muitos educadores e administradores de ensino passaram a denunciar a ‘crise do ensino secundário’ e a defender transformações profundas e urgentes.”(SOUZA, 2008b, p. 146). Ainda para Souza (2008b), a crise se deveu à enorme expansão de vagas em poucos anos, para o ensino secundário, e isso pôs em questão a incongruência entre os princípios vigentes de uma escola de formação das classes dirigentes quando a democratização propiciara a mudança do público escolar.

Mesmo com essas constatações, no segundo governo de Vargas, há pouca iniciativa na área educacional. Elas podem ser resumidas à criação de institutos e instituições de administração superior.

Várias agências públicas e instituições de fomento foram criadas nos primeiros meses de 1951: o Banco Nacional de Desenvolvimento (atual BNDES), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (FGV/CPDOC, 2012a).

Em 1951, o Ministério da Educação e Saúde Pública criou uma comissão para a revisão dos programas do curso secundário, (27 de fevereiro de 1951, Portaria n. 456), que seria constituída por um professor da Faculdade Nacional de Filosofia, um do Colégio Pedro II, um do Instituto de Educação do Distrito Federal e um do Sindicato dos Professores Particulares. Essa comissão retirava dos professores do Colégio Pedro II a competência para a elaboração dos programas de conteúdos e das orientações pedagógicas das disciplinas do Ensino Secundário, do Ginásio e do Colégio. Essa função, na maior parte do tempo, fora assumida pelo Colégio Pedro II desde sua fundação, em 1838. Mas, a Congregação do Colégio fez reverter a referida Portaria e conseguiu manter seus privilégios. Por isso, a “Congregação do Colégio Pedro II passa a elaborar os programas das diversas disciplinas do curso secundário, os quais seriam adotados em todo o país.” (LEITE, 1969, p. 111).

Assim, uma nova Portaria foi baixada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, (Portaria n. 614, de 10 de maio de 1951), na qual havia a determinação de que de três em três anos, a Congregação dos Professores do Colégio Pedro II

apresentasse ao Ministério da Educação, programas das disciplinas que deveriam ser adotadas nas escolas secundárias de todo o Brasil. (BRASIL, 1952, p. 500-501).

Das modificações propostas destacam-se: o estabelecimento de um novo programa para o ensino secundário; instruções metodológicas para várias disciplinas do ginásio e, ao contrário do que havia sido proposto primeiramente na Reforma Francisco Campos, os programas das diversas disciplinas seriam elaboradas por uma congregação de professores, “embora ainda existisse a possibilidade de dar essa responsabilidade aos professores dos diferentes ginásios do país.” (LEITE, 1969, p. 111).

O Ministro da Educação e Cultura, Ernesto Simões Filho, em entrevista coletiva à imprensa, publicada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), esclarece sobre a necessidade da simplificação do programa mínimo para o Ensino secundário:

[...] a necessidade, por um lado, de aliviar os deveres escolares que congestionam os atuais programas do Ensino Secundário, e, de outro, atribuir maior elasticidade e rendimento à sua execução, tantas vezes reclamada, quer pelos educadores, quer por alunos e seus pais, levou o Ministério da Educação a estudar a conveniência de proceder a uma revisão da matéria neles contida, de modo a possibilitar o desenvolvimento racional de suas finalidades educativas. (INEP, 1952, p. 515).

A simplificação dos programas marca o início da popularização do ensino, com o aumento das matrículas para os cursos secundários, visando “eliminar dos programas, atualmente em vigor, os excessos aludidos, reduzindo a prolixidade dos conhecimentos alinhados na estruturação.” (INEP, 1952, p. 515).

As alterações para o Ensino Secundário foram publicadas no Jornal Gazeta do Povo, em 13 de agosto de 1952, e o editor assim se expressou:

São fundamentais no ensino secundário, as modificações que lhe acabam de ser introduzidas pela Portaria n. 501, de 19 de maio de 1952, baixado pelo Ministro da Educação. As alterações visam a melhorar as condições do referido grau de instrução, tanto na parte relativa ao professor como também no que diz respeito ao aproveitamento do aluno. Medidas de caráter administrativo figuram no diploma legal, de modo a oferecer outras normas, em diversos pontos, aos estabelecimentos subordinados à Diretoria do Ensino Secundário. Com esse ato, acolhe o Ministério da Educação os reclamos feitos por quantos se interessam pelo preparo cultural da mocidade brasileira, entregue, sobretudo nas duas décadas mais recentes à balbúrdia que se vem acentuando de maneira impressionante no currículo educacional em apreço. Críticas as mais acerbas se têm feito no caso, e todas procedentes, porquanto aí estão as consequências do Curso

Secundário mal conduzido se fazendo sentir nas escolas superiores e nas próprias condições do indivíduo diplomado. Quem não alcança a sólida base nos preparatórios, jamais possuirá consistência de cultura e conhecimento. Não existe maior infelicidade e humilhação para o graduado em matéria de iniciação superior. Quase tudo, no ensino secundário, tem andado à matroca, desde os horários, o tempo de frequência, até os programas e a maneira de serem estes ministrados pelos professores. A Portaria soluciona muitas questões. Quanto ao bom êxito de todas as deliberações, só o tempo poderá dizer melhor. Nos estabelecimentos sob regime de inspeção federal, a Portaria suprime a exigência do sigilo de autoria das provas parciais, instituída pela Reforma de 1931, do antigo Ministro Francisco Campos. Entram em vigor provas escritas e orais nas disciplinas constantes dos exames de admissão<sup>42</sup>, eliminando-se a média ponderada que atribuía pesos maiores às provas de Português e Matemática. Estas deixam de ser eliminatórias e passam a ter o mesmo valor atribuído à História e à Geografia. A média final depende da aritmética. [...] Em síntese, os pontos essenciais da Portaria são os que acabamos de citar. Resta que a execução das providências produza resultados benéficos ao Ensino Secundário, que vive em continuada crise, prejudicando os mestres e os alunos. (GAZETA DO POVO, 1952, p.2).

Ao terminar seu artigo, o editor do Jornal Gazeta do Povo, em 1952, confirmava a crise que o Ensino Secundário vinha enfrentando, segundo ele, por estar mal conduzido, sem preparar a mocidade brasileira com sólida base de conteúdos. O editor esperava que as modificações apresentadas surtisses o efeito desejado: o de melhorar o ensino para que mestres e alunos fossem beneficiados.

Em 1953, foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino secundário (CADES), com a intenção de promover atividades de aperfeiçoamento de professores e técnicos. Segundo Fonseca:

Para cumprir seus objetivos, a CADES promoveria cursos de orientação, exames de suficiência para os professores que não fossem licenciados, estágios de aperfeiçoamento (duração de 1 a 3 meses) e de informação (com duração de 5 dias), simpósios e encontros, cursos de aperfeiçoamento para professores de didática e específico de disciplinas e, também, cursos e debates para orientadores, diretores e secretários escolares, distribuição de bolsas de estudo (para alunos e professores), jornadas de estudos e concursos de incentivo ao professor, além de manter cursos pelo serviço de Radiodifusão Educativa. (FONSECA, 2004, p. 96).

O Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1953, foi desmembrado e, com a autonomia dada à área da Saúde, surge o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC, que até 1960 centralizou suas ações como “modelo seguido por todos os estados e municípios” (BRASIL, 2011). Até a separação dos dois

---

<sup>42</sup> O Exame de Admissão ao ginásio foi instituído em 1931, para todo território nacional e utilizado por 40 anos consecutivos para a seleção dos alunos ao curso secundário.

Ministérios, quem respondia pelos assuntos da Educação e Saúde era Ernesto Simões Filho, sua atuação foi de 31 de janeiro de 1951 a 25 de agosto de 1953. Depois, quem assumiu o novo Ministério da Educação e Cultura e, interinamente, o Ministério da Saúde, foi Antônio Balbino, até entregá-lo ao seu titular, Miguel Couto Filho, em dezembro de 1953. Edgar Santos foi o último Ministro da Educação e Cultura do segundo governo, de 6 de julho de 1954 a 24 de agosto de 1954.

Anísio Teixeira em um interessante artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em 1954, intitulado: “A escola secundária em transformação”, lembra que a escola secundária no passado era de tradição literária e propedêutica, que preparava os alunos para ingressarem no curso superior e se destinava a uma clientela determinada. “Tal escola secundária [...] não visava dar nenhuma educação específica para ensinar a viver, ou a trabalhar, ou a produzir, mas, simplesmente, ministrar uma educação literária, que era tãda a educação que a êsse tempo se conhecia.” (TEIXEIRA, 1954).

Na opinião de Anísio Teixeira, a mudança da clientela estava forçando a mudança da escola. A escola secundária estava se multiplicando e evoluindo desigual, sem padrões fixos, estava em transformação constante, ocasionando a crise.

Mesmo com a constatação da crise, não ocorreram grandes modificações, a escola secundária brasileira apresentava uma matrícula geral de 35.775 alunos, espalhados por 1.771 estabelecimentos de ensino, de acordo com a base de dados do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura.

Abreu (2005) considera que levando em conta o recenseamento de 1950 “pode-se estimar que a população brasileira de 12 a 18 anos, em 1954, estava em torno de 9 milhões e 100 mil habitantes.” Assim, dessa população teoricamente em idade de frequentar a escola secundária somente “cerca de 6% nela estaria matriculada.” (ABREU, 2005, p. 42).

Ainda, segundo esse autor (2005, p.46), o primeiro ciclo; o ginásial, por este tempo, 1954, apresentava um total de 459.489 matrículas, e o segundo ciclo; o colegial, um total de 76.286 matrículas, distribuídas nos seus dois cursos: Curso clássico – 10.880, e Curso científico – 65.406.

Ainda por esta época (1954) havia 1.771 escolas secundárias, todas com o curso ginásial, e apenas 714 ministravam ensino colegial, sendo que, esses cursos eram 529 do tipo “científico” e 189 do tipo “clássico”.

De acordo com a Lei Federal que regia o ensino secundário, para que o estabelecimento pudesse ter ensino de segundo ciclo (Colégio) fazia-se necessário que nele houvesse ensino de primeiro ciclo (Ginásio).

Segundo Abreu (2005, p.46), havia em 1954, 435 escolas públicas e 1.336 escolas particulares. Das escolas públicas, 19 eram Federais, 348 eram Estaduais e 68 Municipais, sendo que nas escolas públicas estavam matriculados 143.465 alunos (26,8% do total da matrícula), distribuídos em 6.500 alunos no ensino Federal, 18.208 no ensino Estadual e, 18.757 no ensino Municipal.

Pelos dados acima, observa-se que havia um maior número de estabelecimentos de ensino particular, demonstrando a predominância, até essa época, da rede privada de ensino.

No dia 12 de outubro de 1954, o então Presidente da República, João Café Filho, em palestra radiofônica para o programa “A voz do Brasil”, abordou essa problemática do ensino secundário no país. Ao ler seu pronunciamento, tem-se uma visão de como estava o ensino secundário à época e que medidas foram tomadas para melhorá-lo. A análise do discurso contribuirá para entender a situação do ensino secundário no país e perceber como se configurou a luta da população por direito à educação e para ter um ensino de qualidade.

A situação do País, na esfera do ensino, revela uma expansão generalizada de oportunidade, provocada por uma nova consciência popular, que o direito à educação, reconhecido e proclamado pela Constituição da República, vem alargando e aprofundando, simultaneamente com a evolução econômica e social do País. Aos anseios dessa consciência, vem a sociedade brasileira respondendo com apreciável esforço financeiro, que se comprova pelo que despende com os seus serviços escolares, num montante de cerca de 2,5% da renda nacional, o que nos coloca entre as nações que relativamente mais gastam com a educação. Infelizmente, dadas as proporções ainda reduzidas dessa renda nacional, não logramos manter um sistema escolar satisfatório para as necessidades brasileiras, nem em quantidade e muito menos em qualidade. (BRASIL, 1954, p. 33).

Neste momento, o governo propõe a expansão do sistema de ensino do país, pois o mesmo, segundo o governo se apresentava com muita deficiência, e por isso, o Presidente Café Filho teve a pretensão de “discipliná-lo e levá-lo a corrigir-se em certos aspectos menos desejáveis e projetar-se para o futuro em linhas mais seguras.” Diz que o ensino secundário é objeto da solicitação “de uma pequena burguesia em crescimento ainda mais rápido do que o da população global que busca ensino primário.” E denuncia: “a situação da escola secundária, em sua

grande maioria é de iniciativa particular, vem procurando atender à sua nova clientela com uma progressiva quebra de padrões”, ou seja, sem seguir as orientações prescritas pelo governo. (BRASIL, 1954, p.34).

Por isso, os problemas enfrentados pela administração federal para garantir a eficiência do ensino secundário, esbarravam em três aspectos: a manutenção, a moralização de seu processamento e a qualidade do ensino ministrado.

Para resolver essa situação, em que o custo do ensino secundário se elevaria e isso o tornaria ainda mais seletivo, há a proposta de, por meio de cooperação com os poderes locais, a concessão de bolsas de estudo para os docentes, a garantia de melhores condições de trabalho bem como de justa remuneração.

Para efetivação dessas medidas relativas à assistência da União ao ensino médio, o Presidente da República, João Café Filho, propõe a criação do "Fundo Nacional do Ensino Médio", para dar apoio aos estabelecimentos de ensino privados por meio de bolsas de estudos. E argumenta que “Talvez já no próximo ano (1955) esteja o Governo em condições de suplementar o ensino, de forma a manter os níveis atuais de anuidades, sem prejudicar a remuneração condigna dos professores, que precisa ser atualizada em face do aumento do custo de vida.” (BRASIL, 1954, p. 38).

Para promover o barateamento efetivo do custo em educação, o Presidente Café Filho sugeriu a implantação de uma política de entendimento e cooperação entre o Ministério da Educação e Cultura e os estabelecimentos de ensino do País. “Política de boa vontade, de intuítos patrióticos, a que, certamente, ninguém recusará apoio e estímulo.” (BRASIL, 1954, p. 39).

Ele reconhece que a educação nacional, em seus diversos aspectos, apresenta ainda todo um vasto campo a conquistar, e propõe uma campanha permanente pelo direito à educação, com a criação de um movimento nacional de caráter primordial e urgente para oferecer uma educação eficiente para todos, afirmando que:

[...] a educação não pode mais ser considerada como um privilégio de ricos, nem depender apenas da rotina burocrática. E' um direito social dos que dela precisam que são todos os jovens, e um dever social dos que podem ministrá-la, que são todos os cidadãos letrados. Quero convocar neste momento todos os brasileiros em condições de participar desta batalha. Vamos agir todos doravante como se o Brasil estivesse em guerra declarada ao analfabetismo. Se os diferentes círculos da iniciativa particular se dispuserem realmente a dar, no caso, a contribuição de que são capazes, não vejo por que não se possa empreender uma ampla e eficiente disseminação de escolas. (BRASIL, 1954, p.40).

O Presidente Café Filho (1954) reconhece que a educação secundária estava servindo a uma pequena fração de jovens privilegiados por sua condição social, mas que ela teria que ser vista como um direito e dever social, e convoca todos os brasileiros a participarem da batalha, empreendendo uma ampla disseminação de escolas.

O funcionamento da rede escolar no Brasil, com eficiência de ensino, depende das entidades que a mantêm. Em relação à rede pública de ensino e à política para o ensino secundário, o Estado é o grande mantenedor da escola secundária pública nacional. O município começa a aparecer nesse setor, lutando, todavia, com grandes dificuldades, principalmente pela carência de recursos financeiros, conseqüente à distribuição da receita pública no Brasil, contemplando privilegiadamente a União (49,6%), depois os Estados e Distrito Federal (41,4%) e, por fim, o Município (9,0%). (BRASIL, IBGE, 1953, p.400).

Os dados de 1954 anunciavam que havia no país 435 escolas públicas e 1.336 escolas particulares, comprovando a superioridade de escolas do ensino secundário de iniciativa privada. Esse fato, segundo Abreu (2005), se deveu às origens históricas do nosso ensino, que se prendem à determinada política educacional.

Na realidade, o acesso dos jovens ao ensino secundário, desde a reforma Capanema já vinha sendo discutida. O Jornal Diário dos Campos, em 16 de dezembro de 1943, publicou reportagem com a seguinte manchete: “É preciso tornar o ensino acessível aos pobres”.

A discussão levantada no artigo é a de que as camadas menos favorecidas não tinham acesso ao ensino secundário, porque não existia número suficiente de colégios públicos, e a maioria dos alunos não tinham condições de frequentar colégios particulares. O redator argumenta que as camadas menos favorecidas forneciam o mais numeroso contingente de cidadãos a educar, e eram eles que tinham necessidade de mais recursos financeiros para elevação de seu nível cultural.

A leitura integral do artigo reproduzido a seguir, revela a visão do jornal em relação à educação daquela época, mostrando-nos como estava a situação do

ensino oferecido à população menos favorecida. Assim se pronunciou o redator do Jornal:

[...] As camadas menos favorecidas fornecem o mais numeroso contingente de cidadão a educar. A sede de lucros fáceis traria o progresso educacional – o Estado moderno tem o dever de tomar a si os ônus da educação do povo. Está anunciado oficialmente, já que o Diretor do Departamento Nacional de Educação abordou o tema publicamente, que o titular da Educação está na posse de um ante-projeto de decreto que fixa as bases para tornar mais barato o ensino particular no Brasil. Afirmou o Sr Abguar (sic) Renault que o Ministro da Educação está interessado em receber críticas e sugestões de todos os interessados pelo que o ante-projeto será publicado e haverá um prazo para o externamento crítico de quem o queria fazer. [...] da necessidade de se tornar acessível às camadas pobres do Brasil, aquilo que lhe tem sido negado até o momento presente, a despeito de o fato ser notório e como afirmamos lugar comum, coisa que todos estão fartos de saber. As classes pobres são as que possuem maior fecundidade, maior prole. São as classes pobres que possuem um número maior de crianças a educar. E, são elas, também, que têm necessidade de mais recursos financeiros para satisfazer essa necessidade educacional, da qual a maior beneficiária é a Nação. Nessa ordem de ideias, o atual estado das coisas, em que o ensino secundário exige o pagamento de mensalidades superiores a cem cruzeiros e o poder aquisitivo dos salários é cada vez menor, é verdadeiramente paradoxal, anti-patriótico, lesivo aos fundamentos do progresso nacional uma vez que obriga grandes massas à ignorância e impossibilita a elevação do nível cultural do povo. O problema do barateamento do ensino é, portanto, grave e sua solução não poderá cingir-se a considerações meramente filantrópicas, a impulsos muito nobres, mas que, paliativos como são, não conduzem às reformas radicais que o sistema está a exigir. Para que atinja ao objetivo que em boa hora o Ministro da Educação focalizou, o barateamento do ensino secundário, imprescindível se torna 'encarar de frente' o industrialismo dos colégios particulares, a inesgotável sede de lucros dos capitais tímidos sempre à procura de aplicação fácil e segura e sempre temeroso de empresas maiores e mais arriscadas, daquelas que construíram a civilização industrial dos Estados Unidos. O Estado, hoje, detentor de imensos poderes e de iniciativas as mais diversas, deve usar das atribuições que tradicionalmente lhe são reconhecidas, qual a de cuidar e garantir a educação do povo, mesmo com sacrifícios financeiros, pois, assim, estará construindo o progresso e a formação de uma grande Nação culta, rica e feliz. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 16 dez. 1943, p. 3).

Abreu (1955, p.26) afirmou que no Brasil, no ano de 1953, havia aproximadamente 1253 sedes municipais sem um só ginásio e que a rede de escolas secundárias nacional era praticamente de iniciativa privada. Esse diagnóstico deixa claro que os Estados, nesse período entre os anos de 1953 e 1954, mantinham apenas um ginásio nas suas Capitais e a União apenas um ginásio padrão, na capital da República, o Colégio Pedro II.

Entretanto, no Estado do Paraná, havia dois ginásios públicos, o Ginásio Paranaense, na capital, e o Ginásio Regente Feijó, em Ponta Grossa. Abreu (1955) enfatiza que havia somente dois Estados com a tendência propícia à criação de

vagas e abertura de matrículas em escolas públicas, as quais se sobrepunham à das escolas particulares, o Estado do Paraná, no qual as matrículas públicas já superavam as escolas particulares, e o Estado de São Paulo, onde estava se iniciando essa tendência. Moreira afirmou que:

[...] a expansão do ensino secundário fez surgir, fora do âmbito governamental, em termos de país, um movimento denominado de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) com mais de 300 estabelecimentos de ensino médio que teve também de apelar para os poderes públicos, a fim de poder manter operantes as suas escolas e garantir a expansão de sua rede. (MOREIRA, 1959, p. 265).

Segundo Moreira (1959), é nessa época que começa a grande batalha no campo educacional entre a escola pública e a escola particular, porque houve a partir de 1945, uma crescente concorrência da escola pública e gratuita em relação ao ensino privado ou particular, no setor secundário, e o início da luta dos interesses privados contra a luta dos interesses públicos por educação gratuita para a população em geral.

Nessa luta de interesses antagônicos pela expansão da rede escolar secundária no Brasil, constata-se a predominância de escolas secundárias com manutenção privada, porque a grande maioria desses estabelecimentos de ensino funcionava como pequenas empresas organizadas com fins lucrativos. “A esse objetivo lucrativo ajusta-se toda uma política de funcionamento da escola em precários padrões, o que explica seu mau rendimento.” (ABREU, 2005, p. 47).

Todas essas constatações começam a preocupar as autoridades controladoras do ensino secundário do Ministério da Educação, e para resolver ou atenuar as inconveniências dessa expansão deficiente em qualidade, decidem pela expansão da rede escolar secundária oficial com auxílios do poder público, sob forma de bolsas a alunos, suplementação de vencimentos de professores, cursos de aperfeiçoamento, auxílios e subvenções a estabelecimentos secundários, estímulo à instituição de “Fundações” mantenedoras de escolas secundárias, com a conjugação de recursos públicos e particulares, como já vimos na palestra proferida no dia 12 de outubro de 1954, pelo então Presidente da República, o Sr João Café Filho.

Pela Mensagem do governador do Paraná, Moysés Lupion, apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por ocasião da abertura da sessão

Legislativa ordinária, em 1956, tem-se uma ideia de como estavam as matrículas para o Ensino Médio, em 1955. O governador esclarece que no Ensino Médio, naquele ano, houve um total de 17.383 alunos matriculados, dos quais 9.821 em Colégios Estaduais e 8.102 nos Ginásios e que, o Colégio Estadual Regente Feijó teve 1.407 alunos matriculados, sendo apenas superado pelo Colégio Estadual do Paraná. (PARANÁ, 1955, p.161).

Ainda sobre o ensino secundário, o Jornal Diário dos Campos, em 23 de janeiro de 1955, realçou esse debate afirmando que ao alvorecer de cada ano, várias questões sobre o ensino voltam à tona, mas uma questão que nunca fora encarada de modo conveniente é a que se relaciona com as verbas destinadas anualmente à educação. Que ainda havia uma alta porcentagem da população que não sabe ler e escrever, e que as iniciativas oficiais ainda não haviam alterado, de maneira sensível, a gravidade da questão nacional do ensino. “Ano após ano, as estatísticas publicadas, embora com certo atraso, retratam um aumento que longe se encontra de satisfazer, atentas às proporções da incultura popular e a sua redução lenta e medíocre.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 jan. 1955, p.3).

Ainda, nesse mesmo artigo, temos a informação de que no recenseamento geral concluído em 1º de julho de 1950, relativo às pessoas de cinco anos ou mais, havia 18.588.722 pessoas que sabiam ler e escrever, contra 24.984.795 das que não sabiam nem uma coisa nem outra. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 jan. 1955, p.3).

Isso demonstrou que as causas dessa situação eram diversas e todas conhecidas e apontadas nos próprios documentos governamentais, mas um dos fatores que sobressaía era o da deficiência das dotações orçamentárias que possibilitavam à escola o atendimento mínimo dos serviços, tendo em conta a grande quantidade de crianças em idade de aprender que ficavam fora das escolas.

No mesmo artigo havia a constatação de que esse fato não ocorreu em proporções iguais, em todos os Estados, porque existiam instituições mais zelosas e outras o eram menos, variando entre extremos as verbas que seus administradores aplicavam anualmente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Essa constatação da instabilidade de critérios em visível detrimento do progresso do país foi que levou, nesta época, o Legislador Constituinte a fixar, em disposição expressa do vigente estatuto político, as quotas mínimas da renda dos impostos que a União, os Estados e os Municípios deveriam destinar, nos doze meses do ano, ao ensino. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 jan. 1955, p.3).

E o artigo termina dizendo: “Contudo, o limite não é folgado e, além disto, não é por todos observado, razão por que a interrogação que surge ao começar o exercício financeiro é sobre o montante da dotação realmente consagrada nos quadros orçamentários.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 jan. 1955, p. 3).

Em 1962, em Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da Abertura da 3ª sessão ordinária da 4ª Legislatura, Ney Aminthas de Barros Braga, Governador de Estado, confirmou essa polêmica sobre as verbas destinadas à Educação relatando que elas permaneciam insuficientes para contemplar a melhoria da qualidade do ensino:

[...] O déficit de salas de aulas era assustador e o estado de má conservação em que se encontravam os prédios escolares, exigiam de nós, no primeiro ano de governo, a concentração de recursos para o atendimento dessas necessidades mais urgentes. (PARANÁ. 1962, p. 53).

E complementou: “A situação em que encontramos a educação no Paraná pode ser considerada caótica”. (PARANÁ.1962, p. 53). E pondera que a educação deveria estar totalmente integrada nos objetivos globais do desenvolvimento estadual e nacional. Lembra que em 29 de setembro de 1961 o Governo Federal, por intermédio do Primeiro Ministro Tancredo Neves, apresentou o seu programa à Câmara dos Deputados e, na ocasião, apresentou, também, uma análise clara e objetiva da situação do ensino no país e, diante disso, anunciou o Programa de governo da União que foi consubstanciado num Plano Nacional de Educação de Ação Imediata (PARANÁ, 1962, p.51).

Esse Plano Nacional de Educação de Ação Imediata previa a aprovação pelo Congresso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Por todo esse movimento, a Lei foi aprovada em 20 de dezembro de 1961. Com isso, os Estados ficaram com a obrigação de organizar os seus próprios sistemas de ensino, com a decorrente reformulação da legislação estadual, reorganizando os cursos de nível primário e médio. Conforme documento do MEC, foram necessários treze anos de debate, de 1948 a 1961, para a aprovação da primeira Lei Diretrizes Bases (LDB).

Para o governador (1962) “a educação necessita ser orientada dentro de um planejamento, com determinação de objetivos e metas, de recursos técnicos e financeiros. A Educação é investimento com aplicação produtiva de capital”, e afirma que muitos desses problemas que insistiam em afligir a Educação poderiam ser

solucionados se a Secretaria de Educação e Cultura dispusesse, pelo menos, destes três elementos para desenvolver o seu trabalho:

- a) Planejamento educacional, consubstanciado num Plano Nacional de Educação;
- b) Estrutura administrativa eficiente da Secretaria de Educação e Cultura e de outros órgãos governamentais;
- c) Recursos financeiros apreciáveis.

Todas essas polêmicas até aqui levantadas, levam-nos a pensar na necessidade de conscientização e determinação política, pois a crença na incapacidade de o Estado garantir a manutenção de um sistema educacional com as mínimas condições de qualidade e com baixa capacidade de atender a toda a população, gerou uma situação qualitativamente baixa, requerendo um tipo de tratamento novo para o tema da educação.

No tocante ao planejamento e à administração educacional, como se viu nas palavras do Governador Ney Braga e nos documentos analisados na pesquisa, os parâmetros que têm constituído seus fundamentos estavam em crise, também.

Essa constatação foi interpretada de formas diversas e, no que diz respeito ao planejamento, foi possível perceber a que mudanças se referiam os estudiosos da educação: a de planejamento para a austeridade, em consonância com uma concepção conservadora de educação e a de planejamento para a transformação; relacionada a uma perspectiva educacional igualmente transformadora.

Neste capítulo foi visto que o período chamado de Era Vargas trouxe grandes mudanças para a sociedade brasileira. A Revolução de 1930 marcou o fim da Primeira República e partir dela teve início, efetivamente, a industrialização. O principal acontecimento dessa fase do governo de Getúlio Vargas foi a promulgação da Constituição de 1934, que trouxe avanços como a legislação trabalhista, a organização sindical, o voto secreto e extensivo à mulher, o ensino primário gratuito e obrigatório, a regulamentação do ensino religioso como facultativo nas escolas públicas, e, ainda, as ações na área da educação ficaram na responsabilidade dos Estados. “O governo Vargas, seguindo sua orientação centralizadora e buscando formar uma nova elite intelectual, tratou de organizar também a educação em âmbito nacional, tomando uma série de medidas ao longo de 15 anos.” (PROJETO ARARIBÁ: HISTÓRIA, 2006, p. 145). Neste período foi criado o Ministério da

Educação e Saúde Pública, em 1931, tendo como ministro Francisco Campos. No ministério de Francisco Campos e especialmente no de Gustavo Capanema, chefe da pasta da educação, durante o Estado Novo, várias reformas foram realizadas. Houve, também, a exaltação de um ideal nacionalista, por parte do governo de Getúlio Vargas, com o propósito de auxiliar sua política centralizadora, que, “muitas vezes contrariava os interesses das elites regionais.” (PROJETO ARARIBÁ: HISTÓRIA, 2006, p. 144). A ideologia do Estado Novo foi difundida junto às camadas populares com a ajuda do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Diante de todas essas constatações, entender as transformações ocorridas na educação, na economia e na política, nas primeiras décadas do século XX e a atuação dos sujeitos identificados com as diferentes forças sociais que se movimentaram na sociedade ponta-grossense e que lutaram pela criação, pela implementação das reformas para o ensino secundário, pela qualidade do ensino e pela sua permanência no Ginásio Regente Feijó, faz-se necessário para o entendimento do tema da pesquisa.

### 3 A HISTÓRIA DO ENSINO SECUNDÁRIO EM PONTA GROSSA

Desequilíbrios econômicos, demográficos e políticos motivaram, na Europa do século XIX, o deslocamento de famílias inteiras, estigmatizadas ou pela pobreza ou por questões políticas e até por questões de crença religiosa.

A vinda de imigrantes brancos mais bem preparados, letrados, foi uma saída pensada pela elite política e econômica para “higienizar” a sociedade brasileira “a miscigenação poderia se constituir em uma chance de ‘limpeza’ dos brasileiros marcados pela cor e pela miséria social.” (BOMENY, 2003, p. 21). Os imigrantes se espalharam por muitas regiões do Brasil, principalmente nas regiões que apresentavam maiores condições de industrialização.

No Paraná, a mão de obra imigrante destinava-se “a suprir a agricultura de subsistência abandonada pelos naturais da terra e povoadores que preferiam empregar-se no comércio das tropas, na exploração do mate e depois na exploração da madeira de pinho.” (WACHOWICZ, 1984, p. 35). Para o paranaense, “[...] trabalhar no cabo da enxada era considerada atividade de baixo status social, digna apenas de escravos libertos.” (WACHOWICZ, 2001, p. 143).

Esse contingente de mão de obra barata tornou-se atraente para o governo e produtores brasileiros. O propósito do governo era o de branquear o país mediante “[...] nítido racismo da parte daqueles que faziam a política imigratória. Daí porque se deu preferência grandemente à imigração dos europeus: alemães, italianos, poloneses.” (FURTADO, 2000, p.130).

Durante o século XIX, o objetivo de branqueamento determinava a escolha das etnias que deveriam imigrar para o país. A imigração era subsidiada como forma de incentivar a vinda desses novos imigrantes: “Pagavam-se transportes e gastos de instalação e proviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras essas que se prolongavam algumas vezes de forma absurda.” (FURTADO, 2000, p. 130).

Mas os imigrantes tinham pensamento diferente dos trabalhadores locais e trouxeram um traço em comum: a mentalidade de liberdade. Vieram dispostos a lutar e garantir uma vida melhor para as suas famílias. Eles almejavam uma vida de mais conforto e prosperidade. Essa nova mentalidade surtiu efeito na sociedade brasileira: a promoção da educação básica por esses núcleos de imigrantes.

As colônias estrangeiras nas zonas de colonização, especialmente ao sul do país, trataram de afirmar suas próprias culturas no país que as acolhia. Os imigrantes, especialmente os alemães, construíram aqui suas próprias escolas, e mantinham nelas todo um universo de valores, linguagem, rituais e a celebrações de sua cultura de origem. Consideravam-se cidadãos brasileiros, cientes de suas obrigações para com o Estado, mas membros de nacionalidade de suas respectivas pátrias de nascimento. Como faziam isso? Em primeiro lugar, mantendo viva sua própria língua. E, como reforço, fortalecendo a identidade coletiva do grupo na celebração de rituais, no ensino das músicas, cânticos e expressões usuais da língua coloquial nativa. Eram comunidades irmanadas culturalmente dentro do Brasil, cada qual com sua face singular. As escolas eram o segmento do espaço familiar, uma vez que nelas se cultivavam os valores de suas próprias culturas. (BOMENY, 2003, p. 23).

Somente na metade do século XIX, Ponta Grossa contou com o funcionamento de escolas particulares que eram organizadas na própria casa do professor. Como exemplo, a casa da professora Zulmira Maciel, em 1866, a casa de Agostinho Martins Colares, em 1869, a casa dos irmãos Alzira Braga dos Santos Ribas e do Padre João Braga. A partir de 1889, o número de casas-escolas particulares cresceu, quando foram criadas as seguintes escolas: a do Professor João de Barros na Rua Pinheiro Machado; a de Celina Silva, na Rua Sant' Ana e a do professor Antônio Pedro Hoffmann, na Rua Paula Xavier. Ainda no mesmo ano, começou a funcionar a escola do professor Alfredo Luiz de Oliveira Cercal, auxiliado por sua esposa Maria Cercal. (OLIVEIRA, 2002).

Conforme Oliveira e Remer (2005), até o final do século XIX, a política educacional brasileira privilegiava o ensino superior para a formação de uma elite e, ao mesmo tempo, procurava estender a educação a toda população. Dessa maneira, enquanto a Corte dirigia suas atenções para o ensino superior e ginásial, as províncias ocupavam-se em expandir o ensino primário, criar escolas normais, comerciais e profissionais. Os estudos mais aprofundados destinava-se a uma minoria, que seria a futura elite dirigente do Brasil. (MIGUEL, 1997, p. 88).

No início do século XX, em Ponta Grossa, foram inaugurados os colégios pela Congregação das Servas do Espírito Santo, o Colégio Sant'Anna em 1905 e o Colégio São Luiz no ano seguinte.

Ainda em Ponta Grossa, nas duas primeiras décadas do século XX, foram inaugurados “[...] nada menos de 28 estabelecimentos de ensino, contados os estaduais, municipais e particulares [...] A população escolar deve ser de 10000 para cima.” (VICTOR, 1996, p. 221). A cidade contava com várias casas-escolas que

eram supervisionadas pela prefeitura, mas que funcionavam de forma precária. O número de alunos era superior ao número de vagas nas casas-escolas. Em razão da precariedade das escolas, os professores não permaneciam por muito tempo nestas casas-escolares. “Eram mal pagos, e às vezes não recebiam. Os prefeitos para controlar a assiduidade dos professores incumbiam o delegado e a polícia para fiscalizar o funcionamento destas escolas.” (HOLZMANN, 1977, p. 27).

Nesta época, o Jornal Diário dos Campos publicou diversas notas em que demonstrou essa preocupação com a educação e conclamou as autoridades a construção de uma escola em Ponta Grossa. “Centro de aperfeiçoamento do ensino, que é hoje uma questão social, problema de alta relevância, que deve ser o lídimo apostolado dos que governam na União, nos Estados e nos Municípios.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 mar. 1922).

Finalmente, após várias reivindicações, o Decreto nº 135 de 12 de fevereiro de 1924 aprovou o Regulamento destinado a reger as Escolas Normais Primárias e a inauguração da Escola Normal Primária de Ponta Grossa<sup>43</sup>, em 27 de fevereiro de 1924, no prédio (figura 4) especialmente construído para esse fim. Hoje, esse prédio abriga o Colégio Estadual Regente Feijó.

Conforme Castro (2010), os primeiros edifícios escolares construídos na década de 1920, durante a gestão de Caetano Munhoz da Rocha como Presidente do Paraná, foram as escolas Normais de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, projetadas pelo engenheiro Carlos Ross, Diretor de Obras Públicas do Estado (PARANÁ, 1924). “Até então, a formação de professores não havia recebido a atenção merecida, compartilhando desde sua criação, em 1876 (Lei Estadual nº 456) o mesmo espaço com o Ginásio Paranaense.” (CASTRO, 2010, v. 2, p. 209).

A criação e a construção dessas três escolas normais, na década de 1920, vem preencher a lacuna deixada por anos na instrução pública do Estado do Estado do Paraná. A arquitetura dos prédios marcou a importância dessa ação:

---

<sup>43</sup> O Decreto governamental nº 6150 de 10/01/1938 determinou a fusão do Ginásio Regente Feijó ao curso ginásial da escola Normal de Ponta Grossa. No entanto, ambos continuaram funcionando em prédios separados: a Escola Normal no prédio da Praça Barão do Rio Branco e o Ginásio Regente Feijó à rua Dr. Colares. Em 1939 houve a troca dos prédios. Em 1948, pelo Decreto nº 2179 a Escola Normal de Ponta Grossa passou a funcionar anexa ao Colégio Regente Feijó, havendo documentação comprobatória com a denominação Escola Normal Regente Feijó. Em 1956, Lei nº 2620 de 15/03/1956 foi criado o Ginásio Estadual Feminino anexo à escola Normal Regente Feijó. Em 1958, por ato governamental, foi revogado o decreto que havia anexado a Escola Normal ao Colégio Estadual Regente Feijó e em 02/07/1958, por decreto governamental, a Escola passou a denominar-se Escola Normal Secundária “Professor César Prieto Martinez”. (LUPORINI, 1994, p. 99-100).

Os três prédios, embora com algumas especificidades, guardam uma unidade compositiva, estruturada em muitos dos princípios inseridos na Escola normal de São Paulo, projetada por Ramos de Azevedo. Os edifícios implantados em locais centrais e visíveis para toda a população estão recuados do alinhamento predial cercados por pequenos muros e o recurso do porão alto deixa-os mais imponentes. Todos apresentam dois pavimentos, sendo que o de Curitiba faz o aproveitamento total do porão, e tipologia em “U”, em torno de um pátio central. Os de Ponta Grossa e Paranaguá possuem plantas idênticas. Pela primeira vez no Paraná foram construídos edifícios que contemplavam plenamente o programa de necessidade ideal para uma escola e nada mais significativo que pertencessem às escolas normais, marcos representativo da ação governamental na instrução pública. Além das salas de aula (24 em Curitiba e 18 nas de Ponta Grossa e Paranaguá), as escolas contaram com ambientes administrativos (secretaria e sala do diretor), biblioteca, sala de professores, laboratórios e instalações sanitárias no corpo do edifício principal. O salão nobre só foi incluído no projeto de Curitiba. (CASTRO, 2010, p. 209-211).

Dropa (1999) ressalta que o conjunto arquitetônico deve ser observado tanto no seu exterior quanto no seu interior. “É uma questão de sensibilidade familiarizar-se com as diferentes linguagens e fisionomias do edifício, dentro do contexto espacial em que está inserido.” (DROPA, 1999, p. 194-195). E acrescenta “O prédio do Colégio Regente Feijó deve ser visto como um todo, em um determinado período, ele procurava demonstrar fora de suas paredes o seu objetivo educacional, e em outro, é na qualidade do conjunto interior que ele demonstra sua força”. Força esta que ficou na memória da sociedade ou de todos aqueles que lá estudaram. (IBID, p. 195). “A arquitetura do prédio, o local da escola e sua relação com a cidade, os móveis e objetos escolares, as zonas internas têm muito a revelar sobre a ação educativa.” (CUNHA JUNIOR, 2010, p. 184).

Figura 4 - Prédio da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, em 1924, hoje, Colégio Estadual Regente Feijó



Fonte: Ponta Grossa, (1924).

### 3.1 O CENÁRIO POLÍTICO NOS CAMPOS GERAIS E EM PONTA GROSSA (1927-1961)

O cenário político do final de 1927 e começo de 1930 em Ponta Grossa tinha as mesmas características das outras partes do Paraná e do país. Era aquele que, segundo Lenharo (1986), se fazia representante por excelência das aspirações da sociedade brasileira:

[...] vem do Estado a única voz que fala em nome de todos os brasileiros. O homem comum, o cavalheiro dos salões, o homem e a mulher do campo, o operário, o comerciante, são descaracterizados socialmente para serem recuperados na perspectiva de uma identidade que a organicidade na nação engendrara através da harmonia social já alcançada. (LENHARO, 1986, p.35).

Depois da Revolução de 1930, no Paraná, foi nomeado como Governador Provisório o General Tourinho. Ele renunciou em dezembro de 1931, por enfrentar grande oposição de alguns setores paranaenses. Por isso, Getúlio Vargas nomeou Manoel Ribas para assumir a interventoria do Estado. Manoel Ribas assumiu o governo em 30 de janeiro de 1932. Permaneceu durante treze anos à frente do governo paranaense, ora como interventor de 1932 a 1934, ora como governador de 1935 a 1937, e outra vez como interventor de 1937 a 1945.

Ele foi escolhido como interventor do Estado por ser membro de uma família tradicional do Paraná, pertencente à classe dominante dos Campos Gerais e por ser uma pessoa do conhecimento de Getúlio Vargas. Segundo Oliveira (2004), esses foram os principais motivos que o mantiveram na liderança do Poder Executivo do Paraná.

Moysés Lupion foi o sucessor de Manoel Ribas, assumiu o governo de março de 1947 a janeiro de 1951 e de janeiro de 1956 a janeiro de 1961. Defendeu os interesses do setor madeireiro industrial, o que distanciou os produtores de mate do poder. No mesmo ano em que Getúlio Vargas foi eleito presidente pela população, Bento Munhoz da Rocha Neto foi eleito governador do Paraná, tendo se mantido no poder de janeiro de 1951 a abril de 1954.

O Paraná acompanha as linhas gerais do Estado Novo, com alguns eixos de modernização burocrática e o início de políticas industrializantes. Também se assiste à formação do norte cafeeiro, com o seu padrão fundiário específico no período, o que corresponde à decadência da burguesia da erva-mate e à ascensão dos novos interesses cafeeiros do Norte do Paraná (...). As forças que operaram no Estado Novo paranaense

continuariam no poder por intermédio de Moysés Lupion (do PSD), a partir de 1946. (OLIVEIRA, 2004, p. 29).

Ditzel (2004, p. 2) lembra que o jornal Diário dos Campos, ao tratar da política local, em 1930, afirmava que o Integralismo “teve forte presença na região dos Campos Gerais”, especialmente em Ponta Grossa, porque ela era considerada polo regional e passava por um processo de crescimento urbano e econômico, sendo reconhecida dessa forma por jornalistas, viajantes, escritores e políticos. Por esta época, diversos representantes das massas urbanas aderiram ao Integralismo, como comerciantes, médicos, funcionários de Banco do Brasil e da Rede Ferroviária. (DITZEL, 2004).

Ainda na década de 1930, Ponta Grossa vivia um processo de modernização conservadora, marcada pela permanência da elite campeira no poder, formada no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, que descendiam das “famílias Taques, Villela, Batista, Ribas, Guimarães, Rosas, Almeida, entre outras” (DITZEL, 2004, p. 36). Em outras palavras, os nomes de prefeitos, deputados, vereadores, senadores, que estiveram à frente do poder na cidade estão entre estes:

[...] Ernesto Villela, Flávio Carvalho Guimarães, Victor Antônio Batista, José Miró de Freitas, Bonifácio Villela, Theodoro Batista Rosas, José Guimarães Villela, Plauto Miró Guimarães. Pode-se afirmar que essa influência diminuiu nos últimos anos. Mesmo assim, a cidade conta até hoje com um deputado estadual intrinsecamente ligado a esse grupo: Plauto Miró Guimarães Filho, neto do Senador Flavio Carvalho Guimarães e filho do ex-prefeito Plauto Miró Guimarães (DITZEL, 2004, p. 36).

Basta fazer uma retrospectiva, tendo por base Chamma (1988), dos prefeitos que assumiram o poder desde o início, entre eles veem-se alguns nomes ligados ao Ginásio Regente Feijó: o advogado Brasil Pinheiro Machado (1932-1933) foi nomeado em 1932 no decorrer da Revolução Constitucionalista. Ele foi professor e um dos diretores do Ginásio Regente Feijó; o Capitão Gabriel Mena Barreto (1946-1947), que trabalhava como professor contratado no Colégio Regente Feijó. O professor e Jornalista Heitor Ditzel (1951) foi vereador por diversos mandatos e secretário da Câmara Municipal.

As especificações que acompanham os nomes de alguns que exerceram o poder em Ponta Grossa, nas décadas de 1930 a 1960, apontam para os que pertenciam às elites campeiras e comerciárias, ou seja, dentre os que detinham o poder econômico, alguns governaram o município.

Percebe-se, também, que uma parcela da população era representada pelos empresários que controlavam a economia e a política local. “Esses empresários tinham as residências e os prédios comerciais fixados no núcleo/central da cidade.” (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2005, p. 99).

Foi para atender essa população que o Ginásio Regente Feijó foi criado. O prédio que abrigou o Ginásio, no seu início de atividade, localizava-se no centro de Ponta Grossa, depois, quando se mudou em definitivo para o prédio da Rua do Rosário, sua localização ficou ainda mais central. Todos os documentos analisados levam à comprovação de que a criação do Ginásio Regente Feijó veio atender a elite dos Campos Gerais, principalmente a elite ponta-grossense.

Por outro lado, na periferia de Ponta Grossa residia uma população de menor poder aquisitivo e os imigrantes pobres. Estes últimos, em 1877, haviam se instalado na Colônia Otávio, que fora subdividida em dezessete núcleos coloniais, 2.381 colonos russo-alemães. Dessa subdivisão surgiram os núcleos de Uvaranas, Botuquara, Rio Verde, Floresta, Guaraúna, Taquari, Moema e Dona Adelaide. Esses imigrantes foram introduzidos em terras de má qualidade para a lavoura, por isso, tornaram-se somente promissoras as colônias de Taquari e Moema (GONÇALVES; PINTO, 1983).

Wanke (1999) lembra que Ponta Grossa, final do século XIX e início do século XX, apesar de ser uma cidade progressista, tinha um ensino fraco. Seus cursos não passavam do primário. Por isso, houve grande empenho por parte da liderança política e econômica local da cidade de Ponta Grossa pela criação do Ginásio Regente Feijó, que procurou atender aos anseios da sociedade ponta-grossense, que há muito vislumbrava a efetivação desse grau de ensino.

No final do século XIX e início do século XX, os efeitos econômicos gerados pelo plantio da erva-mate aceleraram o processo de urbanização e modernização no Paraná, marcando a chegada dos trilhos da ferrovia em Ponta Grossa. O advento da construção da Estrada de Ferro e da instalação da luz elétrica “assinalaram uma nova era para Ponta Grossa, em que se estabelece uma adequação a um modelo modernista e progressista de sociedade.” (MARÇAL, 2003, p.120).

Ponta Grossa, por situar-se na parte intermediária do percurso entre São Paulo e Rio Grande do Sul, foi escolhida para a implantação da infraestrutura da Rede ferroviária com a construção de “pátios para manobras e armazenamentos de comboios, oficinas de locomotivas e cargas, usinas de tratamento de dormentes e

trilhos, além de escolas profissionais, hospitais, armazéns e vilas.” (PETUBA, 2005, p. 4).

Nesta época, duas estações foram construídas para servir de terminal ferroviário. A primeira conhecida como Estação Paraná, inaugurada em 1894. Ela servia de ponto terminal da Estrada de Ferro Paraná, fazendo ligação de Paranaguá – Curitiba – Ponta Grossa. Entre 1889 e 1900 foi construída a segunda estação, conhecida como Estação São Paulo – Rio Grande, para atender à demanda de movimentação de trens de carga e passageiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande que alcançaram a cidade. O encontro das duas estradas de ferro fez de Ponta Grossa um importante entroncamento ferroviário e marcou um período de crescimento econômico da região.

Por toda essa movimentação, os ferroviários ponta-grossenses foram considerados um dos segmentos mais importantes entre os trabalhadores locais. A instalação da Ferrovia e a constituição de uma classe de trabalhadores ferroviários foram de extrema importância para o progresso urbano de Ponta Grossa.

Monastirski (1997) lembra que a implantação da ferrovia contribuiu para que a sociedade ponta-grossense vivenciasse um rápido processo de modernização urbana. “A crescente atividade comercial, aliada à localização estratégica, que sempre foi o referencial econômico da cidade, dinamizou-se com o transporte ferroviário.” (MONASTIRSKI, 1997, p. 56). Em maio de 1990, as duas estações foram tombadas e o antigo barracão de cargas foi preservado com área envoltória, Formando o Complexo da Ferrovia.

Todo esse desenvolvimento progressista acelerou a economia e foi responsável pelo surgimento das primeiras indústrias na cidade, as quais deram origem a um período de efervescência cultural em Ponta Grossa, fazendo com que houvesse uma preocupação com a falta de um estabelecimento de ensino secundário que viesse atender à sociedade ponta-grossense e às sociedades vizinhas. “[...] Ponta Grossa tomava impulso desenvolvimentista, enquanto maior entroncamento ferroviário no Sul do país. Nesse momento, as ferrovias representavam um papel de destaque no processo de integração regional e no processo de aceleração da economia.”(CHAVES, 2001, p. 19).

No subtítulo seguinte veremos, com maiores detalhes, que o prestígio do Prefeito de Ponta Grossa, Coronel Vítor Antônio Batista (1880 – 1950), junto com o empenho das lideranças econômicas de Ponta Grossa, conseguiram, em 1927, criar

o primeiro estabelecimento de ensino secundário da cidade de Ponta Grossa e dos Campos Gerais: o Ginásio Regente Feijó, que iniciou suas atividades no “prédio situado onde hoje funciona o Centro Cultural Cidade de Ponta Grossa, na esquina da Rua Doutor Colares com Augusto Ribas (esta última, um “subidão”, a antiga Rua das Tropas).” (WANKE, 1999, p. 27).

### **3.2 A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ**

A movimentação política e econômica da Região dos Campos Gerais e de Ponta Grossa levou as autoridades locais, nos anos de 1930 a 1940, a elaborarem políticas públicas que viabilizassem um controle maior do Estado sobre os agentes do ensino escolar. Essas autoridades locais perceberam a importância do controle do magistério para o êxito de suas pretensões de submeter a educação a serviço da “Nação”. A educação passa, então, a ser vista como um instrumento ideológico a serviço do Estado.

Caetano Munhoz da Rocha em sua Mensagem Presidencial do Estado do Paraná dirigida ao Congresso Legislativo ao instalar-se a 2ª sessão da 18ª Legislatura, em 1º de fevereiro de 1927, assim se pronunciou quanto à situação da Instrução Pública no Estado:

[...] Como tereis oportunidade de verificar, por esta exposição, o anno de 1926 tornou-se notável, na vida administrativa do Paraná, pelas múltiplas e importantes realizações levadas a effeito. [...] O Paraná, não obstante o seu notável progresso, tem apenas ensaiado os primeiros passos na conquista da saliente posição a que está fadado na vida econômica do país. É com o mesmo vigor e enthusiasmo que, desde o inicio do governo, tem sido cuidado os assumptos attinentes á instrucção, adaptaram-se, no decurso do anno findo, resoluções e providencias que constituem uma nova e larga etapa de creações neste importante departamento administrativo. Continua o governo procurando estimular o desenvolvimento do ensino particular e o advento de novos collegios. [...] Exerceu-se com bastante rigor a fiscalização das escolas particulares, fazendo-se sentir sobre ellas, além da Inspeção didactica, principalmente no tocante ás questões nacionalistas nas escolas estrangeiras e destinadas aos filhos dos colonos. Cumpre-me, entretanto, tornar saliente que os factos da instrucção paranaense demonstram cabalmente achar-se em nosso Estado uma situação verdadeiramente privilegiada dentro da Federação brasileira, porquanto a diffusão do ensino satisfaz já quase completamente as necessidades populares, também supprimidas em parte pelo ensino particular igualmente bastante apreciável e em franco desenvolvimento. (PARANÁ, 1927, p. 190-195).

Em um trecho da Mensagem transcrita acima, o então Presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, diz que o seu governo estava estimulando o desenvolvimento do ensino particular para que novos colégios fossem criados. Esse fato surge em todo o Brasil em decorrência da Revolução de 1930 que trouxe como consequência “o advento em massa do ensino particular secundário” (PILOTTO, 1954, p. 87).

Esse estímulo permitiu o aumento da possibilidade de os alunos ingressarem no ensino secundário. Mas, por outro lado, acentuou “os vícios do plano federal adotado para reconhecimento de tais estabelecimentos particulares” e por isso, “entrou-se numa fase de decadência profunda da qualidade da formação que se lograva atingir.” (PILOTTO, 1954, p. 87).

Para Rocha (2000, p. 34), a Reforma Francisco Campos “liberou em definitivo o ensino secundário para o setor privado, possibilitando seu autocrescimento e inibindo uma política de investimento público.”

No Estado do Paraná, no início de 1930, havia nove<sup>44</sup> estabelecimentos de ensino secundário fiscalizados pelas autoridades. Destes, apenas dois eram públicos, ou seja, somente dois eram equiparados ao Colégio Pedro II: o Ginásio Paranaense, em Curitiba, e o Ginásio Regente Feijó, em Ponta Grossa.

Pilotto (1954) fala sobre a decadência e precariedade da qualidade do ensino ao longo do tempo. Essa afirmação contradiz o que Presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, argumentava em sua mensagem, ou seja, que houve rigor na fiscalização das escolas particulares, principalmente na parte didática, demonstrando seu otimismo em relação à educação e afirmando que ela, naquele momento, atendia satisfatoriamente à população paranaense. Lê-se em seu relatório:

[...] Cumpre-me, entretanto, tornar saliente que os factos da instrução paranaense demonstram cabalmente achar-se nosso Estado em uma situação verdadeiramente privilegiada dentro da Federação brasileira, porquanto a difusão do ensino satisfaz já quase completamente as necessidades populares, também suprimidas em parte pelo ensino particular igualmente bastante apreciável e em franco desenvolvimento. (PARANÁ, 1927, p. 190-195).

---

<sup>44</sup> Ginásio Paranaense (internato e externato), Ginásio Iguassu, Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Colégio Novo Atheneu, Colégio Parthenon Paranaense, Colégio Progresso, Lyceu Rio Branco, Instituto Santa Maria e Ginásio Regente Feijó. (O ENSINO, 1935, p.13).

Mas veremos na continuidade de seu relato que o governante reconhece que havia a necessidade de se criarem novos estabelecimentos de ensino, principalmente o de ensino secundário, no interior do Paraná.

Aqui, entende-se por interior, o Paraná Tradicional<sup>45</sup>, que apresentava cidades com acesso fácil à Capital. Não se pode esquecer que o Norte e o Sudoeste do Paraná estavam isolados em relação à Capital do Estado, pois havia a dificuldade de acesso a outras regiões, por isso essas regiões ficaram esquecidas pelo setor público que demonstrou maior preocupação em solucionar “os problemas educacionais existentes na região do Paraná Tradicional.” (OLIVEIRA, 1994, p. 220).

Constata-se isso quando se referindo à Instrução Pública, Caetano Munhoz da Rocha demonstrou, com dados estatísticos, as dificuldades que o Ginásio Paranaense estava enfrentando pelo crescimento das matrículas, pelo excesso de trabalho dos lentes e dos professores, pelo aumento de turmas e de alunos, tudo em consequência de se ter um só ginásio oficial no Estado do Paraná, o Ginásio Paranaense. As dificuldades são observadas quando em sua mensagem afirmou:

[...] As matrículas para o gymnasio estavam aumentando consideravelmente, em 1924 atingiu 163 alunos no 1º ano, porque a seção do Internato não comportava mais de 9 alunos; em 1925 e 1926 a seção referida passou a receber maior número, elevando-se a sua capacidade a 300, o que explica a pequena diminuição das matriculas no Externato. Quanto ao externato sua evolução foi assim registrada: 1921 – 250 alumnos; 1922 – 250 alumnos; 1923 – 297 alumnos; 1924 – 305 alumnos; 1925 – 317 alumnos; 1926 – 374 alumnos. As matriculas tendem a crescer, naturalmente, ainda mais com o aumento da população da Capital e de todo o Estado e o maior desenvolvimento que tem sido dado ao ensino primário e consequência desse aumento, o excesso de trabalho dos lentes e dos professores do estabelecimento. Compreende-se a impossibilidade de um lente ministrar o ensino a turmas de 100 alunos, de 10 a 12 anos de idade, reunidos em uma sala. Além de ser tal aglomeração contraria às normas pedagógicas e higienicas. O actual edifício do Gymnasio não tem salas que comportem 120 alumnos. Ainda mais a disciplina seria prejudicada e a demora da chamada para um tal numero de alumnos reduziria fatalmente o período da lição a menos de meia hora, com grave prejuízo para o ensino. (PARANÁ, 1927, p. 234-237).

Além de apontar para as dificuldades que o ensino secundário vinha enfrentando, Caetano Munhoz da Rocha, propôs medidas para solucionar esse

---

<sup>45</sup> Estudo de Cardoso e Westphalen (1986) separam a região denominando-a Paraná Tradicional. O Paraná Tradicional surgiu no século XVII em decorrência do ciclo do ouro e nos séculos XVIII e XIX se estruturou com a atividade dos tropeiros e a dos imigrantes europeus, respectivamente. “A região dos Campos Gerais no Paraná estende-se para o Norte até encontrar as florestas de Bacia de Itararé e Parapanema, e, para o Sul, as Florestas do Rio Iguaçu. A Oeste, encosta nos Campos de Guarapuava e na Serra da Boa Esperança, e sua porção Oriental faz divida com a Serra de São Luís do Purunã, com predomínio do Rio Tibagi.” (BAPTISTA, 2002, p.15).

aumento de matrículas e resolver o problema do excesso de trabalho dos lentes do Ginásio Paranaense, tanto no Internato quanto no Externato:

[...] Deduz-se claramente que, continuando a crescer o numero de matriculados no Gymnasio, se torna necessária a adoção de varias medidas, como sejam a ampliação do prédio, que mal comporta o numero de alumnos, ou a construcção de outros mais convenientes e de maior capacidade, o desdobramento do corpo docente e o augmento proporcional de funcionários, para que o ensino seja ministrado com aproveitamento e consoante ás normas hygienicas e pedagogicas. (PARANÁ, 1927, p. 238).

O Presidente do Estado enfatizou a necessidade de ampliação do prédio do Ginásio Paranaense, do desdobramento do corpo docente e do aumento de funcionários, a fim de se preservarem as normas higiênicas e pedagógicas, satisfatoriamente. Mas, cedendo a várias reivindicações e a pedido do prefeito de Ponta Grossa, coronel Victor Antônio Baptista, Caetano Munhoz da Rocha, junto com seus auxiliares de governo, decidiu pela “creação de um ‘Novo Gymnasio Official’”, no interior do Paraná, no lugar de ampliar o Ginásio Paranaense como transparece em sua Mensagem. Essa medida tinha o respaldo legal no Decreto 16.782, de 13 de janeiro de 1925, que proibia a existência de dois ginásios oficiais na mesma cidade, com nível de instrução equiparado ao Colégio Pedro II.

[...] Sendo incontestável que a matricula no Externato cresce annualmente e considerando o avultado numero de alumnos do interior do Estado, que se matriculam no Gymnasio da Capital, torna-se preferível à ampliação do actual estabelecimento de ensino secundário, a criação de outro que melhor convenha aos interesses do povo paranaense por sua especial localização. Não permitindo o Decreto nº 16782, de 13 de janeiro de 1925, que regula o ensino secundário e superior da República, a existência de dois Gymnasios officiaes e equiparados ao Collegio Pedro II na mesma cidade, claro é que se impõe a criação de um novo Gymnasio official em uma das cidades do interior, naturalmente, a de Ponta Grossa, que dispõe de mais elementos. (PARANÁ, 1927, p. 239).

Ainda na sua Mensagem, diz que era preferível criar outro estabelecimento de ensino secundário que melhor atendesse aos interesses do povo paranaense por sua especial localização e pela importância econômica, política e social a ampliar o Ginásio da Capital. Por preencher esses requisitos, Ponta Grossa foi a escolhida para abrigar o primeiro ginásio oficial dos Campos Gerais, no Estado do Paraná, por ser estrategicamente bem localizada. Pelo seu entroncamento rodó-ferroviário do interior do Estado, ligando as principais regiões econômicas e os centros políticos das regiões do Brasil, a cidade foi denominada, “cidade encruzilhada”, “[...] Primeiro as tropas, depois a ferrovia.” (DITZEL, 2001, p. 7A).

Neste mesmo período, a população da cidade de Ponta Grossa, representada pelos políticos e pela imprensa local, há muito vinha reivindicando uma escola secundária para a região. Os discursos presentes nos jornais demonstravam a importância e a urgência em se construir uma escola secundária na região, pois a carência de cultura e educação secundária eram preocupações presentes na sociedade campesina e, principalmente, na sociedade ponta-grossense. A poetisa Anita Philipovski<sup>46</sup>, em entrevista concedida ao jornal “O Progresso”, nº 595, em oito de agosto de 1912, assim se pronunciava:

[...] Nós moças de Ponta Grossa que fontes tivemos e temos para saciar nossa sede de saber? Em uma escola de primeiras letras recebíamos o ensino das matérias elementares, e este mesmo frequentemente interrompido pelos impedimentos da professora e nada mais. Para frequentar o curso secundário na capital poucos pais podem arcar com as despesas. (...) podia estabelecer-se também um curso secundário para meninas ensinando com especialidade geographia geral, electricidade, escripturação mercantil, contabilidade, tachigrafia e uma das linguas mais geralmente falladas como a franceza, ingleza ou allemã. (...) Ponta Grossa, porém, a segunda cidade em população e progresso commercial e industrial, já devia ter um estabelecimento de ensino secundario para meninas, que as preparasse para a lucta pela vida, porque aquella de entre nós quizer, abandonando a rotina commum, sahir desse circulozinho estreito e opressor, adquirir os meios para se lançar numa esphera mais ampla, para levar uma vida menos dependente; enfim ha de recuar vencida ante a impotencia de ver realisada a sua elevada aspiração na falta de uma escola que lhe faculte para esse fim o saber necessário. (O PROGRESSO, 1912, p. 2).

A percepção da necessidade e da importância da criação de um ginásio para a juventude ponta-grossense foi descrita também por Ayres (2000, p. 21) quando lembra que as “possibilidades para qualquer jovem de prosseguir estudando era privilégio daqueles cuja família tinha recursos para mandá-los fazer o Ginásio nas capitais. A nossa mais próxima era Curitiba. Imagina-se então o impacto da notícia. Ponta Grossa iria ter o seu Ginásio.”

Em 28 de março de 1927, após três anos de funcionamento da Escola Normal Primária em Ponta Grossa, foi finalmente criado o Ginásio Regente Feijó, o primeiro

---

<sup>46</sup> Anita Philipowski quer como contista, poetisa ou novelista, desenvolveu extraordinária atividade intelectual, notadamente no período de 1910-1940, sendo colaboradora assídua de numerosos jornais e revistas da época. Fez parte do grupo das primeiras animadoras das letras feminina paranaense “Os poentes da minha terra” é seu poema mais divulgado, publicado pela primeira vez em Curitiba, em edição individual e integral, pela “Prata de Casa”, em 1936. Mais de duas décadas depois, em 1959, o mesmo texto saiu impresso, com pequenas modificações, em antologia realizada pelo Centro Paranaense Feminino de Cultura.  
[http://alcg.org.br/cadeiras.php?CADEIRA\\_ID=5&ACADEMICO\\_ID=5](http://alcg.org.br/cadeiras.php?CADEIRA_ID=5&ACADEMICO_ID=5). Acessado em 10/07/2011

ginásio público da cidade de Ponta Grossa, marcando a implantação do ensino secundário e isso representou um marco histórico para a educação da região.

A confirmação foi atestada pelo Diário Oficial da República, sob o n. 5.052, Parecer n. 11 de 21 de fevereiro de 1927, anunciava a criação do Ginásio Regente Feijó. A criação do Ginásio, durante o governo de Caetano Munhoz da Rocha, respondeu à demanda existente por ser grande o número de alunos oriundos do interior do Estado que se matriculavam no Ginásio Paranaense, na Capital.

Na inauguração estavam presentes Lysimaco Ferreira da Costa, Inspetor Geral de Ensino, representando o Presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, o Coronel Víctor Antônio Baptista, prefeito municipal da cidade de Ponta Grossa, o Diretor do Ginásio Paranaense e ainda outras autoridades da Capital e do interior do Estado, como se pode constatar na mensagem abaixo:

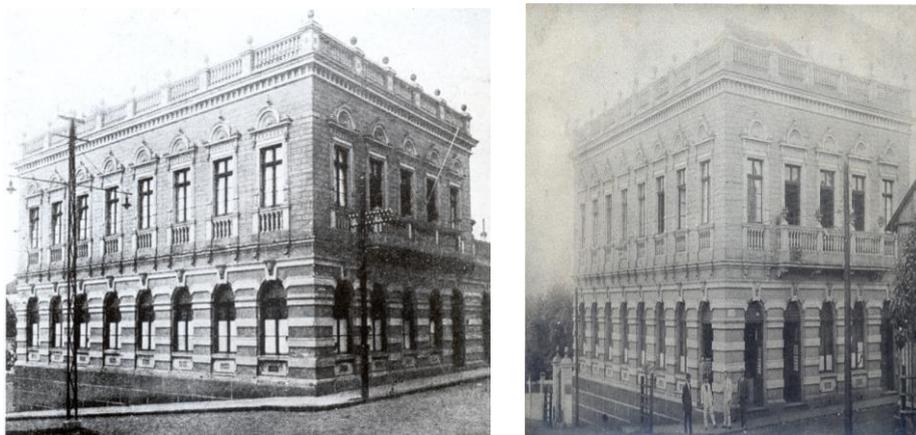
Aos vinte e oito de março de mil novecentos e vinte e sete às nove horas da manhã, no salão nobre da Escola Normal Primária desta cidade, presentes os senhores Lysimaco Ferreira da Costa, representando excelentíssimo senhor doutor Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado e na qualidade de Inspetor Geral de Ensino, coronel Víctor Antonio Baptista, prefeito municipal desta cidade de Ponta Grossa e demais pessoas que abaixo assignam, foi iniciada a sessão solenne da instalação do Gynasio Official 'Regente Feijó' creado pela lei de dois mil quatrocentos e trinta e sete de 12 de março do corrente anno. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1946, p.1).

O prédio que abrigou o Ginásio foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa no ano de 1927, localizava-se à Rua Dr. Colares, esquina da Avenida Augusto Ribas e passou por adaptações para sua nova função, a de estabelecimento de ensino, pois fora “construído em 1907 e era a residência de Armando Cypriano Cunha.” (MARÇAL, 2003, p.123). Durante a reforma do prédio, as aulas do início do ano letivo de 1927 foram ministradas no edifício da Escola Normal Primária, no prédio construído à Rua do Rosário. Esse prédio subsidiou o ensino normal primário e o ensino ginasial, por isso, historicamente, o prédio simbolizava o fundamento e a vinculação da instrução pública em Ponta Grossa.

Neste momento, a cidade passou a contar com dois estabelecimentos de ensino: a Escola Normal Primária e o Ginásio Regente Feijó.

Alguns meses após o término das reformas, o Ginásio mudou-se para a sede da Rua Dr Colares (Figura 5). Em 1938, o Decreto n. 6.150 permitiu a fusão do Ginásio Regente Feijó com a Escola Normal de Ponta Grossa.

Figura 5 - 5a e 5b sede do Ginásio Regente Feijó, na Rua Dr Colares, em 1927, vista de ângulos diferentes



Fonte: Ponta Grossa, (1927).

Em 1939, houve a troca definitiva de prédios: a Escola Normal Primária de Ponta Grossa passou para as dependências do prédio localizado à Rua Dr Colares (figura 5) e o Ginásio passou para as dependências da Rua do Rosário (figura 6) em frente à Praça Barão do Rio Branco, onde até hoje permanece.

Figura 6 - O Ginásio Regente Feijó, Rua do Rosário, em 1940



Fonte: Ponta Grossa, (1940).

O prédio do Ginásio Regente Feijó, à Rua do Rosário, foi tombado, em 1991, como patrimônio cultural, preservando rica arquitetura neoclássica da fachada principal. No documento oficial emitido pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico “a decisão pelo tombamento foi tomada a partir da perspectiva de perpetuar um dos monumentos mais representativos da história da culta gente

ponta-grossense. Situado numa das principais praças da cidade, impõe-se no conjunto pela sobriedade e imponência de sua arquitetura”. (DROPA, 1999, p. 191).

Os primeiros professores<sup>47</sup>, nomeados para ministrarem aulas no Ginásio Regente Feijó, foram denominados catedráticos, respeitando a conjuntura histórica daquele momento. O regime de cátedra foi introduzido no Brasil, em 1808, adequado aos professores do ensino superior e atribuindo-lhes as honras dos professores da Universidade de Coimbra, mas no decorrer do tempo essa atribuição também foi estendida aos professores do ensino secundário. Fávero (2000) diz que a cátedra proporcionava ao professor a vitaliciedade do cargo, o reconhecimento e o poder.

Para se tornar um professor catedrático, para lecionar no ensino secundário, o candidato deveria prestar concurso público, ter idade superior a 22 anos, ter moral ilibada, comprovar que fora vacinado contra varíola, não apresentar nenhuma doença contagiosa e não apresentar defeito que o impedisse de exercer a profissão do magistério.

O concurso envolvia quatro fases, sendo a primeira, a defesa de tese, “trinta dias antes da arguição, os candidatos sorteavam um tema sobre o qual deveriam apresentar uma dissertação impressa.” Depois, o candidato era sabatinado sobre a dissertação exibida. Em seguida, participavam de uma prova escrita sobre o assunto sorteado. Ainda, havia uma prova oral na qual eram arguidos sobre conteúdos da matéria que viriam a lecionar, também selecionada em sorteio. E, por fim, realizavam uma prova prática, “consistindo em preleção oral sobre o ponto tirado com antecedência de 24 horas.” (SOUZA, 2008a, p. 121).

Os primeiros professores nomeados para lecionar no Ginásio Regente Feijó, tomaram posse, conforme o termo do Decreto de 25.927, “aos vinte e oito dias do mesmo ano, no salão nobre da Escola Normal Primária, de Ponta Grossa, às nove horas, em uma sessão solenne de instalação deste Gymnasio Regente Feijó, com sede provisória nesta Escola Normal” (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1927, p.1).

Foram eles: Estevam Zeve Coimbra, advogado, para exercer interinamente, o cargo de professor “cathedratico de Latim e Instrução Moral e Cívica do referido

---

<sup>47</sup> O corpo docente do Ginásio Regente Feijó era constituído por lentes, catedráticos concursados e por professores interinos nomeados. Catedrático era o cargo ou função de professor de disciplina de nível universitário ocupado por professor titular.

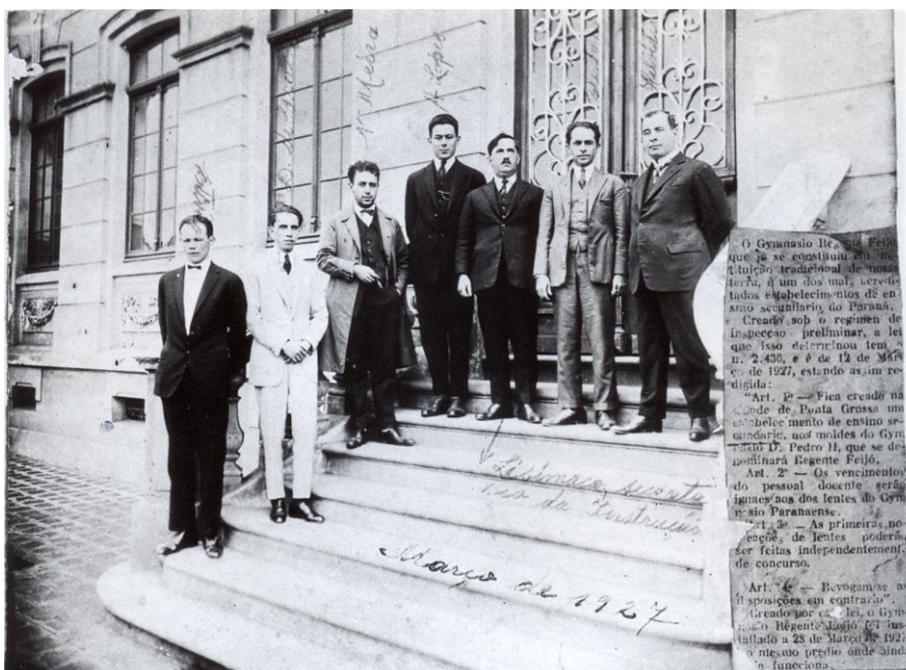
Instituto de Ensino Secundário”; Manoel Isidoro Dias de Gracia, advogado, para exercer interinamente o cargo de professor “cathedratico” de Geografia, Chorographia e Cosmographia e História Universal e do Brasil; Nicolau Meira de Angelis, para o cargo de professor “cathedratico” de Francês; Ângelo Lopes, para o cargo de “Director” e para exercer interinamente o cargo de professor “cathedratico” de “Arithmetica” e “Algebra”; Júlio Eleutério da Luz; para exercer o cargo de professor “cathedratico” de Inglês e Alemão, Helvídio Silva, advogado, para o cargo de professor “cathedratico” de Português, Tufy Nicolau, para exercer o cargo de professor “cathedratico” de Desenho; Nicolau Meira de Angelis, para exercer o cargo de professor “cathedratico” de Francês. E ainda, nesta mesma sessão de posse, assumiram o cargo de secretário Alcides Cesar e o cargo de porteiro Manoel M. de Menezes.

O Termo de posse dos professores e do Diretor acima nomeados tem a seguinte redação:

Termo de posse do Director do Gymnasio Regente Feijó.  
 Aos vinte e oito dias do mez de Março de mil novecentos e vinte e sete, no salão nobre da Escola Normal Primária desta cidade de Ponta Grossa, ás nove horas, em sessão solemne, de installação deste Gymnasio Regente Feijó, com sede provisória nesta Escola Normal, foi convidado, o Senhor Doutor Angelo Lopes, nomeado por Decreto de vinte e cinco do corrente mês e anno para exercer em commissão o cargo de Director deste Gymnasio e para exercer interinamente o cargo de Professor Cathedratico de Arithmetica e Algebra do referido Instituto de Ensino Secundario, para tomar posse dos seus cargos. Perante o senhor doutor Inspector Geral do Ensino e demais pessoas presentes proferiu a seguinte promessa legal: Prometo respeitar as leis da Republica, cumprir fielmente as prescrições dos Regulamentos e leis que regem o Gymnasio Regente Feijó e os deveres inherentes aos cargos de Director e professor Cathedratico interino de Arithmetica e Algebra do referido Gymnasio, com zelo, dedicação e ‘patriotismo’. O senhor Doutor Inspetor Geral de ensino declarou-se empossado nos cargos mencionados, em nome do Excellentissimo Senhor Doutor Presidente do Estado. E, para contar, eu, Alcides Cesar, lavrei o presente termo. (GINÁSIO REGENTE FEIJÓ, 1927, p. 2).

A ata de nomeação dos professores seguia o mesmo modelo. Esses termos citados regiam todas as atas de posse dos professores, o que se constatou nos documentos encontrados no arquivo do Ginásio. Não se fazia referência ao salário do professor. Na continuidade da pesquisa verificou-se uma mudança na categoria do professor.

Figura 7 - Primeiros professores do Ginásio Regente Feijó, março de 1927



Fonte: Ponta Grossa, (1927).<sup>48</sup>

Além de lentes catedráticos, eram contratados pelo governo os auxiliares de ensino, que “não gozavam das mesmas regalias concedidas aos professores catedráticos.” (SOUZA, 2008a, p. 121). A prática de admissão de professores por concurso era recorrente no Colégio Pedro II.

Logo em seguida às nomeações, foram abertas as matrículas para a primeira turma do Ginásio, presidido pelo Inspetor Geral de Ensino no Paraná, o professor Lysimaco Ferreira da Costa. Inscreveram-se 72 candidatos para formarem a primeira turma do Ginásio Regente Feijó.

### 3.3 OS BACHARELANDOS DE CIÊNCIAS E LETRAS DO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ

Um dos aspectos preservados no Ginásio Regente Feijó foi a tradição pomposa da formatura dos “Bacharelados”. As fontes apontaram para a

<sup>48</sup>Na figura 7, da esquerda para a direita, temos os professores Estevam Zeve Coimbra, Manuel Isidoro Dias de Gracia, Nicolau Meira de Angelis, Ângelo Lopes, Lysimaco Ferreira da Costa (Diretor da Instrução Pública do Paraná), Júlio Eleutério da Luz e Helvídio Silva. Os professores estão dispostos na escadaria principal do Ginásio.

continuidade dessa prática e a utilização do título de “Bacharel” para os formandos do Ginásio, iniciada no Colégio Pedro II.

O Colégio Pedro II foi o primeiro estabelecimento oficial de instrução secundária do Brasil. Em 1837, “o Colégio começa a funcionar com 91 alunos, todos do externato; somente em 1839 que se apresentam os primeiros alunos internos, em número de 113.” (BASTOS, 2008, p. 46).

O Imperial Colégio Pedro II tornou-se o agente oficial da educação e da cultura das elites condutoras do país. Seguindo o padrão do Liceu francês, ele foi criado para ser modelo da Instrução Pública Secundária da Corte e das demais províncias; das aulas avulsas; e dos estabelecimentos particulares existentes à época. “[...] Ele tinha em vista formar pessoas à luz dos interesses duma corte dotada de pessoas que a dignificassem entre as nações mais ilustres.” (VECHIA; LORENZ, 2004, p. 8).

O corpo docente do Colégio Pedro II era constituído de intelectuais de renome e o corpo discente marcado pela seletividade; com exames de admissão e promoções, com programas de ensino de tradição clássica e humanística e pagamento de anuidades. O Colégio tinha a função de preparar os alunos para o ingresso ao ensino superior e o privilégio de ser o único a conferir o Grau de Bacharel em Letras a seus formandos, confirmado pelo Decreto-Lei nº 296 do Poder Legislativo, de 30 de setembro de 1843, passaporte de ingresso direto aos cursos superiores sem a prestação dos exames das matérias preparatórias, o que vinha reforçar o seu caráter elitizante.

A Colação de Grau dos bacharelados seguia um ritual que era estruturado de modo preciso e regulado por Decreto. Acontecia assim: o Reitor do Colégio Pedro II apresentava ao Ministro do Império e ao Imperador cada um dos bacharelados, pela ordem de suas matrículas. Logo após, o bacharelado colocava-se de joelhos e prestava sobre os Santos Evangelhos o seu juramento: “Juro respeitar e defender constantemente as instituições pátrias: concorrer, quanto me fôr possível, para a prosperidade do Império: e satisfazer com lealdade as obrigações, que me forem incumbidas” (DÓRIA, 1997, p. 72).

Na segunda metade do século XIX, os estudos do Colégio de Pedro II estavam divididos em primeira e segunda classe. Os estudos da primeira classe continham disciplinas como: Gramática Nacional; Latim; Francês; Inglês; Explicação Desenvolvida dos Evangelhos e Noções de Moral; Aritmética e Álgebra até equação

do segundo grau; Geometria e Trigonometria Retilínea; Geografia e História do Brasil; Ciências Naturais (Zoologia, Botânica, Mineralogia, Geologia, Física e Química); Desenho e Música; Dança e Exercícios Ginásticos. Os estudos de segunda classe continham disciplinas como: Alta Latinidade, Grego, Alemão, Geografia e História Antiga, Geografia e História da Idade Média, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, Italiano. Segundo Bastos (2008, p. 47) “[...] para o título de Bacharel em Letras era necessário o curso completo da primeira e segunda classe, dividido em sete anos.”

O título de Bacharel em Ciências e Letras foi instituído em 1901, pelo Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, no seu Decreto n. 3.890, de 11 de janeiro de 1901, conhecido como Código Epiácio Pessoa, que estabelecia “para o Ensino Secundário a formação de Bacharel em Ciências e Letras, com 6 anos de duração e priorizando os estudos das Línguas Clássicas e Modernas.” (Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, 1901).<sup>49</sup>

Na República, o Colégio Pedro II passa por períodos de crise institucional, primeiro pela perda de seu patrono D. Pedro II, depois, pelas mudanças de nome - Instituto Nacional de Instrução Secundária, Ginásio -, e por alterações da política educacional pelas Reformas de Ensino. Mesmo com a perda de privilégios legais, como a extinção do Título de Bacharel em Ciências e Letras, o Colégio continuou sendo um lugar de referência educacional de ensino secundário para o reconhecimento e equiparação dos ginásios estaduais e das escolas particulares, e como um centro de sociabilidade cultural.

Em seus estudos, Cunha (2000), Barros (2000), Viana (2004) e Alves (2005) afirmam que é possível perceber, na República, traços comuns da cultura escolar secundária do Imperial Colégio de Pedro II, em outras instituições de ensino do país. E que muitas dessas instituições conservavam algumas práticas da época Imperial do Colégio de Pedro II, só que se revestiram dos valores republicanos.

---

<sup>49</sup> A Educação brasileira foi orientada pelo código Epiácio Pessoa de 1901 a 1911 dos institutos de ensino superior e secundário. O Código preocupou-se com aspectos regulamentares, baixando normas para a equiparação das escolas particulares e para o processamento dos exames de madureza. Além disso, normatizava os horários, os programas, os exames e os salários de professores. Havia também, a permissão do acesso feminino aos cursos secundários e superiores. Decreto n.º 3.890, de 01 de janeiro de 1901. Referente ao Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/1a\\_Republica/decreto%203890%20-1901%20reforma%20epit%20cio%20](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1a_Republica/decreto%203890%20-1901%20reforma%20epit%20cio%20). Acessado em 11/07/2012.

Ainda, segundo Souza (2008a, p. 124-125), o grau de Bacharel em Letras, conferido aos formandos do ensino secundário “filiava-se à tradição intelectual do bacharelismo prevalecente na sociedade brasileira, especialmente no ensino superior.” Porque “era no curso secundário que o estudo das letras se dava de modo mais intencional e sistemático”. O ensino das letras não era estudado no ensino superior no Brasil. Só na década de 1930, com a criação das Faculdades de Filosofia, é que o ensino de letras foi estudado no âmbito superior.

Por isso, todo o desenvolvimento dos estudos literários era concentrado no ensino secundário, transformando os ginásios em grandes centros de cultivo das línguas clássicas, modernas e das literaturas. Os bacharéis em letras do ensino secundário, no Brasil, simbolizavam essa cultura literária.

Cunha Jr. (2002, p. 72), ao analisar o número de concluintes do Colégio Pedro II, entre os anos de 1844 a 1884, verificou que dos 5.729 alunos matriculados, apenas 210 alunos completaram o curso secundário. Em média, apenas oito alunos conseguiam se formar por ano. Esses números vêm comprovar o possível rigor dos estudos da época, intensificando a finalidade da educação secundária nesta época, a de um ensino destinado a poucos.

Para tanto, os ginásios - principalmente os ginásios estaduais, equiparados ao Colégio Pedro II - reforçavam o prestígio dos seus estudos, ao criarem um ambiente de austeridade e disciplina, nos quais os alunos eram submetidos às lições, às arguições orais e escritas, aos estudos literários, tendo médicos, advogados, engenheiros, párocos, como professores. Tudo em consonância com os valores cívicos, patrióticos e republicanos predominantes à época:

[...] Esses estabelecimentos de ensino, instalados no centro das capitais, projetavam para toda a sociedade valores simbólicos, erigindo-se como espaços dedicados ao saber, à educação e à cultura. [...] a identidade estudantil dos ginásios no início do século XX se forjou nesse clima cultural de distinção social e prestígio. O título de Bacharel em Ciências e Letras era o coroamento de uma formação geral longa e metódica que somente os mais aplicados e capazes logravam alcançar. (SOUZA, 2008a, p.124).

Os estudos de Souza (2008a) confirmam a prioridade dada aos estabelecimentos de ensino secundário, nos quais os valores privilegiados pela sociedade eram projetados, concedendo aos formandos distinção e prestígio social e, ainda, outorgando aos seus formandos o título de Bacharel em Ciências e Letras.

Portanto, ao longo da Primeira República, os programas do ensino secundário deram destaque maior aos estudos científicos e humanísticos, por isso o título conferido aos concluintes do ensino secundário passou a ser o de Bacharel em Ciências e Letras, mas o número de concluintes nos ginásios continuou ainda muito restrito. “Portanto, os bacharéis em ciências e letras, concluintes do ensino secundário em escolas públicas ou privadas, nas primeiras décadas do século XX, faziam parte de uma plêiade intelectual versada em letras.” (SOUZA, 2008a, p. 127).

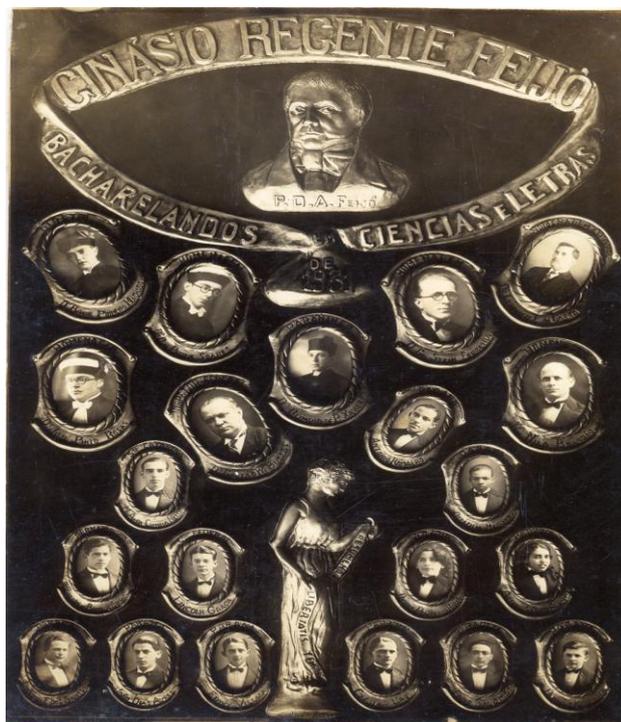
Alguns estabelecimentos de ensino do país extinguiram o diploma de Bacharel em Ciências e Letras, quando o 6º ano foi eliminado. Entretanto, os alunos que cursavam o 5º ano, tiveram mantido seus direitos ao bacharelato, podendo concluir o curso ginásial em 1931. É o que demonstram os dados analisados, no primeiro ano de funcionamento do Ginásio Regente Feijó, em que houve a inscrição de 72 candidatos para o ingresso no Ginásio. Destes, 65 candidatos foram aprovados para o ingresso no Ginásio. No entanto, no final do curso ginásial, em 1931, os Bacharelandos de Ciências e Letras do Ginásio Regente Feijó foram apenas 15 alunos.

Quadro 1 - Relação dos Bacharelandos de Ciências e Letras do Ginásio Regente Feijó (1931)

1. Manoel da Cunha Netto
2. Octacílio Mariano
3. Hudson Barros da Silva
4. Lincoln Graça
5. Ovídia Penteado Ribas
6. Aílita dos Santos França
7. Edui Vilaca
8. Pedro L. de Souza
9. Antônio Ramalho
10. Lucidoro Ferreira Santos
11. João Dias Ayres
12. Czes Law Las
13. Faris Antônio Michaelle
14. Henrique Kudlinski
15. João Cec Filho

Fonte: GINÁSIO REGENTE FEIJÓ, 197, p.3.

Figura 8 - 1ª turma dos Bacharelandos de Ciências e Letras do Ginásio Regente Feijó



Fonte: Ponta Grossa, (1927).

Esse quadro, cujo título é Bacharelandos de Ciências e Letras (Figura 8), encontra-se, atualmente, em exposição no saguão do Colégio Estadual Regente Feijó.

No alto do quadro está reproduzida a figura do Regente Diogo Antônio Feijó, paulista que governou o Brasil durante a menoridade de D. Pedro II. Há também fotos dos professores homenageados: Brasil Pinheiro Machado, Dr Gastão W. Buttell, Dr Gil Stein Ferreira, José Pinto Rosas, Dr Lysimaco Ferreira da Costa, Dr Nilo Brandão, Dr Olímpio de Paula Xavier e Paula Soares e ainda, as fotos dos formandos. Nesta época, o Inspetor Federal era M. A. da Cunha Netto.

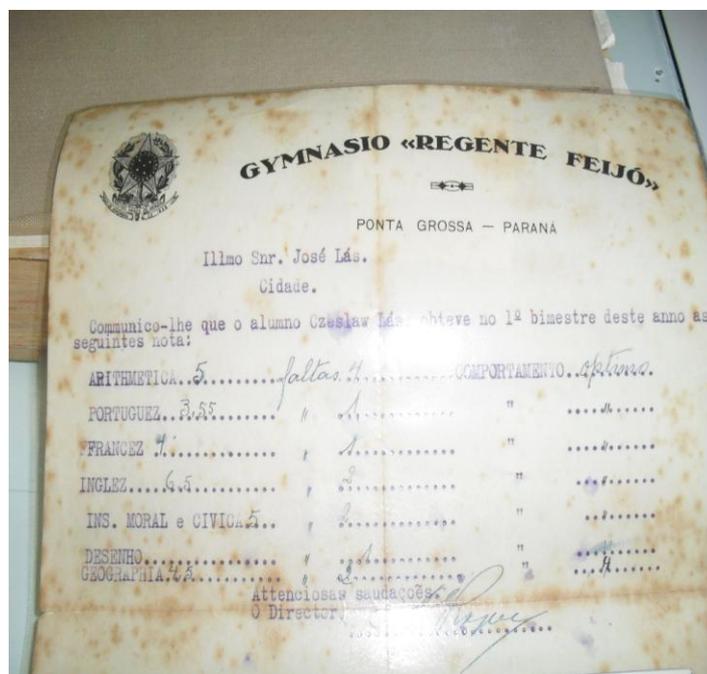
Souza, em seus estudos sobre o ensino secundário no Brasil, afirma que pelo Regulamento dos Ginásios do Estado de São Paulo de 1895 (Decreto n.293, de 22/5/1895), “o ensino secundário com duração de seis anos destinava-se a habilitar alunos em matérias científicas e literárias.” (SOUZA, 2008a, p.117)

Um traço marcante do ensino secundário no Brasil, no início do século XX, foi o seu caráter seletivo, “os alunos enfrentavam a alta seletividade interna das escolas promovida pelos exames orais e pelos exames escritos.” (Souza, 2008a, p. 108).

Ainda Souza (2008a) lembra que, além de um número pequeno de escolas secundárias no país, eram poucos os estabelecimentos de ensino equiparados e “tanto as escolas públicas quanto as particulares eram pagas e caras.” Os alunos enfrentavam a alta seletividade pelo rigor nos exames orais e escritos. Tudo isso contribuiu para que os pais dessem preferência ao ensino rápido, “posicionando-se favoráveis à finalidade preparatória do curso secundário e à manutenção dos preparatórios.” (SOUZA, 2008a, p.108).

Pelo número de alunos que colaram grau no Ginásio Regente Feijó, percebe-se que muitos foram reprovados nas diversas séries do curso, durante os cinco anos de sua duração. Isso pode ser considerado como vestígio (BLOCH, 2001) da possível seriedade do ensino da época e o rigor nos exames, transformando-o em altamente seletivo. E que, “apesar do ímpeto de propostas inovadoras, a permanência, em linhas gerais, dos padrões instituídos, denota a finalidade considerada socialmente legítima da educação secundária: a de ser a expressão de uma cultura escolar destinada a poucos.” (SOUZA, 2008a, p. 143).

Figura 9 - 1º Boletim expedido pelo “Gymnasio Regente Feijó”, abril de 1927



Fonte: Ponta Grossa, (1927a).

Ayres (2000, p.18-19) lembra, com emoção, sobre a 1ª “fornada despachada pelo Ginásio Regente Feijó, cuja turma teve como paraninfo o Dr Brasil Pinheiro Machado, que anos depois ocupou o cargo de Governador do Paraná, de 1945 a

1946, substituindo o Dr Clotário Portugal.” Ayres confirma os dados levantados nos documentos da época, quando diz que “entre aqueles formandos, estávamos nós, uma turma de uns 70 no início do curso de 1927; ao finalizar, em 1931, éramos menos de 20.” (AYRES, 2000, p. 19). E, de memória, cita o nome de alguns colegas, e em quais cursos de graduação eles se formaram, após o término do ginásio. Lembrou-se de Ailita França, ela se formou em Odontologia; Antônio Ramalho, radiologista; Lucidoro Ferreira Santos faleceu no 1º ano de Medicina; Henrique Kudlinski, Engenharia; Ovídia Penteado Ribas, Professora; Hudson de Barros da Silva, Médico Sanitarista; Czeslaw Las, Economista; Octacílio Mariano, Engenheiro; Faris Antônio Michaelis, Advogado, Filólogo e Indigenista; Lincoln Graça, Médico; Manoel da Cunha Netto, Advogado e João Dias Ayres, Médico.

Os jornais escolares que foram encontrados e analisados nesta tese, trouxeram testemunhos dos alunos sobre vários aspectos da vida escolar. Nesse artigo, escrito em 1931, tem-se um exemplo de um traço característico dos textos da década de 1930. O autor utiliza-se da linguagem elaborada, complexa e prolixa, demonstrando sua erudição. Os textos, desta época, tinham um apelo mais ufanista, com exaltação à pátria. Essas características foram também observadas nos jornais da década seguinte, 1940. Já, nos textos analisados dos jornais publicados na década de 1950, percebeu-se a mudança de linguagem, com a utilização da linguagem informal, com a utilização de termos mais coloquiais, e com a exploração de assuntos polêmicos, com conotação política.

O Jornal Fanal<sup>50</sup>, do dia 20 de dezembro de 1931, assim se pronunciou sobre “1ª turma de Bacharelados do Ginásio “Regente Feijó”:

Entre os fulgores peregrinos da nossa história, através dos opulentos lauréis que enfeitam o trabalho desta terra, um facto vem acrescentar no livro de honra da grandeza pontagrossense a página de realce: forma-se este ano no Ginásio ‘Regente Feijó’, a 1ª turma de bacharéis em Ciências e Letras. É o coroamento de todos os esforços. O futuro e a grandeza do Brasil possuem, na mocidade estudiosa, o arrimo vigoroso e destemido, legítima e mais alta expressão do idealismo de nossa raça. O ‘Regente Feijó’ entrega às academias, envolta nas vibrações de fé e de esperança uma plêiade gloriosa de moços, quinze bacharéis, que o manejo dos tempos transformará em doutores de fibra, nos quais a pátria se apoiará nos aflitivos transes. São, hoje, adolescentes, que o desconhecido não intimida atalaias vivazes de engrandecimento da terra natal. E se, amanhã, entre os sonhos floridos, brilhar a espada do combate, na realidade dos imprevistos,

<sup>50</sup> Jornal Fanal – Órgão da “Classe Estudantal”. “Órgão da mocidade estudiosa de Ponta Grossa”. Diretores: Ari Aires de Melo; João Ceci Filho; Manuel Cunha Neto.

também, soldados do dever, não recuarão na defesa da liberdade e da justiça. ‘Fanal’ é o intérprete dessa magistral turma de moços. Irmanados com os sentimentos da juventude paranaense, ele vê, nesses jovens pontagrossenses, os companheiros, heróicos e nobres, quando, através, do entusiasmo que transborda nos corações nesta hora da pátria, salienta-se espírito juvenil invulnerável, geralmente, aos combates do pessimismo e da decadência moral. Ele rejubila-se, neste momento. ‘Fanal’ sabe que no peito estuante dos colegas-bacharéis, palpita um sentimento de nobreza, delicada. Reflexão dos verdes anos: patriotismo, fé, perseverança. Ponta Grossa sorria satisfeita. Os seus filhos preparam-se para torná-la grande, e entre as brumas do porvir, qual batel afoito e perdido entre as asperezas das vagas, fortalecido pela claridade norteante dos fanais, ela confia e se alegra. (FANAL, 1931, p. 2).

E traz descrições marcantes dos formandos de 1931:

João Dias Aires: cordato e franco, paranaense entusiasta e ponderado. Lucidoro Ferreira dos Santos: paranaense de alma prazenteira, inteligente e ativo. Manoel A. da Cunha Neto; catarinense, alevantado, perseverante, idealista, sincero e leal. Hudson de Barros Silva: pernambucano, sobranceiro e perpicaz. Octacílio Mariano: romântico, ativo, filho do Paraná. Lincoln Graça: alegre e sorridente, ginasista carioca, douto e amável. Czes Law Las; alegre e ativo, militante dos livros paranaense, tranqüilo e carinhoso. Pedro L. de Souza: enérgico paranaense, vivaz bacharelado. Ailita dos Santos França: colega gentilíssima, paranaense inteligente e estudiosa. Ovidia Penteado Ribas: paranaense ativa, arrogante e competente bacharelada. Antonio Ramalho: ilustre filho do Paraná, estudante entusiasta e persistente. Edui Vilaca: folgazão, espírito paranaense, talentoso. Henrique Kudlinski: ponderado, filho do Paraná, ativo e leal estudante. (FANAL, 1931, p. 2).

E o artigo termina com a saudação dos autores: “Escuta, ó Bacharele! Companheiros de estudo, irmãos de ideais. Os vossos colegas João Ceci Filho e Faris A. S. Michael<sup>51</sup>, também bacharéis, vos saúdam desta coluna.” (FANAL, 1931, p. 2).

A importância da formação de “Bacharel” do Ginásio Regente Feijó é confirmada no Regimento Interno do Ginásio, de 5 de março de 1937, no capítulo 6º, que trata do corpo docente, no seu Art. 40º, no qual se lê: “o professor catedrático será substituído, nos seus impedimentos por um docente livre, se houver, e na falta

<sup>51</sup> Faris Michael tornou-se a presença fundamental para a cidade de Ponta Grossa. Fundou o primeiro Centro Cultural, a primeira Biblioteca Pública, o Museu e, com outros idealistas, a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Poeta, filósofo, jornalista, cronista, antropólogo, linguista, poliglota. Fez parte da primeira turma do Ginásio Regente Feijó. Fundou o Jornal Fanal, a voz dos estudantes ponta-grossenses. Foi professor no Ginásio Regente Feijó, de 1937 até sua aposentadoria, em 1967. Nesta época, criou e dirigiu o Jornal Cultural Tapejara, para o qual colaboravam as melhores cabeças pensantes universitárias do Brasil, da América e da Europa. Mais detalhes poderão ser encontrados no livro Faris Michael, o Tapejara. Uma biografia, de Eno Theodoro Wanke, publicado em 1999, pela Edições Plaque, RJ.

deste, por pessoa idônea, de preferência bacharel diplomado pelo Ginásio “Regente Feijó”, indicado pelo Diretor e nomeado pelo Govêrno.” (GINÁSIO REGENTE FEIJÓ, 1937, p. 6).

Em outro artigo, o Jornal Diário dos Campos, de 15 de dezembro de 1944, confirma a continuidade da tradição do título de Bacharel aos formandos do Colégio Regente Feijó (antigo Ginásio). O artigo traz o seguinte texto:

Bacharelandos do Colégio Estadual Regente Feijó. Realiza-se no próximo dia 19 de dezembro nos salões do Clube Pontagrossense a entrega de certificados aos alunos do Colégio Estadual Regente Feijó que concluíram o curso de bacharéis, são 72 formandos. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 dez. 1944, p. 5).

No dia 21 de dezembro de 1944, o Jornal Diário dos Campos detalha toda a cerimônia de colação de grau, demonstrando a importância do acontecimento para Ponta Grossa. A manchete continua sendo “Os Bacharelandos do Colégio Regente Feijó”, na qual se lê:

A brilhante solenidade de ante-ontem no clube pontagrossense foi um acontecimento digno do nível cultural de Ponta Grossa, foi o ato de entrega dos diplomas aos bacharelandos da turma de 1944 do Colégio Regente Feijó, no Clube Pontagrossense. Os salões do majestoso clube, ornamentados a capricho davam ao ambiente uma tonalidade de requintado luxo. A ornamentação, muitas flores, a beleza natural de nossa fina sociedade, tudo se congregava dando à solenidade um quê de fantasia e esplendor. Às 20 horas, precisamente, o Sr Diretor do Modelar estabelecimento de ensino deu início á solenidade, tendo procedido a chamadas das diversas autoridades presentes para que tomassem parte à mesa. Assim é que, presidiram ao ato os representantes do Sr Albary Guimarães, Prefeito Municipal; do Bispo D. Antonio Mazarotto; do Exmo Comandante da I.D. 5ª; do Dr Edison Nobre de Lacerda, do Juiz da 1ª Vara; do Dr Meneleu de Almeida Torres; Juiz da 2ª Vara; representante do Cel Alcindo Nunes Pereira, Comandante do 13º R.I.; Professores: Dr Raul Pinheiro Machado; Dr Antonio Rodrigues e Leopoldo Pinto Rosas. Professoras: D. Aninha Machado e Carol Ferreira; Presidente da Liga de Defesa Nacional e R. Galvão, redator do Jornal Diário dos Campos. Composta a mesa, deu-se início à solenidade, usando a palavra o paraninfo da turma, professor Estevam Coimbra, cuja oração repassada de vivo entusiasmo e cheia de brilhantes ensinamentos, arrancou, no final, vibrante e prolongada salva de palmas. Falou ainda, o aluno Mario Nascimento de Paula Xavier, orador oficial da turma, tendo como prosseguimento a entrega dos diplomas. Encerrando a solenidade, o diretor do Colégio Regente Feijó pediu aos presentes que entoassem o Hino Nacional. Às 22 horas teve início o baile dos bacharelandos. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 21 dez. 1944, p. 2).

No dia 22 de dezembro de 1944, o Jornal Diário dos Campos publicou, na íntegra, o discurso proferido pelo Professor Estevam Coimbra, “paraninfo dos

bacharelados de 1944, do Colégio Regente Feijó.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 22 dez. 1944).

O Ensino Secundário na cidade de Ponta Grossa foi estruturado para atender aos anseios das elites dominantes, que possuíam o prestígio socioeconômico e tinham condições de oferecer uma educação que pudesse preparar seus filhos para o nível superior.

### 3.4 A EQUIPARAÇÃO DO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ

Em 18 de dezembro de 1927, o Presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, em seu relatório de final de ano, anexou um discurso proferido no Rio de Janeiro, em um banquete oferecido a ele por antigos companheiros da Câmara e do Senado Federal, no qual o presidente de Estado expôs suas ações de governo do ano de 1927. O texto dá ênfase à instrução pública

primária, normal, secundária, superior e técnica” e afirma que “a nobre tarefa de difundir ainda mais a instrução pública era o firme propósito, pois é bom que o administrador veja em cada escola um templo onde se cultua a família e a Pátria e onde se pode fazer de cada brasileiro um cidadão consciente de seus deveres cívicos e um real valor para a nacionalidade. (PARANÁ, 1927, p.80).

Na continuidade de seu relatório, o Presidente demonstrou que houve um aumento significativo de escolas no Paraná e reafirmou que o ensino particular continuava a incrementar-se cada vez mais. Nesta época havia no Estado “149 colégios particulares”. (PARANÁ, 1927). Prosseguiu afirmando que apesar de o governo continuar lutando contra a falta de professores, a cifra de unidades escolares aumentou consideravelmente, havendo até “um excesso de 273 unidades escolares, com um total de 2.008 unidades escolares.” Assim, pode-se verificar, pelos relatórios, que em 1927 havia 1.687 unidades escolares, e em 1928, 2.008 unidades escolares, perfazendo uma diferença de 321 unidades escolares a mais.

Em 1928, em Mensagem do então Presidente do Estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, há referência às matrículas efetivadas no Ginásio Regente Feijó. O governador diz que “lecionaram no Gymnasio Regente Feijó durante o ano de 1928, 8 lentes e um professor.” E para o exame de admissão, inscreveram-se 38 candidatos, dos quais

28 foram aprovados, 7 reprovados e 3 não compareceram, assim, a matrícula para o ano de 1928 foi num total de 82 alunos.” (PARANÁ, 1928).

O total de matrículas de 82 alunos foram distribuídos no 1º ano, 51 alunos; no 2º ano, 29 alunos e no 3º ano, 2 alunos. No exame de 1ª época para o 1º ano, 15 alunos foram aprovados, 7 alunos reprovados e 29 alunos perderam o ano, num total de 51 alunos matriculados. No 2º ano, foram aprovados 9 alunos, reprovados 17 alunos, havendo 3 alunos desistentes, num total de 29 alunos. No 3º ano os dois alunos que frequentavam a série reprovaram.

Esses dados vêm comprovar o rigor do ensino da época. Poucos alunos conseguiam dar continuidade aos seus estudos. Os exames eram fiscalizados pelo Inspetor Federal, que para o ano de 1928, no Ginásio Regente Feijó, foi nomeado para esse cargo, o Sr. Dr. Elpidio Trindade, que “visitou durante o anno o Ginásio, tendo fiscalizado os exames.” (Colégio Estadual Regente Feijó, 1929, p. 2).

Em 1º de fevereiro de 1930, o então Presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo, em Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, assim se pronuncia sobre a “Instrução Publica”:

O problema do ensino é um dos que mais têm preocupado o meu governo e, graças á nossa organização e aos esforços dispendidos, o nosso Estado é uma das unidades da Federação onde a instrução popular está mais difundida. O meu governo não tem medido sacrifícios em prol da elevada obra do combate ao analfabetismo. Attendendo ao patriótico apelo do Governo Federal, deu-se grande incremento á educação physica nas escolas, designando-se para o seu ensino, um professor para cada estabelecimento da capital. Agora que o Estado já possui organização mais ou menos perfeita de ensino primário, normal, secundário e superior, tenciono tratar com grande interesse do profissional que será, sem duvida, de notável proveito para nossa gente. É, portanto, de grande conveniência que autorizeis a criação de escolas profissionaes masculinas e femininas nesta capital e no interior. Como vereis pelos dados, a matricula geral teve, no anno findo (1929), um augmento bem apreciável. (PARANÁ, Mensagem, 1930, p. 31).

A preocupação do governador com o ensino continuou, ele insistiu em apontar o aumento das matrículas nos ginásios, especificando-as: “Gymnasio Paranaense teve no ano de 1929, 714 alunos matriculados, sendo 622 no externato e 92 no internato.” (PARANÁ, 1930, p.31). E no “Gymnasio Regente Feijó, em 1929, para o exame de admissão, inscreveram-se 52 candidatos, dos quaes foram 39 aprovados e 13 reprovados, totalizando 85 alumnos matriculados.” As matrículas, para este ano, foram assim distribuídas: 1º ano, 44 alunos; 2º ano, 25 alunos e 3º

ano, 16 alunos, total: 85 alunos. Nos exames de 1ª época, foram aprovados 37 alunos e reprovados 31, sendo que 17 alunos não compareceram ao exame. (PARANÁ, 1930, p. 31- 48).

Sobre esses dados e outros, o então diretor do Ginásio Regente Feijó, Joaquim Antonio de Loyola Jr<sup>52</sup>, assim se manifestou em seu relatório, no início de 1930, dirigido ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior da Justiça e Instrução Pública:

terminado o anno de 1929 e acabados os exames de 1ª época neste estabelecimento de ensino, voltamos novamente à vossa presença prestar as informações sobre o que ocorreu de mais importante sob nossa direcção. Continuou como nosso Inspetor Federal o Snr. Dr. Elpidio Maria de Trindade, que aqui esteve durante as duas épocas de exames e no mez de setembro fez sua inspeção, assistindo as aulas de todos os cursos e deixando no livro de cada professor sua impressão. Em nada encontrou elle motivo para censura, bem pelo contrário, ficou satisfeito do methodo de ensino do professorado e a todos louvou pelo bom cumprimento do regulamento e da fiel execução dos programas de ensino ditados pelo Collegio Pedro Segundo. De facto são exigências que procuramos satisfazer para as quaes sempre chamamos a atenção dos snrs professores. E bons resultados colhemos agora nos exames: os alumnos nada reclamaram porque os programmas foram dados e as suas médias de sabbatinas muito lhes valeram na apuração final das notas para aprovação. Essa resolução do regulamento é de optimos resultados, os alumnos estudam para as sabbatinas, procuram tirar boas notas e assim chegam ao final do anno com matéria sabida. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1930, p.1).

É importante salientar, desse relatório, o que o Diretor enfatizou como um dos aspectos relevantes da qualidade do ensino do Ginásio: “[...] o bom cumprimento do regulamento e do fiel execução dos programas de ensino ditados pelo Collegio Pedro Segundo. De fato são exigências que procuramos satisfazer para as quaes sempre chamamos a atenção dos snrs professores.” (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1930, p.1).

Ainda, no mesmo relatório, o Diretor informa sobre o exame de admissão e a frequência dos alunos: entraram em exame de admissão, em março, 52 candidatos e foram aprovados 39. Estiveram matriculados na 1ª série 44 alumnos; na segunda 25 e na terceira, 16 alumnos e como ouvintes 12 alumnos. Requereram exame em 1ª época na 1ª série, 36 alumnos; na 2ª, 22 alumnos e na 3ª, 16 alumnos. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1930, p.1).

O número de alunos reprovados no Exame de Admissão era grande. Dos 52

---

<sup>52</sup> Dr Joaquim A. de Loyola Jr foi diretor do Ginásio Regente Feijó de abril de 1928 até dezembro de 1930. “Era médico muito benquisto na cidade de Ponta Grossa.”(HOLZMANN, 1977, p.17). Depois, exerceu o cargo de Inspetor Federal de 1934 a 1944.

candidatos inscritos, 13 foram reprovados, verificando-se o alto índice de reprovação e confirmando a alta seletividade desse exame.

Na continuidade de seu relato, o Dr. Joaquim Antonio de Loyola Jr afirmou que o movimento de matrículas foi regular para "um Gymnasio em formação." Cobrou das autoridades a equiparação do ainda Ginásio Regente Feijó ao Colégio Pedro II: "maior seria o número dos nossos seriados internos se já equiparados estivéssemos e não houvesse tanta desconfiança pela não effectivação agora em março." E continuou "muitos alumnos nossos foram transferidos para os collégios de São Paulo, Rio de Janeiro e Curytiba."

Argumenta que em 1930 o Ginásio teria alunos na 4ª série, e que não havia motivo algum para não ser reconhecido oficialmente e esperava que a promessa do Governo fosse cumprida. "Ponta Grossa e todos nós que trabalhamos para o melhoramento do Ensino, esperamos que V. Excia faça vir quanto antes para o Gymnasio os laboratórios de Physica e Chimica e de Historia Natural, há muito comprados e em março próximo faça justiça ao nosso esforço, satisfazendo o desejo de todo o pontagrossense, pedindo ao Departamento de Ensino a nossa equiparação."(COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1930, p. 2).

O Diretor propõe o aumento de um pavimento em uma das alas do Ginásio "em officio que vos dirigi expliquei as razões da necessidade de um segundo pavimento numa das alas do Gymnasio. Com a vinda dos gabinetes e das aulas da 4ª série, ficamos sem salas bastantes para os alumnos.". (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, 1930, p.2). Afirmou, no decorrer do mesmo relato, que as despesas para esse levantamento não são grandes e que o Ginásio ficaria com duas salas a mais para os gabinetes e uma menor destinada já para a biblioteca que "pretendemos formar para os alumnos." E ainda,

[...] os livros são em geral caros e muitos em cada série. O estudante pobre se vê em serias dificuldades e as vezes desiste de continuar os estudos por não poder comprá-los. Resolvemos formar uma bibliotheca de livros usados durante o curso e facilitarmos assim áquelles que desejam estudar.(COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1930, p.2).

Nesse trecho, o Diretor do Ginásio tratou de uma questão polêmica ocorrida, praticamente, em todo o ano de 1930 e 1940: as dificuldades enfrentadas pelo estudante pobre na aquisição de livros didáticos, por serem caros e muitos em cada série, ocasionando sua desistência do curso secundário. A solução proposta pelo Diretor foi a de formar uma biblioteca de livros usados.

Termina seu relatório agradecendo aos dignos professores que “connosco trabalharam e bem souberam desempenhar dos seus deveres, os nossos agradecimentos sinceros e melhores votos para que assim continuem até alcançarmos a elevação moral do Gymnasio, firmando o seu conceito entre os melhores do Brasil, porque isso só depende do esfôrço e boa vontade de cada um de nós”. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1930, p. 2).

O pedido da equiparação do Ginásio feito pelo seu diretor surtiu efeito. O jornal Gazeta do Povo publicou no dia 31 de janeiro de 1931, na seção “Notícias do Interior e da Marinha” a reportagem que fala sobre o recebimento de um telegrama expedido pelo Senhor General Mario Tourinho ao Prefeito de Ponta Grossa, o Sr Jorge Becher, em 29 de janeiro de 1931, com a manchete: “Não será extinto o Gymnasio Regente Feijó

[...] Respondendo telegramma coletivo referente ao Gymnasio Regente Feijó, affirmo não fazer parte cogitações governo sua extincção, consignando orçamento respectiva verba. Fineza transmittir demais signatários. Saudações. Mario Tourinho, Interventor Paraná. Registramos com jubilo a presente noticia, pois seria uma clamorosa injustiça prejudicar a nossa cidade com fechamento desse Estabelecimento de Ensino. Ponta Grossa, a cidade invicta da Revolução não podia ficar assim ferida, devendo o actual governo conseguir o que aspira ao nosso povo: equiparar o Gymnasio ‘Regente Feijó’. (GAZETA DO POVO, 1931, p.5).

O Jornal Fanal também se expressou sobre a equiparação do Ginásio Regente Feijó, fato festejado pela comunidade ponta-grossense:

Reverbera à luz da grandiosidade de Ponta Grossa, o num alvoroço saliente e altanado, um acontecimento de viva eloquência, vibram elegante aos rasgos heróicos desta garrida plaga paranaense: a equiparação do Ginásio ‘Regente Feijó’. Com alegria e regozijo indescritíveis, duplo sentimento de conforto e vigor, ‘Fanal’, que é da mocidade estudiosa, participa com o povo pontagrossense, a satisfação dessa alviçareira nova. Nada mais esperado, nada tão confortador e vibrante para os destinos deste pedaço de solo brasileiro. O Ginásio ‘Regente Feijó’ conta com quatro anos gloriosos de uma existência nobre e exaltada. Adolescente ainda, mas grande e enérgico. Entre os faiscentes lauréis de vitórias que colheu, moço e resoluto, avançar pela trilha magnífica que se lhe apresenta no meio dos turbilhões indecisos do desconhecido. O passado ele o tem brilhante e alevantado; o presente mais esperançoso e consciente; o futuro desenha-se entre profusos louros e folhas verdes que o passado e o presente não desvirtuam. O que mais? Se o fulgor dos triunfos alcançados, se a força da juventude que o apresenta, não é sobeja prova do valor ingênito, desse gigante do interior paranaense, está aí, a desafiar a pusilanimidade e o desanimo dos truculentos pessimistas, a inolvidável fé, o acrisolado patriotismo que ele acalanta no seio vermelho e brasileiro. Ponta Grossa precisa deste esteio valente do seu progresso e a intelectualidade

pontagrossense necessita de que a casa de ensino secundário, que a enobrece, seja elevada ao nível do conceito oficial. O 'Regente Feijó' possui um patrimônio soberbo e um elevado número de alunos; todos os anos aflui para esse recanto de meditação e estudo uma enorme massa de moços, nos quais o patriotismo e a compreensão exata dos deveres pátrios não desmente o apágio inconfundível da nobreza paranaense. O Ginásio está, portanto, apto para ser equiparado aos estabelecimentos congêneres oficiais. É o prêmio ao trabalho hercúleo dos filhos da Rainha dos Campos, é mais uma atalaia oficial do engrandecimento paranaense; é mais uma parcela real do progresso e da grandeza nacional. A escola é o futuro. A instrução é o poder. Acalente-se aquela, ministre-se carinhosamente esta, com o preciso caráter, o devido critério de acordo com as normas da moral, da razão e do civismo; e este mundo, em Cabral, encontrou selvagem, acariciado por essas duas esperanças das nações, debaixo do teto azul e acolhedor do patriotismo, desfraldará os panos verde-amarelos da flâmula natal e voará sobranceiro em busca do porvir. Escutai, Brasil, ó pátria da verdade. (FANAL, 1931, p.1).

Percebe-se, pelo telegrama expedido pelo então Interventor do Paraná, Mário Tourinho e pelo texto inflamado, prolixo, ufanista e rebuscado dos estudantes regentinos, que a movimentação feita em torno da tão desejada equiparação do Ginásio foi atendida.

Vale, neste momento, lembrar que o sistema de equiparação mantido em toda a Primeira República privilegiou os estabelecimentos fiscalizados pelo governo em detrimento das instituições privadas. Os ginásios – juntamente com o Colégio Pedro II, padrão de referência para a equiparação – tornaram-se a expressão de qualidade do ensino secundário no país e desfrutavam de um enorme prestígio social.

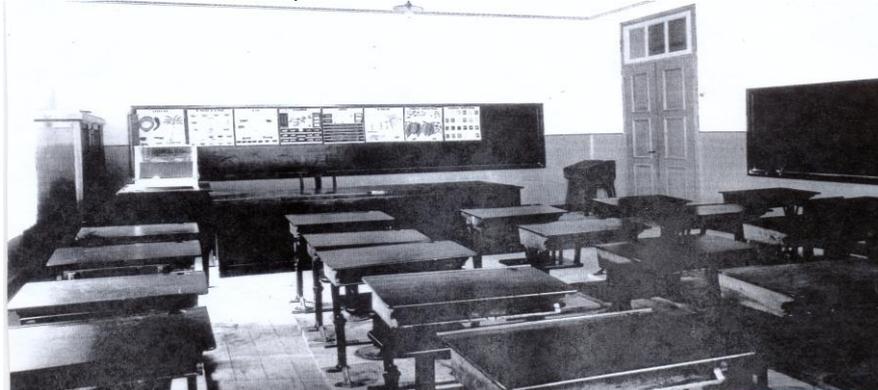
A equiparação significava a legitimação do ensino secundário e, nesse sentido, os ginásios estaduais tinham regras a cumprir; no entanto, aberturas e lacunas na lei de equiparação estimulavam o descontrole e o descumprimento de tais regras em muitos estados brasileiros, por isso a demora na oficialização. O estabelecimento de ensino era fiscalizado por um período de aproximadamente dois anos e, quando apresentasse as condições necessárias exigidas, ocorreria a equiparação.

[...] Conforme determinava o artigo 52 do Decreto nº 21.241, de 1931, os estabelecimentos de ensino secundário que atendessem às exigências legais, seriam submetidos a um regime de inspeção preliminar por um período mínimo de dois anos. Após o período de inspeção preliminar, caso o estabelecimento fosse considerado aprovado por uma comissão de inspetores, seria concedida a inspeção permanente por decreto do Governo Federal (art. 55), tornando-se equiparado ao Colégio Pedro II e designado estabelecimento livre de ensino secundário. (ABREU, 2010, p. 297).

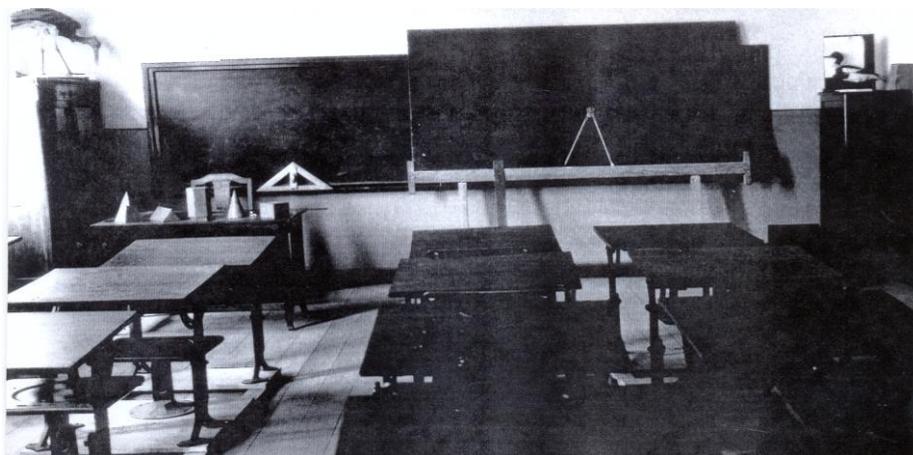
A confirmação da oficialização trouxe alívio à população. Finalmente, o Diário Oficial Federal de 5 de julho de 1932 publicou o Decreto nº 21.523, de 13 de junho do mesmo ano, que trazia a confirmação da equiparação do Ginásio Regente Feijó como estabelecimento de Ensino Secundário, com inspeção permanente nos termos, e o reconhecimento oficial dos exames nele prestados, perante comissões examinadoras para os estabelecimentos mantidos pelo Governo estadual e dos certificados por ele expedido, durante a vigência da inspeção.

Para obter a equiparação e reconhecimento do Governo Federal, após a reforma, não era bastante os ginásios seguirem o funcionamento e organização do Colégio Pedro II, precisavam também passar por um rigoroso regime de inspeção oficial. Esse processo iniciava-se com a chamada inspeção preliminar, com duração mínima de dois anos, para a verificação de quesitos tais como: a qualidade das instalações físicas e do material didático, o devido registro do corpo docente no Ministério de Educação e Saúde Pública. Esse registro de professores, por disciplina lecionada, era concedido pelo Departamento Nacional de Ensino. Os ginásios deveriam seguir medidas que viessem superar as deficiências de um tempo em que as escolas eram instaladas em residências, sem a preocupação de suprir necessidades essenciais para a qualidade do ensino. As instalações deveriam apresentar boa iluminação e boa circulação de ar nas salas de aula, além de proporcionar meios auxiliares adequados à prática docente, tais como: laboratórios, salas especiais, ambientadas com materiais específicos destinados às disciplinas ali ministradas. Foram chamadas de salas-ambiente (Figuras 10, 11, 12, 13, 14). “Em cada aula os alunos mudavam de sala, sendo chamados pelos alto-falantes do Colégio, os quais eram ouvidos da praça”. (WANKE, 1994, p. 47).

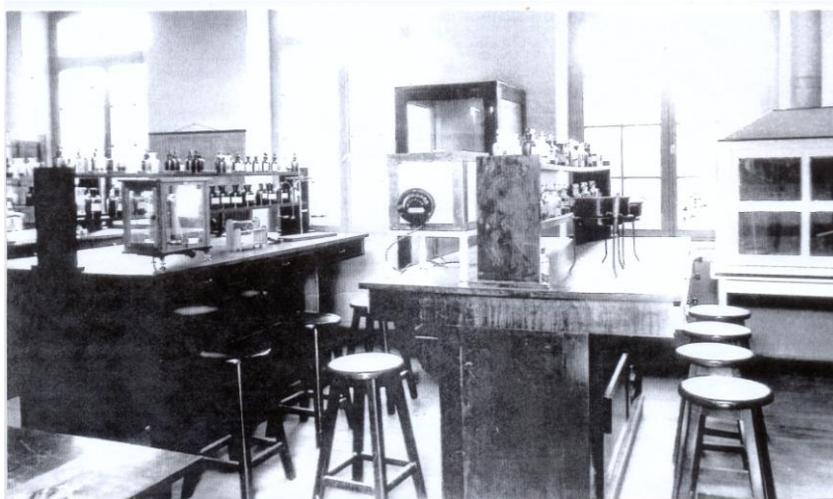
Figura 10 - Sala 3 - Profº Leopoldo Pinto Rosas - Ciências Físicas e Naturais



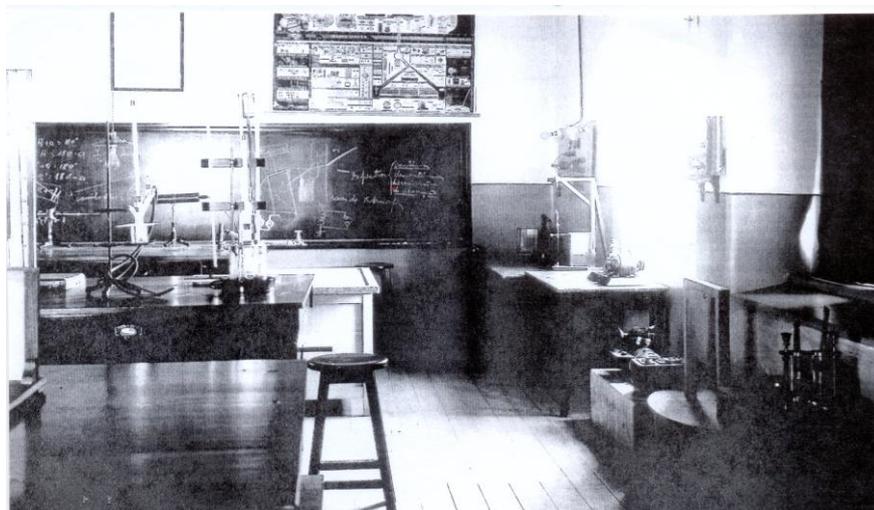
Fonte: Ponta Grossa, (194?).

Figura 11 - Sala 7 - Prof<sup>o</sup> José Daros - Desenho

Fonte: Ponta Grossa, (194?).

Figura 12 - Sala 9 - Prof<sup>o</sup> Oscar de P. Soares – Química

Fonte: Ponta Grossa, (194?).

Figura 13 - Sala 11 - Prof<sup>o</sup> Sady Silveira – Física

Fonte: Ponta Grossa, (194?).

Figura 14 – Sala 13 - Profº Álvaro Junqueira Freitas – Geografia



Fonte: Ponta Grossa, (194?).

Assim, pode-se dizer que o ensino secundário teve especificamente uma função seletiva, porque eram poucos os estabelecimentos equiparados e, portanto, ter o reconhecimento oficial dos exames nele prestados, perante comissões examinadoras, aos estabelecimentos mantidos pelos governos estaduais e os certificados por ele expedidos era difícil. (HOLZMANN, 1977 p. 5). Além de tudo isso, “os alunos enfrentavam a alta seletividade interna das escolas promovida pelos exames escritos e orais”. (SOUZA, 2008a, p. 108).

Em 1943, Gustavo Capanema enviou ao diretor geral do Departamento de Educação “[...] a relação de todos os estabelecimentos de ensino que, no ano de 1943, poderão funcionar como colégios, com equiparação ou reconhecimento do Governo Federal”. (BICUDO, 1943, p. 158-159).

Nessa relação dos estabelecimentos de ensino que poderiam funcionar, em 1943, como colégios equiparados ou reconhecidos, o Estado do Paraná apresentava como equiparados: “o Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba, e o Colégio Regente Feijó, em Ponta Grossa e como reconhecidos: Colégio Nossa Senhora de Lourdes; Colégio Santa Maria; Colégio Rio Branco; Colégio Sagrado Coração de Jesus; Colégio Novo Ateneu; Colégio Paranaense, todos esses na cidade de Curitiba”. (BICUDO, 1943, p. 163).

No Estado do Paraná, em 1943, existiam dois Colégios públicos equiparados, e em Ponta Grossa havia somente o Colégio Estadual Regente Feijó. Por isso, havia poucas vagas e muita procura, tornando-o seletivo.

Como já visto, historicamente, cada unidade estadual ou municipal investiu em educação, segundo prioridades políticas de seu governo “segundo recursos que se disponibilizavam para a educação e segundo sua lógica de atendimento a interesses nem sempre favoráveis ao aprimoramento do sistema educacional.” (BOMENY, 2003, p.16).

Percebe-se que não havia um grande interesse por parte do poder público em expandir o ensino secundário público, mas havia o interesse na expansão do ensino secundário particular, porque quando ocorreu a Reforma Francisco Campos, uma de suas ações foi acabar com o monopólio estatal de acesso ao ensino superior, e esse fato ocasionou o aumento das instituições de ensino secundário particulares. Essa oficialização produziu um aumento dos estabelecimentos de ensino particular, o que resultou na “comercialização do ensino e um desastre de consequências que não se podem determinar facilmente.” (PILOTTO, 1954, p. 80).

A política de equiparação contribuiu para a expansão da rede de escolas particulares e restringiu a expansão da rede pública de ensino secundário, limitando os investimentos, Rocha (2000). Esta conduta, instituída em 1931, continuou até a década de 1945: “A ausência de uma política de expansão da rede pública implicou no predomínio da oferta de ensino secundário pela iniciativa privada, o que é um fator a considerar na expansão deste ensino nos anos de 1930 e 1940.” (ROCHA, 2000, p.118).

Para amenizar essa questão, a Constituinte de 1934 atribuiu ao Conselho Nacional de Educação a elaboração do Plano Nacional de Educação. Os debates giraram em torno da participação da União nos diversos ramos e níveis de ensino.

Uma questão debatida foi a de que o ensino secundário deveria se submeter ao Governo Central e, discutiu-se, também, o direito do cidadão à educação, e à previsão de recursos para a garantia desse direito, bem como à obrigatoriedade escolar. Isso foi considerado um avanço, já que no anteprojeto governamental não se mencionava nada a esse respeito, a não ser o favorecimento do desenvolvimento da arte, da ciência e do ensino e em que o Estado facilitaria a educação básica.

Apesar de os renovadores conseguirem finalmente afirmar na Constituição o direito à educação, ele sai suficientemente mutilado para que nada obrigue o Estado a um investimento maciço em educação pública. Ao contrário de toda a expectativa dos renovadores, o que ali se abriu foi uma imensa brecha para o que Anísio Teixeira chamará mais tarde de 'publicização do privado' referindo-se ao processo de elevação do interesse privado ao plano do interesse público. (ROCHA, 2000, p. 58-59).

A Constituinte ainda discute os critérios para distribuição de bolsas de estudos para as instituições privadas, caso o sistema público não tivesse condições de receber todo o contingente de alunos. Era a tentativa de reconhecer a educação como direito social. Assim, os políticos não ficariam comprometidos com a ideia de destinar verba pública para a educação pública. Anísio Teixeira assim se pronunciou quanto a essa questão:

Antes de 1930, os colégios particulares do Brasil eram realmente particulares e resistiam vivamente a qualquer intromissão do Estado. Os de nível secundário pensariam em tudo, menos em pedir recursos ao Estado. Zelavam, sobretudo, pela sua independência e serviam a uma pequena classe média relativamente abastada e a pobres orgulhosos, que sofriam sua pobreza, mas não desejavam esmolas, que tanto seriam consideradas as bolsas e auxílios. (TEIXEIRA, 1960, p.3).

Refletindo sobre a afirmação de Anísio Teixeira, há de se supor que não houve disputa pela destinação da verba pública educacional e nem conflito entre a educação pública x educação privada no processo da Constituinte de 1933 e 1934.

Estudos sobre essas questões de verbas públicas e privadas mostraram que o destino dos recursos estatais foram se degenerando ao longo do tempo e “transformaram-se num mecanismo de financiamento do ensino privado, ao invés de ao aluno carente.” (ROCHA, 2000, p. 62).

Pilotto (1954, p. 88), em sua síntese sobre o ensino público paranaense, apresentou os seguintes dados: “em 1948 havia um total de 50 estabelecimentos de ensino ginasial no Paraná, sendo 10 deles estaduais e 26 particulares e 14 municipais.” Já no ano de 1950, esses dados mudaram, os estabelecimentos de ensino público aumentaram e superaram os estabelecimentos particulares. Constam, nos dados, um total de 70 estabelecimentos de ensino ginasial, sendo 46 estabelecimentos estaduais e 24 particulares. Houve, também, um aumento significativo de matrículas no ensino secundário público paranaense, nestes dois anos, de 5.033 para 10.540.

A Mensagem do Governador do Paraná, Moysés Lupion, em 1º de maio de 1949, expõe como estava a política para a Educação Secundária, neste momento:

No que se refere à Educação Secundária, já tivemos oportunidade de proclamar, em um dos nossos discursos, que a nossa política está inspirada no princípio, de certo ainda muito distante de ser atingido, quando ainda não atingimos sequer o mesmo ideal em relação à escola primária, - princípio, porém, norteador da ação, da educação secundária para todos. Tivemos oportunidade de salientar, então, a avidez com que as nossas populações do interior pedem por mais ginásios, demonstrando de modo claro como já está criada uma consciência, cada vez generalizada, de uma exigência de superar o nível primário de educação como nível de educação comum. [...] Daí a nossa política de abrir e apoiar irrestritamente a abertura de ginásios em nosso interior. Nêsse sentido, temos desenvolvido uma campanha persistente e intensa, criando todas as facilidades para a iniciativa privada e fazendo o máximo possível para a constituição de ginásios no Estado. [...] (PARANÁ, 1949, p.113).

Não se pode deixar de comentar que houve uma expansão do ensino secundário a partir das Reformas Francisco Campos e Capanema, mas ainda não significava a democratização do ensino. A minoria da população brasileira e paranaense tinha acesso ao ensino secundário, o ensino era precário, havia poucos ginásios equiparados, grande parte dos estabelecimentos era particular. No Paraná, até meados dos anos de 1940, os estabelecimentos de ensino secundários estavam na capital do Estado ou em cidades próximas a ela. Nos anos de 1950 a 1960, a expansão do ensino secundário público alcança intensidade, graças às aspirações de ascensão social das classes médias urbanas, mas ainda são precárias.

O governador Moysés Lupion, em janeiro de 1958, em seu relatório traz o número de estabelecimentos de ensino público no Estado. Os números levantados demonstraram a pequena quantidade de escolas para atender a população paranaense crescente. Assim são apresentados os dados pelo governador: “estiveram em funcionamento 66 ginásios, 12 colégios, 8 escolas técnicas de comércio. Os cursos ginasiais abrigaram uma população de 19.852 discentes, os colégios, 2.023; os comerciais, 505; os superiores, 158. Essas parcelas dão um total de 22.511 alunos.” (PARANÁ, 1958).

Em 1961, o governador Ney Braga, em seu relatório apresentado à Assembleia confirmou a situação anteriormente exposta, quando afirmou que “a situação em que encontramos o problema da educação no Paraná pode ser considerada caótica.” (PARANÁ, 1961).

### 3.5 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE ENSINO SECUNDÁRIO: OS PROFESSORES DO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ

Outra questão debatida neste período de reforma educacional era a de que até a promulgação da Reforma Francisco Campos, em 1931, não havia políticas públicas que garantissem a formação do professor do ensino secundário, nem havia uma exigência legal a ser cumprida por aqueles que atuassem nesse grau de ensino.

Quem lecionava não tinha uma formação específica, eram pessoas “egressas de outras profissões, como militares, membros de irmandades e congregações religiosas, bacharéis de escolas de ensino superior, autodidatas.” (COELHO, 1988, p.11), e nas palavras de Haddad (1988, p. 8)

[...] na maioria das vezes, advogados, padres, ex-seminaristas, engenheiros, médicos ou mesmo professores primários bem sucedidos e experientes, que se distribuem, lecionando as matérias mais relacionadas com sua formação e experiência.

Para os professores do ensino secundário não havia uma regulamentação oficial para o exercício do magistério. Esses profissionais liberais além de lecionarem em salas alugadas, também lecionavam o ensino parcelado em cursos e colégios, nos quais seus vencimentos eram só por aula ministrada, não recebendo pagamento em dias de feriado e pelo período de férias escolares. Alguns priorizavam sua profissão liberal e deixavam o magistério em segundo plano, prejudicando o ensino.

Toda essa problemática de profissionais liberais que atuavam no magistério de ensino secundário foi constatada, quando vários artigos foram publicados no Jornal Gazeta do Povo, em Curitiba, nos dias 14, 21, 24 e 27 de fevereiro de 1931, e foram dirigidos ao “Honrado Interventor do Paraná, e ao actual Inspetor do Ensino”, além, é lógico, dos leitores da época.

Esses diversos artigos receberam o título de “Os medalhões do Ensino de Ponta Grossa”, assinado por Jayme de Castro, nos quais há uma série de denúncias sobre o ensino no Ginásio Regente Feijó.

Em fevereiro de 1931, Levy Saldanha Nilo Brandão foi nomeado para a direção do Ginásio Regente Feijó. Quando assumiu seu cargo, constatou que no

Ginásio a “anarchia implantava-se em todas as peças de engrenagem administrativa”. (GAZETA DO POVO, 1931, p.5).

Levy Saldanha Nilo Brandão verificou que um dos lentes, “dentista de profissão”, comparecia à aula, somente depois de tratar os dentes de seus pacientes. Conferiu que outro lente preparava seus alunos para os exames vestibulares e exigia que a banca examinadora da faculdade formulasse questões só sobre os conteúdos que ele havia enfatizado em suas aulas.

Jayme de Castro, ao defender o recém-nomeado Diretor Levy Saldanha Nilo Brandão, denunciou o caos que havia se instaurado no Ginásio e, por esse motivo, o Diretor foi perseguido e exonerado de seu cargo, três meses depois de assumir a Direção do Ginásio Regente Feijó.

Optou-se por fazer a transcrição dos artigos, na sua íntegra, primeiramente, porque não foi encontrado registro desse episódio em nenhuma outra fonte pesquisada, quer no jornal local ou nos relatórios do Inspetor de Ensino. Segundo, porque é extremamente importante mostrar que essas denúncias se contrapõem às notícias encontradas sobre o Ginásio Regente Feijó, sempre que possível, enaltecendo o seu ensino, principalmente nesta época.

A leitura desses artigos foi muito importante, pois permitiu que se fizesse uma análise da atuação dos professores naquele momento das Reformas de Francisco Campos e, posteriormente, da Reforma Capanema, no ensino brasileiro.

Neste artigo publicado em 14 de fevereiro de 1931, constatou-se a indignação do articulista do Jornal Gazeta do Povo, Jayme de Castro, com a situação em que se encontrava o Ginásio:

Muito nova a Revolução Brasileira não pôde, ainda, arejar os espíritos imersos nos abusos de todo o genero, que eram moedas correntes no antigo regime destruçado no memorável mez de outubro de 1930. A anarchia implantava-se em todas as peças de engrenagem administrativa. E a Instrução Publica não se pôde isentar da fatal desordem. Era ridícula a pratica adaptada para a formação de corpos docentes. Desde o ensino propedêutico até ás constituições superiores, assistia-se a visível espetáculo dado de incompetência apadrinhada nos vestibulos palacianos. Pontificava a ignorância nas cathedras dos professores. Problema vasto, complexo, não foi estudado, nos seus verdadeiros termos, pela nova orientação republicana. Persistem os abusos, debate-se ainda a anarchia, embora nos últimos estertores vemos isso aqui, em Ponta Grossa, mormente no Gymnasio Regente Feijó. Antes da alvorada purificadora de 5 de outubro, estava o Gymnasio entregue á comprovada incompetência dum Galeno, incapaz de dar aula de qualquer matéria que fosse. Os alumnos debatiam-se na mais lamentável desordem. Os lentes nem mais compareciam ás aulas. E eram ignorantes das matérias que lecionavam. Aquillo era um chaos. Como na Bíblia “ No principio era a treva...” Veio a

Revolução. Esse Estabelecimento de Ensino ficou inativo. Depois voltou ao movimento, á vida. Ultimamente foi o Prof<sup>o</sup> Levy Saldanha Nilo Brandão<sup>53</sup>, nomeado para dirigi-lo. Esse moço pertenceu, por muito tempo, ao magistério paranaense. Deu provas de competência. Questões irritantes, perseguições de satrapas do antigo regime afastaram-no do Ensino, ao qual regressa, hoje, trazendo além da competência profissional, a experiência que a vida lhe deu nos annos de lutas e competições. Veio e viu a anarchia que suffocava aquella casa de instrucção, onde não havia (rei nem roque). Quis implantar a ordem no chaos: pretendeu organizar aquillo tudo. Eis que os senhores lentes se insurgiram... Nada de obediencia! Não se submetem a regulamentos. São donos de seus narizes. Que é que pensa o diretor? Uma guerra surda se ergue envolvendo o bem intencionado moço, minando-lhe o terreno. Um dos lentes, dentista de profissão, quer comparecer á aula, somente depois de atulhar de algodão a ultima carie dum incisivo do seu cliente. Outro prepara alumnos para os exames vestibulares e, após, exige se lhe dê, na banca examinadora, a mesma matéria que propinou aos seus achegos particulares. Deseja crear e aprovar ao mesmo tempo, constituindo-se juiz de seus próprios feitos. O prof<sup>o</sup> Levy Saldanha Nilo Brandão contraria taes despropósitos. Chama á ordem o dentista, afasta a banca de exames o lente que quer “aprovar” os alumnos por elle próprio industriados; então, o mundo cãe (sic)! Surgem os ódios, os despeitos das más intenções contrariadas, formulam-se as denuncias contra o correcto director.. Eis ahi está a origem da guerra que move contra o professor Levy Saldanha Nilo Brandão, o homem que pretende moralizar o ensino no Gymnasio Regente Feijó, de Ponta Grossa. Impõe á autoridades um sério estudo sobre o assumpto, a fim de que os maus elementos remanescentes do ‘charivari pretérito’ não continuem a pontificar deturpando os límpidos princípios da Revolução. (GAZETA DO POVO, 1931, p. 5).

A polêmica foi gerada pelas atitudes assumidas pelo então Diretor do Ginásio, o Sr. Levy Saldanha Nilo Brandão, que contrariaram os propósitos dos professores. O Diretor pede ordem ao “professor-dentista” e afasta da banca de exames o professor que queria a aprovação de seus alunos no vestibular.

Esse artigo teve uma repercussão tamanha, que Jayme de Castro escreveu, nas semanas seguintes, outros artigos esclarecendo os pontos mais polêmicos de suas denúncias.

O artigo do dia 21 de fevereiro de 1931, por exemplo, confirmou que a intenção do recém-nomeado Diretor do Ginásio era o de colocar “um pouco de ordem na bagunça reinante no Ginásio Regente Feijó” e isso foi a causa da “fúria de alguns senhores professores”. Afirma, também, que os lentes do Ginásio não atendiam às determinações do Diretor, porque o achavam inferior a eles, diziam que ele não tinha preparo algum e não estava adaptado às altas funções que o seu

---

<sup>53</sup> “Levy Saldanha Nilo Brandão era natural da Lapa. Nomeado em janeiro de 1931 para a direção do Ginásio Regente Feijó, onde permaneceu como Diretor até 2 de maio do mesmo ano. Nestes poucos meses na direção do Estabelecimento, “demonstrou muita eficiência.” (HOLZMANN, 1977, p. 17).

cargo exigia. “Ao director devem os lentes o respeito que aos lentes devem aos alumnos. Esta é a ordem natural da hierarchia”. (GAZETA DO POVO, 1931, p. 5).

Vale lembrar que o cargo de direcção e, provavelmente dos professores, era de confiança e que Levy Saldanha Nilo Brandão fora escolhido pelo Governo Provisório da época: “Há como que um apetite formidável de direcção. Querem todos a cadeira de director; daquele que, gozando a confiança da Inspectoria Geral do Ensino é escolhido para o ambicionado cargo.” (GAZETA DO POVO, 1931, p. 5).

Assim, a leitura do artigo vai nos revelando momentos de tensão vividos pelo recém nomeado director, no interior do Ginásio.

Ao traçarmos o ligeiro artigo inserto neste jornal, a 14 do corrente, distanciados estávamos da repercussão que alcançaria elle, projetando-se melindres a dentro do corpo docente do ‘Regente Feijó’. Nem nossos reparos foram de character geral, nem a natureza do assumpto em foco merecedora da fúria de alguns senhores professores, que com seu exaspero, patentearam incontido despeito, sangrando-se, assim, a veia da saúde. Jayme Castro é absolutamente extranho ao professor Levy Saldanha: entidades diversas têm somente uma afinidade e esta de character espirital. Em verdade, ninguém que seja amigo da instrucção paranaense pode aplaudir, ufanar-se, encher-se de júbilo diante da anarchia que medra portas adentro do Gymnasio pontagrossense, onde há lentes, digamos, um tanto refractarios ás determinações disciplinares. Certos algumas excepções existem, mas a excepção confirma a regra. A maioria é insubmissa. Há como que um apetite formidável de direcção. Querem todos a cadeira de director; daquele que, gozando a confiança da Inspectoria Geral do Ensino é escolhido para o ambicionado cargo. Uma guerra escabrosa, sorrateira, guerra de despeito, guerra de desprestigio, fere-se em derredor do escolhido, affirmando sua incompetência, sua falta de predicados moraes (sic), sua inferioridade, comparadas aos pretendentes fracassos. Por um jornal vem algum interessado tecendo teias, traçando sinuosidades, com o fim de confirmar a doutrina que acima expendemos. Por nossa vez, corroborando o que já dissemos no primeiro artigo nosso, declaramos que o jovem professor Levy Saldanha é um bem intencionado espírito, isento de prevenções contra este ou aquele lente, pretendendo, apenas, implantar um pouco de ordem na bagunça reinante neste estabelecimento de ensino. Lentes houve que, por despeito, se rebellaram contra as mais simples determinações do recém vindo director, achando-o inferior, de pouco preparo, inadapável às altas funções do respectivo cargo. Sabemos que entre o director e lentes deve existir solidariedade, quando ella exprime elevação de vistas e prestigio, devido a uma autoridade sob cuja responsabilidade dezenas de jovens se adestram para a instrucção superior. Ao director devem os lentes o respeito que aos lentes devem aos alumnos. Esta é a ordem natural da hierarchia. Quando falham estes princípios, quando o director se vê apoucado pelos seus auxiliares deve, a todo o transe, fazer valer a sua prerrogativa de chefe, chamando a ordem seus ajudantes de pouca vontade. Deve então, immiscuir-se mesmo até á prática das aulas, ensinando pedagogia esquecida, talvez, por espírito prevenido a humilhar, inutilizando a sua acção moralizadora e ordeira. Quiseramos que entre o corpo docente do Gymnasio Regente Feijó e o novo director escolhido pelo Governo Provisório houvesse harmonia de vista, lhaneza de trato, espírito de caramadagem, porque estes seriam os verdadeiros elementos necessários ao aproveitamento, á instrucção dos

alumnos confiados á sua guarda pelas famílias pontagrossenses. Terminamos estas ponderações, declarando, a bem da verdade, que o professor Levy Saldanha não tem intervenção alguma nesses escriptos, quer quanto ao primeiro, quer quanto ao presente artigo. (GAZETA DO POVO, 1931, p.5).

A polêmica sobre o comportamento dos professores continuou por mais algumas semanas, até que em 14 de março de 1931, o Jornal Gazeta do Povo publicou nota com o título: “O caso do Regente Feijó”, no qual faz referência às denúncias feitas pelo redator Jayme Saldanha a respeito do professor Levy Saldanha Nilo Brandão e assinala as providências que estavam sendo tomadas:

Iniciou-se, hontem, o inquérito mandado proceder pelo Sr Director da Instrução Publica, no Gymnasio ‘Regente Feijó’ desta cidade sobre o caso do Profº Levy Saldanha Nilo Brandão. O inquérito está sendo presidido pelo Padre Torres, que foi nomeado Director interino do Gymnasio pontagrossense. (GAZETA DO POVO, 14 de mar. 1931, p.2).

O corpo docente do Ginásio Regente Feijó era constituído por professores catedráticos e as suas atuações transcendiam os muros do ginásio, como se constatou nos artigos transcritos anteriormente. Viu-se que muitos professores exerciam, além do magistério, profissões liberais e, alguns, se dedicavam ao jornalismo ou à política.

O Interventor Federal do Estado do Paraná, General Mario Tourinho, em 9 de Março de 1931, por meio do Decreto n.º 589, publicado em 10 de março de 1931, no Diário Oficial do Estado do Paraná reconhece a necessidade de regular e direcionar a escolha dos professores para as Escolas do Estado do Paraná:

[...] como o Gymnasio Regente Feijó para garantia da efficiencia do anno respectivo. Tanto theorico como pratico; Considerando que até aqui as seleções para tais cargos têm sido a uma simples inspiração pessoal, sem exigencia de provas reaes por onde possa o candidato de fato demonstrar a necessaria competencia, moral e intellectual como se torna imprescindivel. Considerando que o concurso é o instrumento normal de que devem os governos republicanos lançar mão para o provimento dos cargos publicos de qualquer natureza, mas, ...mente dos que se referem ao exercicio do magistério.

E decreta:

1º \_ Os cargos de professores das Escolas Normaes do Estado, primarias e secundarias, como os do Gymnasio Regente Feijó, serão preenchidos através de concurso publico. 2º \_ O concurso a que se refere o art.º precedente será aplicado para as Escolas Normaes, e disposições a elle relativas, colocadas nos respectivos regulamentos e para o Gymnasio

Regente Feijó, pelas que são applicadas nos concursos realizados no Gymnasio Paranaense. 3° \_ Revogam-se as disposições em contrario. Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 9 de Março de 1931; 43° da Republica. (PARANÁ, 1931).

A Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931) pode ser considerada como o início do processo de delimitação do espaço profissional do magistério de ensino secundário no Brasil, influenciada pelo crescimento industrial e pela consolidação do capitalismo, em consonância com a política educacional proposta na época. O curso secundário seriado de frequência obrigatória, proposto por esta Reforma, reordenou os postos de trabalho dos professores, de aulas particulares e cursos preparatórios, para os cargos de docência nos ginásios e colégios.

Uma das consequências positivas da Reforma de Francisco Campos diz respeito à diminuição de profissionais liberais do quadro do magistério do ensino secundário, porque houve, gradativamente, o fim dos exames parcelados, que caracterizaram o ensino secundário antes da Reforma, diminuindo a procura por aulas particulares e, também, pela política de equiparação que, já mencionado neste capítulo, permitiu a expansão da rede escolar de ensino particular. Assim, os professores ficaram “mais dependentes de seus empregos.” (COELHO, 1988, p.13).

Os concursos “para ingresso na carreira docente serviam de ‘meio de entronização ao magistério’, reconhecimento público de competência profissional, mais valorizada do que a própria formação específica” (SOUZA, 2008a, p. 191).

Vale lembrar, mais uma vez, que os cursos de formação de professores para o ensino secundário, iniciaram-se no ano de 1930 e que boa parte do magistério não possuía licenciatura e a estabilidade e a permanência deles na escola se dava em decorrência do concurso público. Com isso, os professores do ensino público criavam “vínculos com o estabelecimento de ensino e com o grupo, reforçando laços de identidade profissional e institucional.” (SOUZA, 2008a, p. 192).

A Reforma Francisco Campos, além de proporcionar aos professores do ensino secundário o concurso público, possibilitou-lhes um registro provisório, válido por seis meses. Dizia o Art. 69 “A título provisório será concedida inscrição no Registro de Professores aos que o requerem, dentro de seis meses a contar da data da publicação deste Decreto, instruindo o requerimento dirigido ao Departamento Nacional do Ensino.” (BRASIL, 1931).

O professor para requerer o registro provisório deveria apresentar vários documentos, entre eles, a certidão de identidade, comprovar sua idoneidade moral,

certidão de aprovação em instituto legalmente reconhecido de ensino secundário ou superior nas disciplinas pretendidas para inscrição e pelo mesmo Decreto ficava estabelecido que “quaisquer títulos ou diplomas científicos, bem como exemplares de trabalhos publicados, comprovação de exercício regular de magistério pelo menos durante dois anos”.

Para atender a todas essas exigências, a Reforma Francisco Campos propôs a criação de instituição própria para a formação do professor do ensino secundário, que deveria ser feita no ensino superior, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Elas foram criadas no Brasil pelo Estatuto das Universidades Brasileiras instituído pelo ministro Francisco Campos, pelo Decreto n. 19.854, de 11 de abril de 1931, como ideal universitário. A primeira dessas faculdades surgiu com a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934. Conforme Abreu (1966), a finalidade das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, desde a criação, era desenvolver a pesquisa científica pura, a preparação de uma elite intelectual e a formação de professores para o ensino secundário.

Após a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras<sup>54</sup> e enquanto não houvesse diplomados, seriam exigidos certificados de aprovação obtidos nessa Faculdade, em exames das disciplinas para as quais a inscrição fosse requerida, e ainda, de Pedagogia Geral e de Metodologia das mesmas disciplinas. Por isso, até o funcionamento da Faculdade, os professores obteriam somente um registro provisório. Porém, esse registro só seria concedido após dois anos de diplomados, mediante apresentação de diploma da Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

O Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) determinou a forma como deveriam habilitar permanentemente os professores para o ensino secundário, para o ensino superior e para Faculdade específica, de Educação, Ciências e Letras, pois

---

<sup>54</sup>A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná foi criada na capital paranaense, livre e particular, em 26 de fevereiro de 1938. Inicialmente mantida pela União Brasileira de Educação e Ensino dos Irmãos Maristas. Os fundadores foram Omar Gonçalves da Mota, Carlos de Paula Soares e Homero de Melo Braga e mais 31 colaboradores. A faculdade era composta por três departamentos: Filosofia, Ciências (onde se situava o curso de História Natural) e Letras. Em 23 de junho de 1942, pelo Decreto n° 9776, foi autorizado o funcionamento do curso de História Natural (o 1° do Estado e o 3° do país), completando assim o quadro de cursos previstos para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. O curso tinha duração de três anos para o Bacharelado e mais um ano para a obtenção do grau de Licenciado. Em 1946, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi integrada à Universidade do Paraná que, em 4 de dezembro de 1950, por dispositivo da Lei n° 1254, foi federalizada tornando-se a Universidade Federal do Paraná. [www.cwb.matrix.com.br/biologia/ufpr.htm](http://www.cwb.matrix.com.br/biologia/ufpr.htm). Acessado em 29/09/2012. Para conhecer detalhadamente o papel da Universidade Federal do Paraná, sua instalação, suas dificuldades, enfim sua história, consultar o livro: Universidade do Mate, História da UFPR, de Ruy WACHOWICZ, 1983.

“urgência instalar, quanto antes, ainda que com sacrifício, os centros formadores do professorado secundário”. (BICUDO, 1943, p.175).

Na Reforma Capanema, a polêmica sobre a profissionalização do magistério ainda continuava. Em 1937, Getúlio Vargas, em discurso pela comemoração do centenário de fundação do Colégio Pedro II, reconhece a urgência de dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional no país, “o mais poderoso instrumento a utilizar no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica”<sup>55</sup>, para possibilitar a melhoria da carreira dos docentes.

Neste mesmo evento, o Ministro da Educação Gustavo Capanema se refere aos professores como “trabalhadores intelectuais” que devem oferecer a “vocação, o esforço e o sacrifício à maior das empresas, de que a salvação nacional depende, e que é a salvação completa da infância e da juventude.”<sup>56</sup>

No Regimento Interno do Ginásio Regente Feijó, o capítulo 6º discorre sobre a constituição e atribuição do Corpo Docente do Ginásio, e traz as seguintes orientações nos artigos:

Art. 36 - O corpo docente do Ginásio ‘Regente Feijó’ será constituído de professores catedráticos e auxiliares de ensino;

Art. 37 – Para vagas que se derem de Professores catedráticos do Ginásio ‘Regente Feijó’, serão nomeados por Decreto do Governo Estadual após concurso de provas e títulos;

Parágrafo único – O concurso de que trata este artigo, será realizado de acordo com as instruções expedidas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública, na constituição do corpo docente do Colégio Pedro II, respeitados os direitos do atual corpo docente do Ginásio ‘Regente Feijó’,

Art. 38 – Compete ao professor catedrático:

Orientar o ensino das matérias que constituem sua cadeira, observando fielmente as instruções pedagógicas expedidas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública;

Lecionar em sua totalidade as matérias que constituem o programa da mesma;

Providenciar por todos os meios ao seu alcance, para que o ensino, sob sua responsabilidade, seja o mais eficiente possível;

Tomar parte nas reuniões da Congregação;

Comunicar ao Diretor e a Congregação as dificuldades que encontrar para execução dos trabalhos de seu curso, indicando as suas causas e meios de removê-las.

Art. 39 – O professor é responsável pela ordem dentro de sua aula, não sendo permitida a interferência de nenhum funcionário, enquanto o mesmo

<sup>55</sup> Discurso do Presidente Getúlio Vargas pelo Centenário do Colégio Pedro II, 1937. In: MARINHO, Ignésio; INNECO, Luiz. *Colégio Pedro II. Cem anos depois*. Publicação organizada pela Comissão Organizadora dos Festejos Comemorativos do 1º centenário do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Vilas Boas, 1938. p.36

<sup>56</sup> Discurso do Ministro Gustavo Capanema pelo Centenário do Colégio Pedro II. In: MARINHO, Ignésio; INNECO, Luiz. *Colégio Pedro II. Cem anos depois*. Publicação organizada pela Comissão Organizadora dos Festejos Comemorativos do 1º centenário do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Vilas Boas, 1938, p. 36.

se achar presente, a menos que o próprio professor requisite a presença do inspetor de alunos para auxiliá-lo a manter a disciplina. (GINÁSIO REGENTE FEIJÓ, 1937, p.5-11).

Nos documentos encontrados no arquivo do Ginásio Regente Feijó sobre a posse dos professores, verificou-se que, em 1944, os professores empossados eram, em sua grande maioria, alunos egressos do curso secundário do Ginásio e tinham profissões liberais. Eles prestaram juramento de posse do cargo com as seguintes condições:

O Dr. José Pinto Rosas, Diretor do Colégio Estadual Regente Feijó, desta cidade, autorizado pelo Governo do Estado, de acordo com ofício do Exmo. Snr. Dr. Diretor Geral de Educação, sob o nº 1240 de 31 de maio de 1944, contrata o Bacharel Faris Antonio Salomão Michaele para lecionar a cadeira de Inglês do Curso Ginásial deste Estabelecimento, de acordo com as seguintes condições: 1º) o contrato tem a duração de três anos, contados de 17 de maio de 1944 a 17 de maio de 1947; 2º) os vencimentos mensais do professor serão constituídos de uma parte fixa de Cr\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros), e uma parte variável de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) por aulas suplementares, e outras gratificações ou abonos que o Governo venha a conferir aos demais professores; 3º) o professor se obriga a satisfazer todas as exigências das leis em vigor estaduais e federais para o funcionamento legal de suas aulas, ficando responsável pela não observância desta condição; 4º) o Professor contratado se obriga ainda a fiel observância dos dispositivos do Regimento interno deste Colégio; 5º) no caso de ausência de até trinta dias o Professor contratado pode designar um substituto idôneo e capaz, a critério do Diretor, pagando por sua conta os serviços prestados pelo substituto; 6º) para ausências de mais de trinta dias, o Professor solicitará autorização do Exmo. Snr. Dr. Secretario do Interior e Justiça; 7º) as faltas do Professor contratado ser-lhes-ão descontadas proporcionalmente aos dias de aula do mês e aos vencimentos. E estando assim justos e contratados, assina com as testemunhas abaixo o presente contrato, em três vias, ficando uma delas em poder do contratado. O presente contrato acha-se isento de selos de acordo com o art. 36, nº 35 do Decreto Federal nº 1137 de 7 de outubro de 1936. Ponta Grossa, 10 de junho de 1944. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1944).

Os termos de posse nos informam quais eram as condições para a contratação dos professores pelo poder público, desde os seus direitos e deveres, até a sua remuneração. Depois de concordarem com as exigências, assinavam o termo na presença de duas testemunhas.

Em 12 de maio de 1944, o Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa, publicou notícia sobre esse assunto, no qual se lê: “Cadeiras do Ensino Secundário”

O Conselho Nacional de Educação votou e o Ministro da Educação vai homologar um parecer no sentido de que todas as cadeiras do ensino secundário sejam exercidas mediante concurso, mesmo as de trabalhos manuais, estendendo-se às demais disciplinas, como o que resolveu em relação ao Inglês e o Francês. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 maio 1944, p. 3).

Em 1944, no relatório do Inspetor Federal do Colégio Regente Feijó, Joaquim Loyola, constata-se falhas em relação ao preenchimento de vagas no corpo docente. Assim o inspetor se expressou:

Pretendemos fazer este ano uma exposição ao Sr. Dr. Secretário de Educação para que faça desaparecer do nosso colégio algumas falhas em relação ao preenchimento de vagas no corpo docente. Figura no orçamento do Estado verba para mais sete professores nomeados, entretanto essas nomeações não se fazem e ficam sempre em promessas, trazendo prejuízos aos professores que continuam como contratados, sem as regalias dos catedráticos e sem a sua apólice de seguro de vida. Algumas cadeiras estão regidas por professores contratados, sem existência do efetivo nomeado, como acontece em Latim e Matemática, embora sejam eles professores antigos, eficientes e merecedores de maior consideração, de melhor respeito aos seus direitos. Acreditamos que o Sr. Dr. Secretário, sendo como é professor, saberá compreender essa injustiça e dará solução às nossas sugestões, uma vez que o Estado nenhum prejuízo terá e não precisará alterar o nosso orçamento. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1944, p. 1).

Figura 15 - Professores do Ginásio Regente Feijó, década de 1930



O quadro de professores do Ginásio Regente Feijó, de 1927 a 1949, aumentou para um total de 60 profissionais, prevalecendo a categoria de professores, cerca de 20 profissionais, seguida pela categoria dos catedráticos e, em número menor, as demais categorias.

Por tudo isso, em Ponta Grossa, outra aspiração foi crescendo, a da criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A cidade estava em franco crescimento, com instalação de indústrias<sup>57</sup> e comércio. Tudo levava a comunidade ponta-grossense a nutrir a esperança da criação de cursos universitários, para “tornar possível que os rapazes e moças princesinos<sup>58</sup> não necessitassem mais sair da cidade para fazer seu curso superior.” (WANKE, 1999, p. 213).

A procura por matrículas para o Ginásio estava aumentando, por isso em 22 de abril de 1949, os políticos locais pediram ao governo estadual um terreno na Praça Santos Andrade para a construção de novas salas de aulas para o estabelecimento. O terreno foi doado e o governo de Moysés Lupion iniciou a construção do edifício, que abrigaria, futuramente, o Colégio Estadual Regente Feijó.

Em 8 de novembro de 1949<sup>59</sup>, o Decreto nº 8837, publicado no Diário Oficial do Estado nº 214, de 9 de novembro, criava “na cidade de Ponta Grossa, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.” O Decreto foi assinado pelo Governador do Estado do Paraná, Moysés Lupion e por Erasmo Pilotto, Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Ponta Grossa foi articulada pelas autoridades, intelectuais e demais educadores com a intenção de formar professores para atuarem no Colégio Regente Feijó.

Só em 15 de março de 1950 saiu a Portaria nº 308 determinando que no prédio onde funcionava o Colégio Estadual Regente Feijó passasse a funcionar a

---

<sup>57</sup>.Várias indústrias foram se instalando em Ponta Grossa, a partir desta época, como por exemplo, temos a Metalúrgica Schiffer e o Frigorífico Wilson, hoje a Sadia. Por todo esse crescimento industrial, no governo do Prefeito Heitor Ditzel, em 1951, o destaque de sua gestão foi a realização da Primeira Exposição da Feira Industrial de Ponta Grossa.

<sup>58</sup>.Ponta Grossa é um município brasileiro localizado no centro do Estado do Paraná, distante 103 quilômetros da capital, Curitiba. A cidade também é conhecida como “Princesa dos Campos” e é a quarta mais populosa do Paraná e 76ª do Brasil.

<sup>59</sup>.Conforme estudos de Abreu (1966, p. 92), em 1949, havia no Brasil, 22 Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Esse número elevou-se, em 1953, para 32 faculdades e, em 1965, chegou a 92 instituições. A estimativa dos professores licenciados, no início da década de 1960, era de cerca de 30% do total do quadro de docentes que atuavam no país.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. “O referido Colégio continuará funcionando no mesmo prédio até ultimização do que lhe é destinado, o qual se acha em construção.” (WANKE, 1999, p. 215).

Assim, as aulas dos cursos de Geografia e História, dos cursos de Matemática e Letras Neolatinas tiveram início em salas do Colégio Estadual Regente Feijó.

O Jornal Diário dos Campos, de 13 de junho de 1952, em seu nº 16.179, traz uma longa reportagem cujo título é “O Ensino no Paraná”, na qual há o relato da visita “do ilustre Secretário de Educação do Estado”, João Xavier Viana, a fim de proceder, em caráter definitivo, o local em que deveria ser construído o edifício para o funcionamento do Ginásio Regente Feijó. Na ocasião, optou-se por um terreno na Chácara do Lange. Depois dessa visita relâmpago, João Xavier Viana retornou à Capital do Estado para submeter à apreciação do governador, a escolha do terreno destinado ao Ginásio Regente Feijó. E, continuou a matéria relatando a chegada, logo em seguida, a Ponta Grossa de Oscar de Paula Soares, que por longo tempo dirigiu o Ginásio Regente Feijó e que, naquele momento, ocupava o cargo de Diretor da Divisão do Ensino Secundário no Paraná.

Em entrevista ao Jornal Diário dos Campos, Oscar de Paula Soares explicou o porquê da sua visita a Ponta Grossa e sobre as reformas de bases que estavam ocorrendo tanto no Ensino Secundário quanto no Ensino Primário no Estado do Paraná. Entre as grandes reformas de bases, destacou o Concurso de Remoção para o Ensino Secundário e a construção do prédio do Colégio Regente Feijó:

Venho a esta cidade, que é bem do meu coração, rever velhos amigos, mas também, em objeto de serviços profissionais e atender o expediente da Câmara Municipal, que se reúne amanhã. [...] Grandes reformas de bases estão se operando, entre elas, podemos destacar; a regulamentação do Ensino Normal no Paraná, Concurso de Remoção no Ensino Secundário e Construção do novo prédio do Colégio Regente Feijó, obra monumental, idêntica, em tudo, à do Colégio Estadual do Paraná. Ponta Grossa muito lucrará no setor do ensino, graças ao interesse do Sr Governador do Estado e à capacidade realizadora do Dr Xavier Viana, que é uma verdadeira bandeira desfraldada para a batalha pelo engrandecimento do Paraná. E, não param aí os trabalhos planejados pelo Secretário do Ensino, todos os grupos escolares serão ampliados, em virtude do crescente número de alunos, que deixaram os atuais prédios daqueles educandários incapazes de agasalhar as creanças que os freqüentam. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 13 jun.1952, p.2).

A pretensão era a de construir um edifício monumental, semelhante ao do Colégio Estadual do Paraná para abrigar o Colégio Regente Feijó, mas quando a

construção do prédio da Praça Santos Andrade foi concluída, nele se instalaram os cursos de Filosofia, Ciências e Letras. “Posteriormente, após várias ampliações, o prédio tornou-se sede da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, p. 88).”

Na ata de posse, há o relato do discurso do Diretor do Colégio Estadual “Regente Feijó”, Mário Pereira de Araújo, no ano de 1956, no salão de festas do Colégio Regente Feijó, em sessão solene, na qual confirmou a urgência da criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa para dar continuidade aos estudos dos alunos egressos do Ginásio “pois que sendo este Estabelecimento a principal casa de Ensino Secundário de Ponta Grossa, a ele está reservado um papel importantíssimo no que diz respeito à formação de uma elite estudantil que será a viga mestra de nossa futura mentalidade Universitária.” “Compreendendo a importância de Ponta Grossa, como o segundo centro cultural do Paraná”. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1956).

Nesta ocasião, o recém-eleito Diretor do Colégio “Regente Feijó”, Mário Pereira de Araújo, lembrou como estava a educação no país, reafirmou sua intenção em lutar pelo desenvolvimento da educação nos Campos Gerais, principalmente em Ponta Grossa, fazendo da instrução da mocidade o motivo principal de todos os seus esforços e enfatizou a urgência na criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como verificamos no seu discurso:

[...] não nos passa despercebido o grave momento em que vive a nossa pátria. Inumeros são os problemas quer de ordem social quer de ordem de natureza material que se sobrepõem ao pleno desenvolvimento de nosso país. A crise econômica e financeira do Brasil dia a dia se avoluma, parecendo mesmo um enigma para cuja solução os nossos Estadistas, apesar de esforços supremos, não tem podido debelar. A nosso ver, como professores que somos, sentimos as dificuldades do ensino em nossa pátria, não temos dúvida em aplaudir sempre a grande idéia de Washington, um dos maiores Estadistas que o mundo produziu, quando de sua primeira mensagem ao Congresso Americano, afirmava: ‘A instrução, em todos os países, é a base mais estável da prosperidade pública’. Sim, meus senhores, façamos da instrução de nossa mocidade o motivo principal de nossos esforços e estaremos verdadeiramente arrancando nossa gente da miséria e da pobreza e, conseqüentemente, concorrendo para colocar o Brasil na vanguarda dos países civilizados. Neste sentido é com satisfação que recordo aqui o supremo interesse do Exmo. Sr. Moysés Lupion, digno Governador Paranaense, para dar ao nosso Estado um impulso extraordinário no campo educacional. Homem de uma capacidade administrativa impar, Sua Excia., coloca o ensino entre os magnos problemas a ser solucionados com brevidade e com firmeza no seu período governamental. O grande Governador paranaense bem compreendendo a importância de Ponta Grossa, como o segundo centro cultural do Paraná, não titubeou em dar seu inteiro apoio às nossas aspirações no sentido de criarmos nesta cidade outras Escolas de níveis superiores, culminando com

o seu inteiro aplauso a nossa reivindicação máxima que será a instalação nesta cidade, ainda no seu quinquênio administrativo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Meus senhores e minhas senhoras é excusado afirmar aqui a confiança que os professores pontagrossenses depositam na visão extraordinária do atual governador paranaense e daí a convicção inabalável da gente ativa da Capital Cívica do Paraná, de que já no próximo ano teremos o funcionamento da Faculdade Estadual de Direito e, logo a seguir da Escola de Engenharia, conseqüentemente da nossa Universidade. Eis por que, senhores e senhoras, ao tomarmos posse no alto cargo de Diretor do Colégio Estadual e Escola Normal Regente Feijó, avaliamos a enorme responsabilidade assumida. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1956, p.1).

Todas as questões levantadas neste capítulo informaram que a qualidade da escola secundária revestiu-se, entre outros elementos, no papel do professor e de suas práticas de ensino. Nesse sentido, os estudos de Nadai (1991) mostraram que a visão dos professores no seu exercício da docência, deveria vir ancorada pelo rigor na cobrança dos exames parciais e finais, nas sabatinas e chamadas orais, no compromisso com a escola e no orgulho de exercer uma profissão intelectual, para garantir a qualidade do ensino.

O bom professor teria de impor respeito, aparentar seriedade e competência. Deveria cumprir os seus deveres e, sempre, exibir conduta exemplar. A sua dignidade e austeridade profissional deveriam ser refletidas até no traje usado por ele no ambiente escolar.

O regimento interno do Ginásio Regente Feijó no Art. 81, capítulo 9º, trata das penalidades de que os membros do corpo docente seriam passíveis, desde uma simples advertência, suspensão ou até o desligamento definitivo do cargo de docente, se

- 1º- não apresentarem os exames programados em tempo oportuno;
- 2º- faltarem aos exames ou às sessões da Congregação sem motivo justificado;
- 3º- deixarem de comparecer, para desempenho de seus deveres, por mais de 10 dias, sem causa participada e justificada;
- 4º- faltarem com o respeito devido ao Diretor, a qualquer autoridade do ensino, aos colegas e à própria dignidade do magistério;
- 5º- servirem da cadeira para pregar doutrinas subversivas à ordem legal do país. (GINÁSIO REGENTE FEIJÓ, 1937, p.11-13).

Outra questão discutida foi a criação e a equiparação do Ginásio Regente Feijó que trouxe alívio aos estudantes ponta-grossenses, pois não mais precisariam sair de sua cidade para cursar o ensino secundário em outra localidade.

Verificou-se, também, um aspecto preservado no Ginásio Regente Feijó, a formatura pomposa dos Bacharelados de Ciências e Letras e a obtenção do título de Bacharel aos alunos concluintes do ensino secundário. No início da República,

alguns estabelecimentos secundários do país extinguiram esse título, mas essa tradição foi preservada no Ginásio Regente Feijó, até meados de 1940. Ainda, neste período, acontecia “brilhante solenidade de formatura dos bacharelados do Colégio Regente Feijó.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 21 dez. 1944, p.3). Esse fato vem mostrar um aspecto singular das práticas educativas desenvolvidas no Colégio Regente Feijó.

A padronização das escolas secundárias no país foi reafirmada na reforma de Francisco Campos, que, entre outras medidas, regulamentou o sistema de inspeção federal, que viria viabilizar uma “fiscalização exigente e rigorosa” nos estabelecimentos de ensino equiparados. É o que trataremos no item a seguir.

### 3.6 A ATUAÇÃO DOS INSPETORES FEDERAIS DE ENSINO NO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ

Outra medida implementada na Reforma Francisco Campos foi a criação de um serviço de inspeção<sup>60</sup>. Quem realizava o trabalho de fiscalização eram os inspetores federais<sup>61</sup>, selecionados por concurso.

Entre as várias atribuições impostas aos inspetores havia a obrigatoriedade de visitas semanais aos estabelecimentos de ensino, de assistir às aulas, de controlar as medidas higiênicas adotadas pelos responsáveis pelo estabelecimento de ensino - não se deve esquecer que o então Ministério da Educação englobava também a Saúde Pública – e ainda fiscalizar o Registro de Professores no Departamento Nacional de Ensino.

---

<sup>60</sup> Todo o Decreto N. 19.890 - de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário e decreta no seu capítulo II o serviço de inspeção pode ser verificada no anexo 2.

<sup>61</sup> Alguns dos Inspectores Federais que atuaram no Ginásio/Colégio Regente Feijó foram: Dr Lysimaco Ferreira da Costa, Inspetor Geral do Ensino, que presidiu a instalação do Ginásio, em 1927, os exames de admissão e acompanhou de perto a organização do Ginásio; Dr. Elpídio Trindade, nomeado Inspetor Federal em 1928; M. A. da Cunha Netto, em 1931. Em 1933, José Nicolau dos Santos e João de Sousa Ferreira. Dr. Benjamin Mourão, nomeado de 1928 a 1937; Milton Vianna foi designado para a Inspeção de Ensino junto ao Curso Complementar do Ginásio em 27 de dezembro de 1937, tomando posse em 12 de janeiro de 1938; Dr Joaquim Antônio de Loyola, nomeado de 1934 a 1944 para o Curso Complementar; Germano Justus, nomeado Inspetor Federal do Curso Fundamental, em 1939- 1944; Eurico de Albuquerque Maranhão, nomeado em 1945; Sebastião Machado e Maria Marques Gontijo, inspetores nomeados para o ano de 1945; Hélio Amaral, nomeado para o ano de 1945 a 1947; Genny Vilas Boas, de 1947 a 1948; Helly Espíndola, coletor federal, designado para responder pelo expediente da Inspeção Federal, junto ao Colégio Regente Feijó, de 1948 a 1950; Ennio Doná, Inspetor Federal de 1950 a 1951; Olímpio de Paula Xavier, de 1959 até a época em que os serviços de inspeção federal foram extintos pelas novas normas da reforma do ensino, em 1961.

A exigência do Registro não estava limitada aos professores nomeados nas escolas inspecionadas, mas também, ao candidato ao exercício do magistério nos estabelecimentos oficiais, equiparados ou sob inspeção preliminar.

O Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, organizou o ensino secundário regular e criou um serviço de inspeção mais rigoroso e detalhado daquele que existia até então, que basicamente se destinava à fiscalização dos exames. O inspetor federal designado para fiscalizar o estabelecimento de ensino deveria controlar o funcionamento dos ginásios, o cumprimento dos programas, a frequência dos alunos e a realização dos exames.

Deveria, também, remeter mensalmente ao Departamento Nacional de Ensino um relatório detalhado sobre os trabalhos de cada série, de cada disciplina e, duas vezes por ano, apresentar de forma sucinta o relato de como se encontrava o ensino nos Ginásios, descrevendo a qualidade do ensino ministrado; os métodos adotados; a assiduidade dos professores e alunos, e, além disso, assistir às aulas, por série e disciplina, assistir às exposições e às demonstrações de trabalhos práticos; determinar os conteúdos para as provas orais; aprovar ou modificar questões a serem avaliadas; fiscalizar as provas aplicadas no final do ano; arguir e atribuir notas.

Ainda, a Reforma Francisco Campos orientava para que houvesse rigorosa fiscalização nas instalações dos ginásios, verificando se havia espaços adequados para o estudo e recreio dos alunos, para a aeração e para a iluminação das salas de aulas, além dos “meios auxiliares à boa prática docente”, tais como: laboratórios, salas especiais e equipamentos minuciosamente discriminados, provando, assim, a tentativa de superação de um tempo em que os estabelecimentos de ensino secundário se contentavam em adaptar, “mais ou menos convenientemente, prédios residenciais às suas necessidades” (BRASIL, 193?, p. 3).

O documento intitulado “Classificação dos Estabelecimentos de Ensino Secundário” do Ministério da Educação e Saúde, consubstanciado na portaria de 15 de abril de 1932, mostra a preocupação por parte da administração brasileira quanto às instalações dos estabelecimentos destinados a esse nível de ensino. O referido documento foi elaborado por Anísio Teixeira, Paulo de Assis Ribeiro, Otávio Martins,

dentre outros, que foram buscar nos Standards de Strayer e Engelhardt<sup>62</sup>, as normas que julgavam necessárias adotar e adaptar para o Brasil. (ABREU, 2010, p. 293).

O Art. 55, contido na Reforma Francisco Campos, orientava o inspetor a enviar mensalmente ao Departamento Nacional do Ensino, em duas vias datilografadas, um relatório minucioso e de caráter confidencial a respeito dos trabalhos de cada disciplina da sua seção nos estabelecimentos do distrito e enviar, também, duas vezes por ano “relatório com apreciação sucinta sobre a qualidade do ensino ministrado, por disciplina em cada série, métodos adotados, assiduidade de professores e alunos, bem como sugestões sobre providências que devam ser tomadas, caso se torne necessária à intervenção do Departamento Nacional do Ensino<sup>63</sup>.”

Em setembro de 1933, o Inspetor Federal José Nicolau dos Santos, em seu relatório enviado ao Superintendente do Ensino Secundário, Agrícola Bethlem, assim se manifestou quando da sua nomeação:

Tendo assumido em 6 do corrente as funções de Inspetor do Ginásio ‘Regente Feijó’, dessa cidade, para o qual fui nomeado por ato de 7 de agosto pelo Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório, publicado no Diário Oficial de 19 do mesmo mês, passo às mãos de V. Excia. o Relatório dos trabalhos realizados durante o mês de Agosto pelo Sr. Inspetor Federal Interino, Armando Petrelli. Outrossim aproveito para vos informar que, ao receber o cargo das mãos do Sr. Inspetor Interino, encontrei todos os trabalhos em perfeita ordem e o expediente em dia. Saúde e fraternidade. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1933a, p.1).

Em outubro de 1933, em seu relatório, o Inspetor Federal comunicou ao Superintendente as visitas de J.B de Alencastro Massot e Aauto Brasil Falleiros, Delegados Especiais da Superintendência. “Para os ilustres visitantes foram prestados, pela Diretoria e Inspetoria do Estabelecimento, todas as informações necessárias e fornecidos os dados estatísticos solicitados.” E continuou seu relato afirmando que os visitantes tiveram uma “boa impressão, através da ordem de organização e eficiência didática deste Ginásio.” (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1933a, p.2).

---

<sup>62</sup> George D. Strayer e N.C. Engelhardt eram pesquisadores do Teacher’s College da Universidade de Colúmbia. Ver: STRAYER, George D.; ENGELHARDT, N. L. Standards for Elementary School buildings. New York: Bureau of Publications, Teacher’s College, Columbia University, 1933.

<sup>63</sup>[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto%2019.890-201931%20reforma%20francisco%20campos.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-201931%20reforma%20francisco%20campos.htm)). Acessado em 11 de outubro de 2011.

Esse depoimento é corroborado pelo relatório do Delegado Especial da Superintendência do Ensino Secundário, retirado do livro de matrículas do Ginásio Regente Feijó, em outubro de 1933:

Visitei, nesta data, o Ginásio 'Regente Feijó', tendo encontrado todos os livros em perfeitas condições, necessitando apenas, uma pequena modificação na organização do livro de matrículas, o que determinou ao zelo do Sr. Dr. Inspetor Federal que fizesse. Quanto às instalações verifiquei o cuidado do seu digno Diretor Dr Brasil Pinheiro Machado, em ter o grande estabelecimento que dirige interinamente de acordo com todas as disposições exigidas pela Superintendência do Ensino Secundário. (GINÁSIO REGENTE FEIJÓ, 1933, p. 1).

O relatório do Inspetor Federal junto ao Ginásio Regente Feijó, João de Sousa Ferreira, de 8 de dezembro de 1933, enviado a Agrícola Bethlem, Superintendente do Ensino Secundário, apontou como as orientações eram seguidas e o que era priorizado nos relatórios:

Ao passar às mãos de V. Excia, o relatório dos trabalhos desta Inspeção relativos ao mês de novembro, tenho o grato prazer de levar ao seu conhecimento que, tomando posse do cargo de Inspetor Federal do Ginásio Regente Feijó em data de 4 do corrente mês, assumi em seguida o exercício das minhas funções, para as quais fui nomeado por ato de 21 de novembro pelo Exm<sup>o</sup> Snr. Chefe do Governo Provisório da Republica. Dando inicio aos trabalhos de inspeção, visitei todas as dependências do estabelecimento, podendo verificar as excelentes instalações do edifício, modernas, confortáveis e higiênicas, bem como a eficiência do ensino ministrado. A direção do Ginásio e seu corpo docente, realmente se esmeram por tornar cada vez maior o prestígio e o conceito desta casa de instrução e educação que, pode e deve figurar, sem favor, entre as congêneres apontadas como modelares no Estado e no Paiz. Com referencia aos trabalhos dos meus antecessores, cumpre-me o dever de acentuar perante V. Excia. a ação operosa, inteligente e reta desenvolvida nas suas gestões pelos meus ilustres colegas, Drs Armando Petreli e José Nicolau dos Santos. A organização louvável que aqui encontrei inflexivelmente seguida por ambos impõe-se á admiração e faz jus a enaltecimentos. Corroborando o esforço despendido por esses dignos colegas, a diretoria do Ginásio, exercida brilhantemente pelo Dr. Brasil Pinheiro Machado nos últimos tempos, sempre tem se mantido á altura das suas responsabilidades, contribuindo todos para ser atingida plenamente a nobre finalidade do Ginásio ora sob minha inspeção. Graças a esses esforços e boa vontade conjugados, encontrei o expediente da inspeção e os labores didáticos rigorosamente em dia. Em final de ano letivo, foi me dado ainda o ensejo de assistir ás provas orais, que transcorreram com absoluta regularidade. Finalizando, devo confessar a V. Excia. a satisfação com que recebi a minha designação para exercer a investidura junto a estabelecimento de tão bela e idônea tradição. Reafirmando os meus agradecimentos, aproveito a oportunidade para expressar a V. Excia. protestos de elevada estima e distinta consideração. Saúde e Fraternidade. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1933a, p.1).

Nessa vistoria realizada pelo inspetor foram descritos, com detalhes, as condições físicas do Ginásio Regente Feijó quando ele assumiu sua designação. Pôde-se constatar, com esse relato, o que o inspetor teria que verificar: as dependências do Ginásio, a qualidade do ensino ali ministrado, a organização, o corpo docente. E, como já estava no final do ano, o inspetor assistiu às sabatinas das provas orais. “Ao inspetor era recomendado que exigisse dos diretores e professores o cumprimento rigoroso das determinações legais acerca da atribuição de notas nas arguições e trabalhos práticos.” (SOUZA, 2008a, p.195)

Ao término de 1934, o Inspetor Federal Joaquim de Loyola veio transferido do “Gymnasio Novo Atheneu” para o Ginásio Regente Feijó. Assim expressou suas impressões, confirmando as determinações ao regulamento:

Em meados deste anno fui transferido do Gymnasio Novo Atheneu para este Gymnasio. Vim encontrar o mesmo método mixto de ensino que se professava naquelle estabelecimento. Aliás o mais habitual e praticamente seguido em todos os nossos collegios. O anno lectivo correu sem maiores novidades; as aulas e provas parciaes obedeceram sempre as determinações do regulamento, vigiadas constantemente pelo Sr Diretor e por mim que, diariamente vou ao Gymnasio. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1934, p. 1).

Nesse relatório, o Inspetor Federal Joaquim Loyola fez sérias críticas ao sistema de avaliação da época, que, na sua análise, levavam os alunos à prática da cola:

[...] Fiscalizando as provas parciaes fomos obrigados algumas vezes a atribuir nota zero em provas de alumnos que se serviam de colas e suspensões houve na 5ª série de alumnos que não souberam respeitar-me quando censurados por faltas previstas no regulamento. Chegamos ao final do anno e a questão das medias prejudicadas com zeros attribuidos por determinação minha, veio crear natural despeito desses alumnos atingidos em suas faltas. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1934, p. 2).

A disciplina dos alunos e dos professores e os resultados dos exames são ressaltados nos relatórios dos inspetores de ensino, como se constatou no relatório acima. Os alunos que se valiam de cola e eram flagrados recebiam nota zero e os alunos que apresentassem insubordinação às normas eram suspensos.

O ensino, nesta época, era bastante rígido, o que contribuiu para a prática disseminada de “cola”. Ela aparece entre as infrações mais comuns, tornando-se uma estratégia usual utilizada pelos alunos para driblarem o excesso de avaliação, comprovando a rigidez do ensino. Esse problema se prolongou por muitos anos, até que, em 1938, a Diretoria Nacional do Ensino enviou uma circular aos inspetores

federais, na qual o seu Diretor Geral, Euclides Roxo, solicitava a colaboração para uma campanha educativa e repressiva contra esse hábito.

Para isso, os diretores e professores deveriam despertar o sentimento de dignidade. Entre as providências mais eficazes estavam:

Afastamento das carteiras até a um mínimo de um metro, distribuindo, se necessário, a turma em duas salas;  
 Divisão dos alunos da mesma turma em dois grupos de filas (par e ímpar), para cada um dos quais será sorteado ponto diferente;  
 Proibição dos alunos de terem na carteira, durante a prova, livros, cadernos ou embrulhos, os quais devem previamente ser depositados em um recanto da sala ou no corredor; Proibição do uso de mata-borrão, o qual é frequentemente usado como veículo de 'cola'; Exame prévio de dicionários, livros de texto e taboas de logaritmos, a fim de verificar se os mesmos contêm apontamentos, o que deverá ser feito com o necessário tato e discricção. (BICUDO, 1942, p. 487).

Ainda, em seu relatório, o inspetor federal Joaquim Loyola (1934) afirmou que a promoção por média era justa, mas que “quatro provas parciais por ano; ellas perturbam grandemente os trabalhos escolares, reduzindo o anno lectivo já diminuto.” (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1934, p.2)

E argumentou: “a prova de julho então não tem o mínimo valor, quando a parcial de maio é feita na segunda quinzena e as férias de junho roubam as aulas que deveriam ser dadas; o que equivale dizer que são os mesmos da primeira parcial, com a agravante de terem os alumnos deixado os livros nessas férias.” Os alunos deveriam fazer anualmente quatro provas escritas parciais para cada disciplina – nos meses de maio, julho, setembro e novembro -, cuja média daria a nota final das provas parciais. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1934, p.3).

Sobre essa questão, Souza (2008a, p.151), em seus estudos, comenta que a Reforma Francisco Campos estabeleceu um minucioso sistema de avaliação que visou a uma “dupla finalidade: moralizar o ensino e legitimar a seletividade do sistema educacional.”

Por esta época, o Conselho Nacional de Educação propõe mudança no sistema de avaliação, o aumento dos pesos das provas parciais feitas em agosto e novembro para pesos 2 e 8, respectivamente. Alegavam que elas não ajudavam nos trabalhos escolares, reduziam o ano letivo. “Estabelecendo-se os pesos 2 e 8 para as duas provas parciais de agosto e novembro e grande critério nas notas de argüições mensais, nada mais se precisa para julgarmos do aproveitamento do

alumno. A prova oral ficaria para aquelles que não alcançassem media”. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1934, p.3).

Ainda sobre esse assunto, o inspetor comenta:

[...] A proposta satisfaz plenamente aos interesses do ensino; deveria Ella ser approvada e entrar para o nosso regulamento para não soffrer mais alterações de leis de fim de anno, que só tem servido para desmoralizar e enfraquecer o esforço do professor que procura realmente ensinar. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1934, p.2).

O inspetor federal Joaquim Loyola afirmou que a “nova lei cogita de uma 2ª chamada nas provas parciais; achamos que essa medida virá trazer mais embaraços e complicações, por ser fácil um attestado justificador da falta; para o bom alumno uma prova perdida não lhe faz perder o anno.” (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1934, p.4).

Terminou seu relatório aguardando instruções da Inspeção quanto a essa questão e afirmou ter certeza de que o Ministro da Educação tudo faria para que, em 1935, houvesse um definitivo regulamento, no qual “os alumnos não procurem colher no fim do anno favores a custa de greves ou manifestações a deputados.” (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1934, p. 4).

A rigorosidade dos procedimentos dos exames, nesta época, mostrou como a “institucionalização da escola secundária na década de 1930 pautou-se pela avaliação como mecanismo de seleção e símbolo da excelência escolar.” (SOUZA, 2008a, p. 152).

Em todas as séries do curso fundamental e complementar, os alunos deveriam ser avaliados mediante arguições, trabalhos práticos, provas escritas parciais com atribuição da nota graduada de cinco em cinco pontos, de zero a cem. No final do ano letivo, o aluno seria submetido a provas finais, com prova oral ou prático-oral, contando toda a matéria do programa. Essas provas finais “seriam prestadas perante banca examinadora constituída de dois professores sob a presidência do Inspetor de Ensino.” (SOUZA, 2008a, p. 152).

A atuação do inspetor federal ultrapassava os muros do Ginásio Regente Feijó. O Jornal Diário dos Campos, de 18 de fevereiro de 1940, domingo, em sua primeira página, assim relatou a atuação do Inspetor Dr Germano Justus, quando da sua verificação das condições materiais do prédio do Ginásio Regente Feijó:

O Dr Germano Justos, ilustre Inspetor Federal do Ginásio Regente Feijó desta cidade, acaba de ser designado para proceder a uma verificação no concernente as condições materiais do antigo prédio da Escola Normal, para onde foi transferido o referido Ginásio. A esse respeito, o Dr Germano Justos acaba de receber o seguinte telegrama da Capital da República: ‘ Comunico-vos fostes designado para verificar condições materiais do prédio para onde se transferiu o Ginásio Regente Feijó, de Ponta Grossa, de acordo com os termos do Artigo n. 60, do Decreto 21.211 de 4 de abril de 1932. Saudações – Lúcia Magalhães, respondendo pelo expediente da Divisão de Ensino Secundário. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 fev. 1940, p. 1).

O serviço de inspeção dos estabelecimentos de ensino secundário estava subordinado ao Departamento Nacional de Ensino. Além dele, havia o inspetor regional e os inspetores-assistentes.

O inspetor regional tinha por obrigação de sua função: fiscalizar e orientar o serviço dos inspetores; visitar os estabelecimentos da inspetoria regional; remeter relatório sobre o serviço de inspetoria ao Departamento Nacional de Ensino. O inspetor-assistente tinha por obrigação: promover a adaptação dos programas das disciplinas; orientar os inquiridos para a revisão dos programas e métodos especiais de ensino; rever as provas parciais das disciplinas; visitar os estabelecimentos e organizar testes para a medida do aproveitamento escolar. (BRASIL, 1932).

O inspetor federal Joaquim Loyola, em seu relatório de visita ao Colégio Regente Feijó, nos meses de setembro a outubro de 1944, nos precisa sobre os encargos a ele designados. Relata, entre outros assuntos, sua condição de trabalho, suas atribuições e dificuldades em executá-las, confirmando, assim, a atuação e os encargos atribuídos aos inspetores federais, naquele momento:

Recebemos da Divisão de Ensino um telegrama informando da nossa designação para inspecionarmos o Instituto Nossa Senhora das Graças, em Irati. Oficiamos explicando que as diárias de 15 cruzeiros que o Ministério criou para essas viagens não chegam para as despesas, pois não existe mais hotel desse preço e sempre se gasta quantia maior por dia, quando viajamos. Além desse particular, o recebimento das despesas feitas é difícil; gastam-se selos, requerimentos, cobrador no Rio, os exercícios findos, que não compensam e nem estimulam sairmos para fazermos serviços extras, com a remuneração devida e justa. Esperamos solução e achamos que a divisão precisa fazer ver ao Sr. Ministro esse inconvenientes que atrapalham o serviço. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1944, p. 1)

Nesse mesmo relatório, o inspetor se justifica quanto à sua visita de inspeção ao Instituto Nossa Senhora das Graças, em Irati, quando afirmou que “embora não tivéssemos recebido solução alguma a respeito da viagem de inspeção, fomos até

Irati, a fim de verificarmos as condições do educandário”. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1944, p. 2) .

Em outro relatório, ainda em 1944, o inspetor federal Joaquim Loyola, retornou ao assunto do pagamento das diárias pelos seus serviços extraordinários:

Recebemos telegrama da Educação sobre as diárias para os serviços extraordinários, que reclamamos serem insuficientes para cobrirem as despesas atuais. Com essa promessa, iremos cuidar da inspeção pedida pelo Instituto Nossa Senhora das Graças, em Irati, e esperamos que desta vez não sejamos prejudicados como sempre sucedeu. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1944, p.2)

Pelo relatório, verificou-se que, além de todas as atribuições já mencionadas, o inspetor federal deveria inspecionar outros estabelecimentos de ensino, às vezes, em outras cidades, sem ter condições financeiras, como o exemplo acima.

O inspetor deveria, ainda, verificar as condições do sistema de esgoto do estabelecimento de ensino, se havia água encanada, rede elétrica, se as ruas próximas ao estabelecimento de ensino eram calçadas, enfim, a localização das instituições de ensino. Isso se tornou uma questão importante, porque as escolas tinham que cumprir uma missão social e educadora. No caso do Ginásio Regente Feijó, a localização do edifício cumpriu essa missão: o de projetar socialmente o ensino do Ginásio na sociedade ponta-grossense.

Pôde-se perceber com a análise dos relatórios dos inspetores que atuaram no Ginásio Regente Feijó, que eles realizaram visitas semanais ao ginásio, obedecendo às exigências da Reforma, pois uma das mais importantes atividades dos inspetores era a realização dessas visitas aos ginásios, obedecendo, assim, o Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, com vistas a viabilizar uma “fiscalização exigente e rigorosa”.

Para o ingresso no primeiro ciclo do secundário havia a exigência do Exame de Admissão.

### 3.7 EXAME DE ADMISSÃO: RITO DE PASSAGEM

O ingresso para o ginásio, ou primeiro ciclo do secundário, era feito pelo Exame de Admissão<sup>64</sup>. Esse exame se constituiu, por décadas, na linha divisória entre o ensino primário e a escola secundária. A Reforma Francisco Campos determinou pelo Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, no seu Art. 18 que todo o “candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestaria exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro.” (CAMPOS, 1940).

Em 1932, o Departamento Nacional de Ensino (DNE) divulgou normas que dispunham minuciosamente sobre o conteúdo, a forma e todas as etapas envolvidas na realização dos exames de admissão na Portaria s/n, de 15 de abril de 1932. Esse documento tornou-se fundamental, porque definiu as linhas gerais do exame de admissão até o final dos anos de 1940.

As normas foram publicadas após a promulgação da Reforma de Francisco Campos e confirmaram a composição das bancas examinadoras e o seu caráter oficial só para os estabelecimentos sob-regime de inspeção federal permanente ou preliminar.

As bancas examinadoras seriam compostas por três professores do próprio estabelecimento de ensino e contariam com a ajuda da fiscalização do Inspetor de Ensino Federal. Essa composição da banca examinadora foi estrategicamente proposta como uma resposta do governo à intervenção e moralização dos exames

---

<sup>64</sup> Antunha (1980) lembra que antes da Reforma Francisco Campos as condições para o ingresso ao ginásio, seguiam os padrões impostos pela Reforma de João Luis Alves – Decreto nº 16.782-A de 13 de abril de 1925 – para matrícula no Colégio Pedro II. O Artigo 55 desse Decreto impõe a idade mínima para o ingresso no primeiro ano do Colégio não poderia ser inferior a 10 anos, o exame de admissão seria obrigatório para todos os cursos de ensino secundário, com provas de noções concretas e objetivas de instrução moral e cívica, português, cálculo aritmético, morfologia geométrica, Geografia e História Pátrias, Ciências Físicas e Naturais e Desenho. Para o ingresso no primeiro ano, o programa de Moral e Cívica deveria ter como objetivo o ensino exemplificado com fatos, noções de civilidade, sociabilidade, solidariedade, verdade e, justiça, equidade, amenidade no trato, gentileza, asseio à higiene, amor à família e à pátria, altruísmo. Todos os programas deveriam constar do regime interno do Departamento Nacional de Educação (DNE). Valente (2001) afirma que ao longo da existência do Exame de Admissão, houve diversas alterações quanto à forma, ao número de questões, ao cálculo da média do aluno, ao programa das disciplinas, à quantidade de corretores das provas, entre outras mudanças. Mas reafirma o caráter fundamental do Exame de Admissão, o da seleção da restrição do acesso à continuidade dos estudos rumo ao ensino superior. Diz ainda que o Exame de Admissão constituiu-se por décadas a linha divisória entre o ensino primário e a escola secundária. Para maior aprofundamento dessa questão, o texto de Valente está disponível em CD- ROM, em uma coletânea produzida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, da PUC-SP. Verificar também Machado (2002).

de admissão, e também para promover a imagem, dando credibilidade aos agentes educacionais mais diretamente envolvidos nesse processo: a escola e o governo.

Minhoto (2008, p. 457) afirma que:

[...] o governo inspecionava, regulava e certificava os exames e as escolas promoviam um ensino primário preparatório de qualidade e faziam valer as regras de recrutamento. Juntos, auxiliavam-se mutuamente no sentido de garantir uma imagem moderna, de imparcialidade aos exames e da aprovação por mérito dos alunos.

Assim, para o ingresso no primeiro ano do ginásio, a reforma estabeleceu condições ao candidato à matrícula, entre elas, destacamos: a idade mínima de 11 anos, aprovação no exame de admissão e ter classificação suficiente, ou seja, preencher o número de vagas existentes no estabelecimento de ensino. A inscrição só poderia ser feita mediante requerimento, contando idade, filiação, naturalidade, residência, além de atestado de vacinação antivariólica e apresentação do recibo de pagamento de taxa de inscrição. (BRASIL, 1931).

Antes dessa reforma, os alunos para ingressarem no Ginásio, passavam por provas de Português, Aritmética e, ainda, prova oral. Além disso, deveriam apresentar, conforme documentos encontrados no arquivo do Ginásio Regente Feijó de 1929, um “atestado de conducta” fornecido pela Delegacia de Polícia de Ponta Grossa. Nele, havia a confirmação dos dados do candidato como nome, idade, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento e a cor da pele e dos cabelos e a impressão digital do candidato à vaga. Tudo confirmado e assinado pelo delegado local. Além de confirmar o pagamento de uma taxa de inscrição, no valor de 20\$000.

O Exame de Admissão era constituído de provas de Língua Portuguesa<sup>65</sup> e Aritmética, nas quais eram cobradas, na primeira fase, uma redação e um ditado e questões de cálculo elementar.

---

<sup>65</sup> Para preencher o requisito para a participação na prova oral era determinante para a entrada do candidato no ginásio. Primeiramente, pelo rigor do critério de correção e atribuição de notas, pois o candidato que cometesse oito erros de grafia, no ditado, já obtinha nota zero. Segundo, pelo parecer do examinador, que atribuía nota à composição de acordo com critérios subjetivos, acrescentando ponto para a qualidade de imaginação – um dos itens mais difíceis de serem analisados. De outro ponto de vista, as provas constituíram precioso documento para entrever a ‘cultura’ dos participantes dos exames e de suas famílias. Instados a redigir uma descrição ou narração ‘à vista de uma gravura’, os candidatos deixavam em suas redações vestígios sobre o que era considerado desejável pensar e expressar sobre a sua vida, a escola e o próprio exame. O Exame de Admissão estava colocado entre cada um dos candidatos e o futuro glorioso representado pela conquista do Ginásio. Verificar a pesquisa de Eurize Caldas Pessanha, UFMS e Maria Emilia Borges Daniel, UFMS.

Ainda havia provas orais dessas disciplinas e também das disciplinas de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais, com regras e programas definidos pelo Departamento Nacional de Ensino (DNE).

Entre os anos de 1931 a 1938 houve mudanças, as provas escritas não eram mais eliminatórias e o cálculo da média era igual à soma de média aritmética das notas da prova oral e escrita (para Português e Matemática), mais as notas das provas orais das outras disciplinas, dividido por cinco. (MACHADO, 2002).

Já em 1939, as provas escritas eram eliminatórias, e o cálculo da média era igual à soma de média aritmética das notas da prova oral e escrita, cada um dos resultados multiplicados por três, mais a nota da prova de Geografia, multiplicada por dois, mais as notas das provas de História e de Ciências, tudo dividido por 10.

Além disso, as instruções elaboradas pelo Departamento Nacional de Educação (DNE), de 16 de fevereiro de 1938, reafirmam a primeira época como exclusiva para os alunos vindos do primário da instituição, atribuindo-lhe um caráter de concessão especial, o que incidiu, por sua vez, na distribuição de taxas arrecadadas com a realização do exame: 20% para o estabelecimento, 70% para a banca examinadora e 10% para o inspetor. O inspetor quando realizava a prova de segunda época, não ganhava essa porcentagem por se considerar a época regular dos exames. (MACHADO, 2002).

A Portaria 142, de 24 de fevereiro de 1939, dá aos aprovados em 1ª época a possibilidade de realizar os exames novamente, em 2ª época, para melhorar a nota.

A Portaria 466, de 18 de novembro de 1939, amplia para qualquer aluno, inclusive os alunos estranhos aos estabelecimentos, à possibilidade de prestar exames em dezembro, continuando a vigorar a 2ª época em fevereiro.

O Jornal Diário dos Campos, em 13 de fevereiro de 1942, publicou o edital n. 5, no qual se lê:

Por ordem do Dr Diretor do Ginásio Regente Feijó levo ao conhecimento dos interessados que até o dia 15 do corrente mês se acha aberta a inscrição à 2ª época dos Exames de Admissão ao Ginásio, devendo o candidato apresentar os seguintes documentos: Certidão de idade; Carteira de saúde ou atestado de sanidade e vacina; Recibo de pagamento da taxa. Serão chamados aos exames orais de admissão, os candidatos que foram reprovados nas provas escritas dos exames de dezembro último. Anna Branco Ribas, Secretária do Ginásio Regente Feijó. 9 de fevereiro de 1942. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 13 fev. 1942).

Entre os anos de 1940 e início de 1942, as provas escritas continuaram eliminatórias, mas o cálculo da média mudou: a soma da média da prova de Português e da prova de Matemática era multiplicada por três, mais a nota da prova de História Brasileira, multiplicada por dois, mais a nota da prova de Geografia e Ciências, toda a soma do conjunto dividido por 10.

Sobre essa mudança nas médias e o retorno da prova eliminatória de Português e Matemática, assim se pronunciou o então inspetor federal do Ginásio Regente Feijó, o Dr. Joaquim Loyola:

A modificação no julgamento desses exames, que tornou eliminatórias as provas de Português e Matemática foi justíssima e, aliás, já tínhamos observado essa irregularidade em relatórios anteriores. Não se podia compreender a matrícula na 1<sup>o</sup> série ginasial de alunos reprovados em Português; o que já mostrava claramente o seu fracasso no curso. Para haver um único critério no julgamento dessas provas, é preciso que um só professor de Português e outro de matemática as julguem antes do aluno fazer as demais matérias. Não sendo assim, virá a sorte do aluno que entrar nessa ou naquela banca de exame; desaparecerá a igualdade de julgamento indispensável para todos os candidatos. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1940, p.3)

Em 1943, já na Reforma Capanema, houve a permissão da realização das provas em duas épocas para qualquer estudante, proibindo para o candidato não aprovado em exame em um estabelecimento, repetir o exame em outro estabelecimento, na mesma época. Também houve o fim do pagamento de taxas para a realização do exame. As provas escritas deixavam de ser eliminatórias e o cálculo da média permaneceu o mesmo do ano anterior. O inspetor federal do Ginásio Regente Feijó, nesta data, confirma que as provas eliminatórias de Português e Matemática acabaram, e, por isso, foi constatado o fracasso dos alunos no curso ginasial: “o número de candidatos é regular e a aprovação naturalmente será grande, pois esses exames perderam o muito do valor, com o novo critério adotado”. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1943, p.3).

Ainda, sobre essa mudança, assim se expressa o inspetor federal, Joaquim Loyola:

Devemos fazer na próxima semana os exames de admissão. Não havendo mais prova eliminatória, achamos que o julgamento das escritas de Português e Matemática devem ser feito com todo o rigor, sem proteção alguma para que não entre para o Ginásio aluno que não saiba fazer um ditado ou não saiba as quatro operações ou frações rudimentares. Não tendo base, o aluno marcará passo para o curso fundamental, será um atrapalho para o professor e muitas vezes se converterá num fracasso nos estudos, na convicção de ter pouca inteligência. Assim, vamos nos manifestar aos Srs. Professores, porque no julgamento oral, a boa vontade e as relações sociais imperam, não sendo mais possível se evitar que

aconteça o que presumimos prejudicial. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1943, p. 3)

A crítica feita pelo inspetor federal foi a de que não havendo mais a prova eliminatória, os professores deveriam ser mais rigorosos nos exames, para que não passassem alunos despreparados, sem nenhuma noção do Português e da Matemática e, com isso, ter alunos que atrapalhariam o ensino.

Em 13 de agosto de 1952, o Jornal Gazeta do Povo publicou, na 1ª página, algumas alterações feitas no exame de admissão para o curso ginásial, acompanhando uma série de reformas apresentadas para o ensino secundário, naquela ocasião.

A reportagem esclarecia que o Ministério da Educação havia baixado Portaria alterando dispositivos da Portaria nº 501, de 1º de maio de 1952. Assim, o parágrafo 1º do artigo 2º no capítulo referente ao exame de admissão do curso ginásial passou a ter a seguinte redação: “A prova de Português terá caráter eliminatório, exigindo-se, do candidato, nota quatro, pelo menos.” (GAZETA DO POVO, 13 ago. 1952, p.1). Provavelmente, devido às pressões, a prova de Português voltou a ser eliminatória, a fim de selecionar melhor os candidatos.

O capítulo relativo à atribuição de notas do parágrafo único do artigo 46 teve a seguinte alteração: “Não será permitida a aproximação ou arredondamento das notas deste capítulo sobre as provas parciais” (GAZETA DO POVO, 1952, p. 1). E o artigo 55 ficou assim redigido: “poderá ser feita a revisão das provas escritas quando houver erro manifesto, visando a maior objetividade de verificação do rendimento da escola e julgamento das provas.” (GAZETA DO POVO, 1952, p, 1).

O Exame de Admissão no Ginásio Regente Feijó era muito disputado e esperado. Os alunos, que conseguiam passar, vibravam com a vitória e para mostrar à sociedade ponta-grossense saíam comemorando pelas ruas da cidade. Em 1936, o trote dos calouros “foi um desfile pela cidade, vestindo as roupas pelo avesso. Naquele tempo, se dava muito valor à roupa que se vestia. Logo, pô-las pelo avesso causava risos nos outros e vergonha nos que as envergavam”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 abr. 1987).

Muitos alunos diante do resultado do Exame de Admissão ficavam apreensivos, pois nem sempre conseguiam aprovação, o que causava frustração nos que viam adiado o desejo de se tornarem alunos do Ginásio. Essa apreensão demonstrava o quanto o Exame de Admissão era um mecanismo de seleção que os

filhos de pais mais pobres viam nos estudos uma forma de seus filhos alcançarem melhores condições sociais.

Nesta época, o Exame de Admissão era o instrumento que garantia o ingresso daqueles que tiveram o ensino primário eficiente ou puderam pagar pelas aulas particulares de cursos preparatórios, ou seja, a maioria dos que eram aprovados pertenciam à elite, já que, no período, nem todas as camadas da população poderiam arcar com tais despesas, além da implicação de manter um jovem por quatro anos com dedicação apenas para os estudos. A aprovação no Exame de Admissão possibilitava dar continuidade aos estudos e ao sonho do ingresso na Universidade, após a conclusão do Colegial.

Para Magalhães (2004), os estudos que utilizam dados dos alunos para o ingresso no curso ginasial, desde recrutamento, admissão, inscrição, produção escrita ou oral são importantíssimas para a História da Educação Brasileira e são importantes, também, para a História das Instituições Educativas.

Segundo Minhoto (2007, p. 4), o exame de admissão foi instituído com o objetivo explícito de regular a progressão escolar do aluno em termos de mérito, buscando qualificar o ensino secundário, mas com isso, acabou preservando e, mesmo fortalecendo, a dualidade presente no ensino secundário. A sua análise se firmou na crítica imanente dos mecanismos reprodutores da desigualdade social, apesar de toda a argumentação progressista associada àquele momento.

Esse modelo de exame é o que permaneceu até a promulgação da Lei 5.692/1971, quando houve a mudança obrigatória do 1º grau, com duração de oito anos, integrando o curso primário e ginásio, em um único ciclo de estudos.

Neste capítulo, foi visto que a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro transformou Ponta Grossa em um grande centro comercial, cultural e social. A ferrovia transformou a cidade em grande centro de entroncamento, destacando-se na Região dos Campos Gerais e no Paraná. Isso fez com que inúmeras pessoas escolhessem Ponta Grossa para trabalhar, estudar e viver. Foi neste momento que os imigrantes chegaram e contribuíram para o seu crescimento. Esse crescimento contribuiu para a criação do Ginásio Regente Feijó, cujo ensino foi imprescindível para a educação na cidade.

#### **4 O ENSINO SECUNDÁRIO NO GINÁSIO E POSTERIORMENTE NO COLÉGIO REGENTE FEIJÓ: DO FUNDAMENTAL E COMPLEMENTAR AO CLÁSSICO E CIENTÍFICO**

Pelo Decreto Federal nº 19.890, de 18 de abril de 1931, o ensino secundário ficou dividido em dois cursos seriados, chamados de ciclos: Fundamental, em 5 anos e o Complementar, em 2 anos.

O de primeiro ciclo, de formação básica geral, tornou-se obrigatório para o ingresso no ensino de segundo ciclo. O de segundo ciclo, ou seja, Complementar, foi estruturado como curso propedêutico, possuía um currículo diferenciado para preparar candidatos à Faculdade de Direito; às Faculdades de Medicina, Odontologia e Farmácia; e aos cursos de Engenharia e Arquitetura.

A Lei Orgânica de Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4.244, de 09/04/1942) estabeleceu a organização do ensino secundário em dois ciclos. O primeiro correspondia ao curso ginasial, com duração de 4 anos; o segundo ciclo, correspondia aos cursos Clássico e Científico, ambos com duração de 3 anos.

##### **4.1 O ENSINO SECUNDÁRIO FUNDAMENTAL PROPOSTO PELAS REFORMA FRANCISCO CAMPOS E PELA REFORMA CAPANEMA**

A Reforma Francisco Campos instituiu o ensino secundário fundamental em cinco anos. Quanto ao currículo, adotou uma clara opção pelos estudos científicos, fixando uma distribuição mais equilibrada entre matérias literárias e científicas. Houve a diminuição das horas destinadas aos estudos clássicos. Fernando Azevedo considerava a Reforma Francisco Campos a mais segura e completa que já se projetara para o ensino secundário no país. (AZEVEDO, 1962).

A pretensão da Reforma era a de oferecer o curso fundamental a todos e com uma sólida formação geral. Fez a distribuição de matérias literárias e científicas de uma maneira mais equilibrada. Mas, mesmo assim, o currículo proposto pela reforma Francisco Campos foi combatido por muitos setores educacionais, principalmente, pelos educadores ligados às escolas particulares e setores da Igreja Católica, porque eles não concordavam com a diminuição das horas destinadas aos estudos clássicos, com a divisão do curso secundário em dois ciclos, com a

extensão dos programas de ensino colocados em vigor e com a finalidade utilitária atribuída ao secundário.

Por esta época, o Padre Arlindo Vieira (1936) publicou um livro no qual defendia a volta de uma cultura geral mais desinteressada, uma cultura que tivesse como finalidade principal os estudos das Humanidades, especialmente, o Latim, o Grego e a Filosofia. Para ele, os estudos das Humanidades seriam o alicerce para “construir o edifício cultural geral e o desenvolvimento das forças espirituais do homem” (VIEIRA, 1936, 142).

Parte dos professores do ensino secundário também se lançou em defesa do currículo humanista. Souza (2009, p. 79) lembra que em 1939, o jornalista Walter Fontenelle Ribeiro publicou o livro intitulado “Os Problemas do Ensino Secundário”, com o resultado de um inquérito feito no final do ano de 1930, em sua coluna no Jornal Diário Popular, sobre os problemas do ensino secundário no Brasil. A conclusão de Ribeiro foi a de que o ensino secundário e a formação intelectual dos adolescentes estavam sem orientação e se constituíam em um dos importantes problemas enfrentados na educação no Brasil. Diz que o principal problema decorreu da expansão acentuada do ensino secundário verificada nos últimos anos.

As opiniões dos entrevistados apareceram de formas diferentes, mas muitos concordavam que se mantivessem os padrões consagrados nos anos anteriores, opinião compartilhada por Ribeiro, o organizador do inquérito, citado por Souza:

Ora, o ensino secundário, como já o dissemos e repetimos, é o eixo, o núcleo se quiser, da estrutura cultural do país. Portanto, se o encontramos em estado caótico, é isso sinal de que a própria cultura está sendo ameaçada. [...] É realmente problema máximo para a nossa cultura a organização de instituições de ensino com o objetivo de ministrar a instrução secundária, como humanidades, ciências e letras. Nêste particular, porém, parece-nos que defender o que existe explorar a fonte inesgotável da tradição, será mais lógico e proveitoso do que enveredar por novas iniciativas. Tivemos realmente uma instrução secundária que foi o orgulho do sistema educativo que vigorou no tempo do Império. Então era habitual o conhecimento, fosse das boas letras, fosse da história e da literatura clássicas, que constituíram o arcabouço mental de nossos antepassados. (RIBEIRO in SOUZA, 2009, p. 79).

Quadro 2 – Número de aulas semanais das disciplinas do curso secundário fundamental  
Reforma de 1931

DISCIPLINAS	1º SÉRIE	2º SÉRIE	3º SÉRIE	4º SÉRIE	5º SÉRIE	TOTAL
Português	4	4	3	3	3	17
Francês	3	3	2	1	-	9
Inglês	3	3	2	1	-	9
Alemão (opc.)	3	3	2	1	-	9
Latim	-	-	-	3	3	6
Hist. Civilização	2	2	2	2	2	10
Geografia	3	2	2	2	2	11
Matemática	3	3	3	3	3	15
Ciências Físicas Nat.	2	2	-	-	-	4
Física	-	-	2	2	2	6
Química	-	-	2	2	2	6
História Natural	-	-	2	2	3	7
Música (canto orfeônico)	2	2	1	-	-	5
Desenho	3	3	2	2	2	12

Fonte: Peixoto, (193-, p.103).

A Reforma Capanema instituiu a Lei Orgânica do Ensino Secundário revitalizando a formação humanista e estabelecendo como finalidade: “formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística.” (BRASIL, Decreto-lei n. 4.244, de 9/04//1942).

Quadro 3 - Distribuição de tempo das disciplinas escolares no ensino secundário  
Curso Ginásial - reforma de 1942

DISCIPLINAS	1º SÉRIE	2º SÉRIE	3º SÉRIE	4º SÉRIE	TOTAL
Línguas					
Português	4	3	3	1	13
Latim	3	3	4	4	14
Francês	3	3	2	3	12
Inglês	-	3	3	3	9
Ciências					
Matemática	3	3	3	3	12
Ciências Nat.	-	-	3	3	6
História Geral	2	2	-	-	4
História Br	-	-	2	2	4
Geografia Geral	2	2	-	-	4
Artes (trabalhos manuais)	3	2	-	-	5
Canto Orfeônico	2	2	1	1	6
Desenho	2	2	1	1	6
IVED. Física	3	3	3	3	12

Fonte: Bicudo (1943, p. 57).

A Reforma Capanema dá ênfase ao estudo do Latim ensinado em todas as séries do curso ginásial, enquanto as ciências foram relegadas apenas a duas aulas semanais, nas duas últimas séries desse ciclo. Assim, essa Reforma pode ser considerada “uma vitória dos defensores do currículo humanista. O último reduto da língua latina na educação secundária e da valorização de cultura geral como eixo central da formação da juventude.” (SOUZA, 2009, p. 81-82).

O Colégio Regente Feijó adotou para o ensino secundário fundamental da Reforma Capanema o seguinte currículo: Português, Latim, Francês, Matemática, Geografia e Desenho (em todas as quatro séries); História e Canto orfeônico (1ª, 2ª, e 3ª séries); Inglês (2ª, 3ª e 4ª séries); Trabalhos manuais na 1ª e 2ª séries; Ciências Naturais na 3ª e 4ª séries; Música, História Geral e História Brasileira (4ª série). (Arquivo Colégio Estadual Regente Feijó, 1943). Esse currículo do ensino secundário fundamental, seguindo o que estava nacionalmente colocado, apresentava uma diferença em relação à organização proposta pela reforma. A disciplina Canto Orfeônico foi ofertada para a 1ª, 2ª e 3ª séries e para a 4ª série foi ofertada a disciplina de Música, que não constava como disciplina na proposta curricular, à época.

Canto Orfeônico era o nome pelo qual era conhecido o canto coral na época em que o Maestro Villa-Lobos introduziu o ensino de música nas escolas públicas e, com seu esforço, torná-lo elemento essencial para a formação da moral do povo brasileiro. O Canto Orfeônico foi introduzido como disciplina obrigatória no currículo das escolas, a partir de 1931, durante o governo de Getúlio Vargas, com a intenção de forjar no povo brasileiro, o espírito nacionalista, patriota e ordeiro.

Conforme Villa-Lobos, o Canto Orfeônico tinha como objetivo “permitir que as novas gerações se formem dentro de bons sentimentos estéticos e cívicos e que a nossa pátria, como sucede às nacionalidades vigorosas, possa ter uma arte digna da grandeza e vitalidade do seu povo.” (VILLAS-LOBOS, 1976, p.4). A proposta do currículo do Ginásio Regente Feijó da disciplina de Música, na 4ª série, provavelmente, tinha outros objetivos, pois o Canto Orfeônico era ofertado nas três primeiras séries.

Em relação aos conteúdos curriculares, observa-se nova queda nas chamadas Humanidades, ficando estabelecido o seguinte percentual para cada área: Comunicação e Expressão 34,3%; Matemática e Ciências 24,3%; Estudos Sociais 22,8%; outras atividades 18,6%. (SOUZA, 2009).

Quadro 4 – Matrículas do ano letivo de 1937 do curso secundário fundamental

Séries	masculino	Feminino
1 <sup>ª</sup>	84	53
2 <sup>ª</sup>	50	26
3 <sup>ª</sup>	56	18
4 <sup>ª</sup>	32	8
5 <sup>ª</sup>	16	6
Total	238	111

Fonte: Colégio Estadual Regente Feijó, (1933).

Pelo quadro geral de matrículas do ano letivo de 1937, as matrículas foram diminuindo com o avanço das séries. Percebe-se uma maior queda nas matrículas no 4º e no 5º anos, e do corpo discente feminino. Provavelmente, esse fato se deveu ao rigor do ensino na época. Esta pesquisa apontou para uma cobrança excessiva nas avaliações.

#### 4.2 O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLEMENTAR NO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ

Em 14 de janeiro de 1937, por meio do artigo 1º da Lei 122, o Governo do Estado instituía nos Ginásios oficiais do Paraná o Curso Complementar obrigatório para os candidatos aos cursos superiores, nos termos do Decreto Federal n. 19.890, de 18 de abril de 1930. O Curso Complementar pretendia “a adaptação dos estudantes às futuras especializações profissionais” (AZEVEDO, 1976, p. 171).

Em 1937, foi implantado o Curso Complementar no Ginásio Regente Feijó, atendendo à organização proposta pela reforma Francisco Campos. O curso era constituído de três classes didáticas: pré-jurídico, pré-medicina e pré-engenharia, cursada em um período de dois anos. O curso complementar objetivava aos candidatos o ingresso aos cursos superiores, por isso foi estabelecida essa subdivisão em três ramos: para os que se destinassem aos estudos Jurídicos, dava-se ênfase às matérias ou disciplinas de Humanidades; para os que pretendiam Ciências Médicas, a predominância ficava para as matérias de Ciências Naturais e Biológicas. Para os que objetivavam os cursos de Engenharia, o estudo era aprofundado em Matemática.

O Jornal Diário dos Campos, de 21 de abril de 1937, publicou matéria especial, na primeira página, na qual registrou esse momento importante para a educação dos Campos Gerais, com o título: Jantar de recepção aos lentes do Curso Complementar do Gymnasio Regente Feijó: “realizou-se hontem, às 19 horas,

conforme o anunciado, o jantar de cordialidade com que o corpo docente do Curso Fundamental do Gymnasio Regente Feijó no Clube Germania recepcionou os membros do corpo docente do Curso Complementar do mesmo Gymnasio.”(DIÁRIO DOS CAMPOS, 21 abr. 1937, p.4).

A matéria enfatizou esse momento como uma “verdadeira festa de intellectualidade e distinção: houve em profusão de espírito, graça e verve.” E descreve como os lentes foram saudados pelos colegas do Curso Fundamental com “arreatado entusiasmo e alegria.” .”(DIÁRIO DOS CAMPOS, 21 abr. 1937, p.4).

A criação do Curso Complementar no Ginásio Regente Feijó foi muito comentada à época, prova disso é que o Jornal Diário dos Campos, além da publicação da matéria do dia 21 de abril, publicou no dia 27 do mesmo mês, outra extensa matéria mostrando a importância de se ter uma instituição deste nível na cidade de Ponta Grossa. A leitura do texto mostra como o ensino secundário do Ginásio Regente Feijó era visto pela sociedade e apontou os benefícios trazidos pela implantação do Curso Complementar. O Jornal se torna um documento histórico, na medida em que relata um fato do cotidiano da época. Assim se expressou o editor da matéria:

Si há um instituto educacional em Ponta Grossa que faz jus a uma revelada benemerência, elle é, sem dúvida, o Gymnasio Regente Feijó, tantos são os benefícios que vem espalhando no que concerne à instrucção publica. Já se vae tornando celebre, aliás, a primazia que os bacharelados do renomado educandário da Rua Dr Collares denotam sobre os jovens sahidos de alguns outros estabelecimentos de exames vestibulares para cursos superiores. Todo o anno, o Gymnasio Regente Feijó recebe um sem numero de jovens que alli vão beber as luzes das disciplinas professadas no estabelecimento de ensino secundário. E todo o anno, o Gymnasio Regente Feijó abre a porta das Faculdades a outro sem número de jovens. Hoje, não são poucos aqueles que já contam com seu pergaminho e que fizeram os seus preparatórios aqui em Ponta Grossa. Na sua grande maioria, apresentam cultura sólida e esmerada, signal evidente de que levaram daqui indefectíveis lições. **Com a recente criação do Curso Complementar, o Gymnasio Regente Feijó apresenta uma vida mais ampla e mais aparelhada áquellas que desejam consolidar os seus estudos secundários. O curso pre – acadêmico dará, com efeito, a que o nosso Gymnasio amplie e revigore os lustros que ministra á geração que se está disciplinando e instruindo para substituir aquellas que hoje se acha á frente das diversas actividades humanas.** (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 abr. 1937, p.4). grifo nosso.

A ênfase, neste trecho, é dada ao ingresso dos estudantes a Faculdades e há o enaltecimento do ensino do Ginásio e a “primazia dos bacharelados” e de como os jovens saíam do Ginásio com uma “cultura sólida e esmerada.” E o autor

continuou: o “Gymnasio conta com excellentes gabinetes de Physica, Chymica e Historia Natural, assim como apreciável material didactico.” E, as disciplinas consideradas essenciais “quer no curso ordinário, quer no curso complementar, estão confiadas a professores eruditos, de cuja capacidade é attestado eloquente o papel brilhantíssimo que os bachareis do acreditado educandario têm tido nos estabelecimentos de ensino superior”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, abr. 1937, p.4):

Conforme prescrevia a Reforma, o Curso Complementar no Ginásio Regente Feijó foi constituído em três classes didáticas ou “pré-acadêmico” (DIÁRIO DOS CAMPOS, abr. 1937, p.5):

Classe A - Pré-jurídico, cuja finalidade era a de preparar o estudante para o curso de Direito, com as seguintes disciplinas na sua grade curricular na 1ª série: Latim, Literatura, História da civilização, Noções de Economia e Estatística, Biologia Geral, Psicologia e Lógica. Na 2ª série: Latim, Literatura, Sociologia, História da Filosofia, Geografia e Higiene.

Classe B - Pré-médico e Pré- farmacêutico e Pré- odontologia, cuja finalidade era a de preparar o estudante para as faculdades de Medicina, Farmácia e Odontologia, com as seguintes disciplinas na sua grade curricular na 1ª série: Inglês, Matemática, Física, Química, História Natural, Psicologia e Lógica. Na 2ª série: Inglês, Sociologia, Física, Química, História Natural e Desenho.

Classe C - Pré-engenharia, cujo estudo era o de preparar o estudante para as áreas de Ciências Exatas e da Matemática, com as seguintes disciplinas em sua grade curricular na 1ª série: Matemática, Física, Química, História Natural, Geofísica, Cosmografia, Psicologia e Lógica. Na 2ª série: Matemática, Física, Química, História Natural, Sociologia e Desenho.

No Curso Complementar, voltado para o curso Jurídico, havia a conciliação entre a Educação Humanista e os novos saberes relacionados a Ciências Sociais como Noções de Economia e Estatística, Biologia Geral e Higiene, tendo em vista o preparo do jovem para a vida social. Já, nos cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Engenharia, Arquitetura e Química, atesta-se a grande presença das Ciências, consolidando as áreas do campo especializado no domínio científico.

Quadro 5 - Quadro geral de matrícula para o Curso Complementar – 1937

Classe A	Classe B	Classe C
Masc. 3 fem. 2	Masc. 12 fem. 2	Masc. 3

Fonte: Colégio Estadual Regente Feijó, (1937).

22 alunos foram matriculados no Curso Complementar, no ano de 1937, divididos em Classes A, B ou C. Percebe-se pelo número de matrículas que apenas quatro delas foram preenchidas pelo sexo feminino, sendo que na Classe C, o Pré-engenheiro, não houve nenhuma matrícula do sexo feminino, confirmando a cultura da época.

A percentagem de aproveitamento dos alunos no ano letivo de 1937, assim se apresentava:

Quadro 6 – Porcentagem de aproveitamento dos alunos no ano letivo de 1937

	A	B	C
Nº alunos	5	14	3
Promovidos	2	13	3
Promovido média 40 a 60	-	9	1
Promovidos, média 61 a 80	2	3	2
Promovidos, média 81 a 100	-	-	-
Prestaram provas finais	-	-	-
Prestaram exames de 2ª época	-	1	-
Não alcançaram frequência	-	1	-
Porcentagem de promoção	40%	92,7%	100%

Fonte: Colégio Estadual Regente Feijó (1937).

Os professores nomeados para lecionarem no Curso Complementar foram os seguintes, conforme a ata de termo de Posse, 09 de abril de 1937, na qual lemos a afirmação de que o Dr. Benjamin Mourão, Diretor em exercício do Ginásio Regente Feijó, autorizado pelo Governo do Estado, de acordo com o Decreto Estadual nº 4546 de março de mil novecentos e trinta e sete, na presença do Dr. Joaquim Loyola, Inspetor Federal, nomeou os seguintes professores concursados para lecionarem as respectivas cadeiras do Curso Complementar, que foi criado por Lei 122 de 14 de janeiro de 1937:

Dr. Mario Lima dos Santos, para lecionar Psicologia e Lógica.

Dr. Mozart de Souza Pinto, para lecionar Geofísica e Cosmografia.

Dr. Alcides Silva, para lecionar Biologia Geral.

Dr. Antonio Russo, para lecionar Química.

Dr. Milton Lopes, para lecionar História Natural.

Sr. Ary Alves dos Santos, para lecionar História da Civilização.

Sr. Raul Pinheiro Machado, para lecionar Economia e Estatística.

Padre Waldomiro Haneiko, para lecionar Latim.

Dr. Agenor Ferreira, para lecionar Inglês.

Dr. Epaminondas Novais Ribas, para lecionar Física.

Sr. Nicolau Meira de Angelis, para lecionar Literatura.

Dr. Benjamin Mourão, para lecionar Matemática.

A relação dos livros adotados para o curso complementar, para o ano de 1937, e repetida nos anos seguintes era a seguinte: Latim: Gramática de Vilhena de Motrais e trechos escolhidos do mesmo autor; Literatura: História da Literatura de Estevão Cruz; História da Civilização: História da Civilização de Oliveira Lima, compêndio de História geral de Antônio Figueira de Almeida. História do Brasil, Rocha Pombo; Noções de Economia e Estatística: Economia Política e Finanças, por J. Papaterra Lincongi; Biologia Geral, Dr C. de Melo Leitão; Psicologia e Lógica: Psicologia, Leçons de Psychologie de Abel Rey; Lógica, Compêndio de Philosophia, Estevão Cruz; Inglês: Estrada Suave (Micellaneons Literature) de James E. Hewitt; Matemática: Geometria, F.I.C, Camberouse, Álgebra: Arão Reis e Trompowski; Física, Nobre. Lemoine e Guiat, Ganat, Mechanica F.I.C; Química, Molinari F.T.D, Barros Terra; História Natural, Waldomiro Poscht, Lafayette Pereira; Geofísica e Cosmografia, Cosmografia e Geografia de Schnader, Geologias de Lannay e Lima e Silva .(COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1937, p.5).

No ciclo Complementar, os programas foram expedidos em 1936, na gestão de Gustavo Capanema, como Ministro da Educação e Saúde Pública.

O Jornal A Palavra – Quinzenário Estudantil, de Curitiba -, no mês de agosto de 1937, publicou na seção feminina, matéria com o seguinte título “Pelo estudante pobre” que traz à tona o seguinte debate:

Uma notícia que ecoou favoravelmente em todo o país, foi a de havia dado entrada na Assembleia Paranaense, um projecto de Lei, abolindo todas as taxas de ensino, a fim de facilitar o curso aos estudantes pobres. E, de

facto, é difícil que se encontre uma lei da benemerência dessa de que trata actualmente o Legislativo do Paraná. O problema do estudante pobre foi sempre um problema de gravidade, privada e coletivamente. Deve se notar, ainda, que as grandes inteligências surgem, não raro, nas classes mais humildes da sociedade, e que o seu não aproveitamento impele num crime, que, se não está previsto nos códigos das consciências bem formadas. O Paraná deu um exemplo bem marcante do primeiro passo dum movimento que se deveria seguir por todo o Brasil. Só assim, poder-se-ia, com segurança, premiar aquelles que, realmente, têm mérito. (A PALAVRA, 1937, p.5).

A discussão em torno dos problemas que envolviam os estudantes pobres volta a ser discutido<sup>66</sup>, quando da entrada na Assembleia paranaense um Projeto abolindo todas as taxas de ensino para esses estudantes. O texto chama a atenção para as classes mais humildes da sociedade paranaense, lembrando aos leitores que as grandes inteligências estavam surgindo nessas classes mais humildes, na tentativa de democratização do ensino secundário, porque o ensino secundário, até então, estava voltado para a classe mais favorecida economicamente.

Em 1938, o Decreto n. 6.150 permitiu a fusão do Ginásio Regente Feijó com a Escola Normal de Ponta Grossa, como observa Luporini (1994), com as escolas funcionando em prédios separados: a Escola Normal, na Praça Barão do Rio Branco, e o Ginásio Regente Feijó, na Rua Dr. Colares.

#### 4.3 O CURSO CLÁSSICO E CIENTÍFICO NO COLÉGIO REGENTE FEIJÓ

Em julho de 1934, o Ministro Gustavo Capanema substituiu o Ministro Francisco Campos, mas esse fato não impediu que houvesse a continuidade do processo de reforma educacional. Por isso, em 1942, já no Estado Novo, Gustavo Capanema implementou as “leis orgânicas do ensino”, criando os ensinos industriais e secundário, comercial, normal, primário e agrícola. Cria o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e em 1946, o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Com a Reforma Capanema o curso secundário foi dividido em dois ciclos: o ginasial passou para quatro anos e o colegial para três anos de duração, voltado para a preparação para o ensino superior. Com isso, o colegial transformou-se em Clássico e Científico. O curso Clássico deu ênfase ao currículo de humanidades. O

<sup>66</sup> Essa questão do estudante pobre já foi tratada nos capítulos anteriores.

ensino do latim e das humanidades foi revitalizado no curso ginásial e no Clássico, mostrando clara opção do Poder Público Federal pela cultura literária defendida por setores da igreja católica e grupos conservadores.

A divisão do nível secundário atendia a demanda da configuração de uma classe média. O projeto de educação levado a efeito com a Reforma Capanema, segundo Nunes (2001), criava duas redes de escolarização: “a rede primária profissional, na qual se incluíam o ensino primário, o ensino técnico e a formação de professores para o ensino básico; e a rede secundária superior, que preparava, nas palavras do próprio Capanema, as individualidades condutoras, as elites.” (NUNES, 2001, p. 103). Entendem-se como elites condutoras, aquelas que iriam conduzir o povo brasileiro.

A Reforma Capanema ajustou o ensino secundário aos princípios do Estado Novo com a finalidade de formar adolescentes com ampla base de cultura geral. O objetivo da Reforma era elevar a consciência patriótica e humanística dos adolescentes.

O currículo do ensino secundário era bastante extenso e mantinha um sistema de provas e de fiscalização como o da reforma anterior e sobre o aspecto pedagógico, Cunha afirmou que:

[...] as leis orgânicas se basearam em uma orientação tradicional de currículos definidos, a priori, de instruções metodológicas baixadas pelo Ministério da Educação, de rigidez nos exames e na avaliação da aprendizagem. (CUNHA, 1981, p.159).

A Reforma Capanema possibilitou aos maiores de 19 anos o benefício de obtenção de certificado de licença ginásial, ou na sua denominação oficial “Exame de Licença Ginásial”, Artigo 91, exigido pela lei n. 4.244. (BRASIL, 1942, p.1). De 1930 a 1950, os exames de licença ginásial foram realizados no Ginásio Regente Feijó, porque os exames necessários para que se obtivesse a licença ginásial deveriam ser realizados em estabelecimento de ensino secundário federal equiparado ou reconhecido. O Jornal Diário dos Campos, em 15 de janeiro de 1944, apresentou a seguinte convocação para o Exame Colégio Estadual Regente Feijó:

De ordem do Sr Dr Diretor, levo ao conhecimento dos interessados, que se acham abertas, nesta secretaria, a partir desta data até o dia 23 corrente, as inscrições para os candidatos a exames de acordo com art. 100 do Decreto-lei nº 21.241, de 4 de abril de 1932, combinado com o art. 9 do Decreto-lei

nº 4245, de 9 de abril de 1942. Só poderão inscrever-se a esses exames os candidatos que já tenham sido aprovados anteriormente em exames de 3ª ou 4ª série ou que não hajam obtido aprovação em exames da 4ª ou 5ª série, realizados nos anos anteriores. Para efeitos de inscrição deverão os candidatos satisfazer as seguintes exigências:

Certificado de aprovação na 3ª série, quando se tratar de exames de 4ª série. Certificado de aprovação na 4ª série, para os exames da 5ª série.

Prova de identidade que poderá ser feita mediante a apresentação de carteira de identidade ou carteira profissional ou qualquer outro documento fornecido por autoridade policial ou militar, com fotografia devidamente autenticada.

Recibo do pagamento da taxa de CR\$ 115,00 para os exames da 5ª série e CR\$ 135,00 para os exames da 4ª série.

Requerimento isento de selo firmado pelo candidato e dirigido ao Diretor do Colégio, solicitando a inscrição aos exames.

Entregar no ato da inscrição á Secretaria do estabelecimento uma estampilha federal de CR\$ 2,00, acompanhada de uma estampilha estadual de CR\$ 2,00 e mais uma estampilha de CR\$ 0,20 de educação. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1944, p.4).

Para Azevedo (1960), o ensino secundário, neste momento, deveria destinar-se à formação da classe média, desenvolvendo a cultura geral e desinteressada, criando um curso integral e seriado, comum a todos, para formar o caráter e a mentalidade dos jovens. Via como programa mais adequado à formação integral, física, intelectual e moral do adolescente a conciliação entre os estudos literários e científicos.

No relatório de visitas da Inspetoria Federal, Joaquim de Loyola, em fevereiro de 1942, manifestou suas expectativas sobre a Reforma do Ensino e, principalmente, o término dos exames do artigo 100:

Iniciamos hoje os exames do artigo 100 – 3ª série. Poucos alunos inscritos. Esperamos que a nova Reforma de Ensino venha acabar com esses exames ou então permitir que só possam prestá-los os alunos matriculados em curso regular creado nos ginásios do Estado. O preparo desses alunos é em geral diminuto não constituindo regra às exceções; sendo mesmo difícil se preparar em 8 ou 10 matérias sem ter feito um curso. Para a maioria, o exame é uma roleta, ariscando eles a sorte, esperando a máxima boa vontade dos examinadores. Havendo um curso regular feito á noite, esses candidatos aprovariam e aprenderiam para conseguirem melhor base para o curso superior. Assim como vem sendo feito, sem as exigências feitas aos alunos do curso fundamental de freqüência, de exercícios físicos, de aulas de música, de provas parciais e de média condicional, é uma proteção escandalosa quanto a razão e a justiça que deve acabar com a nova organização do ensino. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1942, p1).

Não se pode esquecer que o artigo 100 tratava da possibilidade de o aluno concluir o ensino fundamental prestando exames de habilitação na 3ª série e, posteriormente na 4ª e 5ª séries, sem frequentar regularmente o curso e foi instituído na Reforma Francisco Campos, e ainda estava em vigor, às vésperas da

implantação da Reforma Capanema, por isso o inspetor federal esperava que “a nova Reforma de Ensino viesse acabar com esses exames.” (Relatório do Inspetor Federal Joaquim Loyola, fevereiro de 1942). Assim determinava o artigo:

Art. 100. Enquanto não forem em número suficiente os cursos noturnos de ensino secundário sob o regime de inspeção, será facultado requerer e prestar exames de habilitação na 3ª série e, em épocas posteriores, sucessivamente, os de habilitação na 4ª e na 5ª séries do curso fundamental ao candidato que apresentar os seguintes documentos:

I. Certidão, provando a idade mínima de 18 anos, para a inscrição nos exames da 3ª série.

II. Recibo de pagamento das taxas de exame.

III. E, para a inscrição nos exames da 4ª ou da 5ª séries, certificado de habilitação na série procedente, obtido nos termos deste artigo e de seus parágrafos.

§ 1º Os exames de que trata este artigo deverão ser requeridos na segunda quinzena de janeiro e serão prestados em fevereiro, no Colégio Pedro II e em estabelecimentos de Ensino secundário equiparados.

§ 2º Os exames versarão sobre toda a matéria constante dos programas expedidos para os ensinos secundários e relativos às três primeiras séries, para a habilitação na 3ª série, e às duas últimas, respectivamente, para a habilitação na 4ª série e na 5ª série do curso fundamental.

§ 3º Os exames constarão para cada disciplina, de prova escrita e prova oral ou prático-oral, conforme a natureza da disciplina, salvo o de Desenho, que constará de uma prova gráfica.

§ 4º Serão nulos os exames prestados pelo mesmo candidato, na mesma época, em mais de um estabelecimento de ensino, ficando ainda o infrator deste dispositivo sujeito à penalidade de não poder inscrever-se em exames na época imediata.

§ 5º A constituição das bancas examinadoras, o arrolamento das provas escritas, o seu julgamento e o das provas orais ou prático-orais obedecerão, no que lhes for aplicável, ao disposto nos artigos 38, 39 e 40 deste decreto.

§ 6º Na constituição das bancas examinadoras não poderão figurar professores que mantenham cursos ou estabelecimentos de ensino, lecionem particularmente ou exerçam atividade didática em estabelecimento de ensino não oficiais, sendo nulos em qualquer tempo os exames prestados com infração deste dispositivo.

§ 7º Será considerado aprovado o candidato que obtiver, além da nota trinta, no mínimo, na prova gráfica de Desenho e como média aritmética das notas da prova escrita e da prova oral, ou prático-oral, em cada uma das demais disciplinas, média aritmética igual ou superior a cinquenta no conjunto das disciplinas.

§ 8º Ao candidato inabilitado nos exames de qualquer série será permitido, na época seguinte, renovar mais uma vez inscrição nos exames da série em que não lograra aprovação.

§ 9º Os candidatos aprovados na 5ª série, para a matrícula nos institutos de ensino superior, ficarão obrigados à frequência e às demais exigências estabelecidas para o curso complementar respectivo. (BRASIL. Decreto n. 21.241 de 4 de Abril de 1932.)

O currículo adotado pelo Ginásio Regente Feijó para o segundo ciclo, na opção curso Clássico, foi distribuído nas seguintes disciplinas: Português, Latim, Matemática, Grego História Geral (1ª, 2ª e 3ª séries); Inglês, Espanhol e Geografia

Geral, na 1ª série; Física, Química, História Natural, História Brasileira, Geografia Brasileira e Filosofia (2ª e 3ª séries). (Arquivo Colégio Regente Feijó, 1943)

O curso Científico do segundo ciclo estava organizado com as seguintes matérias: Português, Matemática, Física, Química, História Geral, Geografia e Desenho (1ª, 2ª e 3ª séries); Francês e Inglês (1ª e 2ª séries); História Natural e História brasileira (2ª e 3ª séries); Espanhol na 1ª série e Filosofia na 3ª série. (Arquivo Colégio Regente Feijó, 1943).

O currículo proposto na Reforma Capanema ofertou nas três séries: Português, Latim, Grego, Francês, Inglês, Espanhol, Matemática, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Física, Química, Biologia e Filosofia. (BRASIL. Decreto-Lei 4.244 de 9 de Abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário). No currículo proposto pelo Colégio Regente Feijó não aparece a disciplina de Biologia, em seu lugar aparece a disciplina de Ciências Naturais. No entanto, essas pequenas variações não comprometeram o desenvolvimento do currículo, elas ocorreram devido às releituras realizadas da Lei, em cada Estado e em cada estabelecimento de ensino.

Quadro 7 - Número de matrículas dos Cursos Clássico e Científico nos anos de 1940 – 1958

Ano	Clássico		Científico	
	Masculino	Feminino	Masculino	feminino
1940	4	4	46	7
1941	5	5	47	8
1942	7	6	48	10
1943	5	3	50	8
1944	4	2	93	6
1945	2	2	93	10
1946	2	2	110	14
1947	20	3	120	12
1948	22	4	122	14
1949	17	11	246	101
1950	9	5	198	88
1951	10	6	200	90
1952	13	7	164	80
1953	15	10	105	75
1954	16	11	120	60
1955	10	15	126	62
1956	12	46	143	57
1957	20	4	170	55
1958	21	5	175	57

Fonte: Colégio Estadual Regente Feijó, (2012).

Como se percebe no quadro (7), o curso Científico continuou sendo o mais procurado pelos rapazes, porque os preparava para cursos de Medicina, Engenharia, Agronomia, Odontologia, explorando o domínio científico. O curso Clássico era o menos procurado pelos rapazes e mais procurado pelas moças, porque seu currículo orientava os estudantes para seguirem os cursos de Direito, Filosofia, Letras, Sociologia, enfim, cursos ligados aos conhecimentos humanísticos, como Línguas e Literaturas, Latim, Grego e conhecimentos ligados à Arte.

Enfim, o curso secundário do Ginásio Regente Feijó, em grande parte, seguiu os programas de ensino determinados pelas reformas, ou seja, o conteúdo das matérias, sua organização nas séries, a carga horária semanal e, também, adoção de livros didáticos de autores determinados pelos programas do Ministério da Educação. No Currículo, a particularidade se dá quando aparecem algumas diferenças em relação à organização proposta na Lei. Como por exemplo, no curso ginásial a Disciplina de Música não foi proposta pela Reforma Capanema. Outra diferença aparece na matéria de História Natural, que foi proposta pela Reforma como Biologia.

Figura 16 - Turma do curso Clássico do Colégio Regente Feijó – 1956



Fonte: CESAR, Alina de Almeida, (1956). Acervo particular.

Nota: Na terceira fila, da esquerda para a direita, o aluno sentado na segunda carteira é Djalma de Almeida Cesar<sup>67</sup>.

<sup>67</sup> Djalma de Almeida Cesar foi presidente do Centro Cívico Regente Feijó, na década de 1950. Foi vereador em Ponta Grossa (1977-1982), Deputado Estadual (de 1983 até 1994) e Federal (1995-1998). Ele também foi Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social durante o primeiro governo de Roberto Requião (1991-1992).

#### 4.4 AS PRÁTICAS ESCOLARES CONSTRUÍDAS NO GINÁSIO/COLÉGIO REGENTE FEIJÓ

Como já vimos na introdução deste estudo, nos últimos anos do século XX, pesquisadores em Educação demonstraram maior interesse nos arquivos escolares e desenvolveram estudos sobre as práticas escolares, como Viñao Frago (1998), André Chervel (1999), Forquim (1993), Dominique Julia (2001), que valorizaram os aspectos peculiares do cotidiano escolar e suas práticas.

A reflexão sobre as práticas desenvolvidas no interior da escola permitiu aos pesquisadores “articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos chaves que compõem o fenômeno educativo: os sujeitos, os conhecimentos e, conseqüentemente, suas práticas escolares.” (FARIA FILHO, 2002a, P. 16).

Conforme estudos de Julia (2001, p. 1), conhecer as apropriações feitas pelos sujeitos no cotidiano escolar é produzir uma História das Práticas Escolares. Este autor convida os historiadores da educação a se interrogarem sobre as realizações cotidianas da escola, e evidencia que a escola não é somente um lugar de transmissão de conhecimento, mas é, ao mesmo tempo e talvez, principalmente, um lugar de inculcação de comportamentos e hábitos:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores, [...]. (JULIA, 2001, p. 10-11)

As finalidades citadas por Julia (2001) são as religiosas, as sociopolíticas ou simplesmente as de socialização. Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essa ordem (professores/alunos/sociedade). Tal estratégia tem voltado seu olhar para além dos limites da sala de aula, buscando identificar um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundido no interior das escolas.

Esse olhar sobre a escola tem resultado na produção de inúmeros trabalhos que, a partir de questões postas pelas práticas cotidianas dos professores, dos

alunos e das influências sociais têm permitido uma visão mais rica e complexa do fazer histórico da escola enquanto instituição social. A ação escolar, neste sentido, “fez-se sentir além de seus “muros”, irradiando para o conjunto da sociedade, constituindo-se em referência importante para a definição de identidades pessoais e coletivas, públicas e privadas, políticas e profissionais, entre outras.” (FARIA FILHO, 2002b, p.13-16).

Sobre essa categoria de análise, as práticas escolares revelam as diferentes manifestações instauradas no interior das escolas, transitada por alunos e por professores, entre normas e teorias. Engloba tudo que acontece no interior da escola, além de abarcar as mais diversas dimensões do cotidiano da escola e de seu desfolhar sobre a sociedade. As práticas escolares variam também de acordo com a instituição investigada.

Essa nova visão possibilitou, em parte, a renovação dos estudos historiográficos no século XX gerando, entre outros aspectos “a tomada de consciência por parte dos historiadores da relação dinâmica entre o passado e o presente.” (FARIA FILHO, 2004, p. 139 - 159).

Fazer história das práticas escolares é, segundo Gonçalves (2006), “um grande desafio, principalmente, pelo fato de as fontes disponíveis se apresentarem lacunares, dispersas, exíguas e até mesmo silenciadas nos poucos registros encontrados nos arquivos oficiais”. Essa situação já seria suficiente para desmotivar possíveis trabalhos de investigação, por isso, os testemunhos, os sinais, ou os vestígios da presença dos sujeitos atuando no dia a dia da escola são importantes para afirmar que eles estavam lá.

Neste sentido, a visibilidade das práticas escolares vivenciadas pelos alunos e professores do Ginásio/Colégio Regente Feijó é apresentada nesta tese, por meio do diálogo com as seguintes fontes: Grêmio Esportivo Intelectual Regente Feijó, Centro Cívico do Regente Feijó, livro de crônicas, produção poética, notícias de jornais da época, jornal dos estudantes, fotografias. Esses documentos históricos possibilitaram a construção das práticas vividas na Instituição e registradas nas fontes acima citadas, trazendo à tona indícios do cotidiano e da vida escolar dos alunos do Ginásio/Colégio e da participação da comunidade ponta-grossense, à época.

Na década de 1930, houve uma ordem por parte da Diretoria do Ensino<sup>68</sup> Secundário, a obrigatoriedade da circulação de uma imprensa escolar. Por isso, as escolas passaram a contar com o jornal dos estudantes, a chamada imprensa escolar. O Interventor do Paraná no seu relatório de 1932 a 1939, afirmou que, nesta época, havia, no Estado “63 Jornais escolares, os quais estavam enfeixados em ‘Imprensa Escolar’, publicação da Diretoria Geral da Educação”. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, p. 56).

A maioria das instituições se utilizava desse veículo de comunicação, “antes de 1937 já circulavam alguns jornais escolares no Paraná, mas a grande maioria deles foi criada no período do Estado Novo.” A respeito, Martins (2006, p.164-165) afirmou que “em 1939, aparecem mais de sessenta jornais escolares no Paraná e esse número aumenta nos dois anos seguintes. Do total de jornais escolares que circularam em 1939, a maioria estava no seu primeiro ano de circulação.” (MARTINS, 2006, p.164 e 165).

Nos jornais dos estudantes veiculados nos anos de 1930, o Jornal Fanal e o Luzeiro, os estudantes paranaenses reproduziram em seus textos toda a carga de propaganda política imposta a eles pelos meios de comunicação da massa, pela imprensa local e pela escola. “O mito criado em torno de Getúlio e que se perpetuou mesmo depois da redemocratização e após a sua morte deve-se muito à utilização da mídia por parte do poder e à atuação da censura e, dentre os meios de comunicação utilizados, o jornal diário e o rádio tiveram um papel de destaque.” (MARTINS, 2006, p.151).

Além desses meios de comunicação, os estudantes regentinos contavam, também, com o Grêmio Esportivo e Intelectual, fundado em 28 de setembro de 1938. Por seu intermédio, os estudantes eram incentivados a apresentarem à sociedade ponta-grossense sessões literárias com declamação de poesia, com a leitura e representação de obras literárias de autores consagrados, festivais de música e textos dissertativos de assuntos da atualidade. Por outro lado, quando algo os incomodava, posicionavam - se com atitudes de protestos, quando necessário, sendo suas atitudes registradas pela imprensa local e pelo jornal dos estudantes.

---

<sup>68</sup> Dentre as diretorias existentes no Ministério da Educação e Cultura, a Diretoria do Ensino Secundário é a que afeta a supervisão do funcionamento das escolas secundárias disseminadas pelo País, no que diz respeito à observância, pelas mesmas, dos dispositivos legais, federais, que regem e habilitam ao exercício do ensino secundário no País.

O Jornal Diário dos Campos dá a seguinte notícia sobre a sessão literária promovida pelos alunos do Ginásio, com o título: A sessão literária do Gymnasio Regente Feijó.

Conforme noticiamos, realizou-se sábado, às 2 horas, no modelar Gymnasio Regente Feijó, uma sessão literária em homenagem ao immortal escriptor Euclides da Cunha. Muitas famílias e pessoas amantes das boas letras lá se encontravam dando á reunião um character de solenidade. Sobre a personalidade de Euclides da Cunha falaram os estudantes Valdomiro C. Santos, Agostinho Schwab, Pedro Ivo da Rocha e Carlos Dezaunet, Encararam-no sob aspectos diversos, com intelligencia e senso critico: foram calorosamente applaudidos pela selecta assistência. O quintannista Jacyr Quadros dissertou sobre a theoria da Radio Actividade com sutileza e simplicidade tendo recebido uma prolongada salva de palmas, ao terminar sua preleção. O quintannista Harvey Silva synthetizou com muita fluencia de linguagem e grande conhecimento demonstrou as concepções do astrônomo Camillo Flamarion sobre o fim do mundo. As senhoritas Ellora Costa, Neuza Ribas, Diva Rosas, Ismênia P. Machado, Maria de Belem Ribas e Olga Bohomoletz disseram com e com muita expressão, versos de autores nacionais. Foram momentos de intenso prazer espiritual proporcionados ao auditório. A sessão do Gymnasio deste ultimo sabbado esteve melhor que as anteriores: está, pois, de parabéns o nosso Gymnasio. Sabbado próximo a sessão será dedicada ao inesquecível poeta Gonçalves Dias, para o qual convidamos todas por nosso intermédio, os amantes das boas letras. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 17 out. 1932, p.2).

A reportagem nos dá indício de como sessão literária ocorria, sua organização, os participantes: “muitas famílias e pessoas amantes das boas letras lá se encontravam dando á reunião um character de solenidade”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 17 out. 1932, p.2).

Em 1939, o Jornal Diário dos Campos publicou matéria, em que anunciava a primeira apresentação artística fora dos muros do Colégio, na história do Grêmio Esportivo Intelectual do Ginásio Regente Feijó, que teve na noite do dia 06 de agosto, às 08h30min, a apresentação teatral, no Cine Teatro Renascença e baile no Clube Guaíra com animação do “Jazz- Band Guarani”, o “Jazz Cem por cento sensacional”, sob a direção de Clovis Carnascialli. Assim se apresenta a matéria:

Ao Distinto Público: Somente com esforço, dedicação e vontade de vencer é que conseguimos sobrepujar todas as dificuldades para que pudéssemos apresentar esse festival à platéia pontagrossense. É a primeira vez que na história do Grêmio Esportivo Intelectual Regente Feijó que surge esta iniciativa. É o começo de muitas outras que se seguirão, porém, será necessário que todos, sem exceção, compreendam e apoiem. Desejamos com isto fazer não sobressair nomes individuais, queremos sim, elevar um único nome: o de Ponta Grossa. Sabemos perfeitamente que não possuímos a necessária ‘tarimba’, ou talvez porque nem todos os gostos são iguais. Procuraremos agradar a maioria da melhor forma possível nos limites das nossas possibilidades. Assim, agradecemos antecipadamente a toda a atenção que nos foi dispensada, tornando extensivo o nosso

agradecimento ao Jaz Guarani, à Empresa Cine Teatro Renascença, ao Sr Alberto Thielen, Presidente do Clube Guaíra e a todos aqueles que direta e indiretamente pretenderam nos ajudar. (DIÁRIOS DOS CAMPOS, 1939, p.4)

Figura 17 - Convite de apresentação do Grêmio Esportivo Intelectual do Colégio Regente Feijó



Fonte: Ponta Grossa, (194?).

As práticas escolares propostas pelos alunos do Grêmio Esportivo Intelectual do Colégio Regente Feijó eram sempre registradas pela imprensa local, como esta nota publicada no Jornal Diário dos Campos, de 3 de outubro de 1945, na sua página 4: “Por iniciativa dos alunos do Colégio Regente Feijó, vai ser organizado um expressivo programa de homenagens aos Professores, marcando, de maneira expressiva, em nossa cidade, a passagem do Dia do Professor.

O ano letivo de 1940 iniciou com mais uma novidade: o lançamento do primeiro número do jornal “Regente Feijó”<sup>69</sup>, órgão dos alunos do Colégio. O Grêmio Intelectual e Esportivo estendeu suas atividades com a publicação desse jornal, que contava com a participação dos estudantes do curso secundário complementar. A estreia foi amplamente divulgada, em Ponta Grossa, pelo Jornal Diário dos Campos, no qual há o relato, com riqueza de detalhes, de como tudo aconteceu:

Extreou ontem no periodismo pontagrossense o mensário Regente Feijó, órgão de orientação e publicidade da mocidade estudiosa de nossa terra, pertencente ao futuroso Gremio Literário Esportivo do Ginásio Regente

<sup>69</sup> Esse jornal permaneceu até os anos de 1950, era publicado em edição mensal. Em abril de 1952, trazia na sua chamada “Regente Feijó”: A voz pujante da mocidade regentina, tendo como secretária: Marise Holzmann.

Feijó. Sob a orientação do Complementarista Ruy Amaral Prado, nosso colega de redação, moço de larga e desassomburada visão, pena experimentada e entusiasta, soube, coadjuvado, por um grupo de dedicados auxiliares, realizar uma das aspirações de ha muito acalantadas pelos estudantes princesinos a fundação de um jornal estudantico, nos moldes de um jornal! Espírito dinâmico e construtor, Ruy Amaral Prado, concretizou de maneira assaz brilhante essa nobre e justa aspiração. Com as características de um verdadeiro jornal Regente Feijó, já de principio, impôs-se na admiração de nossa gente. Firmou-se no conceito do povo. Farto de matéria selecionada e escolhida trouxe em suas páginas trechos de vibrante e comovido entusiasmo. Assuntos os mais variados foram abordados e esclarecidos com a segurança plena de hábeis manejaadores da pena. Foi a demonstração concreta da possibilidade literária intelectual de nossos jovens estudantes. [...] Resta-nos felicitar os mentores do brilhante mensário e nos congratularmos satisfeitos, com seus diligentes colaboradores. Parabéns, jovens! (DIÁRIO DOS CAMPOS, 28 jun.1940, p.4)

O Jornal Diário dos Campos, de 28 de julho de 1942, na seção Esportes publicou a seguinte notícia: “Abafou integralmente o festival do Regente Feijó”

Como havíamos noticiado, realizou-se na manhã de domingo último, o esperado festival promovido pelo Grêmio Intelectual e Esportivo Regente Feijó, dos alunos de nosso Ginásio, constituído de diversas provas, o mesmo conseguiu agradar em cheio a enorme assistência que lotou por completo as dependências da cancha do Guarani. Como partida principal da manhã esportiva, foi jogada uma peleja de cestobol entre os quintetos do Centro Cívico Greenhalgh e Regente Feijó, a qual, depois de um desenrolar bem movimentado, acusou a vitória do Greenhalgh, por 18x14. Na preliminar entre os ‘super-cracks’ do ‘Léro-Léro’ x ‘E Mato’, a partida finalizou com um empate por 4 pontos, resultado este único, nos arraiais do bola ao cesto. [...] Foram instalados no local alto-falante, que, por intermédio de Zézo e Pirilo, deram um completo serviço noticioso sobre as provas, constituindo este fato inédito ainda para os nossos encontros de bola ao cesto, uma das maiores atrações do festival promovido pelos alunos do ginásio local. Em outras edições daremos um completo comentário técnico sobre o que foi esse festival que abafou 100%. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 28 jul. 1942, p. 5).

O Jornal Diário dos Campos registrou mais uma das muitas atividades do Grêmio Esportivo Intelectual do Colégio Regente Feijó, o intercâmbio cultural: “seguiu domingo último à vizinhança localidade de Palmeira, em excursão de intercâmbio literário e esportivo, a agremiação estudantil do Colégio Regente Feijó.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 22 out. 1942, p. 3).

As atividades artísticas dos estudantes do Colégio Regente Feijó não paravam e sempre eram noticiadas, como o artigo intitulado “Dia 12 de setembro, grandioso Festival Artístico do Regente Feijó no Renascença”, publicado no dia 30 de agosto de 1945:

Grande é a animação que reina nos meios estudantis da cidade com a apresentação de mais um sensacional festival artístico dos alunos do Regente Feijó, no Cine Teatro Renascença, dia 12 de setembro. Será mais uma apresentação de arte que nos proporcionarão os alunos do conceituado educandário ponta-grossense Colégio Estadual Regente Feijó. Subirá à cena uma gosadíssima (sic) comédia, a qual se intitula: 'Quem faz mal espera outro tal' Destacamos aqui o papel de Lile, o rei do riso, que sempre se tem destacado e com brilhantismo nos papéis que lhe são confiados. Nesta, por exemplo, Lile fará o papel de um empregado muito querido pelo patrão e que sempre se acha à disposição para todo e qualquer serviço. E, assim, teremos o prazer de assistir um dos mais afamados festivais artísticos, com artistas amadores da nossa terra. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 30 ago. 1945, p. 6).

Além dos festivais artísticos e literários, dos jogos estudantis, outro evento agitava os estudantes: o "Concurso da Rainha dos Estudantes pontagrossenses". (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1945, p.3). Em 1945, a candidata à Rainha dos estudantes Maria de Lourdes Saldanha (a Dunga) do Colégio Estadual Regente Feijó foi apresentada à sociedade, por intermédio do Jornal com uma longa reportagem, na qual há a transcrição de uma entrevista feita com ela. O editor a descreve como "linda, morena, olhos castanhos, pele alva e de uma simpatia bem característica dos cariocas. Ótima aluna e muito querida pelos colegas". (DIÁRIO DOS CAMPOS, 5 out. 1945, p. 2).

Interessante ler a entrevista, pois ela nos mostra o seu cotidiano no Colégio Regente Feijó. Assim ela se expressou:

Que acha do ambiente e direção de seu estabelecimento de ensino?

- Ótimo, bem agradável, onde o nosso Diretor Dr Raul Pinheiro Machado, pela sua delicadeza para com os alunos, sem distinção, muito bem nos orienta e dirige. Os professores, apesar de rigorosos, são imparciais, e eu aprecio também o rigor, porque traz benefício ao ensino, eliminando os incapazes.

Qual matéria que mais gosta?

- Matemática e Geografia: a 1ª por ser concreta e obrigar ao raciocínio; a 2ª, por sua beleza, onde conhecemos os outros países e sentimos a nossa grandeza.

Que tem achado de Ponta Grossa?

- Boa cidade, povo hospitaleiro, e onde já estou morando, em companhia da minha mãe, que é viúva, há alguns anos. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 5 out. 1945, p. 2)

E o Jornal Diário dos Campos, no dia 1º de novembro de 1945 dá a notícia do "Grandioso Baile da Rainha dos estudantes pontagrossenses", no qual se lê: "Realizar-se-á, sábado, dia 10 de novembro às 22 horas, no Clube Guaíra, o grandioso Baile de Coroação da Rainha e Princesas dos Estudantes. Animação:

Orquestras- Jazz Guarani, Euclides e sua Orquestra e Quarteto, Típico de Tangos”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1 nov. 1945, p. 5).

As atividades propostas pelos alunos do Grêmio Esportivo Intelectual do Colégio Regente Feijó eram sempre registradas pela imprensa local: “Por iniciativa dos alunos do Colégio Regente Feijó, vai ser organizado um expressivo programa de homenagens aos Professores, marcando, de maneira expressiva, em nossa cidade, a passagem do ‘Dia do Professor’.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 3 out. 1945, p. 4).

O Grêmio Esportivo Intelectual do Colégio Regente Feijó permaneceu em atividade até meados de 1950, quando foi mudado de nome para Centro Cívico Regente Feijó. Ele passou a ser o órgão de representação dos alunos do Colégio Regente Feijó, no qual eram organizadas as festas, direcionadas os temas de estudos, a participação dos alunos nos jogos, as sessões artísticas e literárias. O Centro Cívico regente Feijó além de incentivar os alunos nas atividades intelectuais enfatizava-os a participarem de jogos estudantis.

O Jornal Regente Feijó (a voz pujante da mocidade regentina) publicou, no mês de abril de 1952, artigo de Luiz Carlos Blanc, intitulado “A razão da cobrança obrigatória” (ver anexo D), no qual há a explicação do porquê da cobrança obrigatória de anuidade pelo Centro Cívico “Regente Feijó”, paga pelos alunos no ato da matrícula. O artigo foi escrito porque esse ato provocou “o maior número de comentários” e com a intenção de “esclarecer todos os sócios, da razão de ser dessa obrigatoriedade, é que estamos hoje escrevendo este artigo” (REGENTE FEIJÓ, 1952, p.1).

Os esclarecimentos da Diretoria do Centro Cívico Regente Feijó revela-nos o que ocorria dentro do Colégio e quais eram as práticas escolares vivenciadas, nesta época, pelos estudantes do Colégio, por intermédio de seu Centro Cívico.

[...] É preciso dizer-se, em primeiro lugar, que a cobrança não foi uma medida de última hora: ela foi objeto de muitos debates entre a diretoria, e somente após muitas discussões é que resolvemos adotá-las, levados pelos mais diversos motivos, sendo dois os principais: 1º) – O Centro Cívico Regente Feijó necessita urgentemente de uma sede própria, pois a que atualmente ocupa, tornou-se exígua em face do vertiginoso crescimento que vem tendo a nossa organização, principalmente nos últimos três anos, quando as suas atividades foram grandemente ampliadas. É evidente, que para que possamos ter uma sede à altura das nossas tradições e do nosso desenvolvimento, necessitamos fazer aquisição de um terreno e edificarmos uma sede, necessitamos de dinheiro. 2º) – O material esportivo que ora possuímos deve ser urgentemente renovado, pois já é antigo e devido ao

uso constante a que é submetido, acha-se em deploráveis condições de conservação. O material que deve ser adquirido compreende: macacões, camisas e calções para basquetebol, bolas e material de atletismo. É evidente que para que possamos ter nossa sede própria, adquirirmos novo material para prática de esportes necessitamos de dinheiro. Sendo os alunos do Colégio os únicos beneficiados com o funcionamento do Centro Cívico, é óbvio que a contribuição em dinheiro deve partir dos mesmos. (REGENTE FEIJÓ, abr. 1952, p 1).

As atividades desenvolvidas pelo Centro Cívico Regente Feijó, por intermédio de seus departamentos, demonstraram a preocupação dos estudantes com sua formação e a intenção de atingir “uma posição ímpar no cenário estudantil paranaense.” (REGENTE FEIJÓ, abr. 1952, p. 1).

É preciso que se compreenda o seguinte – que esse dinheiro com que os alunos contribuem para o Centro Cívico, não é um dinheiro desperdiçado, ele é aplicado das mais diversas maneiras, através dos diversos departamentos que possuímos. **É aplicado em bolsas de estudos para os alunos reconhecidamente pobres; é usado na conservação do gabinete dentário, a fim de que o mesmo possa continuar atendendo os sócios; é usado para a conservação da Biblioteca, para a aquisição de novos livros didáticos e de cultura geral; é utilizado na compra de material para esporte, a fim de que os associados possam ter divertimentos diversos.** Este ano, de acordo com o novo programa de atividades, já elaborado pela diretoria, **teremos semanalmente exposições de filmes educativos no auditório do Colégio; bem como a publicação deste jornal.** (REGENTE FEIJÓ, abr. 1952). grifo nosso

Nos anos de 1950, os alunos passaram a utilizar, também, os jornais dos estudantes para fazer reivindicações pela qualidade do ensino ministrado no Colégio e a denunciar a atuação dos professores, diferentemente do que ocorria com os alunos dos anos de 1940, que publicavam textos poéticos e descritivos enaltecendo o sentimento cívico-patriótico, com a utilização de uma linguagem formal, ufanista. Esses jornais festejavam o Estado Novo, as datas cívicas e os heróis nacionais.

Pôde-se perceber no espaço de uma década à outra (1940 a 1950) a mudança de posicionamento dos alunos, os textos tornaram-se mais críticos, mais pontuais, mostrando um aluno com autonomia, com capacidade de apontar os problemas por eles enfrentados e apresentar soluções. O aluno Elecê assim se pronunciou:

Iniciou-se um novo ano letivo no Colégio Estadual Regente Feijó. Tendo à frente um novo diretor, professor honesto e capaz, é de se esperar que o Regente Feijó deixe de ser o modelo de desmoralização que foi o ano

passado, e volte a ser um motivo de orgulho para Ponta Grossa e para o Paraná. É preciso, entretanto, que neste ano certos professores se compenetrem de que sua missão no magistério é sagrada e que lhes cabe formar a mentalidade da juventude de hoje; é preciso que compreendam que não é com exemplos de falta dignidade e de falta de assiduidade (que eles são os primeiros a dar) que formaremos u'a mocidade capaz de um dia resolver os problemas deste nosso Brasil. A fama de desmoralização do nosso colégio já ultrapassou os limites do Estado. E a fim de acabar com isso, esperamos sinceramente que o novo diretor reconduza o 'Regente Feijó' aos seus velhos caminhos de glória e boa fama. Para isso, terá todo o nosso apôio, pois já estamos enfiados do descaso voltado para u'a meia dúzia de professôres, à nossa formação intelectual e moral. Elecê. (REGENTE FEIJÓ, abr. 1952, p.2).

No texto acima, quando os alunos fazem referência "aos velhos caminhos de glória e fama", provavelmente, estejam se referindo ao antigo Ginásio, na década anterior.

Essa polêmica levantada pelos alunos do Colégio Regente Feijó (1952) encontrou ecos no Jornal Tapejara<sup>70</sup>, o qual, anos depois (julho 1957), trouxe em sua primeira página a crítica sobre a má qualidade do ensino secundário do país, e já apontando para uma possível reforma no ensino, assim se expressou Daily Luiz Wambier, o autor do texto:

Reclamam os homens de cultura do País, e essas reclamações encontram o referendo mais positivo nos estabelecimentos de ensino superior, contra a completa degradação do ensino secundário, que se ministra no Brasil. As estatísticas referentes ao índice de desaprovações, nos diversos vestibulares, podem ser consideradas desoladoras, o mesmo acontecendo quando moças e rapazes, com certificado de curso secundário, tomam parte em concursos públicos. Em parte devemos desculpar os alunos, a braços com mais de dez disciplinas, inclusive várias línguas. Somente indivíduos quase gênios é que conseguem estudar tudo e reter o que estudaram. Está perfeitamente comprovado que há imperiosa necessidade de uma reforma de base no ensino secundário, a fim de que haja mudança. (TAPEJARA, 1957, p. 1).

---

<sup>70</sup>.O Jornal Tapejara circulou em Ponta Grossa entre 1950 e 1976. O jornal teve origem no Centro Cultural Euclides da Cunha, ambos idealizados por Faris Michaele, que foi estudante e professor no Ginásio Regente Feijó. O jornal cultural Tapejara expunha as ideias e discussões que aconteciam no Centro Cultural Euclides da Cunha. produção cultural na cidade. O jornal Tapejara aparece como mídia alternativa, que buscava dar vazão ao ideal de um grupo seletivo de intelectuais que pensavam nos problemas da sociedade, como também na situação de alguns grupos, que se encontravam à margem da sociedade e incentivavam a produção cultural na cidade. O público alvo do periódico era os associados do CCEC, estudantes universitários e secundaristas, elite esclarecida de Ponta Grossa, intelectuais do Brasil, da América Latina e algumas entidades e associações culturais da Europa. (AUGSTEN; SILVA, 2008).

Figura 18 - Alunos do curso Clássico e Científico do Colégio Regente Feijó - 1956



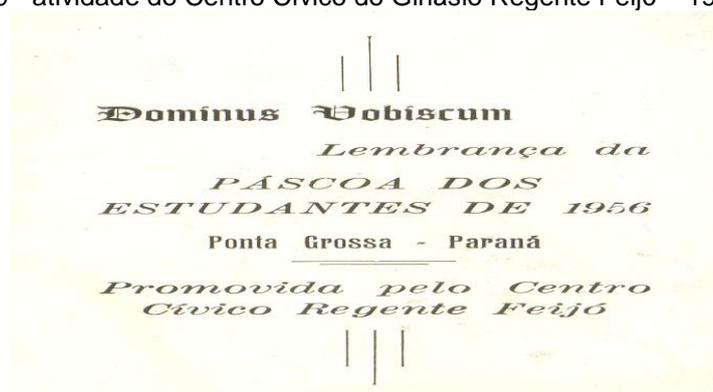
Fonte: CESAR, Alina de Almeida, (1956). Acervo particular.

Na figura 18, alguns alunos do curso Clássico e Científico, integrantes do Centro Cívico Regente Feijó, fazem uma simulação de um velório, demonstrando seu protesto contra a Companhia Prada de Eletricidade<sup>71</sup>, em Ponta Grossa, em 1956. Encenaram um velório, no qual choram e lamentam o alto custo e a precariedade da luz elétrica na cidade de Ponta Grossa. Simbolicamente, eles estão enterrando a companhia que era responsável pela energia na cidade. O apoio dos estudantes secundaristas à causa social demonstrou o engajamento político deles. O aluno que está olhando as mãos com o lenço, em pé, à extrema direita, era Djalma de Almeida Cesar, Presidente, à época, do Centro Cívico Regente Feijó.

---

<sup>71</sup> De 1930 até o começo de 1931, foi nomeado interinamente para prefeito de Ponta Grossa José Becher. Neste pouco tempo em que permaneceu na prefeitura, negociou com a Companhia Prada de Eletricidade, de São Paulo, a instalação de uma usina para a exploração da distribuição e venda de energia elétrica na cidade. Ele firmou contrato para vigorar durante 50 anos. Esse fato ocasionou um prejuízo incalculável à cidade, pois veio o desenvolvimento e a companhia não aumentou, nem modernizou sua usina, atrasando o progresso de Ponta Grossa. Eram constantes as interrupções de luz na cidade, fato que gerava a insatisfação da população. O protesto dos estudantes regentinos era por esse motivo.

Figura 19 - atividade do Centro Cívico do Ginásio Regente Feijó – 1956



Fonte: CESAR, Alina de Almeida, (1956). Acervo particular.

Essa iniciativa do Centro Cívico Regente Feijó, provavelmente, foi bem aceita pela comunidade, pois valorizava um dia especial para os Católicos. O jornal Diário dos Campos, no dia 3 de abril de 1956, quando da comemoração do 29º aniversário de fundação do Colégio Estadual Regente Feijó, confirma essa iniciativa promovida pelo Centro Cívico do Colégio. Um dos aspectos da programação foi a Missa de Ação de Graça. Nesta época, a religião Católica Apostólica Romana era seguida pela maioria dos cidadãos ponta-grossenses. Por isso, o Diretor do Colégio Estadual Regente Feijó, Mário Pereira de Araújo, em uma nota oficial esclarece como seria feita a celebração da missa de Ação de Graças:

A Direção do Colégio Estadual Regente Feijó torna público o seguinte: 1º: Considerando que a Igreja Católica, por intermédio de seu Máximo representante, nesta cidade, Sua Reverendíssima D.D Bispo Diocesano não permite celebração de missas de Ação de Graças para pessoas ou entidades, quando concogmitantemente se manda celebrar outros cultos em relegião que não a católica. 2º: Considerando por outro lado a liberdade de culto prevista na Constituição Federal, resolve: a) Retificar o convite oficial para as comemorações do 29º aniversário do Colégio excluindo do referido convite oficial as celebrações de cultos nas Igrejas Protestantes. b) Admitir as celebrações de cultos nas igrejas protestantes em caráter não oficial. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2 abr. 1956, p. 8).

Figura 20 - Atividade teatral promovida pelo Centro Cívico Regente Feijó - 1956



Fonte: CESAR, Alina de Almeida, (1956). Acervo particular.

Na figura 20, vê-se uma representação teatral dos alunos do curso Clássico e Científico do Ginásio Regente Feijó, no auditório do Colégio.

Além de todas essas atividades, os alunos ainda participavam dos Jogos Estudantis da Primavera, e como representavam muito bem o Ginásio, o time do Regente Feijó era considerado o Grande Bicho Papão dos jogos.

Os Jogos Estudantis da Primavera são lembrados pelos alunos egressos do Colégio como um evento marcante. O Jornal Diário dos Campos, em reportagem publicada em 19 de setembro de 2005, relembra que os Jogos Estudantis da Primavera foram criados em 1956, por iniciativa do Diretório Acadêmico Joaquim de Paula Xavier (DAJPX), da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, de Ponta Grossa.

Os integrantes do DAJPX buscavam um evento que congregasse as escolas em âmbito secundário e universitário de Ponta Grossa. O mês escolhido foi setembro, período em que se comemora o aniversário da cidade e o início da primavera, por isso Jogos da Primavera. A primeira edição dos Jogos da Primavera ocorreu de 15 a 21 de setembro de 1956, com a participação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Colégio Regente Feijó, a Escola Normal e a Faculdade de Farmácia e Odontologia. “O governador Moysés Lupion e o prefeito José Hoffmann foram os patronos da competição.” (Diário dos Campos, Ponta Grossa, 19 de setembro de 2005). Já na primeira edição, o Colégio Regente Feijó

apareceria como o grande campeão de toda a história da competição, recebendo o troféu “Estudante”, de posse transitória, conferindo ao campeão geral dos jogos. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 19 set. 2005).

Figura 21 – Time (Clássico e Científico) do Grêmio Esportivo do Ginásio Regente Feijó – 1956



Fonte: CESAR, Alina de Almeida, (2011). Acervo particular.

Figura 22 – alunos do ensino fundamental em uma aula de Educação Física, no pátio interno do Ginásio Regente Feijó – década de 1950



Fonte: Ponta Grossa, (2011a).

As comemorações do aniversário de fundação do Colégio Regente Feijó sempre foram noticiadas, comemoradas e recordadas pelos jornais. Elas eram organizadas com antecedência. Um exemplo foi a comemoração dos 30 anos da criação do Colégio, em 1957, registrada em ata da Congregação dos Professores:

Aos sete dias do mês de março de 1957, realizou-se no Salão de Festas do Colégio Estadual Regente Feijó, a 2ª reunião dos professores, do corrente ano letivo. Abriu a sessão o Sr. Diretor convidando os professores Manoel Grott, Pedro Pereira Martins, Antonio Russo e José Daros para sentarem-se

junto à mesa diretora. Após, o Sr. Diretor expôs os motivos da reunião, dizendo que pretendia comemorar a data do trigésimo aniversário do Colégio Regente Feijó, que seria no dia primeiro de abril próximo e por isso, convocara aquela reunião para deliberar com os professores o programa dos festejos, contando com a colaboração dos mesmos. Disse que o Centro Cívico do Colégio já tinha apresentado algumas sugestões sobre a referida manifestação. Foram então deliberados vários números do programa a serem executados nos três dias de comemoração: salva de 21 tiros na manhã do festivo dia, desfile do Colégio pelas ruas da cidade, jogos, parte artística e literária, reunião e jantar dos professores, finalizando os aludidos festejos com uma sessão cívica no “Cine Ópera”, onde falariam diversos oradores designados pela comissão de professores encarregada desse mister, e como remate final das festas, foi deliberado a realização de uma marcha luminosa pelas principais ruas da cidade. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1957a).

O Jornal Tapejara publicou um artigo, no qual relatou como se concretizaram as comemorações dos 30 anos de criação do Colégio Regente Feijó, as quais foram idealizadas na reunião acima descrita:

O Colégio Regente Feijó, em abril último, completou trinta anos de existência. Dizer o que ele representa para Ponta Grossa é trabalho desnecessário. Basta dizer que se contam às centenas os diplomados pelas escolas superiores do país, que aqui fizeram seus preparatórios. Comemorando o acontecimento, os corpos docente e discente houveram por bem elaborar um esplêndido programa de festividades, que foi executado com invulgar sucesso. Durante quatro dias, realizaram-se sessões várias, em que houve de tudo, teatro, literatura, confraternização, culminando, as referidas festividades, com programas de rádio, desfiles escolares e de professores, reuniões sociais e, finalmente, uma sessão solene no Cine Ópera. Presidida pelo Dr Mário Pereira de Araújo, culto Diretor do estabelecimento e contando com a presença das digníssimas autoridades, bem como o Snr Dr Vidal Vanhone, ilustre Secretário da Educação e Cultura, corpos docentes e discentes e inúmeros convidados foi declarada aberta a referida sessão, fazendo-se então ouvir vários oradores: em nome dos antigos professores, o Prof. Meira de Angelis; dos antigos alunos, o Dr Mário Braga Ramos; dos atuais professores, o Prof Pedro Pereira Martins e dos atuais alunos, Snr A. Saad. Todos os oradores foram vivamente aplaudidos. Também o Snr Mário Pereira de Araújo discursou em nome dos alunos do curso colegial. Foram momentos inesquecíveis de saudade e intenso convívio espiritual. (TAPEJARA, 1957, p.3).

No dia 1º de abril de 1987, quando foi comemorado o 60º aniversário do Ginásio Regente Feijó, Joanides Albach homenageou essa data publicando no Jornal Diário dos Campos, em 12 de abril de 1987, o poema “Saudades do Ginásio Regente Feijó”. A leitura do poema revela as lembranças de um aluno saudoso do tempo em que estudou no Ginásio, de 1936 a 1940. Os versos trazem ricas informações sobre o dia a dia dos alunos e dos professores desta época. Assim, lembra-se dos professores e dos inspetores:

[...] Doutor Loyola era o Inspetor de Ensino, que dava às vezes uma incerta./ Doutor Mourão, além de professor de Matemática era o Diretor./ Dona Sizinia era a inspetora das alunas e cuidava delas para não fazerem das suas./ Dona Judith era a outra inspetora e cuidava das alunas fora dos muros do Ginásio, vedando que elas namorassem nas ruas./ O robusto Naumann cuidava dos rapazes, com seus olhos azuis e severos, chamava a atenção dos alunos ao menor deslize./ O velho Rossi era o outro inspetor dos alunos, guardava o pequeno pátio de apito na boca. Tocava a sineta que marcava a entrada e a saída das aulas./ O sargento Régio, sempre estava fardado, dava aulas de ginástica para os moços, através de exercícios pesados, criando competição e alvoroços/ Na véspera dos desfiles cívicos, os alunos eram treinados no pátio interno com marchas batidas e compassadas, orgulhosamente exibidas nas ruas da cidade./ O tenente Paulino, músico tradicional da cidade, era o professor de canto e quando cantávamos, o povo aplaudia e delirava./ O maestro Álvaro (Holzmann), com zelo e amor, nos dava rudimentos musicais, teclando o piano com fervor, mesclando vozes e sons./ Belíssimas aulas de Português, recebiam eles, com muita simpatia, de mestre Rosário (Farani Mansur Guérios), muito polido, ensinando prosa e poesia./ Os conhecimentos de Francês eram adquiridos através do professor Felipe Vítola de olhos sidéreos, com terna altivez, lendo e traduzindo com critério./ Brasil Pinheiro (Machado), advogado, sempre impecável no trajar, ensinava História Pátria, de maneira agradável./ O professor Figueiredo transformava Geografia em aulas magistrais, convertendo-as em brandos folguedos./ O diretor Mourão, engenheiro, entrava na aula esfregando as mãos e cobria o quadro negro de equações matemáticas./ Rosas, o farmacêutico, prelecionava indulgentemente a cadeira de Ciências Físicas, manejando seus aparelhos. Este era o Leopoldo Pinto Rosas, também chamado de Pintinho, por ser pequeno e franzino, em contraste com seu irmão, José Pinto Rosas, o Pintão, gordo e grande, também professor do Regente./ O pintor e cabeludo Daros (artista plástico de Ponta Grossa), com régua, compasso e giz colorido, dava Desenho em aulas artísticas, com traços harmoniosos e claros./ O venerando professor Altair Mongruel manejava a língua de Voltaire de maneira fluente e fiel, e conseguia empolgar os alunos./ O Major Grott, baforando seu charuto baiano na boca e de giz em punho ficava pintando o quadro negro com letras e números./ Calmo, de óculos, o andar pesado, Faris Michael nos ministrava o inglês bem vocalizado e cuja pronúncia recomendava./ Braga Ramos, mestre querido, ensinava História do Brasil, cada aula era uma lição magistral de civismo e amor viril./ Paulo Grott professor de Matemática, que nos mandava ao quadro negro, para trabalhos práticos, espremia os alunos, mas ensinava bem./ O médico e místico Abrão dava aula de Física. Seu gesticular tornava a aula menos sidérea./ Paula Soares, magro e pequeno, era professor de Química./ O magister Estêvão Zeve Coimbra costumava fumar cigarros numa longa piteira./ O luso Meira de Ângelis, com voz de orador, gestos floreados de respeitosa mesura, citava e criticava com raro calor os vultos da nossa Literatura./ O bondoso esculápio e mestre José Pinto Rosas dava Ciências Naturais e empolgava. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 abr. 1987).

A grande maioria dos professores que compunha o corpo docente do Colégio Regente Feijó era constituída de profissionais de vários campos do saber: médicos, advogados, militares, maestros, engenheiros, farmacêuticos, artistas plásticos, padres, professores de línguas. As disciplinas eram destinadas àqueles com maior afinidade com o tema. Assim, cabia ao médico e ao farmacêutico ministrar aulas de Biologia, Ciências Físicas e Naturais; ao advogado, aulas de História, Literatura,

Português; ao maestro, aulas de Música e canto orfeônico; ao artista plástico, aula de Desenho; ao padre, aulas de Latim e Filosofia, assim sucessivamente. Na época desta pesquisa (1927-1961), contatou-se que os professores tinham orgulho de trabalhar no Colégio Regente Feijó. Ser professor dessa Instituição conferia-lhe respeitabilidade. Com isso, o ensino do Colégio Regente Feijó oportunizou a seus alunos projetar-se nos meios estudantis, como atestam alguns relatos de ex-alunos.

Quando o Colégio Estadual Regente Feijó completou 80 anos, em 27 de abril de 2007, considerada Bodas de Carvalho, houve uma grande festa para homenageá-lo, proporcionada pela Câmara Municipal de Ponta Grossa, por intermédio do seu Presidente Walfredo Dzazio e demais vereadores em uma Sessão Solene, na qual foi enfatizada a importância do Colégio para a comunidade pontagrossense. Na ocasião, a vereadora Alina de Almeida César, esposa de Djalma Almeida César, e também ex-aluna do Colégio, proferiu um discurso, no qual lembra seu tempo de estudante:

Antes de encerrar este modesto pronunciamento quero em meu nome, como regentina que sou, e em nome de todos os Senhores Vereadores da nossa Câmara Municipal, prestar as nossas homenagens aos professores do nosso Regentão – professores de ontem e professores de hoje – pelos inestimáveis trabalhos desenvolvidos em prol da educação do Paraná e do Brasil. Lembramos-nos, aqui, de alguns professores que já nos deixaram, mas que continuam vivos em nossos corações: Meira de Angelis, Ângelo Lopes, Estevão Coimbra, Benjamim Mourão, Olímpio de Paula Xavier, José Pinto Rosas, Álvaro Faria Rocha, Oscar de Paula Soares, Raul Pinheiro Machado, Abraão Federmann, Faris Michaelle, Paulo Grott e tantos outros que numa primeira etapa, ajudaram a fazer a história do nosso querido Colégio. Aos professores das décadas seguintes e, sobretudo a vocês que continuam desfraldando com muito amor o estandarte e a bandeira da nossa Escola querida, registramos os nossos cumprimentos e rendemos as nossas homenagens, até porque entendemos que é o professor o elemento fundamental de todo o progresso humano. Normalmente, cheio de sonhos e de intenso amor à Pátria, são os verdadeiros condutores de uma infância e de uma juventude, que pulsa que ama que é enérgica e que tem a exata consciência de sua dimensão de liberdade, para a qual entregaremos o Brasil futuro. **Parabéns pelos 80 anos de nosso querido “Bicho Papão” dos Jogos estudantis da Primavera.** (Câmara Municipal de Ponta Grossa, 29 de abril de 2007). grifo nosso

O Jornal da Manhã, no dia 01 de abril de 2011, noticiou as comemorações pelos 84 anos de fundação do Colégio Estadual Regente Feijó, demonstrando o prestígio do Colégio:

O Colégio Estadual Regente Feijó realiza hoje uma série de atividades para marcar a comemoração dos seus 84 anos de fundação. Dentro da programação, será lançado um livro e haverá apresentações artísticas e um coquetel. Conforme o diretor do Colégio, Claiton Bentivenha, o livro ‘Ciranda

dos Textos' traz uma coletânea de poesias e foi escrito por professores e alunos do Colégio. **'Aqui em Ponta Grossa, a maioria das pessoas passou pelos bancos do Colégio Regente Feijó. A nossa instituição é uma das mais antigas do Paraná', declara.** A programação começa às 9 horas, com a realização de missa na Igreja do Rosário, segue às 10 horas com início das apresentações artísticas e à noite, a partir das 19 horas e 30 minutos, contará com a hora cívica e o lançamento do livro. (JORNAL DA MANHÃ, 1 abr. 2011, p.1) grifo nosso

Também, em 2001, Djalma de Almeida César, advogado, político e ex-aluno do Colégio Regente Feijó participou do projeto Vale Saber<sup>72</sup>, direcionado aos estudantes do Colégio. Esse projeto tinha como objetivo resgatar a memória da instituição, a partir de seus ex-alunos. Na entrevista, Djalma de Almeida César lembrou seu tempo de estudante do Colégio entre os anos de 1951 a 1959, anos nos quais cursou o Científico e parte do Clássico. Quando foi perguntado sobre como era a disciplina no Colégio, respondeu que era rigorosa, com respeito mútuo entre o corpo docente e o discente. Lembrou, ainda, que o uniforme e o horário eram fundamentais, e que o relacionamento entre os professores e alunos era o melhor possível. O professor ensinava e cobrava, mas era amigo. Disse que o Colégio havia sido o seu berço e os professores da época forjaram o seu caráter. Como, na época em que lá estudou, foi Presidente do Centro Cívico Regente Feijó, aprendeu a fazer política estudantil e, por consequência, foi preparado para abraçar a carreira política e seguir a atividade profissional de advogado.

Nessa entrevista, deixou uma mensagem para os alunos do Colégio Estadual Regente Feijó, a qual será transcrita na íntegra por entendermos que contribui para exemplificar um dos aspectos da singularidade do ensino oferecido pelo Colégio. As práticas educativas vivenciadas e construídas no Colégio permaneceram no

---

<sup>72</sup> O Projeto Vale Saber, da Seed, iniciou em 1993 e permaneceu, provavelmente, até o início da década de 2000, era dirigido a profissionais da educação que atuavam como docentes em sala de aula e em qualquer nível ou modalidade de ensino. Teve como objetivo estimular o esforço pessoal daqueles que buscam aprimorar o processo ensino-aprendizagem, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade do ensino. Esse programa atribuiu uma bolsa mensal de R\$ 100,00 ao professor que desenvolvesse um determinado projeto em sala de aula, com acompanhamento de um professor de instituição do ensino superior, durante um ano letivo. Para elaborar seu projeto, o professor poderia escolher dentre temas definidos pela Seed ou propor outro, desde que justificasse sua pertinência. Além do incentivo e da bolsa, o professor ganhava oportunidade de inovar e de se aperfeiçoar profissionalmente, com o apoio do docente universitário. Se seu projeto fosse considerado inovador e de boa qualidade, ele seria escolhido para integrar os Anais do Vale Saber, publicados no término de cada ano pela Seed. (CARVALHO, 2000, p. 95)

imaginário dos estudantes que por ali passaram e as atividades tanto do Grêmio Esportivo Intelectual quanto do Centro Cívico Regente Feijó moldaram suas atitudes.

Os alunos de hoje devem ter mais amor pelo Colégio, o Grêmio Estudantil, de representação discente, precisa ser reativado, pois há necessidade de novas lideranças neste país. O jovem deve ler mais, conhecer mais seu país, o Paraná e a nossa cidade. O aluno precisa desenvolver atividades extracurriculares, tais como, desportivas, culturais, recreativas, sociais e até políticas. A fanfarra do Colégio precisa voltar, o Regente Feijó tem que voltar a ser de novo o Regentão! Mas, para isso, o jovem regentino deve ser motivado, precisa ser provocado. A Direção e o corpo docente precisam aproveitar o potencial do jovem, dando a ele tarefas que o faça ter orgulho e gostar mais da Escola. **Assim, como regentino de coração e pelo muito que eu aprendi como estudante e como Presidente do Centro Cívico Regente Feijó** tenho a certeza de que o jovem, abraçando a causa do Colégio, será o principal instrumento de divulgação da força e da pujança do nosso querido Colégio Estadual Regente Feijó, o Grande Bicho Papão dos Jogos Estudantis da Primavera! Que saudades! Se pudesse voltar, faria tudo igual novamente, a começar pelos bancos escolares do Colégio Estadual Regente Feijó! Jovem regentino, vamos arregaçar as mangas? O Colégio Estadual Regente Feijó precisa muito de você! (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 2001 grifo nosso).

O rigor na disciplina e o comportamento exemplar cobrado, principalmente, das alunas e, às vezes, não seguido por elas, foi o motivo de uma convocação de uma reunião extraordinária da Congregação dos Professores realizada no dia 14 de setembro de 1957, às 19.00 horas. O motivo dessa convocação foi a de que o Diretor do Colégio, “usando de suas atribuições, resolveu suspender por dez dias e recebendo faltas às aulas, durante a Semana dos 2º Jogos Estudantis da Primavera, as alunas Iris Van der Broocke, Liane Brandes, Cecília Knoll Chilla, Rose Mari Montes, Maria Eunice Tellier, Astrid Brepohl, Mirle Guimarães e Sueli Linhares Guimarães, por haverem sido encontradas assistindo a uma sessão cinematográfica, no Cine Ópera, estando uniformizadas e portando material escolar, no período das aulas”. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1957b).

A atitude do Diretor foi contestada pelo aluno Egon Brepohl inconformado com o castigo imposto à sua irmã, o qual se dirigiu ao Diretor com palavras grosseiras, convidando-o a uma luta corporal. Essa atitude fez com que o Diretor o expulsasse do Colégio e, por isso, solicitou à Congregação a ratificação do seu ato, porém o Prof. Lourival Santos Lima discordou da atitude do Diretor, porque teve conhecimento do fato de maneira diversa, acrescentando que o Diretor havia tratado o aluno de maneira ríspida e pouco atenciosa. Imediatamente, o Diretor apresentou como testemunhas do ocorrido o Prof. Raul Pinheiro Machado e a Profª Alair Stremel

de Camargo, ambos presentes à reunião. Eles confirmaram as afirmações do Diretor, mas o Prof Mário Pereira de Araújo apresentou uma carta do aluno Egon Brepohl, cujo teor é o seguinte:

Ilmo. Prof. Dr. Mário Pereira de Araújo e D.D. Diretor do Colégio Estadual Regente Feijó. Venho por intermédio desta, expressar o desejo de apresentar as minhas sinceras desculpas pelo incidente que tive ontem à noite com V.Sa. Tomo a iniciativa pelo fato de que eu naquele momento me dirigi a V. As. com palavras que não são de meu alcance, em virtude de eu ter me exaltado um tanto demais. Arrepentido, venho a sua presença pedir para que releve esta falta, prometendo nunca mais fazê-lo. Mui respeitosamente aguardo uma boa solução de sua parte, Egon Theophilo Brepohl.(COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1957b, p.3)

A polêmica não havia terminado, porque o aluno Djalma de Almeida Cesar, Presidente do Centro Cívico Regente Feijó veio em defesa de seu colega com apresentação de uma carta com a seguinte redação:

Exmo. Sr. Prof. Dr. Mário Pereira de Araújo e D.D. Diretor do Colégio Estadual Regente Feijó. Ao dirigir-me a V. Exa., bem como a essa colenda Congregação, move-me o propósito de expor, perante ás distintas pessoas que compõem a referida Congregação, algumas razões para que se possa estabelecer um juízo mais sereno, no que se refere aos lamentáveis fatos de ontem a noite. Explico-me: - Conquanto esteja certo que nosso prezado Diretor com a retidão que lhe é peculiar, tenha procurado do melhor modo, salvaguardar a disciplina e o espírito de hierarquia deste Estabelecimento, ainda assim, ousou vir a presença dos ilustres mestres para aventar a possibilidade de um entendimento cordial, consistente em justas excusas e prova de reconhecimento da falta cometida por parte do aluno Egon Brepohl. Devemos convir que, naturalmente, dado o natural nervosismo e a falta de auto-domínio do mesmo, tenha se excedido nas expressões e gestos menos respeitosos. Entretanto, como esteja ele, segundo afirmo, deseja desculpar-se publicamente, confio no espírito compreensivo de V.Exa. e dignos componentes da Congregação, no sentido de que lhe revele essa falta, já que se trata de aluno de bons precedentes e figura indispensável nas Olimpíadas Estudantis. Na esperança de que esse meu pedido será levado em consideração, antecipo a V.Exa e dignos componentes da Congregação os meus cordiais e sinceros agradecimentos. Mui respeitosamente, pelo bem de nosso querido Estabelecimento, Djalma de Almeida Cesar. .(COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1957b, p. 3).

Diante de todos esses fatos e com debates sobre esse assunto, o Diretor afirmou que não guardava mágoa do aluno Egon Brepohl, pois tinha a consciência tranquila de estar cumprindo o seu dever de maneira a honrar o cargo que ocupava por delegação do Governador do Estado, e pelo respeito que merecia seus colegas e o próprio Colégio, informou que “diante do pedido de clemência feito por escrito pelo aluno, tornava sem efeito a pena de expulsão que lhe havia sido imposta e o

puniria com 20 dias de suspensão das atividades escolares.” (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, 1957b, p.4).

Alguns alunos egressos do Colégio Regente Feijó expressaram suas lembranças publicando livros, como é o caso de Wanke (1994), quando adolescente, tinha um diário, e a partir dele, escreveu seu livro. Ele ingressou no Colégio em 1946, no Curso Científico. Em seu livro “O despertar do amor (aventuras e descobertas de um estudante apaixonado de 17-18 anos, vividas na década de 1940, em Ponta Grossa, Paraná)”, tem-se um exemplo das representações feitas pelos alunos e que, inegavelmente, marcaram suas vidas. As suas lembranças revelaram fatos importantes ocorridos no interior do Colégio, por isso, ao longo da narrativa, o cotidiano do Colégio vai se descortinando diante de nós, leitores, com detalhes que em nenhum documento, ata ou relatório, nos revelariam.

As aulas deveriam ter se iniciado no dia 15 de março de 1946, mas, como caía numa sexta-feira, ficou tudo para segunda, dia 18. Começou havendo aulas aos sábados, mas isto acabou logo, graças à boa vontade do professor Raul Pinheiro Machado, preenchendo claros existentes no horário dos outros dias da semana. O segundo grau era, na época, dividido em dois, de acordo com a carreira que o aluno pretendesse seguir na Universidade: o Clássico e o Científico. O Clássico destinava-se a quem desejasse fazer Direito, Filosofia e Letras. As matérias davam ênfase a esta área de interesse: Latim, Grego, Literatura, etc. O Curso Científico era para os que aspiravam seguir Engenharia, Medicina, Química, Odontologia, Veterinária ou Ciências, como eu ia firme na intenção de estudar Engenharia, é claro que optei pelo Científico. No meu tempo o horário do segundo ciclo era bastante esquisito: das cinco da tarde às oito e quarenta e cinco, cinco aulas de quarenta minutos com cinco de intervalo. Nos intervalos e, especialmente, quando não havia uma aula, em vés de ficarmos no pátio, nos deslocávamos para a aprazível praça Barão do Rio Branco, arborizada, bem iluminada, sempre animada com gente indo e vindo, garotas com as quais mexíamos barulhentosamente, serviço de alto-falantes emitindo música. (WANKE, 1994, p. 47).

Wanke (1994) lembrou que, “em 1946 - e também no ano seguinte -, havia duas turmas, A e B, no primeiro Científico, duas no segundo e apenas uma no terceiro ano”. A sua justificativa é a de que a diminuição brusca de alunos do segundo ano para o terceiro ocorreu devido à evasão daqueles que se mudavam para uma cidade universitária, no caso Curitiba, a cidade mais próxima, onde havia melhores recursos de preparação intensiva para o vestibular. Lembrou que o Curso Clássico, no qual predominavam as mulheres, havia apenas uma turma por ano.

Sobre a rotina dos estudantes, lembrou que em cada aula eles mudavam de sala, sendo chamados pelos alto-falantes do Colégio, os quais eram ouvidos da

praça. Os Cursos Científico e Clássico pertenciam ao segundo ciclo, mas, os alunos desta época o chamavam de “pré”: “numa reminiscência coletiva do tempo, antes da Reforma Capanema de 1941, em que o curso, de dois anos, chamava-se ‘pré-universitário’”. (WANKE, 1994, p. 47).

Sobre seus colegas de turma da primeira série A do Curso Científico, em 1946, lembrou:

A chamada era feita pelo número e havia 28 alunos em sala, sendo 24 rapazes e 4 moças. A propósito, anotei no meu Diário, no dia 22 de março de 1946. Na minha turma havia o grupinho de bagunceiros: o Françaoldo Lauria (já meu conhecido desde o primeiro ano do ginásio), o Haroldo Charuto, o Haroldo Pasteleiro, o João Material... (WANKE, 1994, p. 49).

Os professores, suas características marcantes e as respectivas matérias também são lembrados por ele:

Naquele ano, 1946, os professores eram: Meira de Ângelis, Português; Paulo Grott, Matemática; Paula Soares, Química; Sadi Silveira, Física; Faris Michaelle, Inglês; Paulo B. Francês e Espanhol; Nivon Weigert, História; Lourival Santos Lima (até maio) e Oto Nascimento (até o fim do ano), Geografia e José Daros, Desenho. Como acontece em todas as atividades humanas, havia professores bons e maus, melhores e piores. O professor Nivon Weigert, por exemplo, era correto em suas exposições na cadeira de História. Na primeira aula, fez uma súmula do programa a seguir durante o ano: ponto positivo. No meu Diário, eu observava, no dia 30 de abril: ‘História está se tornando interessante!’ – o que comprova a competência do mestre. Por outro lado, o professor de Química, Paula Soares, simplesmente se limitava a ditar pontos – aquela maneira tão obsoleta de dar aulas. E numa cadeira eminentemente prática como Química! O professor Paulo de Francês e Espanhol era novo no Regente em 1946. Gostei de sua aula de Francês. No dia 20, emitii uma observação que achei digna de transpor para o Diário: ‘- Não me façam perder um minuto de aula com tolices. Vejam só: vocês são 28 pessoas. Se perdermos um minuto, multipliquem este minuto por 28, e teremos 28 minutos perdidos.’ [...] Outra grande figura do cenário intelectual pontagrossense era o professor Lourival Santos Lima, poeta e escritor com o qual depois teria bastante contato. O que mais trouxe anotações no meu Diário, em 1946, foram as aulas do professor Grott, de Matemática. Na primeira aula, de 18 de março, fez chamada e nos dispensou. Na segunda, dia 20, deu aula sobre soma. Fez-me perguntas e eu adorei. Escrevi no diário: ‘Em Matemática, temos um professor e tanto! Ainda bem! Outro professor que teve diversas anotações no Diário foi o Dr. Faris Michaelle. E nenhuma delas lisonjeira... Meu primeiro contato com aquele que mais tarde seria meu ídolo, e que já era a mais importante figura da intelectualidade pontagrossense, não foi muito favorável. Em 19 de março, anotei: ‘o professor de Inglês, homem bom demais, não conseguiu dar aula. O pasteleiro (Haroldo Bastos) não o deixou em paz, fazendo perguntas idiotas e intervenções esdrúxulas, não lhe permitindo desenvolver a matéria’. Na segunda-feira, dia 21 de março, o problema prosseguiu sem solução. Cheguei a observar no Diário, chocado com a situação lamentável daquelas primeiras aulas: ‘ professor banana mole, como diria o Padre Valdemiro Haneiko. A aula dele é sempre de esculhambação...’ O professor Meira de Ângelis, de Português, recebeu poucas anotações no meu Diário. Suas aulas eram chatas, cansativas. (WANKE, 1994, p. 55).

Wanke (1994) identificou nas representações feitas dos professores, a própria formação recebida no Colégio Regente Feijó: as aulas expositivas, a matéria ditada, os alunos que não queriam estudar, os professores que não incentivavam os alunos enfim, expôs sua concepção de aula e escola. Uma escola em que se privilegiavam a aquisição do conhecimento.

Com tudo isso, vê-se que a vida estudantil no Ginásio Regente Feijó foi marcada pelo êxito intelectual, pela criação de grêmios e associações estudantis, pela prática de esportes, pelas sessões artístico-culturais e por uma vigorosa imprensa, que valorizava as criações literárias dos estudantes. Os textos escritos pelos estudantes regentinos chamavam a atenção pela linguagem utilizada: excesso de elogios, com termos superlativos.

Os estudantes do Ginásio Regente Feijó vivenciaram inúmeras oportunidades de expressarem seus dons, (Anexo A). Dentro e fora das salas de aula, eles produziam textos poéticos e dissertativos, liam autores clássicos da literatura nacional e estrangeira. Declamavam poesias em língua nacional e estrangeira, participavam de saraus, bailes, teatro, agremiações literárias e a imprensa estudantil, como se percebeu na notícia veiculada no Jornal Diário dos Campos, de 17 de outubro de 1932, na sua página 2. Também, nesta época, os desfiles cívicos, as comemorações do aniversário da escola, as festas de formaturas constituíram momentos em que a vida escolar era celebrada com muita pompa e solenidade. Esses rituais cívicos eram largamente noticiados pelos jornais. Em Ponta Grossa, o Jornal Diário dos Campos contribuiu para a reconstrução de uma memória histórica e de um ufanismo nacional relacionado à política e à educação da época.

Todas as lembranças, comemorações e notícias vêm confirmar, de certa forma, o que os alunos do ensino secundário do Ginásio, depois, Colégio Regente Feijó construíram ao longo de seus estudos, dentro e fora das salas de aula e que os diferenciavam: uma identidade estudantil reconhecida pela sociedade local, pelo seu apreço, pela cultura escrita, seu gosto pela leitura, pela eloquência literária, a atuação teatral, possibilitada pelas agremiações e pelo Centro Cívico Regente Feijó, pela imprensa estudantil, pelos bailes, pela garra nos esportes e, até, pela irreverência de comportamento, próprio da rebeldia da juventude.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ponta Grossa, até a década de 1920, não possuía um ginásio público, a maioria dos cursos era do primário e particular, por isso seu ensino era considerado fraco. Foi a partir dessa constatação que políticos locais e parte da sociedade da época lutaram pela criação de um Ginásio Público, junto ao governo do Estado.

Neste momento, via-se a ascensão social de uma elite que crescia com o comércio e a indústria em Ponta Grossa, e os efeitos econômicos gerados pelo plantio da erva-mate aceleraram o processo de urbanização e modernização no Paraná, marcando a chegada dos trilhos da ferrovia em Ponta Grossa. O advento da construção da Estrada de Ferro e da instalação da luz elétrica assinalou uma nova era para a cidade.

O Ginásio Regente Feijó foi incluído como estratégia para dar continuidade ao progresso da cidade, porque os membros da elite econômica e intelectual almejavam um ensino assentado em uma cultura mais elaborada, cuja formação pudesse expressar a distinção cultural de uma elite.

Contribuindo para isso, neste período, o ensino secundário do país foi estruturado para atender, principalmente, aos anseios das elites dominantes, que possuíam o prestígio socioeconômico e tinham condições de oferecer uma educação que pudesse preparar seus filhos para o nível superior, ou seja, o ensino secundário se destinaria à preparação das individualidades condutoras do país.

No período histórico delimitado nesta pesquisa, de 1927 a 1961, ocorreram modificações no ensino secundário brasileiro, desde questões referentes à sua estrutura, quanto também em relação às suas finalidades. Percebeu-se que no governo de Getúlio Vargas a educação passou a ser alvo de cuidados especiais e serviu como meio de veiculação da ideologia do regime que se implantava.

Uma das iniciativas do governo provisório foi a implantação da Reforma Francisco Campos, a partir de 1931, quando o Estado passou a exercer maior influência nos assuntos relacionados à educação. A reforma Francisco Campos é considerada por muitos pesquisadores da educação como marco na tentativa de mudança do ensino secundário no Brasil.

O Colégio Pedro II foi considerado o colégio modelo para todo o ensino secundário nacional. Os colégios secundários oficiais deveriam ser a ele

equiparados, seus programas e seus currículos deveriam ser adequados aos dele, mediante inspeção federal.

Após pressões da demanda social por uma escola secundária, Gustavo Capanema encaminhou a sua reforma, atendendo aos interesses de grupos conservadores. Desse modo, a divisão em ciclos constituiu-se em mais uma medida que a Lei Orgânica do Ensino Secundário afirmava para a conclusão dos estudos secundários.

Todo esse contexto reafirmou que a educação no Estado Novo possuía um caráter propedêutico para aqueles de melhor posição na pirâmide social e um caráter profissionalizante precoce para as classes menos favorecidas, atendendo, assim, aos desejos da classe empregadora, ratificando a ordem dominante.

Por isso, estudar as políticas traduzidas nas Leis Francisco Campos e Gustavo Capanema foram fundamentais para que se pudesse compreender a organização do ensino secundário no Paraná e, no caso deste estudo, do Ginásio Regente Feijó, em Ponta Grossa. Também o estudo do contexto, no qual tais leis aconteceram, constituiu - se em prioridades para a compreensão do que as leis pretendiam.

No Estado do Paraná, em 1943, havia oito estabelecimentos, que eram fiscalizados pelas autoridades. De todos eles, apenas dois eram públicos, ou seja, somente dois eram equiparados ao Colégio Pedro II: o Ginásio Paranaense, em Curitiba, e o Ginásio Regente Feijó, em Ponta Grossa. Os exames necessários para a obtenção da licença ginasial deveriam ser realizados em estabelecimento de ensino secundário federal equiparado ou reconhecido pelo governo. Nos Campos Gerais, era em Ponta Grossa, no Ginásio Regente Feijó que esses exames eram realizados.

Verificou-se com este estudo que entre os anos de 1927 a 1961 intensificou-se o processo de expansão do ensino secundário no Brasil, porém essa expansão não significou a democratização do ensino secundário. Em termos numéricos e estatísticos, a maioria da população brasileira e paranaense não tinha acesso a esse grau de ensino. Poucos alunos conseguiam concluí-lo e grande parte dos estabelecimentos de ensino era particular e não público. No Paraná, até meados dos anos de 1940, as instituições secundárias estavam localizadas na capital do Estado ou em regiões próximas a ela.

Sem descartar a relação entre o contexto nacional e regional que permitiu a fundação da escola secundária pública em Ponta Grossa, privilegiaram-se, neste estudo, não só os documentos, mas também os depoimentos escritos, registrados nos jornais e nos livros de memória. Enfim, os vestígios produzidos pelos homens e a concepção de que eles podem auxiliar na reconstrução histórica, pois contêm testemunhos que falam do passado e possibilitam a sua compreensão. Ao analisar os jornais dos estudantes, pôde-se perceber que eles foram importante veículo para propagar os ideais educativos, compondo, dessa forma, uma representação sobre a imagem do Colégio, seus costumes, suas tradições nas práticas escolares ali vivenciadas.

A pesquisa apontou para aspectos importantes da organização do Ginásio Regente Feijó em atendimento às disposições legais e por oferecer educação a uma clientela proveniente das classes mais abastadas da cidade de Ponta Grossa e cidades vizinhas. As fontes pesquisadas informaram que o curso secundário do Ginásio Regente Feijó, em grande parte, seguiu os programas de ensino determinados nas Reformas, ou seja, o conteúdo das matérias, sua organização nas séries, a carga horária semanal e, também, adoção de livros e autores determinados no programa oficial. No entanto, no currículo proposto pelo Ginásio/Colégio houve pequenas diferenças em relação ao currículo oficial. No curso ginásial, a disciplina Música foi proposta. Outra diferença aparece na disciplina de História Natural, que foi proposta pela reforma como Biologia e no Colégio Regente Feijó permaneceu com História Natural, demonstrando mais uma das singularidades envolvendo o ensino do Colégio Regente Feijó.

Uma tradição dos estudantes do ensino secundário presente, por bom tempo, no Ginásio Regente Feijó, foi a formatura pomposa dos Bacharelados de Ciências e Letras, com grandioso baile, para a obtenção do título de Bacharel aos alunos concluintes do ensino secundário. No início da República, alguns estabelecimentos secundários do país extinguiram esse título, mas essa tradição foi preservada no Ginásio Regente Feijó, até meados de 1940.

Na memória dos ex-alunos do Ginásio/Colégio encontramos inúmeras lembranças destacadas como diferencial no seu ensino: o rigor acadêmico, valorizando os estudantes dos tempos em que o Ginásio era Ginásio e que o curso pré-universitário encerrava os estudos de Humanidades.

Nas atividades do Grêmio Esportivo Intelectual e do Centro Cívico Regente Feijó surgiram oportunidades acadêmicas para o desenvolvimento do senso crítico dos alunos. A leitura de obras literárias, a escrita de artigos para os jornais estudantis, a música também os interessava. Havia, igualmente, interesse pelas matérias fundamentais das ciências, e também se discutia política. Os professores, (profissionais liberais, em sua grande maioria) e os diretores, de certa forma, oportunizaram práticas educativas que fossem além da memorização, da inculcação ideológica, como atestam os relatos dos ex-alunos, fato que diferenciou o ensino ali ministrado. Outro fato a ressaltar é que boa parte dos ex-alunos do Ginásio/Colégio passou a ocupar postos de destaque em vários setores da sociedade Paranaense.

O esporte ocupou lugar de destaque dentre as atividades do Ginásio/Colégio, os Jogos Estudantis da Primavera são lembrados pelos alunos egressos do Colégio como um evento marcante. Lembram que o time do Colégio Regente Feijó era considerado o Grande Bicho Papão dos jogos. Já na primeira edição, o Colégio apareceria como o grande campeão de toda a história da competição, recebendo o troféu Estudante. Pelos relatos, os jogos dos estudantes foram considerados mais um diferencial na história do Colégio.

Os estudantes do Ginásio/Colégio Regente Feijó participavam, com entusiasmo, dos desfiles comemorativos em datas históricas, buscando atender à legislação que enfatizava a educação cívica da juventude e o desenvolvimento do amor patriótico, divulgados à época.

As comemorações pelo aniversário do Colégio Regente Feijó eram ansiosamente aguardadas. Essa data sempre foi lembrada pelos jornais como um fato importante para a sociedade ponta-grossense. Era motivo de grande festejo por parte do corpo docente e discente do Colégio.

Por tudo isso, verificou-se que o Ginásio/Colégio Regente Feijó manteve, até a década de 1960, um ensino pautado na distinção social e diferenciado dos demais. Os alunos se viam como pertencentes a uma elite intelectual. Nas representações feitas pela sociedade ponta-grossense, de fato, eles eram tidos como elite intelectual pelo fato de terem sido selecionados para estudar no Ginásio/Colégio e pelo fato de continuarem seus estudos.

Com base nesta pesquisa, o Ginásio Regente Feijó forneceu grande parte dos quadros docentes que fizeram funcionar a primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Ponta Grossa, num tempo em que escola pública era

numericamente inexpressiva. O Ginásio se consagrou como um lugar em que professores exercitavam a rigorosa formação da juventude para ingressar em um mundo da cultura acadêmica que os conduziram ao êxito como futuros dirigentes do destino da nação. Adolescentes e jovens que ingressaram no Ginásio/Colégio Regente Feijó receberam a formação da época. Aprenderam a escrever e falar bem, a valorizar os bons autores da literatura, especialmente a nacional, a amar e exaltar a pátria.

A investigação, enfim, revelou que as práticas escolares do Ginásio/Colégio diferenciaram e moldaram o seu ensino e confirmaram que o Colégio seguiu os parâmetros do Colégio Pedro II em relação à sua organização e funcionamento, tornando-se, assim, em importante objeto de investigação histórica. Essa Instituição foi criada num momento histórico significativo para a expansão da escolarização secundária no Brasil e no Paraná e as singularidades apontadas em cada capítulo permitiram confirmar a hipótese da tese.

As abordagens feitas nesta pesquisa não se encerram em si mesmas, elas possibilitam diferentes estudos em diferentes sentidos e direções. Quanto aos períodos da História da Educação no Brasil, vários temas poderão suscitar a partir desse estudo. Dessa maneira, abrem-se muitas possibilidades de continuidade de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

A PALAVRA. Ponta Grossa, ago. 1937.

ABREU, A. de. **Leis do ensino secundário e seus comentários**. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1939.

ABREU, J. A. A educação secundária no Brasil. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 58, p. 39-46. abr/jun. 1955.

\_\_\_\_\_. Status do professor de ensino médio no Brasil. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 101, p. 91-107, jan/mar., 1966.

\_\_\_\_\_. A educação secundária no Brasil: ensaio de identificação de suas características principais). **Revista brasileira estudos pedagógicos**. Brasília, v. 86, n. 212, p. 39-84, jan./abr. 2005

ABREU, G. S. A. A homogeneização do ensino secundário na década de 1930: estratégias de eficiência, racionalidade e controle. **Educar em Revista**. Curitiba: UFPR, n. esp. 2, p. 291-302, 2010.

AUGSTEN, P. da S.; BUENO, M. L. **Tapejara – apolítico e independente. Porta voz do primeiro Centro Cultural de Ponta Grossa**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/Tapejara%20-%20apolitico%20e%20independente>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

AIRES, J. A. **História da disciplina escolar química: o caso de uma instituição de ensino secundário de Santa Catarina 1909-1942**. 2006. Tese - (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Educação Científica e Tecnológica, 2006.

AMORIM, E. D. Arquivos, pesquisa e as novas tecnologias. In: FARIA F, L. M. de (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para História da educação**. Campinas: Autores Associados, 2000.

ANTUNHA, H. C. G. **A Instrução na Primeira República: a união e o ensino secundário na Primeira República**. Tese (Livre docência em Educação) - Universidade de São Paulo, 1971.

AYRES, João Dias. **Portal da esperança: crônicas do anteontem**. Londrina: Midiograf, 2000.

AZEVEDO, F. **A educação na encruzilhada: problemas e discussões**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

\_\_\_\_\_. A transmissão da cultura. In: **A Cultura Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p. 3.

\_\_\_\_\_. **A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos.** São Paulo: Melhoramentos, 1962.

BAPTISTA, V. B. V. **Curitibanos dos Campos Gerais.** Curitiba: Fundação Cultural, 2002.

BARROS, E. C. A. C. **Atheneu Norte-Riograndense: práticas culturais e a formação de uma identidade (1892–1924).** Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

BASTOS, M. H. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856–1892). **História da Educação.** Pelotas, v.12, n. 26, p. 39-58, set./dez., 2008.

BEOZO, J. O. A igreja entre a revolução de 1930, o estado novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris. (Dir.) **História geral da civilização brasileira: III. O Brasil republicano: 4. Economia e cultura (1930-1964).** 2. ed. São Paulo: Difel, 1986.

BICUDO, J. C. **O ensino secundário no Brasil e a sua atual legislação (de 1931 a 1941 inclusive).** São Paulo: José Magalhães, 1942.

\_\_\_\_\_. **O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação** (de setembro de 1942 a julho de 1943). Suplemento nº 2. São Paulo, 1943.

BITTAR, M; FERREIRA JR, A. História, epistemológica marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 30, n.107, p. 489-511, mai./ago. 2009.

BITTENCOURT, C. M. F. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 193-221, 1992/1993.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: DULCE, P. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais da educação.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOSCHILIA, R. T. **Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba – 1925 -1965).** 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba , 2002.

BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil.** 1940. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 ago. 2012.

BRASIL.(Constituição 1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm) . Acesso em: 19 jun. 2012.

BRASIL. **Constituições Brasileiras**: 1934. Brasília: Senado Federal, 2001a. v. 3.

\_\_\_\_\_. **Constituições Brasileiras**: 1937. Brasília: Senado Federal, 2001b. v. 4.

\_\_\_\_\_. **Constituições Brasileiras**: 1946. Brasília: Senado Federal, 2001c. v. 5.

BRASIL. **Decreto n.o 19.890 de 18 de abril de 1931**. 1931. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19890.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19890.htm). Acesso em: 20 jun. 2011.

BRASIL. **Decreto n. 21.241 de 4 de Abril de 1932**. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. 1932. Disponível em: <[www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br)> . Acesso em: 10 out. 2011.

BRASIL. **Decreto n. 4.244 de 9 de Abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário. 1942. Disponível em: [www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br). Acesso em: 10 out. 2011.

BRASIL. **Decreto n. 14.708 de 8 de fevereiro de 1944 da Divisão de Ensino Secundário**. 1944. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm). Acesso em: 11 out. 2011.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Conselho Nacional de Estatística, **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano XIV. Rio de Janeiro, dezembro de 1953.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Institucional**: o MEC. 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=171](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171). Acesso em: 07 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Classificação dos Estabelecimentos de Ensino Secundário**. Curitiba, [193?].

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. Discurso do Presidente da República, João Fernandes Campos Café Filho, proferido em 12 de outubro de 1954- **Importância fundamental e decisiva de educação no Brasil – Campanha contra o analfabetismo**, p. 33-41.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Ensino secundário no Brasil**: organização, legislação vigente, programas. Rio de Janeiro: INEP, 1952. (Publicação n. 67).

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Panorama da Educação Nacional**. Rio de Janeiro, 1937.

CAMARA, S. Progredir ou desaparecer: O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 como itinerário para a construção do Brasil moderno. In: MAGALDI, A. M.; GONDRA, J. G.(Orgs.). **A organização do campo educacional no Brasil: manifestações, manifestos e manifestantes**. São Paulo: 7 Letras, 2003.

CAMPOS, F. **Educação e cultura**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940.

CAPANEMA, G. Discurso pronunciado pelo Ministro Gustavo Capanema na comemoração do Centenário do Colégio Pedro II, em 2 de dezembro de 1937. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Panorama da Educação Nacional**. Rio de Janeiro: 1937.

CAPANEMA, G. Discurso do Ministro Gustavo Capanema pelo Centenário do Colégio Pedro II: 1937. In: MARINHO, I.; INNECO, L. **Colégio Pedro II: cem anos depois**. Rio de Janeiro: Vilas Boas, 1938.

CAPANEMA, Gustavo. **Exposição de Motivos da lei orgânica do ensino secundário nº 19, de 1 de abril de 1942**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1942.

\_\_\_\_\_. Exposição de motivos à reforma do ensino secundário. **RBEP**, n. 134, p. 1-5, abr./jun. 1974.

CAPELATO, M. H. R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Papirus, 1998.

CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C. M. **Atlas histórico do Paraná**. 2.ed. Curitiba: Livraria Chain, 1986.

CARDOSO, T. F. L. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil: Séculos XVI-XVIII**. Petrópolis: Vozes, 2004. v. 1, p.179-191.

CARNEIRO, C. F. G; OLIVEIRA, J. C. Edificações Escolares em Ponta Grossa a partir da gestão da “coisa pública” de Albary Guimarães. **Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística Letras e Artes**, Ponta Grossa, 97-110, jun. 2005.

CARONE, Ed. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CARTOLANO, M. T. P. **Benjamin Constant e a instrução pública no início da república**. 1994. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Campinas, 1994.

CARVALHO, H. S. de O. A universidade e a formação de professores: o caso do Projeto Correção de Fluxo no Paraná. **Em aberto**, Brasília, v.17, n. 71, jan. 2000.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, M. de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CASTRO, E. A. de. **Arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955)**. 2010. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 2010. v. 2.

CHAMMA, G. V. F. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa: SMEC, 1988.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 2004.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. (Coleção: História do Povo brasileiro).

CHAVES, N. B.. **A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos – década de 1930**. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 2001.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, v. 2, 1990. p. 177-229.

COELHO, R. B. M.. **O sindicato dos professores e os estabelecimentos particulares de ensino no Rio de Janeiro 1931-1950**. 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1988.

COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Ata da 2ª reunião da Congregação dos Professores realizada em 7 de março de 1957**. Ponta Grossa, 1957, p. 1-10.

COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Ata da 3ª reunião da Congregação dos Professores realizada em 14 de setembro de 1957**. Ponta Grossa, 1957, p. 1-10.

COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Ata da reunião da Congregação dos Professores realizada, em 1945**. Ponta Grossa, 1945. P. 1-10.

COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. Ata da sessão solene da Instalação do Ginásio Regente Feijó. In: \_\_\_\_\_. **Atas de sessões da Congregação do Ginásio Regente Feijó, data de abertura 28 de março de 1927 a 30 de agosto de 1946**. Ponta Grossa, 1946. P. 1-20.

COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Ata da sessão solene da posse do Diretor do Colégio Estadual Regente Feijó, Mário Pereira de Araújo, em 07 de março de 1956**. Ponta Grossa, 1956. P.1-10

COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Livro de matrículas do Ginásio Regente Feijó, 26 de outubro se 1933**. Ponta Grossa, 1933.

- COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Mensagem proferida para o Projeto Vale saber, em 11 de dezembro de 2001.** Ponta grossa, 2001.
- COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Relatório de visita da Inspeção Federal.** Ponta Grossa, 1929.
- COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Relatório de visita da Inspeção Federal.** Ponta Grossa, 1944.
- COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Relatório do Inspetor Federal, José Nicolau dos Santos.** Ponta Grossa, 1933a.
- COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Relatório do inspetor federal.** Ponta Grossa, 1937.
- COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Relatório do Inspetor Federal, Joaquim Loyola, 1934.** Ponta Grossa, 1934.
- COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Relatório do Inspetor Federal, Joaquim Loyola, 1940.** Ponta Grossa, 1940.
- COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Relatório do Inspetor Federal, Joaquim Loyola, 1942.** Ponta Grossa: prefeitura Municipal, 1942.
- COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Relatório do Inspetor Federal, Joaquim Loyola, 1943.** Ponta Grossa, 1943.
- COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. **Relatório do Inspetor Federal, Joaquim Loyola, 1944.** Ponta Grossa, 1944
- COLÉGIO PEDRO II. **Histórico do Colégio Pedro II:** unidade escolar centro. 2011. Disponível em:  
<<http://www.cp2centro.net/historia/historia/historia.asp?data=22/6/2011%2010:09:29>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- CORREA, N. A inteligência no regime atual. **Jornal A Manhã.** Rio de Janeiro, 13 fev. 1943.
- CUNHA, C. da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.
- CUNHA, M. V. **O velho estádio: educação e poder nos anos de ouro do Ginásio Otoniel Mota.** Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.
- CUNHA JUNIOR, C. F. F. **Cultura escolar e a formação da boa sociedade:** uma história do Imperial Collegio de Pedro Segundo. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação, espaço e poder no imperial Collegio de Pedro Segundo. **Currículo sem Fronteiras**, v.10, n.2, p.183-199, Jul./dez. 2010.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 15 mar. 1922.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 17 out., 1932.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 4 fev., 1937.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 21 abr. 1937.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 27 abr. 1937.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 18 fev. 1940.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 1 mar. 1940.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 28 jun. 1940.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 4 jan. 1942.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 13 fev. 1942.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 28 jul. 1942.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 22 out. 1942.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 29 nov. 1942.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 23 maio 1943.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 16 dez. 1943.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 12 maio 1944.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 10 nov. 1944.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 11 nov. 1944.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 19 nov. 1944.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 15 dez. 1944.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 21 dez. 1944.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 22 dez. 1944.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 30 ago. 1945.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 3 out. 1945.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 5 out. 1945.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 1 nov. 1945.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 13 jun. 1952.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 23 jan. 1955.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 2 abr. 1956.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 1 abr. 1987.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 12 abr. 1987.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 19 set. 2005.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, a. 1, n. 5, 28 ago. 1931.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, a. 1, n. 10, 20 dez. 1931.

DITZEL, C. H. de M.. A “cidade encruzilhada”. In: Os velhos Campos Gerais e a nova Ponta Grossa. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, ed. esp., 178 anos de Ponta Grossa), set. 2001.

\_\_\_\_\_. **Manifestações autoritárias: o integralismo nos Campos Gerais (1932-1955)**. 2004. 305 fl. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DÓRIA, E. **Memória-histórica do Colégio Pedro II: 1837-1937**. 2. ed. Brasília: INEP, 1997.

DROPA, M. M. **A memória do patrimônio histórico tombado e Ponta Grossa-Paraná**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Paulista Júlio Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, , Assis, 1999.

DUTRA, E. de F. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.

FANAL. Ponta Grossa, a. 1, n. 3, 13 jul. 1931.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 20 dez. 1931.

FANAL. Ponta Grossa, a. 1, n. 3, 13 jul. 1931.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 20 dez. 1931.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FARIA FILHO, L.M. Escolarização, culturas e práticas no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002a.

FARIA FILHO, L.M. In Lopes, Alice Casemiro e Macedo, Elizabeth (orgs). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002b.

FARIA FILHO, L.M. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v 30, n.1, jan/abr.2004, p. 139-159.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: EDUSP: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001a.

\_\_\_\_\_. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001b.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.) **O Brasil Republicano: sociedade e instituições: (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v.2, t.1.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, 2000.

FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: USP, 1966. (Coleção Ciências Sociais Dominus, n . 6).

FGV/CPDOC. **Acervo do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2012a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc>. Acesso em: 27 set. 2012.

FGV/CPDOC. **Álbum a juventude do estado novo**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2012b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc>. Acesso em: 27 set. 2012.

FONSECA, S. A. **Os professores e a qualidade do ensino: a escola secundária paulista (1946-1961)**. Dissertação (Mestrado em Educação) \_ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

FORQUIN, J. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREYRE, G. **Inglês no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

GATTI JR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. IN: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI Jr, D. (Orgs.). **Novos temas em História**

**da Educação brasileira: instituição escolares e educação na imprensa**, Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 3-22.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 31 jan. 1931.

\_\_\_\_\_. Curitiba, 14 fev. 1931.

\_\_\_\_\_. Curitiba, 21 fev. 1931.

\_\_\_\_\_. Curitiba, 14 mar. 1931.

\_\_\_\_\_. Curitiba, 13 ago. 1952.

GINÁSIO REGENTE FEIJÓ. **Livro de atas de nomeação**. Ponta Grossa, 1944.

GINÁSIO REGENTE FEIJÓ. **Regimento interno**. Ponta Grossa, 1937.

GONÇALVES, M. A. C.; PINTO, E. A. **Ponta Grossa: um século de vida, 1823 – 1923**. Ponta Grossa: Kugler, 1983.

HADDAD, S. **Ensino supletivo no Brasil: o estado da arte**. Brasília: INEP/REDUC, 1988.

Haidar, M. L. M. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Gribaldo, USP, 1972.

HILSDORF, M. L. S.. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HOLLANDA, G. de. **Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro: 1931/1956**. Rio de Janeiro: INEP, 1957.

HOLZMANN, G. V. F.. **Colégio Regente Feijó (1927-1977): 50 anos de história**. Ponta Grossa: UEPG/Imprensa Universitária, 1977.

HORTA, J. S. B.. **O Hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. **Gustavo Capanema**. Recife. Editora Massangana, 2010, 158 p.

IANNI, O.. O mundo do trabalho. IN: FREITAS, M. C. de. (Org.). **A reinvenção do futuro**. São Paulo: Cortez, 1996.

IANNI, O.. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA. **Ensino secundário no Brasil: esclarecimentos do Sr Ministro da Educação Simões Filho, em entrevista coletiva à imprensa, 1952**. Brasília, 1952.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil**, Brasília, a. 2, 1936.

JORNAL DA MANHÃ. Ponta Grossa, 7 mar. 1957.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 14 set. 1957.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 1 abr. 1987.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 12 abr. 1987.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 1 abr. 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, nº 1, p. 9-43, Jan./Jun. 2001.

KUBO, E. M. **A legislação e a instrução pública de Primeiras Letras na 5ª Comarca da Província de São Paulo**. Curitiba/PR: BPPR/SEEPR, 1986.

LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na primeira República: uma interpretação. In: BORIS, Fausto (Org.) **O Brasil Republicano: sociedade e instituições: (1889-1930)** t. III, v. 2. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004. v. 2, t. 3.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEITE, M. M. **O ensino de História no primário e no ginásio**. São Paulo: Cultrix,, 1969.

LORENZ, K. M; VECHIA, A. O debate Ciências versus Humanidades no século XIX: reflexões sobre o ensino de Ciências no Collegio de Pedro II. In: Gonçalves Neto, W; Miguel, M.E.B; Ferreira Neto, A. [orgs] **Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares [ séculos XIX e XX]**. Vitória, Brasil: EDUFES, 2011, p. 115-152.

LOURENÇO F, M. B. **Tendências da educação brasileira**. São Paulo. Melhoramentos, 1940.

LUPORINI, T. J. (Org.). **De escola normal a instituto de educação: a trajetória de uma escola**. Ponta Grossa: UFPG/Imprensa Universitária, 1994.

MACHADO, R. de C. G. **Uma análise dos Exames de Admissão ao Secundário (1930-1970): subsídios para a História da Educação Matemática**. 2002. Dissertação ( Mestrado em educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, 2002.

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

MAGALHÃES, C. R. **A Escola de Belas Artes de Pelotas: da Fundação à Federalização (1949-1972) uma contribuição para a história da educação em Pelotas.** 2008. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Pelotas, 2008.

O MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. esp., p.188–204, ago. 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2012.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores, 1959. **Fernando de Azevedo** [et AL]. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122p. (Coleção Educadores).

MARCÍLIO, M. L. **História da educação em São Paulo e no Brasil.** São Paulo. Imprensa Oficial do Estado; Instituto Braudel, 2005.

MARÇAL, M. A. Regente Feijó: memórias de uma escola. In: VEIGA, Z. (Org.). **Visões de Ponta Grossa.** Curitiba: Pós-Escritos, 2003. v.3.

MARTINS, C. R. K. **A disciplina escolar de História no ensino secundário público paranaense: 1931 a 1951.** Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2006.

MASSUNAGA, M. R. P. **O Colégio Pedro II e o ensino secundário brasileiro: 1930/1961.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

MEDEIROS, J. **Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945).** Rio de Janeiro: FGV, 1978.

MIGUEL, M. E. B. **A formação do professor e a organização social do trabalho.** Curitiba: UFPR, 1997.

MIGUEL, M. E. B. Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização. In. LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas, SP: Autores Associados; Curitiba: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004. p. 111 – 140.

MINADEO, R. A controversa figura de Mauá. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, a. 3, n.1, p. 17- 31, 2002.

MINHOTO, M. A. P. **Da progressão do ensino elementar ao ensino secundário (1931-1948): crítica do exame de admissão ao ginásio.**2007. Tese (Doutorado em educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Articulação entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do Estado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.3, p. 449-463, set./dez. 2008.

MIRANDA, M. do C. T. de. **Educação no Brasil**: esboço de estudo histórico. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

MOACYR, P. **A instrução e a República**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1944.

MONARCHA, C. **Lourenço Filho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 20120. (Coleção Educadores).

MORAES, M. C. M. de. **Reformas de ensino, modernização administrada**: a experiência de Francisco Campos: anos vinte e trinta. Florianópolis: UFSC, 2000.

MOTA, M. B.; BRAICK, P. R. **História**: das cavernas ao Terceiro Milênio. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

MONASTIRSKI, L. **Cidade e ferrovia**: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa.1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MOREIRA, J. R. A batalha da educação se trava no ensino médio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n. 76, p. 263-266, out/dez, 1959.

NADAI, E. **A educação como apostolado: história e reminiscências (São Paulo 1930-1970)**. 1991. Tese (Livre docência em Educação) – Universidade de São Paulo, 1991.

NIGRO, O. **Histórias que não foram escritas**. 2012. Disponível em: <<http://www.comerciodeitapolis.com.br/memorial/historias/orestes/diario15a.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

NISKIER, A. **Educação brasileira**: 500 anos de história: 1500 - 2000. 2. ed. Consultor, 1996.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, v. 7. n. 2, p. 351-368, jul- dez. 2005.

NUNES, C. História da educação: espaço do desejo. Brasília: **Em Aberto**, v.9, n. 47, p. 37-45, jul/set, 1990.

\_\_\_\_\_. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 35-60, Maio/jul/ago, 2000.

\_\_\_\_\_. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, H. (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 103-125.

\_\_\_\_\_. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

O ensino secundário e a sua legislação. Rio de Janeiro: Gráfica Santa Helena, 1935.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, 08 ago. 1912.

OLIVEIRA, M. C. M. de. **Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República**. 1994. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, R. C. de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, R. C. de. (Org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e políticas no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004. p. 15-30.

OLIVEIRA, J. C. de. **Educadores Ponta-Grossenses (1850-1950)**. Ponta Grossa: UEPG, 2002.

OLIVEIRA M.C. M.; REMER, M. M. Z. **A profissionalização na educação: a realidade do ensino de 2º Grau no Colégio Regente Feijó, em Ponta Grossa**. 2005. Disponível em:

<<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2005/anaisEvento/documentos/com/TCCI145>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

PARANÁ. **Decreto nº 3 de 18 de outubro de 1892. Manda observar o Regulamento para Gymnasio Paranaense. Constituição Política, Leis e Regulamentos do Estado do Paraná**. Curitiba: Typ. d' A República, 1892.

PARANÁ. Decreto n.º 589. **Diário oficial do Estado do Paraná**. Curitiba, a. 2, n. 55, 10 mar. 1931. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/diario%20oficial%20estado%20do%20paran%E1%20decreto%20n.%B0%20589%20\(10.03.1931\).htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/diario%20oficial%20estado%20do%20paran%E1%20decreto%20n.%B0%20589%20(10.03.1931).htm)>. Acesso em: 27 set. 2012.

PARANÁ. **Discurso de Mario Tourinho, n.º 55 de 10 de Março de 1931**. Curitiba, 1931.

PARANÁ. Governador (1961-1965: Ney Aminthas de Barros). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão Legislativa Ordinária de 1962**. Curitiba, 1962.

PARANÁ. Governador (1928-1938: CAMARGO, Affonso Alves de). **Mensagem do Presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo, em 1º de fevereiro de 1929**. Curitiba, 1929.

PARANÁ. Governador (1928-1938: CAMARGO, Affonso Alves de). **Mensagem do Presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo, em 1º de fevereiro de 1930**. Curitiba, 1930.

PARANÁ. Governador (1956-1961: Moysés Lupion). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão Legislativa Ordinária de 1949, em 1º de maio de 1949.** Curitiba, 1949.

PARANÁ. Governador (1956-1961: Moysés Lupion). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão Legislativa Ordinária de 1956, correspondente ao ano de exercício de 1955.** Curitiba, 1955.

PARANÁ. **Mensagem Presidencial do Estado do Paraná dirigida ao Congresso Legislativo ao instalar-se a 2ª sessão da 18ª Legislatura, em 1º de fevereiro de 1927.** Curitiba, 1927.

PARANÁ. **Mensagem Presidencial do Estado do Paraná dirigida ao Congresso Legislativo ao instalar-se a 2ª sessão da 18ª Legislatura, em 1º de fevereiro de 1927.** Curitiba, 1927.

PARANÁ. Província. **Relatório do Presidente Goes de Vasconcellos, 15 de julho de 1854.** Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854

PARANÁ. **Relatório apresentado ao Presidente Getúlio Vargas por Manoel Ribas, Interventor Federal no Estado do Paraná, exercício de 1932 a 1939.** Curitiba, 1939.

PARANÁ. Secretaria Geral do Estado. **Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado, Marins Alves de Camargo, pelo Professor César Prieto Martinez, Inspector Geral de Ensino, 1921.** Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1921.

PARANÁ. Secretaria Geral do Estado. **Relatório do inspetor geral do ensino, César Prieto Martinez, ao Secretário Geral do Estado, Marins Alves de Camargo, em janeiro de 31/03/1924.** Curitiba, 1924.

PARANÁ. Superintendência do Ensino Secundário. **Relatório do Delegado Especial da Superintendência do Ensino Secundário, João Massot em 26 de outubro de 1933.** Ponta Grossa, 1933.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PEIXOTO, A. **Um grande problema nacional (Estudos sobre o Ensino Secundário).** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, [193-?].

PETUBA, R. **Ser trabalhador ferroviário na cidade de Ponta Grossa: escutando outras falas, desvendando outras memórias.** (1940 – 2000). **Revista de História e Estudos Culturais**, a. 2, v. 2, n. 2, abr/mai/jun. 2005.

PILOTTO, E. A educação no Paraná: síntese sobre o ensino público elementar e médio. **Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**, n. 3, p. 1-127, 1954.

PONTA GROSSA. Câmara Municipal. **Mensagem, 29 de abril de 2007**. Ponta Grossa: Câmara Municipal, 2007.

PONTA GROSSA. Casa da Memória. **[Fotos]**. Ponta Grossa, 2011a.

PONTA GROSSA. Museu Campos Gerais. **[acervo]**. Ponta Grossa, 2011b.

PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal. **Relatório Federal**: outubro de 1933 a outubro de 1958. Ponta Grossa, 1958.

PROJETO ARARIBÁ: HISTÓRIA. Obra Coletiva, concedida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Maria Raquel Aponilário Melani, 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

RAGAZZINI, D. “Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?”. **Educar em revista**, Curitiba, n. 18, p. 13-28, 2001.

RANZI, S. M. F; SILVA, M. C. da. Questões de legitimidade na primeira República: o ensino secundário regular e a equiparação do Gynásio Paranaense ao congênere federal. **Revista do Centro de Educação da UFSM**, Santa Maria, RS v. 31, n. 3, p. 133-152, 2006.

REGENTE FEIJÓ. Ponta Grossa, a. 2, n. 3, 7 set. 1949.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, a. 2, n. 4, abr. 1952.

REIS FILHO. **A revolução brasileira e o ensino**. São Paulo: PUCSP, 1974.

REMER, M. M. Z. **Ensino Profissionalizante na área de saúde, em Ponta Grossa, PR**: o caso do Colégio Estadual Regente Feijó (1970-1982). Curitiba: UFPR, 2005.

RENK, V. E. **A educação dos imigrantes alemães católicos em Curitiba**. Curitiba: Champagnat, 2004.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, v. 22, n. 56, 1954.

RIBAS, M. **Relatório apresentado ao Presidente Getúlio Vargas**: exercício de 1932 a 1939. Curitiba, 1939.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 17. ed. rev e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ROCHA, M. B. M. da. **Educação conformada, a política de educação no Brasil:1930/1945**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

SANFELICE, J. L. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. esp., p.20–27, ago. 2006.

\_\_\_\_\_. História das instituições escolares. In: SAVIANI, D. et al. **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007 p. 75-94.

SANTOS, J. **A expectativa de mais um luzeiro do saber em Curitiba: O internato do Ginásio Paranaense (1919-1942)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

\_\_\_\_\_. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção educação contemporânea).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas, São Paulo, 2008.

SCHWARTZMAN, S.; BOUSQUET, H. M; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SEKI, Ariella Lúcia S. **Instrução moral e cívica na reforma educacional de Benjamin Constant – 1890**. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR 2008.

SILVA, G. B. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. **Formação histórica do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUZA, R. F. de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX ( ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008a.

\_\_\_\_\_. A renovação didática da escola secundária brasileira nos anos 60. In: Linguagens, educação e sociedade. **Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí** . Local, a. 13, n.18, p. 142-156, 2008b.

\_\_\_\_\_. A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920–1960). **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, p.72-90, Jan/Jun 2009.

STRAUBE. E. C. **Do licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná, de 1846 - 1993**. Curitiba: Fundepar, 1993.

SUBTIL, M. J. D. O “Instituto de Educação” de Ponta Grossa: caminhos e descaminhos de uma escola de formação de professores. In: DITZEI, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. (Orgs.). **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

TAPEJARA. Ponta Grossa, a. 6, n. 19, jul. 1957.

TEIXEIRA, A. A escola secundária em transformação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, p. 3 - 20, jan/mar, 1954.

TEIXEIRA, A. **A Nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional**. Comentários. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan/mar. 1960, p. 16-20.

TRINDADE, E. M. de C; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e Educação no Paraná**, Curitiba: SEED, 2001. Coleção História do Paraná; textos introdutórios.

VALENTE, W. Exames e provas como fontes para História da Educação. In: VALENTE, W. (Coord.). **Os exames de admissão ao Ginásio 1931-1969**.

VARGAS, E. **Os discursos de Vargas e as políticas sociais no Brasil de 1930 a 1940**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

VASCONCELLOS, G. **Ideologia curupira: análise do discurso integralista**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VECHIA, A.; LORENZ, K. M. (Orgs.). **Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850 – 1951**. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VECHIA, A; CAVAZOTTI, M. A. **A escola secundária, L' Enseignement Secondaire: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)**. São Paulo: Annablume, 2003.

VECHIA, A; FERREIRA, A. G. A. Um olhar sobre as instituições de ensino secundário no século XIX: o Liceu de Coimbra e o Imperial Collégio de Pedro II. **Cadernos de História de Educação**, n. 3, jan/dez, 2004.

VECHIA, A; LORENZ, K.M. **O Collegio Pedro II: Centro de referência das ideias educacionais transnacionais para o ensino secundário brasileiro no Período Imperial**. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. COLUBHE, 6., 17-20 abr. 2006, Belo Horizonte. **Anais....** Belo Horizonte: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: <[www.faced.ufu/colubhe06](http://www.faced.ufu/colubhe06)>. Acesso em 20/01/2013.

VELLOSO, M. P. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VIANA, N. M. **Belo Horizonte e o Ginásio Mineiro: um projeto de civilização para a mocidade (1898 – 1914)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

VIANNA, M. M. A internet na biblioteca escolar. In CAMPELLO, B. S. et. al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VIEIRA, A. **O ensino das humanidades**. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1936.

VILLA-LOBOS, H. **Solfejos: originais e sobre temas de cantigas populares, para o ensino de canto orfeônico**. 1º volume. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 1976.

VIÑAO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: Viñao Frago, A.; Escolano, B. **Currículo, espaço e subjetividade**. Rio de Janeiro: D&PA, 1998.

VINCENT, G; LAHIRE, B; THIN, D. **Sobre a história e a teoria da forma escolar. Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p.7-48, jun. 2001.

VÍCTOR, N. **Terra do futuro**. 2. ed. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996. (Coleção Farol do Saber).

WACHOWICZ, L. A. **A relação professor**: Estado no Paraná tradicional. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa do Paraná, 2001.

WANKE, E. T. **O despertar do Amor**: aventuras e descobertas de um estudante apaixonado de 17-18 anos, vividas na década de 1940, em Ponta Grossa, Paraná. Rio de Janeiro: Edições Plaquete, 1994. ( "Os tempos do nunca mais". Memórias, n.5).

\_\_\_\_\_. **Faris Michaele, o tapejara**: uma biografia. Rio de Janeiro: Edições Plaquete, 1999.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

XAVIER, L. N. O. **Brasil como laboratório**. Bragança Paulista: IFAN/CDAPH/EDUSF, 1999.

ZOTTI, S. A. **O Ensino Secundário no Império Brasileiro**: considerações sobre a função social e o currículo do colégio D. Pedro II. In: JORNADA DO HISTEDBR, 5. 2005, Sorocaba, SP. **Anais....** Sorocaba: UNISO, 2005. CD-ROM.

## ANEXO A – PRÁTICAS ESCOLARES DOS ALUNOS DO COLÉGIO REGENTE FEIJÓ

Figura 23 – alunos do curso Clássico na entrada principal do Ginásio Regente Feijó – 1956



Fonte: Cesar, Alina de Almeida, 1956. Acervo particular.

Figura 24 – Baile dos alunos do Ginásio Regente Feijó – 1957



Fonte: Fonte: Cesar, Alina de Almeida, 1957. Acervo particular.

Figura 25 – Time de futebol do Grêmio Esportivo Regente Feijó – 1957



Fonte: Fonte: Cesar, Alina de Almeida, 1957. Acervo particular.

Figura 26 – Desfile dos alunos do Ginásio Regente Feijó - 1957



Fonte: Fonte: Cesar, Alina de Almeida, 1957. Acervo particular.

Figura 27 – Alunos do curso Clássico no Salão Nobre do Ginásio Regente Feijó – 1956



Fonte: Fonte: Cesar, Alina de Almeida, 1956. Acervo particular.

**ANEXO B - CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO EM EXAMES FINAIS DO CURSO  
SERIADO - GINÁSIO REGENTE FEIJÓ - 1932**

Figura 1 – Certidão de Habilitação em Exames Finais do Curso seriado - Ginásio Regente Feijó - 1932

em niniejszym dokumencie  
Pan Czesław Las  
był studentem Szkoły Głównej Handlowej w Warszawie od października 1933 roku do listopada 1936 roku i opuścił szkołę w 1936 roku.

Szkola Główna  
matrykulowany dnia 21 10 33  
jako student - zwyczajny  
L. alb. 7864



Varszawa dnia 23 kwietnia 1932 r.

# GINÁSIO REGENTE FEIJÓ

PONTA GROSSA ESTADO DO PARANÁ

## CERTIDÃO

DE  
HABILITAÇÃO EM EXAMES FINAIS DO CURSO SERIADO  
Decreto N. 19.890, de 18 de Abril de 1931

N \_\_\_\_\_

Certifico que Czesław Las  
filho de José Las  
natural de Ponta Grossa, Estado do Paraná  
de 18 anos de idade, foi considerado habilitado nas matérias finais do quinto ano do curso secundário, de acôrdo com o decreto n. 19.890, de 18 de Abril de 1931.  
Eu Alcides Cesar, secretario, o certifico

Ponta Grossa, 30 de março de 1932.

A. Gomes 30 de Março de 1932  
Inspector

Reconheço  
Diretor




## **ANEXO C – CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO – 1934 E O DECRETO N. 19890 – DE 18 DE ABRIL DE 1931**

CAPÍTULO II Da Educação e da Cultura: Art 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. Art 150 - Compete à União: a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País; b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização; c) organizar e manter, nos Territórios, sistemas educativos apropriados aos mesmos; d) manter no Distrito Federal ensino secundário e complementar deste, superior e universitário; e) exercer ação supletiva, onde se faça necessária, por deficiência de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o País, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções. Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível; c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual; d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras; e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso; f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna. Art 151 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União. Art 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais. Parágrafo único - Os Estados e o Distrito Federal, na forma das leis respectivas e para o exercício da sua competência na matéria, estabelecerão Conselhos de Educação com funções similares às do Conselho Nacional de Educação e departamentos autônomos de administração do ensino. Art 153 - O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. Art 154 - Os estabelecimentos particulares de educação, gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo. Art 155 - É garantida a liberdade de cátedra. Art 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. Parágrafo único - Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual. Art 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. § 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei. § 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas. Art 158 - É vedada a dispensa do concurso de títulos e provas no provimento dos cargos do magistério oficial, bem como, em qualquer curso, a de provas escolares de habilitação, determinadas em lei ou regulamento. § 1º - Podem, todavia, ser contratados, por tempo certo, professores de nomeada, nacionais ou estrangeiros. § 2º - Aos

professores nomeados por concurso para os institutos oficiais cabem as garantias de vitaliciedade e de inamovibilidade nos cargos, sem prejuízo do disposto no Título VII. Em casos de extinção da cadeira, será o professor aproveitado na regência de outra, em que se mostre habilitado. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm).

O DECRETO N. 19.890 - DE 1931 DE 18 DE ABRIL *dispõe sobre a organização do ensino secundário e decreta no capítulo II sobre o serviço de inspeção, que diz em seus artigos:* Art. 51 Subordinado ao Departamento Nacional do Ensino é criado o serviço da inspeção aos estabelecimentos de ensino secundário, sendo seus órgãos, junto àqueles, os inspetores e os inspetores gerais. Art. 52. Para os fins da inspeção os estabelecimentos de ensino secundário serão grupados de acordo com o número de matrículas e com as distâncias e facilidades de comunicação entre eles constituindo distritos de inspeção. Parágrafo único. O Ministro da Educação e Saúde Pública, por proposta no Departamento Nacional do Ensino, criará novos distritos, ou fará nova distribuição dos estabelecimentos de ensino por distrito, sempre que o aconselharem as exigências da inspeção. Art. 53. A inspeção permanente em cada distrito será exercida pelos inspetores e caberá aos inspetores gerais a incumbência de percorrer os distritos não só fiscalizar a marcha dos serviços, como para solucionar divergências suscitadas entre os inspetores e os dirigentes dos estabelecimentos de ensino.

Art. 54. Incumbe à inspeção velar pela fiel observância das disposições deste Decreto, que forem aplicáveis aos estabelecimentos de ensino sob o regime de inspeção preliminar ou permanente bem como das disposições dos respectivos regulamentos. Art. 55 O inspetor remeterá mensalmente ao Departamento Nacional do Ensino, em duas vias datilografadas, um relatório minucioso e de caráter confidencial, a respeito dos trabalhos de cada século e cada disciplina da sua secção nos estabelecimentos do distrito. § 1º Duas vezes por ano deverá constar do relatório uma apreciação sucinta sobre a qualidade do ensino ministrado, por disciplina em cada série, métodos adotados, assiduidade de professores e alunos, bem como sugestões sobre providências que devam ser tomadas, caso se torne necessária a intervenção do Departamento Nacional do Ensino. § 2º o pagamento dos vencimentos aos inspetores só será autorizado depois de recebido o relatório do mês anterior Art. 56. Incumbe ao inspetor inteirar-se, por meio de visita frequentes, da marcha dos trabalhos de sua secção, devendo para isso, por série e disciplina: a) assistir a lições de exposição e demonstração pelo menos uma vez por mês; b) assistir, igualmente, pelo menos uma vez por mês, a aulas de exercícios escolares ou de trabalhos práticos dos alunos, cabendo-lhe designar quais destes devam ser arguidos e apreciar o critério de atribuição das notas; c) acompanhar a realização das provas parciais, que só poderão ser efetuadas sob sua imediata fiscalização, cabendo-lhe ainda aprovar ou modificar as questões a serem propostas; d) assistir às provas finais, sendo-lhe facultado arguir e atribuir nota ao examinando. Parágrafo único. Dos trabalhos a que se refere este artigo, bem como do julgamento das provas parciais mencionados no art. 37, deverá ser feito registro em livros adequados, de acordo com o estabelecido no regimento interno do Departamento Nacional do Ensino. Art. 57. Aos inspetores da secção C compete ainda fiscalizar os exercícios de educação física e as aulas de música, bem como verificar as condições das instalações materiais e didáticos do estabelecimento. ([http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm)). Acessado em 11/09/2011

## ANEXO D – CAPA DO JORNAL REGENTE FEIJÓ

Resta

## A razão da cobrança obrigatória

Este ano, a diretoria do Centro Cívico "Regente Feijó", resolveu tornar obrigatória a cobrança da anuidade paga pelos alunos no ato da matrícula. Esse ato da diretoria, provocou, entretanto, os mais desconcertados comentários.

A fim de esclarecer todos os sócios, da razão de ser dessa obrigatoriedade, é que estamos hoje escrevendo este artigo.

É preciso dizer-se, em primeiro lugar, que a cobrança não foi uma medida de última hora; ela foi objeto de muitos debates entre a diretoria, e somente após muitas discussões é que resolvemos adotá-la, levados pelos mais diversos motivos, sendo dois os principais:

1º) — O Centro Cívico "Regente Feijó" necessita urgentemente de uma sede própria, pois a que atualmente ocupa, tornou-se exígua em face do vertiginoso crescimento que vem tendo a nossa organização, principalmente nos últimos três anos, quando as suas atividades foram grandemente ampliadas. É evidente, que para que possamos ter uma sede à altura das nossas tradições e do nosso desenvolvimento, necessitamos fazer a aquisição de um terreno, e para adquirirmos um terreno e edificarmos uma sede, necessitamos de dinheiro.

2º) — O material esportivo que ora possuímos deve ser urgentemente renovado; pois já é antigo, e devido ao uso constante a que é submetido acha-se em deploráveis condições de conservação. O material que deve ser adquirido compreende macacões, camisas e calções para futebol, camisas e calções para basquetebol, meias para futebol e basquetebol, bolas e material de atletismo.

É evidente, que para que possamos ter nossa sede própria, adquirirmos novo material para prática de esportes necessitamos de dinheiro. Sendo os alunos do colégio os únicos beneficiados com o funcionamento do Centro Cívico, é óbvio que a contribuição em dinheiro deve partir dos mesmos.

É preciso que se compreenda o seguinte: — que esse dinheiro com que os alunos contribuem para o Centro Cívico, não é um dinheiro desperdiçado; ele é aplicado das mais diversas maneiras, através dos diversos departamentos que possuímos. E aplicado em bolsas de estudos para os alunos reconhecidamente pobres; é usado na conservação do gabinete dentário, a fim de que o mesmo possa continuar atendendo os sócios; é usado para conservação da biblioteca, para a aquisição de novos livros didáticos e de cultura geral; é utilizado na compra de material para esportes, a fim de que os associados possam ter divertimentos diversos. Este ano, de acordo com o novo programa de atividades, já elaborado pela diretoria, teremos semanalmente exibições de filmes educativos no auditório do Colégio; bem como o aparecimento deste jornal.

Agora perguntamos nós: De que maneira poderá o Centro Cívico "Regente Feijó" efetivar todos esses projetos sem dispor de dinheiro em caixa? 99,5% dos alunos do Colégio Estadual "Regente Feijó", pagaram a anuidade; para com esses nós assumimos um compromisso que será cumprido de maneira integral, pois costumamos cumprir nossas promessas. Quanto àqueles, 0,5% que não efetuaram o pagamento por acharem que não vale a pena, temos certeza de que, quando o Centro Cívico "Regente Feijó" iniciar seu programa de realizações, eles serão os primeiros a quererem tomar parte.

Enfim, amigos, está explicada a razão de termos tornado obrigatória, neste ano, a cobrança da anuidade. A vocês que nos auxiliaram, o nosso muito obrigado, com a certeza de que atingiremos em 1952, uma posição ímpar no cenário estudantil paranense.

Luiz Carlos Blanc

---

# REGENTE FEIJÓ

Edição Mensal

A VOZ PUJANTE DA MOCIDADE REGENTINA

Diretor: Luiz Carlos Blanc      Secretário: Marise Holmann

Ano II	Ponta Grossa, Abril de 1952	Nº. 4
--------	-----------------------------	-------

## Quem são os donos da civilização?

Por PARIS-MICHAËLE

Cultura é o conjunto das obtenções e criações de índole material ou espiritual, relativas	a dados elementos técnicos, como os dados religiosos, jurídicos, lingüísticos, etc.	Entre outros distates, por exemplo, o xadrez e o alfabeto são atribuídos aos egípcios.
---	---	--

## Um Problema Brasileiro

No Brasil, hoje, em dia, tudo se faz pela política. E a política se intromete até em assuntos que dizem respeito à instrução pública secundária. Não queremos com esta nossa crítica, dizer que nossos políticos não devam intervir nos assuntos educacionais brasileiros, pois eles têm todo o direito.

Mas, já que o fazem, que o façam com um pouco

## ANEXO E – QUADRO DOCENTE DO GINÁSIO/COLÉGIO REGENTE FEIJÓ

Tabela 10. Primeiro quadro docente do Ginásio Estadual Regente Feijó (1927–1929)

ANO	PROFESSOR	NATURALIDADE	PROFISSÃO	DISCIPLINA	FUNÇÃO
1927	Nicolau Meira de Angelis	São Paulo	Catedrático <sup>39</sup>	Francês, História da Civilização, Português	Professor <sup>40</sup>
1927	Manuel Isidoro Dias da Gracia	Curitiba	Advogado e Catedrático	Geografia, Cosmografia, História Universal, História do Brasil	Professor
1927	Tull Nicolau	—	Catedrático	Desenho	Professor
1927	Ângelo Lopes	Palmeira	Catedrático	Aritmética e Álgebra	Diretor do Ginásio
1927	Estevão Zeve Coimbra	—	Advogado e Catedrático	Latim, Instrução Moral e Cívica	Diretor Interino do Ginásio
1928	Helvídio Silva	Pernambuco	Advogado e Catedrático	Português	Diretor Substituto do Ginásio
1928	Agostinho Piquet Carvalhosa	—	Catedrático	Aritmética e Álgebra	Professor
1928	Benjamim Mourão	—	Engenheiro Civil e Catedrático	Instrução Moral e Cívica	Diretor do Ginásio <sup>41</sup>
1928	Nilo Brandão	—	Professor	Português	Professor

<sup>39</sup> Cargo ou função de professor de disciplina de nível universitário ocupado por professor titular.

<sup>40</sup> Meira de Angelis foi diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa.

<sup>41</sup> Benjamim Mourão foi inspetor federal do Ginásio Regente Feijó de 1928 a 1937, engenheiro da prefeitura de Ponta Grossa e professor no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba.

1930	Brasil Pinheiro Machado	P. Grossa	Advogado e Catedrático	História do Brasil, História Universal	Diretor do Ginásio
1931	José de Queiróz Guimarães	—	Professor	História Natural	Professor
1931	Manoel Pedro de Macedo	—	—	—	—
1931	Agostinho Veronesi	—	Professor	Geometria e Trigonometria	Professor
1931	José Carlos de Figueiredo	—	Professor	Geografia, Corografia, Cosmografia	Professor
1931	Raul Pinheiro Machado	Ponta Grossa	Advogado e Catedrático	História do Brasil, História Universal	Diretor do Ginásio <sup>45</sup>
1932	Leopoldo Pinto Rosas	Ponta Grossa	Catedrático e Farmacêutico	Ciências Físicas e Naturais	Professor
1932	João de Souza Ferreira	—	Professor	Filosofia	Professor
1933	José Antônio Daros	Curitiba	Professor	Desenho	Professor
1934	Agenor do Amaral Ferreira	Curitiba	Engenheiro Civil, Lente	Matemática	Diretor Nomeado do Ginásio
1934	Ivan Ferreira do Amaral	—	Lente	Filosofia	Professor
1934	Rosário F. Mansur Guérios	—	Lente	Português	Professor

<sup>45</sup> Raul Pinheiro Machado exerceu a direção do Ginásio Estadual Regente Feijó em duas oportunidades: 1946 e 1951.

Tabela 13. Quarto quadro docente do  
Ginásio Estadual Regente Feijó (1940–1949)

Ano	PROFESSOR	NATALIDADE	PROFISSÃO	DISCIPLINA	FUNÇÃO
1940	Paulo Grott	Bagé	Professor	Matemática	Diretor do Ginásio
1941	Lira Veiga Guimarães	—	Professor	Educação Física	Professor
1941	Ávaro Luiz Junqueira França	—	Advogado	Geografia no Curso Fundamental	Professor
1942	Ana Xavier Machado	Ponta Grossa	Música	Música, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica	Professor
1942	Clayton Gonçalves	—	Professor	—	—
1942	Carol Ferreira	Ponta Grossa	Pianista	Música	Professor
1942	Manoel Braga Ramos	Ponta Grossa	Advogado e Catedrático	História da Civilização	Professor
1942	Arlete Loyola	Ponta Grossa	Farmacêutica	Química, Inglês	Professor
1942	Waldomiro Carneiro dos Santos	—	Professor	Latim, Desenho	Professor
1943	Maria de Lourdes Vitola	—	Professor	Francês, Espanhol	Professor
1943	Luiz Correia da Silva Reis	—	Catedrático	Latim, Geografia	Professor
1944	Valdevino Lopes	Castro	Catedrático	Matemática, Geografia	Professor
1944	Amílcar da Serra e Silva	—	Médico e Engenheiro	Matemática	Professor
1944	Carlos Zelesny	—	Sacerdote	Filosofia	Professor
1945	Nelson Pereira Jorge	—	Professor	Educação Física	Professor <sup>48</sup>
1949	Antônio Russo	—	Médico	Química no 2º Ciclo	Professor

Fonte: Livros de professores do Ginásio Estadual Regente Feijó (1940–1949).